



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E PÓS-GRADUAÇÃO
DOUTORADO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE (DDMA)
DA ASSOCIAÇÃO PLENA EM REDE DAS INSTITUIÇÕES**



**Doutorado em Desenvolvimento
e Meio Ambiente**

**Associação Plena
em Rede**



MARIA DO SOCORRO MONTEIRO CARCARÁ

Saneamento básico participativo: como a televisão divulga, o que o público apreende

**TERESINA PI
2019**

MARIA DO SOCORRO MONTEIRO CARCARÁ

Saneamento básico participativo: como a televisão divulga, o que o público apreende

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede das Instituições (UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS E UESC), como requisito para obtenção do título de Doutor.
Área de Concentração: Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Orientador: Prof. Dr. José Machado Moita Neto

Teresina – PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

C265s Carcará, Maria do Socorro Monteiro.
Saneamento básico participativo: como a televisão divulga, o que o público apreende. / Maria de Socorro Monteiro Carcará. – 2019.
181f.:il.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Piauí, Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede das Instituições, Teresina, 2019.
“Orientação: Prof. Dr. José Machado Moita Neto”.

1. Saneamento Básico. 2. Meio ambiente. 3. Controle social.
4. Jornalismo ambiental. I. Título.

CDD: 628.3

MARIA DO SOCORRO MONTEIRO CARCARÁ

Saneamento básico participativo: como a televisão divulga, o que o público aprende

Tese apresentada ao Programa de Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Associação Plena em Rede das Instituições (UFPI, UFC, UFRN, UFPB, UFPE, UFS E UESC), como requisito para obtenção do título de Doutor.

Aprovada em: 22/02/2019

BANCA EXAMINADORA

Josicléda Domiciano Galvêncio

Josicléda Domiciano Galvêncio
(Membro Externo – UFPE)

Bruna de Freitas Iwata

Profa. Dra. Bruna de Freitas Iwata
(Membro Externo – IFPI)

Josivaldo Domiciano Galvêncio

Prof. Dr. Josivaldo de Carvalho Pacheco
(Membro Interno à UFPI)

Paulo Fernando de Carvalho Lopes

Prof. Dr. Paulo Fernando de Carvalho Lopes
(Membro Interno à UFPI)

José Machado Moita Neto

Prof. Dr. José Machado Moita Neto
(Orientador)

Ao orientador José Machado Moita Neto,
pela parceria e pelo aprendizado!

AGRADECIMENTOS

Importante iniciar registrando franco agradecimento à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES), cujo incentivo pontual permitiu a materialização deste trabalho. Também ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo fomento à pesquisa no Brasil e, em especial a esta aqui concretizada. “A ciência é a inteligência do mundo”, perpetuou o escritor russo Máximo Gorky.... E sabiamente completou: “A arte é o coração do mundo”.

Falar em arte, em coração, remete à emoção, ao amor, à família, que é o principal apuro de um pesquisador! O muito obrigado mais entusiasmado ao marido Itapoam Cavalcante e às filhas Allana e Lavínia que, além do apoio moral de todas as horas, contribuíram com a pesquisa de campo; aos pais Elissa e José de Deus pela vida e exemplo; aos irmãos e sobrinhos, verdadeira equipe.

Venho repetindo nesses quatro anos os ‘graças a Deus’ mais sinceros, e ouvindo na intuição: ‘Tudo tem o seu tempo determinado, e há tempo para todo o propósito debaixo do céu’. Deus sabe a dimensão da minha gratidão. Também não poderia deixar de agradecer os anjos da guarda (da Terra e do Céu), que sempre vão indicando as rotas mais seguras.

Ao Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA /UFPI), a todos os professores que se dedicam a essa rede, contribuindo com a pesquisa e com profissionais responsáveis pelo crescimento do Brasil. Um obrigado especial à Professora Elaine, pelas contribuições. Também aos funcionários queridos do TROPEN, José Rocha, o Zezinho, e a Dona Adália Sousa, sempre dispostos a auxiliar. Ao Sr. Raimundo pelos sorrisos, pelo bate-papo descontraído e pela companhia durante o cafezinho.

Aos colegas da turma 2015-2019: Aninha Luz, Célia, Regina (que torce por nós lá do outro plano), Elisângela, Tarso, José Neto, Edilson, Rafael, Geovana e Alex.

Às minhas amigas verdadeiras, aquelas de sempre!

Ao melhor orientador, à banca examinadora e a todos que colaboraram para o sonho realizado.

É preciso sonhar. Todo tempo!

“Se fosse sabido à época que a vida e o ambiente estão tão conjugados, Darwin teria visto que a evolução não envolve apenas os organismos, mas toda a superfície do planeta. Nós então poderíamos ter enxergado a Terra como um sistema vivo, teríamos sabido que não podemos poluir o ar ou usar a pele da Terra - seus oceanos e sistemas florestais - como uma mera fonte de produtos para nos alimentar e mobiliar nossas casas. Teríamos sentido instintivamente que esses ecossistemas devem ser deixados intocados porque eles são parte da Terra viva”.

James Lovelock

RESUMO

A informação e a cidadania evidenciam-se como requisitos imprescindíveis para uma justiça ambiental suscitada pelo acesso ao saneamento. O grau de conhecimento sobre política pública fornece pistas de identificação do quão um grupo é consciente dos seus direitos. Neste sentido, este trabalho visa diagnosticar o nível de conhecimento da população e a influência da televisão na formação desta. Para alcançar esse objetivo, foi aplicada pesquisa quantitativa em municípios das quatro mesorregiões do Piauí, onde se observou o repertório de conhecimento da população sobre os quatro eixos de saneamento básico: abastecimento d'água, esgotamento sanitário, coleta e tratamento de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. A aplicação de questionários foi realizada em dois anos no intuito de acompanhar a evolução da compreensão sobre o conceito. A influência das notícias televisivas na formação da audiência é verificada de duas formas: a primeira pela ótica do público através da interpretação das respostas dadas a questionamentos sobre mídia e televisão em particular. A segunda através de análise de notícias veiculadas em dois programas jornalísticos: Bom Dia Brasil, de rede nacional, e o local Piauí TV 2. De um modo geral, os resultados aqui encontrados diagnosticam uma população dotada de precário conhecimento sobre conceitos básicos de saneamento, apesar de se reconhecer atingida pelas deficiências do setor. A pesquisa constata que os entrevistados, em sua grande maioria, também desconhecem o Controle Social - previsto na Lei 11.445/2007 - que lhes oportuniza o protagonismo nas decisões sobre obras, serviços, regulação, tarifação, entre outros. A falta de conhecimento da participação popular nos encontros de elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico nas assembleias e audiências públicas conduz à conclusão de que o controle social, no Piauí, é urdido para o mero cumprimento de formalidade legal. Esse corolário compromete a cidadania, à medida que inabilita a população para a cobrança de seus direitos. Um jornalismo comprometido com a causa social, ao mesmo tempo em que informa, deve também formar o cidadão, permitindo uma visão crítica sobre políticas públicas. No entanto, essas características não foram encontradas nas matérias analisadas por essa pesquisa. Quando o jornalismo valoriza o apelo ao espetáculo e à folhetinização, renuncia à função formativa, submetendo a audiência à fantochização e comprometendo a cidadania. O novo paradigma de políticas públicas pós-constitucional abre a possibilidade de participação popular que não se efetiva por diversas razões, entre elas a falta de agentes e instituições informadas e comprometidas por mudanças. Jornalistas e empresas jornalísticas não se constituem exceção.

PALAVRAS-CHAVE: Meio ambiente. Saneamento. Controle social. Jornalismo ambiental. Telejornalismo

SUMMARY

Information and citizenship are essential requirements for an environmental justice brought about by access to sanitation. The degree of knowledge about public policy provides clues as to how a group is aware of its rights. In this sense, this work aims to diagnose the level of knowledge of the population and the influence of television in its formation. To reach this objective, a quantitative research was applied in municipalities of the four regions of Piauí, where the population knowledge repertoire was observed on the four basic sanitation axes: water supply, sanitary sewage, collect and treatment of solid waste and drainage of rainwater. The application of questionnaires was carried out in two years in order to follow the evolution of the understanding about the concept. The influence of television news on the formation of the audience is verified in two ways: the first from the perspective of the public through the interpretation of the answers given to questions about media and television in particular. The second through an analysis of news published in two journalistic programs: Bom Dia Brasil, national network, and the local Piauí TV 2. In general, the results found here diagnose a population endowed with precarious knowledge about basic concepts of sanitation, although it is recognized by the sector's deficiencies. The survey finds that the majority of respondents are also unaware of the Social Control - provided for in Law 11455/2007 - which gives them the leading role in decisions on works, services, regulation, pricing, among others. The lack of knowledge of popular participation in the meetings for the elaboration of the Municipal Plan of Basic Sanitation in the assemblies and public audiences leads to the conclusion that the social control in Piauí is devised for the mere fulfillment of legal formality. This corollary compromises citizenship, as it disables the population for the collection of their rights. A journalism committed to the social cause, at the same time as it informs, must also train the citizen, allowing a critical view on public policies. However, these characteristics were not found in the materials analyzed by this research. When journalism values the appeal to spectacle and puppetry, it renounces the formative function, subjecting the audience to puppetry and compromising citizenship. The new paradigm of post-constitutional public policies opens the possibility of popular participation that is not effective for a variety of reasons, among them the lack of agents and institutions informed and committed to change. Journalists and newspaper companies are no exception.

KEY WORDS: Environment. Basic sanitation. Social control. Environmental journalism. Telejournalism

RESUMEN

La información y la ciudadanía se presentan como requisitos imprescindibles para una justicia ambiental suscitada por el acceso al saneamiento. El grado de conocimiento acerca de la política pública proporciona pistas para la identificación de cuán un grupo es consciente de sus derechos. En este sentido, este trabajo tiene la intención de identificar el nivel de conocimiento de la población y la influencia de la televisión en su formación. Para alcanzar ese objetivo, se realizó una encuesta cuantitativa en municipios de las cuatro mesorregiones de Piauí, donde se observó el caudal de conocimiento de la población acerca de los cuatro ejes de saneamiento básico: abastecimiento de agua, alcantarillado sanitario, recolección y tratamiento de residuos sólidos y drenaje de aguas pluviales. La aplicación de cuestionarios se realizó en dos años para acompañar la evolución de la comprensión sobre el concepto. La influencia de las noticias televisivas en la formación del público se verifica de dos formas: la primera, por la óptica del público, a través de la interpretación de las respuestas dadas a cuestionamientos sobre los medios de comunicación y la televisión en particular. La segunda, a través del análisis de noticias publicadas en dos programas periodísticos: Bom Dia Brasil, de red nacional, y el Piauí TV 2, de carácter local. En general, los resultados encontrados identifican una población dotada de débil conocimiento acerca de los conceptos básicos de saneamiento, a pesar de reconocerse afectada por las deficiencias del sector. La encuesta constata que los entrevistados, en su gran mayoría, también desconocen el Control Social - previsto en la Ley 11.445 / 2007 - que les da la oportunidad de protagonizar las decisiones sobre obras, servicios, regulación, tarifación, y otros. El desconocimiento de la posibilidad de participación popular en los encuentros de elaboración del Plan Municipal de Saneamiento Básico y en las asambleas y audiencias públicas lleva a la conclusión de que el control social en Piauí se realiza para el mero cumplimiento de formalidad legal. Ese contexto compromete la ciudadanía, en la medida en que inhabilita la población para el cobro de sus derechos. Un periodismo comprometido con la causa social, al mismo tiempo que informa, debe también formar al ciudadano, posibilitando una visión crítica de las políticas públicas. Sin embargo, esas características no se presentaron en las materias analizadas en la encuesta. Cuando el periodismo valora el llamado al espectáculo y a la folletinización, renuncia a su función formativa, sometiendo la audiencia a la titerización y comprometiendo la ciudadanía. El nuevo paradigma de políticas públicas post-constitucional abre la posibilidad de participación popular que no se realiza por diversas razones, entre ellas la falta de agentes y instituciones informadas y comprometidas con cambios. Periodistas y empresas periodísticas no constituyen excepciones.

PALABRAS CLAVE: Medio ambiente. Saneamiento. Control social. Periodismo ambiental. Telejournalism.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa das mesorregiões do Piauí - municípios pesquisados.....	40
Figura 2: Representação gráfica do confronto de respostas.....	53
Figura 3: Parque Lagoas do Norte.....	79
Figura 4: Consequência da falta de drenagem de águas pluviais I.....	112
Figura 5: Consequência da falta de drenagem de águas pluviais II.....	113
Figura 6: Situação de crise por falta de abastecimento d'água.....	120
Figura 7: Fumaça de queima de resíduos sólidos mostra gravidade do problema.....	126
Figura 8: Lixão da Estrutural representa drama de saúde, social e ambiental.....	128
Figura 9: Mortandade de peixe revela poluição do Rio Tietê.....	130
Figura 10: Algas, no Rio Tietê, mostram o nível de eutrofização	135
Figura 11: Repórter faz passagem em frente a um esgoto à céu aberto.....	141
Figura 12: Efluente doméstico escorre pela sarjeta na Periferia de Teresina.....	142
Figura 13: Eutrofização no Rio Poti em Teresina.....	144
Figura 14: Obra de saneamento causa impacto visual no centro de Teresina-Pi.....	146
Figura 15: Moradora com casa alagada ilustra matéria sobre drenagem.....	146

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Cidades, número de questionários aplicados e porcentagem populacional.....	39
Tabela 2: Confronto de respostas: reconhecimento dos eixos do saneamento.....	60
Tabela 3: Confronto de respostas: identificação de deficiências em saneamento.....	60
Tabela 4: Situação de saneamento Teresina, zona urbana.....	78
Tabela 5: Situação de saneamento Teresina, zona rural	78
Tabela 6: Diagnóstico de Teresina com relação à água e esgoto - Ano 2010	81
Tabela 7: Diagnóstico de Teresina com relação à água e esgoto - Ano 2015.....	81
Tabela 8: Público piauiense dos programas PI TV e Bom Dia Brasil.....	91
Tabela 9: Confronto de respostas dos que assistem BB com os que reconhecem DAP como saneamento – 2015.....	92
Tabela 10: Confronto de respostas dos que assistem PI TV com os que reconhecem AA como saneamento – 2017.....	93
Tabela 11: DAP: ocorrência das categorias de análise nas matérias no BB.....	110
Tabela 12: AA: ocorrência das categorias de análise nas matérias.....	119
Tabela 13: RS: ocorrência das categorias de análise nas matérias.....	124
Tabela 14: ES: ocorrência das categorias de análises nas matérias.....	132
Tabela 15: PI TV: ocorrência das categorias de análise nas matérias.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Reconhecimento dos eixos de SB no Piauí – geral (2015)	46 e 88
Gráfico 2: Identificação de deficiência de SB no Piauí (2015)	47
Gráfico 3: Reconhecimento dos eixos de SB por cidade.....	49
Gráfico 4: Identificação de deficiência de SB por cidade	51
Gráfico 5: Reconhecimento dos eixos do SB no Piauí (2017)	56 e 88
Gráfico 6: Atividades reconhecidas como SB: diferença entre dois anos.....	56
Gráfico 7: Identificação de deficiência nos serviços de SB (2017)	58
Gráfico 8: Identificação de deficiência nos serviços de SB - diferença	58
Gráfico 9: Reconhecimento dos eixos de SB por cidade (2017)	60
Gráfico 10: Identificação de deficiência de serviços de SB por cidade (2017)	60
Gráfico 11: Controle social: conhecimento sobre reuniões (2015)	65
Gráfico 12: Controle social: conhecimento sobre reuniões - cidades (2015)	65
Gráfico 13: Conhecimento sobre reuniões no Piauí (2017)	73
Gráfico 14: Controle social: conhecimento sobre reuniões por cidade (2017)	73
Gráfico 15: Controle social: diferença de respostas afirmativas.....	74
Gráfico 16: Atividades reconhecidas pelo teresinense como saneamento.....	75
Gráfico 17: Identificação de deficiência de serviços de saneamento básico.....	76
Gráfico 18: Conhecimento sobre realização de reuniões em Teresina.....	84
Gráfico 19: Meios que mais divulgam saneamento na opinião dos entrevistados.....	86
Gráfico 20: Confiança na televisão em divulgar/denunciar demandas da comunidade.....	95
Gráfico 21: Confiança dos telespectadores nos jornalísticos em dois anos....	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cidade e meses de aplicação de questionários.....	38
Quadro 2: Divisão e população das mesorregiões e microrregiões do Piauí.....	39
Quadro 3: Notícias sobre deficiência de drenagem urbana nas cidades pesquisadas.....	55
Quadro 4: Cidades, população e situação do PMSB.....	67
Quadro 5: Oito degraus da escada da participação-cidadã.....	70
Quadro 6: Agenda geral das atividades do PMSB de Teresina.....	83
Quadro 7: Matérias sobre drenagem urbana veiculadas no BB.....	109
Quadro 8: Matérias sobre abastecimento d'água veiculadas no BB.....	118
Quadro 9: Matérias sobre resíduos sólidos veiculadas no BB.....	123
Quadro 10: Matérias sobre esgotamento sanitário veiculadas no BB.....	132
Quadro 11: Matérias sobre saneamento básico veiculadas no PI TV 2.....	138

LISTA DE DENDROGRAMAS

Dendrograma 1: Critérios de análise reunidos por similaridade de DAP.....	110
Dendrograma 2: Critérios de análise reunidos por similaridade de AA... ..	119
Dendrograma 3: Critérios de análise reunidos por similaridade de RS.....	124
Dendrograma 4: Critérios de análise reunidos por similaridade de ES.....	133
Dendrograma 5: Critérios de análise reunidos por similaridade do PI TV.....	140

LISTA DE SIGLAS

ABC American Broadcasting Company

ANA Agência Nacional das Águas

IDH-M Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IBOPE Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ONU Organização das Nações Unidas

NTD Doenças Tropicais Negligenciadas

PLANASA Plano Nacional de Saneamento

PLANSAB Plano Nacional de Saneamento Básico

PMSB Plano Municipal de Saneamento Básico

PNRS Política nacional de Resíduo Sólido

PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SEMPPLAN Secretaria Municipal de Planejamento - Teresina

SNIS Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

LISTA DE ABREVIACÕES

- BB** Bom Dia Brasil
- PI TV** Piauí TV 2
- MP** Medida Provisória
- ETA** Estação de Tratamento de Água
- ETE** Estação de Tratamento de Esgoto
- SB** Saneamento Básico
- AA** Abastecimento de Água
- ES** Esgotamento Sanitário
- RS** Resíduos Sólidos
- DAP** Drenagem de Águas Pluviais
- RSU** Resíduos Sólidos Urbanos
- PMS** Plano de Mobilização Social
- SAN** Saneamento
- SAU** Saúde
- MAM** Meio Ambiente
- PPS** Políticas Públicas de Saneamento
- RAS** Responsabilidade por Ações de Saneamento
- RCE** Relação de Causa e Efeito
- ADD** Abordagem por Aspectos Didáticos
- EED** Expressões de Euforia/Disforia
- IRE** Imagem que provocam reações emocionais
- IRD** Imagem Redundantes
- IIF** Imagem Informatividade
- ICT** Imagem Contraditória
- ICP** Imagem Complementar
- FES** Fonte Especialista
- FAU** Fonte Autoridade
- FTS** Fonte Testemunhal

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
1.1 Controle social, modelo de cidadania.....	24
1.2 Comunicação, jornalismo ambiental e saneamento.....	27
1.3 Televisão e jornalismo.....	34
2. METODOLOGIA.....	38
2.1 Análise de reportagens.....	40
2.2 Sobre a TV Globo e o Bom Dia Brasil.....	42
2.3 Sobre a TV Clube e o Piauí TV.....	43
3.SANEAMENTO BÁSICO: SONDAAGEM DE CAMPO.....	46
3.1 Sondagem de campo: retorno em 2017.....	55
4. CONTROLE SOCIAL EM SANEAMENTO NO PIAUÍ	64
4.1 Entraves para a participação social	68
4.2 Controle Social: retorno em 2017.....	72
5. CONTROLE SOCIAL EM SANEAMENTO: TERESINA - PI.....	75
6. PÚBLICO, TELEVISÃO E SANEAMENTO.....	85
6.1 Reconhecimento dos públicos do Bom Dia Brasil/ Piauí TV.....	91
6.2 Confiança no poder de penetração da TV.....	95
7. JORNALISMO AMBIENTAL: SANEAMENTO EM ANÁLISE.....	102
7.1 Bom Dia Brasil.....	108
7.2 Piauí TV 2.....	138
8. PESQUISA DE CAMPO <i>VERSUS</i> ANÁLISE DAS NOTÍCIAS.....	148
9. CONCLUSÃO.....	156
REFERÊNCIAS.....	159
ANEXO.....	175
APÊNDICE.....	179
SOBRE A AUTORA.....	180

1 INTRODUÇÃO

“Acerca das águas, é preciso considerar da melhor maneira possível como elas são, e se as usam pantanosas e moles, ou duras, provenientes dos lugares altos e rochosos, ou ainda se as usam salgadas e cruas”.

(Hipócrates, segunda metade do século V a.C.¹)

Quando, na antiguidade, Hipócrates redigiu o tratado “Ares, Águas e Lugares”, documento em que destacava a relação entre ambiente e saúde, foi feito o primeiro alerta para a premência de se investir em saneamento básico em favor do bem-estar da população. É fato que a história mostra a existência de estruturas de irrigação, diques, canalizações superficiais e subterrâneas mesmo antes de Hipócrates, mas o tratado “Ares, Águas e Lugares” deve ser considerado como o marco principal na história do saneamento. Mais do que edificar estruturas físicas, o escritor grego, pai da medicina, reconheceu a relação íntima entre saneamento e saúde, plantou a semente de ações preventivas no concurso de evitar doenças e reduzir mortalidade. Suas ideias ainda influenciam na criação das leis. É a força da palavra escrita, perpetuando revelações e imortalizando conceitos.

Passados alguns séculos, a Lei 6.938/81 formalizou meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas. O saneamento, em sua forma mais básica, opera como instrumento que resguarda e sustenta essas interações.

Em uma definição preliminar, pode-se dizer que saneamento básico é um conjunto de medidas que visam preservar ou modificar o meio ambiente para prevenir doenças, incentivando a saúde na medida em que melhora a qualidade de vida dos cidadãos, a produtividade do indivíduo e otimiza a atividade econômica. No Brasil, o saneamento básico é um direito assegurado pela Constituição Federal.

Desde o abastecimento público por água de chafariz, época em que a remoção individual de dejetos domésticos era feito pelas próprias famílias, no século XVIII, até a promulgação da Lei nº. 11.445/2007, a história das demandas por ações de saneamento básico passou por um longo percurso, cujos momentos críticos prenunciaram a degradação dos corpos hídricos, na década de 1950, em consequência do processo de industrialização/urbanização, conflitos sociais e aumento da pobreza, má qualidade de vida,

¹ CAIRUS, HF. Ares, águas e lugares. In: CAIRUS, HF., and RIBEIRO JR., WA. *Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. História e Saúde collection, pp. 91-129. ISBN 978-85-7541-375-3.

concentração populacional, exploração contínua dos recursos naturais, principalmente.

A partir de 1950 até o final do século passado, o investimento em saneamento básico no Brasil ocorreu pontualmente em alguns períodos específicos, com destaque para os anos de 1970 e 1980, tornando prioridade o atendimento a demandas de coleta e tratamento de esgoto (LEONETI et al., 2011).

Nesse período, acrescenta Leoneti (2011), foi consolidado o Plano Nacional de Saneamento (Planasa), que enfatizou o incremento dos índices de atendimento por sistemas de abastecimento de água, mas, por outra via, não contribuiu para diminuir o déficit de coleta e tratamento de esgoto, o que é ainda verificado atualmente.

A lenta consolidação das políticas públicas no cenário urbano brasileiro, vem permitindo que os problemas ambientais se avolumem *pari passu* com a insatisfação da sociedade, que cobra a mitigação das sequelas que estes problemas acarretam. A falta de saneamento básico é protagonista no contexto das demandas tanto nas grandes quanto nas pequenas cidades. Seja o aumento da incidência de enchentes; seja a dificuldade na gestão dos resíduos sólidos ou o crescente despejo destes em áreas impróprias; seja a inexistência de rede de esgotos adequada, ou mesmo a soma de todos estes fatores, o que chama a atenção é a implicação dos impactos no meio ambiente, na saúde da população, na economia do país.

Foi a partir da Lei 11.445/2007 que se definiu o conteúdo, as diretrizes para o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), os princípios a serem obedecidos pelos prestadores de serviço, o papel de agências regulatórias na fiscalização dos contratos e da prestação dos serviços de saneamento, entre outros pontos. Desta forma, o novo modelo lançou mudanças significativas na base normativa, no sentido de separar o planejamento, a regulação e a prestação dos serviços.

À União ficou a competência de estabelecer as diretrizes gerais para as políticas nacionais, a formulação e apoio em programas de saneamento em âmbito nacional, e também garantir parte dos investimentos no setor. Aos Estados, coube o estabelecimento de políticas estaduais e os serviços e a regulação, quando delegados pelos municípios. Por fim, aos municípios ficou a titularidade dos serviços e responsabilidade pela elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB).

O Plansab (2013) delimita o saneamento básico em quatro componentes: o **abastecimento de água**, cujo fornecimento deve ser viabilizado através de rede de distribuição, poço, nascente ou cisterna, com canalização interna, em qualquer caso sem intermitências; O **esgotamento sanitário** correspondente à coleta de esgotos seguida de tratamento, o uso de fossa séptica sucedida por pós-tratamento ou unidade de disposição final,

adequadamente projetada e construída; O **manejo de resíduos sólidos**, que é a coleta direta, na área urbana, com frequência diária ou em dias alternados e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos; Coleta direta ou indireta, na área rural, e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos; A **drenagem de águas pluviais urbanas**, cujo atendimento deve ser concretizado através de edificações de estruturas físicas que previnam as cidades contra enchentes ou inundações.

De acordo com Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento SNIS (2018), 83% da população brasileira dispõem de abastecimento de água e somente 57% têm acesso ao serviço de coleta de esgoto, sendo que apenas 50% do esgoto é tratado. No Brasil, doenças decorrentes da falta de saneamento figuram entre os principais problemas de saúde pública e ambiental.

A universalização dos serviços é meta principal do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) e prevê, até 2030, a instalação de unidades hidrossanitárias em todo o território nacional; abastecimento de água potável em 98% do território nacional, 88% dos esgotos tratados e 100% dos resíduos sólidos coletados. Outrossim, o Decreto nº 7.217/2010 determinou que, a partir de 2014, o acesso a recursos da União, quando destinados a serviços de saneamento básico, estaria condicionado à existência de Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Contudo, os gestores municipais vêm conseguindo adiar *in continuum*. No último adiamento, em dezembro de 2017, o prazo estipulado ficou para 31 de dezembro de 2019.

O planejamento é fundamental tendo em vista a extrema necessidade de se controlar os fatores físicos que podem exercer efeitos nocivos à sociedade, afetando o seu bem-estar físico, mental e social. Quando o acesso ao saneamento ou à infraestrutura em si é inadequado, impactos negativos são experimentados pela população. Cairncross and Valdmanis, (2006); Scott, Cotton and Gonvidan. (2003) apresentam o saneamento básico como um desafio de saúde pública que tem persistido durante décadas, apesar de seu impacto direto no desenvolvimento humano: como o aumento da incidência de doenças e morte, pobreza crônica, degradação ambiental e o comprometimento profissional de pessoas que são afetadas pelo impacto que a falta de estruturas de saneamento refletem na Educação.

Essas consequências são observadas em países menos favorecidos economicamente, conforme observam Reis et al (2017), quando evidenciam que a maior parcela da população sem acesso aos serviços de saneamento tem residência em países em desenvolvimento, o que requer maior fortalecimento do papel do Estado em coordenar e garantir uma oferta adequada desse serviço.

Turolla (2002) destaca que o setor de saneamento se organiza em boa parte do mundo sob o formato de gestão pública e local e que vários países desenvolvidos foram capazes de atingir a universalização quase absoluta sob esse modelo que não tem alcançado os mesmos índices no Brasil. Sousa e Costa (2016) reiteram que a aprovação do marco regulatório brasileiro não respondeu de modo efetivo aos desafios da universalização do saneamento. Tampouco a manutenção do arranjo institucional histórico por si só, que apenas atuou no sentido de garantir a hegemonia de grupos diretamente interessados nele. Os autores completam que o avanço lento da cobertura dos serviços não mais se justifica diante do aumento considerável dos recursos empenhados em programas da União para a expansão de sua oferta e da regulação setorial já disponível para os investidores.

As disparidades sociais, que ainda são realidade no país e no mundo, com áreas de extrema pobreza, precário ou inexistente esgotamento sanitário e a falta de disponibilidade de água em quantidade e qualidade adequada contribuem para o agravamento do quadro. A deposição de excretas em locais inadequados propicia contaminação da água, de alimentos e utensílios domésticos, tornando mais frequentes as doenças provocadas pela ausência de saneamento como as diarreias e as parasitoses intestinais, elevando-se com isso as taxas de mortalidade, particularmente nas crianças.

Esse contexto foi apontado por Boisson et al. (2015), como um propulsor de Doenças Tropicais Negligenciadas (NTDs), que afetam mais de 1 bilhão de pessoas em todo o mundo, e causam incapacidade crônica e morte, principalmente entre as populações mais pobres, as mesmas populações que muitas vezes não têm acesso aos serviços mais básicos de água e saneamento. Os autores defendem que a provisão de água potável, saneamento e higiene adequados deve ser uma das cinco principais estratégias de saúde pública para controlar, eliminar ou erradicar NTDs.

Quando se analisa o Brasil, essas doenças responsáveis por faltas na escola, no trabalho e por influenciar negativamente a economia ainda acometem grande parte da população. Estudo realizado por Teixeira et al. (2014) detectou que em 2008, um ano após a aprovação da Lei nº 11.445, Lei Federal do Saneamento Básico, o Brasil apresentava índices de cobertura de países subdesenvolvidos, apesar de ser a oitava economia do mundo. O diagnóstico levou em consideração as condições enfrentadas pelos brasileiros em seu dia a dia, afirmando que a falta de água tratada e de esgotamento sanitário era responsável pela morte de 15 mil brasileiros por ano. Entre as doenças relacionadas ao saneamento básico, atendidas no SUS foram identificadas: cólera, dengue, doença de chagas aguda,

esquistossomose, febre amarela, febre tifoide, hepatite, leishmaniose visceral, leptospirose e malária.

As doenças relacionadas ao saneamento básico inadequado no período da pesquisa foram responsáveis, em média, por 13.449 óbitos. Consultas e internações hospitalares relacionadas a doenças de notificação compulsória² somaram 2,84% do gasto total do SUS em atendimento de pessoas que vivem em locais com estruturas deficientes de saneamento.

Pessoas essas que não associam que as condições de falta de investimento em saneamento a que estão expostas são responsáveis por doenças temidas como a dengue a chikungunha e a zika. Segundo Carcará e Moita (2016), apesar do Estado se autoeximir, ao atribuir ao mosquito e à população a responsabilidade por epidemia de doenças relacionadas ao *aedes aegypti*, a Organização das Nações Unidas (ONU) associou a proliferação do vetor às condições precárias de saneamento básico. Os autores justificam que, ao não ter acesso a serviços de saneamento, a população tende a armazenar água de maneira insegura, o que favorece a proliferação de mosquitos. Sistemas precários de esgotamento sanitário, água da chuva acumulada pela falta de drenagem urbana também resultam em locais propícios para reprodução de vetores. Carcará e Moita (2016) acrescentam que as estruturas precárias de coleta e destinação de resíduos sólidos contribuem para que embalagens sejam descartadas de forma aleatória, o que permite que se transformem em foco de vetores.

Moraes (2010) acrescenta que a política e a gestão dos serviços públicos de saneamento básico devem prever três tipos de sustentabilidades: i) a ambiental, que contribui com a capacidade de suporte dos ecossistemas em absorver ou se recuperar dos impactos gerados pelas intervenções de saneamento básico e/ou pela falta deles; ii) a social que objetiva promover a melhoria da qualidade de vida e da saúde por meio da universalização de serviços públicos de saneamento básico de qualidade; e iii) a econômico-financeira por meio de investimentos planejados, ou seja, previstos nos planos, realizados de forma ética e com recursos públicos não onerosos, financiamentos acessíveis, utilizando tecnologias apropriadas. O estabelecimento de política tarifária e de outros preços públicos condizentes com a capacidade de pagamento dos diferentes usuários dos serviços.

Essas sustentabilidades balizam os princípios que orientam as políticas públicas em saneamento. Consoante Brasil (2013), os princípios são: universalidade (o acesso é um direito de todos), equidade (os cidadãos têm direito a serviços de qualidade), integralidade (acesso ao

² Notificação compulsória: comunicação obrigatória à autoridade de saúde, realizada pelos médicos, profissionais de saúde ou responsáveis pelos estabelecimentos de saúde, públicos ou privados, sobre a ocorrência de suspeita ou confirmação de doença, agravo ou evento de saúde pública. (Portaria 204/2016 Ministério da Saúde).

conjunto dos serviços de acordo com a necessidade dos cidadãos), titularidade municipal, intersectorialidade (articulação/ integração das políticas, programas, projetos e ações da área de Saneamento Básico com as de saúde, desenvolvimento urbano/habitação, meio ambiente/recursos hídricos, desenvolvimento agrário, dentre outras), qualidade dos serviços, acesso e sustentabilidade – nas suas diferentes dimensões, principalmente as dimensões social, ambiental e econômica e participação e o controle social (expediente que legitima os cidadãos em interferir na gestão pública, no sentido de conduzir as ações do poder público na direção dos interesses da população).

1.1 Controle social, modelo de cidadania

O envolvimento de todos os indivíduos que participam do processo, do gestor ao usuário do serviço, é imprescindível para o êxito de ações na área do saneamento. O canal de convergência entre esses agentes deve ser efetivado pelos conselhos gestores, que, em princípio, são responsáveis por criar e deliberar políticas de sua área de atuação. Dessa forma concretiza-se o controle social, que é um mecanismo fundamental de prevenção da corrupção e de fortalecimento da cidadania e deve ser entendido como a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração. Prevê a existência de um modelo de cidadãos e sujeitos coletivos, descrito por Milani (2008) como capazes de utilizar as regras e recursos existentes de modo reflexivo (ação reflexiva).

Quando se trata de saneamento básico, o controle social, segundo Moisés et al (2010), é um instrumento que contribui para a qualificação do gasto público em saneamento e a destinação eficiente dos recursos de forma a assegurar que sejam alocados e aplicados com eficácia e eficiência, revertendo em benefícios diretos à população, bem como na sustentabilidade dos serviços. Para a implantação da Política Nacional de Saneamento Básico, se faz necessário a existência de condições materiais para a participação e o controle social.

Moraes (2010) sublinha que as ações de Saneamento Básico, além de fundamentalmente de saúde pública e proteção ambiental, representa também bens de consumo coletivo, serviços essenciais, direito social de cidadania, direito humano fundamental e dever do Estado. Todavia, o que se observa na prática é que a participação da comunidade precisa ser mais assertiva, já que o usuário dos serviços é o principal interessado que as ações se efetivem de maneira plena.

Este exercício pleno de direitos civis, tanto políticos, quanto sociais, que combine liberdade ampla e participação na sociedade é, conforme Carvalho (2008), a definição de cidadania. O autor admite que esta categoria de liberdade é imperfeita numa sociedade

igualmente imperfeita. Ele acrescenta que a cidadania ideal é naturalizada pelo cotidiano das pessoas como um bem ou um valor pessoal, individual e intransferível. Mais ainda: que o direito à informação deve ser priorizado como um valor inescusável, por representar um aporte para a garantia de liberdade consciente.

O controle social presume a existência de processos políticos que contemplem oportunidades de desenvolvimento das capacidades argumentativas dos cidadãos na definição da vontade coletiva e na elaboração institucional de espaços abertos à participação. “Os cidadãos são considerados enquanto sujeitos capazes de produzir a normatividade em que vivem; o Estado passa a ser a instância de organização e de legitimação dos processos políticos” (BLONDIAUX E SINTOMER, 2002).

É um processo social, conforme Cáceres-Manrique; Angulo-Silva; Vesga-Gómez (2010), cujos estágios são concatenados em quatro níveis: participação, desenvolvimento de competências, autoestima e consciência crítica. A interação entre esses níveis corrobora com a evolução para um estado em que as pessoas são capazes de agir, baseados suas próprias decisões. Desta forma propicia-se o empoderamento. “Pessoas e grupos empoderam a si mesmos e são impulsionados na melhoria de suas condições de vida aumentando sua autonomia na tomada de decisões para que possam exercer o controle social de maneira efetiva” (KLEBA; WENDAUSEN, 2009).

Beauchemin et al. (2003) acresce que a apropriação do veículo de empoderamento deve ser exercida em toda as suas dimensões: falando, sendo ouvido, decidindo e agindo. Para os autores, a expressão "capacidade de agir" fala da possibilidade de escolher, decidir e atuar. Permitir-se uma nova cidadania. No entender de Dagnino (2004), essa nova cidadania é engajada em um projeto de construção democrática e de transformação social, que deve estar fundamentado no surgimento de sujeitos sociais de um novo tipo, ciente de seus direitos e na ampliação do espaço de atuação política.

Desta forma, supõe-se que através do controle social e da emergência deste novo modelo de cidadania, grupos sociais historicamente excluídos possam ter espaço nos campos de debate e desfrutar de bens socialmente produzidos. Uma participação que não deve ser encarada como veículo de simples pressão popular, mas “como expressão de práticas sociais democráticas, interessadas em superar os gargalos da burocracia pública e alcançar soluções positivas para os diferentes problemas comunitários” (Nogueira, 2004, p.121).

O controle social é uma instância de encontro entre a sociedade e o Estado, que deve se pautar na democracia, na flexibilidade, e interação entre os participantes. Ou seja, “espaços de representação plural, para que a sociedade e o governo possam negociar, disputar e

compartilhar responsabilidades na produção de políticas públicas em áreas específicas” (TATAGIBA, 2004, p.348). Contudo a autora previne para a dificuldade em condensar as necessidades de uma sociedade plural em um espaço aberto e diversificado, mas limitado, e ainda ter que enfrentar a relutância do Estado em ceder o poder de deliberação.

Em saneamento básico, a participação dos cidadãos, consoante Nobre Sousa (2015), se refere à capacidade de interferência da sociedade civil, perpassada pelos interesses antagônicos de usuários e não usuários, catadores de resíduos, prestadores, gestores, empresários e políticos, na condução das ações do Estado, como a formulação de políticas, o planejamento, a prestação e a avaliação dos serviços públicos que o compõem. O Plansab (2013) visa consolidar essa participação:

A gestão dos serviços de saneamento é tradicionalmente relegada à dimensão técnico-administrativa e artificialmente separada dos processos socioeconômicos e políticos que estruturam, dão marco e até determinam a forma como estes serviços são organizados e geridos. Portanto, a construção de relações entre cidadania, governabilidade e o controle e a participação social, vislumbrando avançar na instituição de práticas democráticas substantivas corresponde a uma tarefa complexa, em decorrência, em parte, da própria natureza do tema, localizado no limiar entre o campo político e o campo técnico, ambos com suas múltiplas dimensões e contradições internas (p.17)

Moraes (2010) adverte que o controle social se faz impreterível, tendo em vista que é uma área fundamentalmente de saúde pública e proteção ambiental, representando bens de consumo coletivo, serviços essenciais, direito social de cidadania, direito humano fundamental e dever do Estado. Todavia, pesquisas de Fonseca et al. (2012) e Silva (2007) identificaram que a população não tem familiaridade com os termos controle social e participação social. A maioria do público pesquisado por eles sobre o tema não conseguiu formular uma resposta e assumiam o desconhecimento do assunto. Outro agravante, conforme Milani (2008) diz respeito à forma como os atores não-governamentais são consultados e solicitados durante o processo de tomada de decisões. Participando, assim e no melhor dos casos, somente antes e depois da negociação. O autor adverte que a participação praticada dessa forma “pode aumentar a qualidade da transparência dos dispositivos institucionais; contudo, ela não garante, de modo necessário e automático, a legitimidade do processo institucional participativo na construção do interesse coletivo” (MILANI, 2008, p. 555).

Não são recentes pesquisas que revelam o desconhecimento sobre o papel do controle social levando à debilitação do ato participativo. Pateman (1970) alertava sobre a pseudoparticipação, quando as decisões tomadas são informadas ao grupo com vistas a persuadir os indivíduos a aceitá-las e no intuito de criar um sentimento de participação. Ele

ressaltou ainda que, na participação parcial, os indivíduos se envolvem no debate e suas sugestões podem influenciar a tomada de decisões, mas cabe apenas a um indivíduo, ou parte do grupo, o poder de dar o veredicto. Na participação plena, todos os membros do grupo se envolvem nas discussões e possuem as informações necessárias para serem considerados durante a tomada de decisão.

Pahl-Wostl (2002) resume que o processo participativo deve ser avalista da sustentabilidade das políticas ao reiterar que a governabilidade supõe a ampliação da participação da comunidade no processo de tomada de decisão sobre as políticas públicas, de tal forma que se construa um processo transparente de gestão pública, se estabeleça um ambiente no qual os prestadores de serviço se vejam na contingência de prestar contas de suas ações aos usuários e não-usuários e se criem condições para que os diversos interesses de grupos e segmentos sociais possam ser mediados.

A seu tempo, Van Stralen et al. (2006) dão relevo ao distanciamento entre representantes dos usuários nos conselhos e suas bases como um fator que pode justificar a falta de informação sobre saneamento em cidades onde o PMSB já esteja concretizado. Segundo os autores, esta situação é evidenciada pela ausência de disputas e a continuidade dos mesmos representantes, levando muitos deles a secundarizar a importância do repasse das informações. Mesmo se assim o for, o poder público não deve restringir apenas às reuniões a discussão do tema. Muitas são as formas de alertar à população sobre saneamento básico. Uma delas é a imprensa.

Jacobi (2009) reitera a necessidade de incrementar os meios e o acesso à informação no Brasil, assim como o papel indutivo do poder público, na oferta de conteúdos informacionais e educativos, principalmente porque emergem indagações quanto aos condicionantes de processos que ampliem as possibilidades de alteração do atual quadro de degradação socioambiental.

1.2 Comunicação, jornalismo ambiental e saneamento

Galvão Júnior et al. (2006) realçam que o problema informacional do setor de saneamento básico é uma das características institucionais mais relevantes na área da infraestrutura. Os prestadores de serviços conhecem a qualidade de seus produtos, suas despesas, investimentos e dados operacionais, enquanto que os demais atores setoriais - titulares dos serviços, entidades reguladoras e usuários - dependem das informações desses prestadores para a realização de estudos, revisões tarifárias, análises de reclamações, inclusive para a elaboração dos próprios planos de saneamento básico.

Freeman et al. (2013) situam a comunicação no mesmo nível de importância de áreas estratégicas globais de combate a doenças tropicais negligenciadas. Além das infraestruturas de água, saneamento e higiene, elencaram quatro áreas-chave de colaboração, incluindo (i) advocacia, política e comunicação; (ii) capacitação; (iii) mapeamento, coleta de dados e monitoramento; e (iv) pesquisa.

Esse contexto justifica a pertinência dos meios de comunicação para o propósito de informar e despertar a consciência cidadã. A informação como matéria-prima da mídia, cuja função de formadora de opinião lhe imputa o dever de prestar serviço social, público e essencial é imprescindível para os assuntos de saneamento básico. Dornelles (2008) acrescenta que a pauta ambiental precisa fundamentalmente desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências, ou seja, dando condições para que o cidadão comum participe do debate. Loose e Girardi (2009) ajuntam que o jornalismo ambiental se insere no campo da Educação quando realiza com responsabilidade e ética o trabalho de informar seus receptores, formando opinião pública crítica e estimulando a promoção da cidadania.

Em suma, quando se trata de saneamento, a imprensa irrompe – apoiada nos princípios do jornalismo ambiental - como alternativa com potencial para envolver a população, principalmente quando as instâncias de controle social, os conselhos gestores, as administrações municipais, falham na missão de mobilizar a comunidade para a participação, planejamento, construção e execução dos planos municipais. Entretanto, informar sobre o novo marco regulatório do saneamento básico requer capacitação. Convém saber se os jornalistas estão preparados para desenvolver adequadamente esta pauta; se foram despertados para a necessidade de transformá-la em abordagem recorrente e, ainda, se conseguem estimular atitudes de cidadania, incentivando a participação popular.

Uma cobertura jornalística de meio ambiente deve ter uma perspectiva integral e uma conexão inequívoca com o todo. É o que defendem os teóricos de Jornalismo Ambiental (JA), entre eles Girardi et al (2013) que realçam a exigência de notícias mais contextualizadas e menos fragmentadas neste campo. Para as autoras, o número de fontes a serem consultadas deve ser ampliado para que se alcance um maior aprofundamento das informações e, conseqüentemente, um conteúdo mais qualificado.

Morin (2003) alerta para a necessidade de se elaborar conteúdos ambientais, cuja preocupação social, eixo primordial do fazer jornalístico, esteja atrelada a busca por soluções para os dilemas da crise do planeta. Para o autor, o JA é multidimensional, organizador e ecologizado (considera a relação eco-organizadora). Exige em sua cobertura uma ampliação

do número de fontes, abordagem qualificada e plural, profundidade do conteúdo e compromisso social.

Ao se refletir sobre como seria uma abordagem integral em saneamento básico deduz-se a necessidade de se elencar causas e consequências dos problemas e buscar interfaces com diferentes áreas como a saúde e o próprio meio ambiente, por exemplo, seja apontando implicações, seja exemplificando, seja enumerando soluções técnicas ou mesmo dicas domésticas.

Loose e Girardi (2017) asseguram que o JA extrapola a ideia de cobrir assuntos ambientais ou de ser mera especialização temática. “As bases desse jornalismo em particular são construções recentes, provindas da preocupação pública com questões dessa ordem e motivadas sobre como os jornalistas poderiam melhor colaborar para o esclarecimento das pessoas” (Loose e Girardi, 2017 p.157).

As autoras elencaram itens que recorrentemente aparecem nos estudos de JA, com algumas pequenas variações. São eles: 1) Ênfase na contextualização – a expectativa de superar a fragmentação e a descontinuidade, típicas do fazer jornalístico diário. 2) Pluralidade de vozes – as notícias deveriam representar a pluralidade de vozes mesmo as que não estão envolvidas ou não detêm legitimidade científica, empresarial ou política. 3) Assimilação do saber ambiental – que evoca novos valores ambientais e maior consciência da prática baseado no que pode ser chamado de ética ambiental. 4) Cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor – um olhar que procure entender as conexões nem sempre óbvias e que dê visibilidade para as interdependências existentes entre economia, política, cultura e ambiente. 5) Comprometimento com a qualificação da informação – as autoras denominam de militância, a atitude crítica em defesa da sustentabilidade da vida ou um engajamento social que defenda os interesses de uma relação sociedade-natureza menos nociva e conflituosa. 6) Responsabilidade com a mudança de pensamento – o JA empodera os cidadãos para que haja mais participação social e ações a favor da justiça ambiental.

Em revisão documental de trabalhos relacionados à comunicação meio ambiente, Nuñez e Moreno (2016) observaram uma predominância de abordagem passiva das informações fornecidas pela mídia sobre questões ambientais. Os autores criticaram a ausência de abordagens mais críticas e reflexivas nos conteúdos e, ainda, a falta de sugestões de soluções para os problemas apresentados. Na análise, foram sistematizados 62 documentos, principalmente artigos de pesquisa científica incluídos em bases de dados de literatura especializada latino-americana, Caribenhas, Espanholas e Portuguesas.

Nuñez e Moreno (2016) observaram nos documentos a representação catastrófica dada pela mídia, cuja cobertura jornalística utiliza discursos trágicos que retratam a natureza como antagonista aos seres humanos, refletindo uma visão antropocêntrica que desconsidera a complexa dinâmica do sistema planetário. Chamam atenção para a importância da comunicação ambiental e para o desafio de se fornecer uma abordagem educacional, utilizando o poder de persuasão, bem como seu potencial em facilitar um aprendizado significativo e autônomo (especialmente em processos de educação informal).

A carência de conteúdos envolvendo a participação e o controle social foi apontada por Nuñez e Moreno (2016) como uma fragilidade, bem como a ausência de uma cobertura sobre construção participativa de instrumentos de planejamento, avaliação de políticas, fundamentais para reforçar os laços entre a comunidade com a proteção e a conservação ambiental.

Os preceitos apontados por Nuñez e Moreno (2016), incluindo o incentivo à participação cidadã devem ser considerados quando a pauta envolve saneamento básico. Parte-se do pressuposto que o tratamento destinado às notícias sobre a área ao longo do tempo é repetitivo e limitado. O saneamento é mostrado através de tragédias que, pela sazonalidade, já são esperadas: enchentes na época das chuvas, disseminação de doenças ligadas a vetores que se reproduzem por ineficiência dos serviços, desabastecimento motivado pela seca, enfim, por situações que colocam comunidades em situação de fragilidade e que se repetem anualmente.

Bueno (2007) enumera as funções que devem ser reputadas ao JA: 1. Informativa, que é inerente ao jornalismo e ao compromisso com a informação de interesse público e com a verdade; 2. Política, que capacita o sujeito para o exercício da cidadania; 3. Educativa, quando visa a transformação social através da compreensão de fatos e fenômenos.

Sobre a função Educativa, Loose e Girardi (2009) sublinham que o Jornalismo Ambiental se insere nesse campo quando realiza com responsabilidade e ética o trabalho de informar seus receptores, formando opinião pública crítica e estimulando a promoção da cidadania. Já para Mazzarino (2016), o jornalismo ambiental não contempla a função informativa, proposta por Bueno, por não considerar impactos dos fatos sobre a sociedade e o ambiente ao noticiá-los.

As notícias se afastam das funções citadas, no entender de Bueno (2017), quando observa a recorrência - com relação à cobertura de catástrofes ambientais pela mídia ou de temas ambientais de maneira geral - da tentativa de espetacularizar as unidades noticiosas valorizando o impacto causado e o número de vítimas. “Esse cenário não acontece apenas na

cobertura de catástrofes por meios de comunicação brasileiros, mas está presente, com as mesmas características, em todo o mundo” (BUENO, 2017, p. 29).

O autor trata esse fenômeno como síndrome da baleia encalhada: que revela a procura do inusitado, do sensacional por parte dos jornalistas; com a perspectiva acrítica que contempla as tragédias, por exemplo, como fatos isolados, sem causas e consequências. Faz uma cobertura estática, sem investigação, sem suscitar debates sobre temas públicos. Bueno (2017) defende que as síndromes se referem a um jornalismo ambiental despolitizado e desinformado. Para ele:

As catástrofes ambientais, pelo seu impacto e interesse da opinião pública, têm merecido cobertura ampla da mídia nacional e internacional. O tratamento jornalístico dispensado a estes eventos dramáticos incorpora as características gerais do jornalismo ambiental, oscilando quase sempre entre a espetacularização e a vigilância cívica, pela convergência de inúmeros fatores que condicionam ou constroem o trabalho jornalístico. As catástrofes ambientais mobilizam os meios de comunicação e, ao mesmo tempo, tornam explícitos os desafios inerentes, quase sempre não superados, a uma cobertura qualificada. (BUENO, 2017, p.27)

Nuñez e Moreno (2016) constataram essa característica na América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. A espetacularização da informação ambiental é beneficiada pela estratégia do enquadramento. Pozobon e Miranda (2011) chamam a atenção para a utilização desta estratégia utilizada pelos veículos de comunicação em relação a temática ambiental. Conforme as autoras, um dos elementos mais influentes sobre a construção de um enquadramento está na escolha das fontes de informação e da estrutura narrativa utilizada no texto. A News Frame ou Teoria do Enquadramento defende, entre outros pontos, que o jornalista recorre a um conjunto de ideias, palavras ou expressões que promovem um enquadramento ou enfoque, que termina por moldar o acontecimento, ora destacando alguns aspectos, ora ocultando outros. Na pauta de saneamento básico, o ideal é que a limitação de enquadramento leve em conta as orientações previstas no Plansab.

A análise de enquadramento foi tratada pela primeira vez por Todd Gitlin (1980) em estudo sobre a cobertura jornalística em torno de movimentos pacifistas na guerra do Vietnã. Seu foco volta-se, pois, para a percepção do modo como discursos enquadram o mundo, tornando acessíveis perspectivas específicas de interpretação da realidade. Na atualidade, são inúmeras as pesquisas - (Herte de Moraes (2017); Barros (2013); Mazzarino e Flôres (2012); Sousa (2008); Loose e Girardi (2017)) - que investigam o fenômeno do enquadramento como operador para a realização de análises de matérias. Esta análise compreende o modo como discursos estabelecem molduras de sentido, enquadrando o mundo a partir de perspectivas

específicas. “Busca-se pensar a maneira como o próprio conteúdo discursivo cria um contexto de sentido, convocando os interlocutores a seguir certa trilha interpretativa” (MENDONÇA E SIMÕES, 2012, p.193).

Após a intensificação, nesse milênio, da realização de conferências reunindo líderes mundiais no intuito de debater demandas sobre meio ambiente, observou-se uma tendência de mudança na agenda dos noticiários, com o surgimento de análises aliadas à exposição dos fatos. Crise ambiental, aquecimento global, temas de âmbitos geográficos mais amplos, e não mais apenas de cobertura de episódios locais. Todavia, as catástrofes seguem como propulsoras de pautas. Sousa (2008) relacionou as catástrofes ambientais à teoria do agendamento ou *agenda setting*, uma hipótese que suscita um tipo de efeito social da mídia que compreende a seleção, disposição e incidência de notícias sobre temas que suscitará discussões entre o público. Conforme o autor, as calamidades tornaram-se o principal agente modelador da consciencialização ambiental e da inscrição dos temas sobre meio ambiente nas agendas pública e política:

a experiência direta de problemas e catástrofes ambientais, a ação de organizações ambientalistas e de grupos de cidadãos, as promessas e ações “verdes” dos políticos e as políticas ambientais desenvolvidas pelos governos, entre outros fatores, têm contribuído para colocar o ambiente na agenda dos media e na agenda dos cidadãos. E estando na agenda dos cidadãos e na agenda da mídia, o ambiente acaba por também fazer parte da agenda das agendas políticas. (SOUSA, 2008, p. 14)

Os pesquisadores McCombs e Shaw (1972), concluíram, acerca da hipótese do agendamento, que sua influência na sociedade dependerá do grau de exposição do receptor, ao tipo de mídia, grau de relevância do tema abordado, ao interesse do receptor no tema, ao grau de falta de informação, incerteza e necessidade de orientação deste, além, também, da comunicação interpessoal mantida por essa pessoa. Suscitar o saneamento básico como pauta, inserindo-a na agenda do dia do debate público e fundamentado pelos preceitos do jornalismo ambiental seria um expediente que poderia favorecer a redução de disparidades sociais relativos ao tema.

Alsina (2009) concorda que a seleção de temas ambientais obedece a critérios de composição que se aproximam da agenda-setting. As pautas centralizam assuntos como desmatamento, aquecimento global, a poluição, extinção de animais, recursos hídricos. Segundo Alsina, muitas vezes atreladas a interesses econômicos imbricados e de certa forma imperceptível para telespectadores desavisados. Bueno (2007) tratou sobre o tema:

A pauta ambiental não se esgota na contemplação da superfície (há sempre razões encobertas) e geralmente o equívoco está em buscar soluções sem que se possa (ou se queira) vislumbrar o quadro completo. A pauta ambiental é

sempre complexa porque não se reduz a uma instância meramente técnica ou científica, mas agrega uma perspectiva econômica, uma vontade (ou falta de vontade) política, uma componente sócio-cultural e assim por diante. O erro está sempre em não perceber as conexões intrincadas entre meio ambiente, economia, cultura, política e sociedade, em reduzir, por ingenuidade ou falta de conhecimento, a pauta a uma instância particular, simplista, num reducionismo que favorece os grandes interesses. (BUENO, 2007, p.38-9).

Não se pode deixar de abordar que o reducionismo ou simplismo citado por Bueno (2007) também pode ter causa nas rotinas produtivas das redações dos meios de comunicação. São muitas e diferentes pesquisas que aliam as teorias de jornalismo com meio ambiente e mostram sua influência na pauta ambiental: agendamento, enquadramento, newsmaking e rotinas produtivas são utilizadas. Estas defendem que a estrutura dos meios de comunicação e sua representação dos acontecimentos são analisadas a partir de características organizativas inerentes às rotinas produtivas. Ou seja, o processo de produção de notícias nas empresas é planejado como uma rotina industrial de seleção de fatos e construção da matéria. Os valores-notícias são levados em consideração na seleção dos fatos. Conforme Curado (2002), a importância da notícia é geralmente julgada de acordo com a sua abrangência, isto é, segundo o universo de pessoas às quais pode interessar. “Esse é o critério mais utilizado em jornalismo de televisão que, dando ênfase ao aspecto da amplitude, pode tender a transformar a notícia em entretenimento ou em espetáculo, tratando apenas de questões amenas ou desprovidas de polêmica” (CURADO, 2002, p16).

Atribuir valores às notícias é uma forma de rotinizar a produção. Considerando esse aspecto, as notícias são produzidas para serem vendidas, tendo que atender às exigências do público ou do que se espera que o público queira assistir. Sobre o tema, Assis (2017), assevera que o jornalista deve seguir padrões orientações e horários previamente definidos. Logo, com mais ou com menos rigidez no regime trabalhista, todos os que prestam serviços à imprensa têm um ritual próprio a ser cumprido.

Mesmo após o advento das novas tecnologias, para Assis (2017), as rotinas de produção ainda são uma realidade nas empresas de comunicação e que devem ser respeitadas por todos os agentes que atuam no âmbito da imprensa. Elas “garantem que os produtos jornalísticos cheguem a seus destinatários no tempo condizente com a natureza dos suportes; logo, pensar sobre essas ações requer considerar que há lógicas rotineiras a regê-las (ASSIS, 2017, p.46).

Não é o objetivo deste trabalho estudar a produção da notícia tendo como pressuposto as teorias que se sucederam durante a história da comunicação, mas a relevância desses estudos para a compreensão dos processos de produção e recepção de notícias, bem como sua

repercussão sobre o jornalismo ambiental. As rotinas produtivas, por exemplo, têm forte influência sobre a produção de pautas sobre meio ambiente, justamente pela necessidade de se enquadrar a informação em critérios de noticiabilidade. Além disso, a pressa em cumprir horários de fechamento no jornal impresso, a exibição de notícia em ‘primeira mão’ no jornalismo *on line*, televisivo e rádio interfere as características elencadas pelos autores aqui abordados sobre o jornalismo ambiental de qualidade.

Bueno (2004) destaca que as características de cada suporte de divulgação de notícia é outro fator que deve se considerar primordial durante a análise de notícias em virtude das peculiaridades de cada mídia, incluindo seus sistemas de produção, recursos de expressão e interação, formas de recepção e do perfil de sua audiência. No caso da televisão, objeto deste estudo, exige do telespectador a capacidade de codificar fenômenos reais em símbolos planos, de acordo com Temer (2009), e a habilidade de decifrar imagens.

1.3 Televisão e jornalismo

“O espectador deve “abstrair-se das condições de produção e aceitar a representação a partir dos limites impostos pela técnica” (Temer, 2009, p.31). Sobre representação e técnica, Wunenburger (2005) compara a relação das imagens de televisão com a alegoria do mito da caverna, de Platão. O autor reflete sobre essa parábola da condição humana, que potencialmente critica todas as imagens, se esta poderia também ser aplicada a outras técnicas de veiculação,

porque se o poder televisual existe, e nós pensamos que ele é demolidor e tentacular, é preciso antes que exista uma população que seja capaz de ser o seu sujeito de se oferecer a ele e até mesmo de se submeter, até a servidão, acreditando portanto obter em troca dessa submissão prazeres e inteligência. Seriam então os espectadores da televisão muito diferentes dos prisioneiros de uma caverna audiovisual? (WUNENBURGER 2005, p.24).

Wunenburger fez a provocação ao reportar-se sobre o encanto que a televisão exerce nos telespectadores e sobre os efeitos das mensagens que veicula. Usando metáfora e hipérbole, ao falar de troca, o excerto faz alusão ao contrato de comunicação, que segundo Jost (2009), pressupõe por parte do telespectador a aceitação tácita do que se origina do emissor, amparada pela credibilidade de sua audiência e pela outorga da verdade a ela imputada.

Quando se refere a prazer e inteligência, Wunenburger faz referência direta às funções de entreter, informar e educar adicionadas à magia da imagem televisiva. Nos verbos sujeitar-se e submeter-se de maneira servil, o autor enquadra o telespectador em um nível exagerado

de acriticidade, subestimando a capacidade do público em posicionar-se contra ou a favor de um determinado tema. Para Becker (2005), o papel de interpretador de mensagens do público é garantido no processo de comunicação televisiva. “O telejornal ordena e sistematiza o real, mas, ao mesmo tempo, é um texto aberto à interpretação do telespectador” (BECKER, 2005, p. 26).

Os estudos de recepção revelam que o telespectador na contemporaneidade, com o advento das mídias sociais, está mais consciente do seu poder. Ele é parceiro na produção de matérias e utiliza seus espaços na rede de computadores para criticar e até mesmo desqualificar conteúdos que julgue tendenciosos. A respeito disso, Emerim (2015) considera que o maior desafio no contexto atual é a mudança do status do público, que não quer mais apenas assistir ao que a TV tem para mostrar, mas também tornar-se produtor de vídeos e de imagens do mundo.

Leal (2008) realça que o acontecimento noticioso exige que seus receptores realizem operações que lhe atribuam sentidos e o (re) insiram no cotidiano. Para tanto, a notícia busca antecipar, orientar, conduzir, apropriar-se do gesto da recepção, para que esta tome a notícia para si, dê-lhe validade e a autentique. Jost (2009) classifica em três os tipos de público: o crédulo; os céticos e os decadentes. O crédulo vai levar ao pé da letra, o cético vai desconfiar da manipulação. O decadente vai analisar as minúcias do jogo simbólico.

Uma das principais características da linguagem dos noticiários, para Becker (2005), é garantir a verdade ao conteúdo do discurso e também a própria credibilidade do enunciador. Ela atribui aos telejornais a função de permitir que aquilo que diz realmente exista e cita Barbero (2001):

A visibilidade que mídias como a televisão oferece é quase sempre paradoxal: não responde a um ideal de total transparência, mas é o resultado mais ou menos ambíguo da intersecção entre informação e desinformação, verdade e artifício, montagens ritualizadas e espontaneidade (p.100).

Quando a pauta é ambiental, as características citadas por Barbero comprometem a formação do telespectador, já que matérias sobre meio ambiente exigem uma abordagem sistêmica e mais minuciosa. Teixeira (2014) considera um incômodo para o jornalismo ambiental a apresentação, dimensão e abordagem atribuída ao assunto pela televisão. Uma superficialidade que impede uma introdução ao contato de novas óticas ambientais atreladas a outras esferas e propositora de outros olhares.

A televisão brasileira precisa desvencilhar o jornalismo ambiental de valores-notícias tradicionais porque o meio ambiente requer um método próprio de produção. Hannigan (2009) sugere que para falar de meio ambiente, a matéria precisa ter animação (capacidades e

informação), legitimação (reconhecimento e prestígio) e demonstração do problema (competir pela atenção). Senão, vão ficar fadadas à superficialidade, restritas a eventos com datas marcadas pela sazonalidade ou pelo registro de catástrofes ambientais.

Apesar das limitações, ponderações e elevado nível de abstração, o telejornalismo ainda é a principal fonte de notícias na preferência do público piauiense. Dentre os meios de comunicação, a televisão ainda lidera a preferência do público. Com linguagem mais acessível e que permite a concomitância do assistir com outra atividade doméstica ou profissional, é formadora de opinião para públicos de diferentes faixas etárias ou níveis de escolaridade, já que não requer habilidades mais específicas para o acesso aos conteúdos veiculados. A Pesquisa Brasileira de Mídia 2016 (BRASIL, 2016) realizada pelo Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) e encomendada pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República do Brasil revela que a televisão segue como meio de comunicação predominante no país.

A pesquisa teve como população-alvo pessoas com 16 anos ou mais de idade residentes em todo território nacional. Foram realizadas 15.050 entrevistas domiciliares face a face em 740 municípios das 27 unidades da federação. A margem de erro foi de 1 ponto percentual para mais ou para menos sobre os resultados encontrados no total da amostra, assumindo um nível de confiança de 95%. A pesquisa realizada 23 de março a 11 de abril de 2016. A investigação evidenciou que 89% dos brasileiros citam a televisão como a principal fonte de informação e que 77% declararam ter essa prática como diária, tanto durante a semana quanto nos finais de semana, os entrevistados veem, em média, de 3 a 4 horas de televisão por dia. Mais da metade dos entrevistados (54%) que assistem TV disseram que confiam sempre ou muitas vezes nas notícias veiculadas por esse meio. 38% confiam poucas vezes e apenas 8% nunca confiam.

Segundo o relatório, a emissora mais vista pelos que responderam à pesquisa é a TV Globo, mencionada por 73% dos entrevistados. Em seguida, estão o STB (36%) e a Record (32%). Depois da TV e da internet, aparecem como principais meios de informação citados pelos entrevistados o rádio (7%) e os jornais (3%). As emissoras da TV aberta são as mais assistidas, principalmente a Rede Globo com 73%.

No Piauí, conforme BRASIL (2016), 406 pessoas foram entrevistadas. 70% do total apontou a televisão como meio mais utilizado. Em segundo lugar a internet, com 18%, seguido do rádio com 9% e, por último, o jornal (1%). No Estado, 75% da população dizem assistir televisão todos os dias. Quanto ao grau de confiança nas notícias, 29% dos piauienses

disseram confiar sempre, 26% confia muitas vezes, 35% confia poucas vezes e somente 8% nunca confia. Brasil (2016) demonstra a relevância deste meio para a formação da cidadania.

Nesse contexto, os seguintes questionamentos foram considerados ao se esboçar um projeto de pesquisa que aliasse informação, cidadania e saneamento básico: 1. As notícias contribuem de forma efetiva para formação do público em saneamento básico? 2. A população reconhece saneamento na sua forma mais básica, como um sistema composto por 4 eixos? 3. É consciente sobre o controle social, instância onde é protagonista e pode obter informações sobre Saneamento Básico? Todavia, a hipótese de que as notícias não contribuem para formação de telespectadores foi considerada. Além desta, a pressuposição da limitação do conhecimento da população sobre saneamento básico e controle social.

O ineditismo deste trabalho reside no diagnóstico realizado sobre a compreensão da população piauiense sobre saneamento básico e controle social; na análise de notícias televisivas sobre saneamento básico a partir dos preceitos do jornalismo ambiental.

Em pesquisa sobre o nível de eficiência das informações, Motta (2004) observou a ocorrência das oscilações de linguagem entre o nível subjetivo, a intenção da eficiência e economia informativa própria do jornalismo e a experiência comunicativa integral. Segundo o autor, o jornalismo busca a ampliação da eficiência informativa ao máximo, preservando as mensagens de emoções ou de valores. Em contraponto afirma que a tentativa dessa eficiência não anula a percepção pragmática do jornalista, nem a sua interpretação subjetivada.

Essa perspectiva acrescida aos princípios do jornalismo ambiental concebeu o **objetivo geral** deste estudo: analisar a eficiência das notícias veiculadas na televisão na divulgação de saneamento básico.

Os **objetivos específicos** alcançados nesta tese foram: 1. Descrever o conhecimento que a população piauiense dispõe sobre os quatro eixos do saneamento básico; 2. Identificar que problemas do setor os moradores do Piauí reconhecem em seu município; 3. Examinar se a população tem conhecimento sobre o cumprimento da etapa Controle Social na elaboração do PMSB; 4. Depreender sobre a influência da televisão na compreensão dos receptores sobre conceitos básicos de saneamento 5. Elaborar diagnóstico de análise de matérias de televisão a partir de modelo próprio voltado para o jornalismo ambiental; 6. Contrapor resultados da pesquisa de campo com a análise de notícias.

2 METODOLOGIA

A coleta de dados foi realizada em 2015 e repetida em 2017 na zona urbana de municípios de quatro mesorregiões do Piauí. A repetição em 2017 visou o acompanhamento da evolução do conhecimento da população sobre o tema investigado. Os municípios foram escolhidos através de amostra simples em que o conjunto de dados é extraído ao acaso de uma população finita, previamente definida, de modo que, em cada extração, todos os elementos tenham a mesma probabilidade de ser selecionados. Os entrevistados foram abordados nas ruas, nos mercados, nas praças, no comércio local. O quadro 1 mostra o mês de aplicação dos questionários em cada cidade:

Quadro 1: Cidade e meses de aplicação de questionários

CIDADE	2015	2017
Corrente	Junho	Outubro
Barras	Julho	Agosto
Oeiras	Outubro	Janeiro
Floriano	Novembro	Julho
Picos	Novembro	Janeiro
Parnaíba	Setembro	Janeiro
Teresina	Agosto	Novembro
União	Agosto	Janeiro

Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Nos municípios, foi aplicado o questionário:

1. Que atividades você considera como saneamento básico?
2. Qual o meio de comunicação você acha que mais divulga notícias sobre saneamento (rádio, televisão, jornal, internet.)?
3. Você tem conhecimento se a prefeitura já realizou reunião para falar sobre saneamento?
4. Aqui na sua cidade tem coleta de lixo?
5. Quando chove, as ruas da cidade alagam?
6. Os moradores daqui têm acesso à água encanada?
7. As casas da cidade são ligadas à rede esgoto?
8. Você assiste o programa Bom Dia Brasil?
9. Você assiste o programa Piauí TV?
10. Você acredita que a televisão é eficiente ao divulgar problemas das comunidades?

Considerando a população de 3.118.360, 00 habitantes para uma margem de erro de 5% e um intervalo de confiança de 95%, o tamanho da amostra exigiu a aplicação de 382 questionários, cuja divisão está detalhada no Quadro 2.

Quadro 2: Divisão e população das mesorregiões e microrregiões do Piauí

MESO E MICRORREGIÕES	POPULAÇÃO
NORTE	632.853,00 habitantes
Baixo Parnaíba Piauiense	-
Litoral Piauiense	-
CENTRO NORTE	1.454.466,00 habitantes
Campo Maior	-
Médio Parnaíba Piauiense	-
Teresina	-
Valença do Piauí	-
SUDESTE	519.395,00 habitantes
Alto Médio Canindé	-
Picos	-
Pio IX	-
SUDOESTE	511.616,00 habitantes
Alto Médio Gurgueia	-
Alto Parnaíba Piauiense	-
Bertolândia	-
Chapadas do extremo Sul	-
Floriano	-
São Raimundo Nonato	-

Fonte: autora (2019)

Os questionários foram aplicados em duas cidades de cada uma das mesorregiões: a mais populosa e a segunda definida por sorteio. A Tabela 1 mostra o local de aplicação dos questionários, a quantidade aplicada proporcionalmente e a porcentagem que a unidade territorial representa com relação à população da mesorregião.

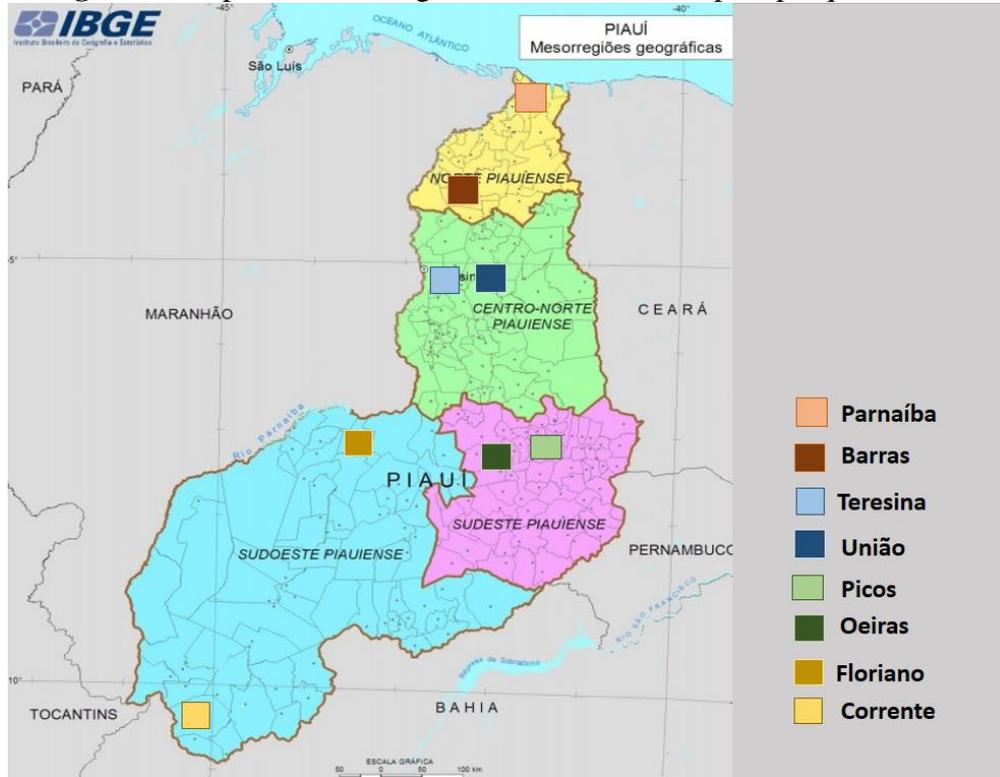
Tabela 1: Cidades, número de questionários aplicados e porcentagem populacional

REGIÃO	ENTREVISTADOS	PORCENTAGEM
NORTE	74	19,4
Parnaíba	40	8,9
Barras	34	10,5
CENTRO NORTE	180	47,2
Teresina	90	23,6
União	90	23,6
SUDESTE	64	16,8
Picos	32	8,4
Oeiras	32	8,4
SUDOESTE	64	16,8
Floriano	32	8,4
Corrente	32	8,4
TOTAL	382	100

Fonte: autora (2018)

A figura 1 apresenta a divisão do Piauí em quatro mesorregiões e a localização dos municípios analisados:

Figura 1: Mapa das mesorregiões do Piauí - municípios pesquisados



Fonte: IBGE

Além dos dados primários colhidos junto à população, também se utilizou dados do SNIS, do IBGE, Plano Diretor de Teresina, entre outros.

Os resultados apresentam o diagnóstico do estado de forma geral e, em particular, do município de Teresina. Com propósito ilustrativo, a cidade foi destacada por ser a capital e a de maior população do estado.

2.1 Análise de reportagens

O *corpus* das análises é formado pelas reportagens sobre saneamento básico divulgadas em dois jornalísticos: em nível nacional, o Bom Dia Brasil, em nível local, o Piauí TV 2. Ambos da Rede Globo de Televisão. A escolha do canal foi motivada pela maior audiência da emissora. Optou-se por programas com grande audiência em horários de exibição distintos. O Bom Dia Brasil é exibido nas primeiras horas da manhã, quando muitos telespectadores estão se preparando para sair para o trabalho. O Piauí TV é exibido no horário da noite, às 19h, quando as famílias estão reunidas em casa após o dia de trabalho.

A amostra é composta por reportagens dos programas Bom Dia Brasil e Piauí TV 2, exibidas no período de 1 ano. Nos meses de julho e agosto de 2015, foram analisadas todas as matérias. A partir de setembro de 2015 até junho de 2016, uma matéria mensal foi definida mensalmente por sorteio. O período de amostra (julho de 2015 a junho de 2016) foi determinado a partir da conveniência em cobrir o período de 1 ano, de modo a incorporar à sazonalidade dos fenômenos envolvidos como chuva, calor intenso, proliferação de vetores, entre outros.

Na análise das matérias jornalísticas, observou-se as leis próprias de organização e os processos de significações particulares sob os quais foram construídas e que dizem respeito a relação entre ambiente, sustentabilidade, saúde e educação sanitária e ambiental. As categorias escolhidas conduziram a um modelo satisfatório de transmissão de notícias sobre saneamento e ambiente, que visa a informação e formação de maneira mais efetiva dos cidadãos para a cobrança de seus direitos.

Aferiu-se a frequência de características ancoradas em variáveis com o propósito de verificar se o repórter promove a relação dos conceitos de saneamento saúde e meio ambiente; se dá destaque às políticas públicas suscitadas pelas leis e se identifica os responsáveis pelas ações de saneamento básico. A abordagem sobre as relações de causa e efeito também foi observada por ser fundamental para que eventos sejam retratados de forma sistêmica, como orienta o jornalismo ambiental. A recorrência dos aspectos pedagógicos também foi observada, as fontes mapeadas para a análise de suas funções dentro do texto. Os efeitos de utilização de expressões que indicam euforia, patemia (a utilização na oratória dos efeitos da emoção como estratégia de argumentação visando chamar atenção e influenciar o público) também foram contemplados pela análise. As variáveis foram assim resumidas:

MENÇÃO AO VOCÁBULO

Saneamento (SAN)

Saúde (SAU)

Meio ambiente (MAM)

ALUSÃO À

Políticas públicas saneamento (PPS)

Responsabilidade de ações de saneamento (RAS)

Relação de causa e efeito dos fenômenos (RCE)

ABORDAGEM POR ASPECTOS DIDÁTICOS (ADD)

EXPRESSÕES DE EUFORIA/DISFORIA (EED)

UTILIZAÇÃO DE IMAGENS

Que provocam reações emocionais (Patemia) (IRE)

Redundância (IRD)

Informatividade (IIF)

Contradição (ICT)

Complementaridade (ICP)

FONTES

Especialistas (FEP)

Autoridades (FAU)

Testemunhais (FES)

Os critérios foram reunidos através de dendrograma com o intuito de facilitar a análise, tendo em vista que esta espécie de diagrama ou representação icônica organiza fatores em variáveis por graus de similaridade e dissimilaridade. Moita Neto e Moita (1988) esclareceram que a técnica de agrupamento hierárquico interliga as amostras por suas associações, produzindo um dendrograma onde as amostras semelhantes, segundo as variáveis escolhidas, são agrupadas entre si. A suposição básica de sua interpretação é esta: quanto menor a distância entre os pontos, maior a semelhança entre as amostras. “Os dendrogramas, portanto, consistem em diagramas que representam a similaridade entre pares de amostras (ou grupos de amostras) numa escala que vai de um (identidade) a zero (nenhuma similaridade)” (MOITA NETO; MOITA, 1988).

As conclusões das pesquisas de campo foram confrontadas com as conclusões da análise, delineando assim o panorama final da pesquisa.

2.2 Sobre a TV Globo e o Bom Dia Brasil

A Rede Globo é uma rede de televisão comercial aberta com sede na cidade do Rio de Janeiro e repetidoras em todos os estados. É assistida por mais de 200 milhões de pessoas diariamente, sejam elas no Brasil ou no exterior. A emissora alcança 98,56% do território brasileiro, cobrindo 5.490 municípios e cerca de 99,55% do total da população brasileira. A empresa é parte do Grupo Globo, um dos maiores conglomerados de mídia do planeta.

O Bom Dia Brasil é um telejornal brasileiro produzido e exibido pela Rede Globo desde 3 de janeiro de 1983, sendo transmitido de estúdios de todo Brasil, mas com a presença dos apresentadores principais. No início o telejornal era essencialmente político e econômico. Mais eclético, hoje o telejornal abre espaço para assuntos que dizem respeito ao dia-a-dia do cidadão brasileiro. Mostra notícias da madrugada, a repercussão dos fatos do dia anterior no

Brasil e no mundo, com a análise de comentaristas, e a agenda de acontecimentos para o dia, além de eventuais entrevistas ao vivo. O programa é atualmente apresentado por Chico Pinheiro e Ana Paula Araújo.

Considerando que a Rede Globo é a rede tecnicamente mais bem estruturada do país, o que permite que seus repórteres sejam vistos cotidianamente por telespectadores em todo o território, é possível afirmar que a audiência reconheça, em certos jornalistas da emissora, os indicadores de um repórter competente. Conforme Benetti e Gadret (2017), os telejornais da Rede Globo são tomados como referência para outros veículos que se veem obrigados a monitorar sua grade. Pesquisadores e jornalistas, acrescentam, reconhecem que a competência técnica de seus produtos acaba por gerar um padrão copiado e tomado como modelo. Benetti e Gadret (2017) reconhecem o ethos do repórter da Rede Globo como fundado no papel de bom jornalista e bom repórter sustentado em discurso que agrega experiência, curiosidade, humildade, credibilidade, responsabilidade social e amor à profissão. É fortalecido por meio dos indicadores de pertencimento ao campo jornalístico, a conquista de prêmios e o trabalho realizado com cinegrafistas, motoristas e outros repórteres que trabalham na apuração, um trabalho em equipe.

O *Ethos* é uma palavra com origem grega, que significa "caráter moral". É usada para descrever o conjunto de hábitos ou crenças que definem uma comunidade ou nação. Na análise de discurso, o conceito de *ethos* está ligado ao de credibilidade. Uma das formas que a Globo sugere o *ethos* que afirma ter através dos princípios editoriais do grupo³. A emissora elenca que a isenção, a publicação de versões de todos os envolvidos nas matérias divulgadas, a observação do contraditório, o apartidarismo, a independência de grupos econômicos e governamentais norteia o trabalho dos profissionais. Conforme a Globo, “em reportagens que requeiram conhecimento técnico, a consulta a especialistas deve ser obrigatória. A informação tem de ser prestada no menor espaço de tempo da melhor maneira possível, eis a equação diante da qual os jornalistas se veem todos os dias” (GLOBO, 2011).

2.3 Sobre a TV Clube e o Piauí TV

A TV Clube, afiliada da Rede Globo, foi a primeira emissora a operar no Piauí. Marques (2016) observa que as produções televisivas da emissora se organizam de modo padronizado formando a grade de programação local, que é, por sua vez, inserida dentro da grade da cabeça de rede. É uma programação horizontal, que se caracteriza por ser pré-

³ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html>. Acesso em: 05 março 2019.

determinada. Isto é, cada programa tem uma hora definida de entrar no ar, seguindo uma frequência diária ou semanal.

Agregando para si, por acréscimo, a imagem da Rede Globo, a TV Clube se utiliza de suas características em nível local como afiliada. Isso porque a rede nacional imputa e exige um padrão caracterizado como ‘de qualidade’ que deve ser adotado sob pena de perda da concessão do sinal. Em nível local, a Clube é representante dos interesses - que vão desde os políticos até os econômicos - da Rede Globo, haja vista que é procuradora no Piauí do mercado que o canal abraça ou tenta abraçar.

A emissora toma para si a posição de autoridade entre o Estado e a sociedade, no momento que entrevista as comunidades, fiscaliza as ações públicas e cobra as autoridades em nome da população. “Essa postura da emissora apresenta-se como mais uma autorreferência de autoridade jornalística, face a sua eficiência em atender as demandas pontuais dos telespectadores, em suas matérias e quadros” (MARQUES, 2016, p.137).

O Piauí TV é o telejornal mais antigo da televisão piauiense e o mais tradicional. É apresentado em dois horários, ao meio-dia e à noite. Atualmente renomeados como Piauí TV 1 e 2, respectivamente. São exibidos de segunda a sexta no horário destinado pela Rede Globo para o telejornalismo local. O PI TV 2, alvo desta pesquisa, é veiculado das 19h20 às 20h00 durante a semana e, aos sábados, das 19h10 às 19h30. É categorizado no gênero jornalístico, informativo. Atualmente é apresentado pela jornalista Denise Freitas. É reputado como o jornalístico de maior destaque na TV Clube, considerando a audiência que alcança, segundo dados do IBOPE⁴ (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística) de 2014, o dobro do segundo colocado no horário. Desde Ibope (2014), a emissora não mais divulgou pesquisas de audiência. Apesar do surgimento de outras emissoras, o jornalístico se apresenta como o mais assistido. Outra vantagem que favorece o jornalístico é o fato de, na grade de programação, situar-se entre duas novelas, produtos de grande popularidade no país.

O jornal obedece ao padrão de jornalismo exigido pela rede nacional e deixa isso bem claro. Quando se clica na seção Política Editorial no sítio do programa na internet, o link direciona o leitor para a emissora nacional, o Grupo Globo, cujos princípios editoriais já foram resumidos anteriormente. Conforme Marques (2016), o telejornalismo da TV Clube segue o modelo dos telejornais da emissora, ao ensaiar uma adesão à teatralização para aparentar uma relação de proximidade com o telespectador. Para isso, eles usam “recursos

⁴ REDE CLUBE. IBOPE confirma mais uma vez liderança de audiência da TV Clube. Disponível em: <http://redeglobo.globo.com/pi/redeclubenoticia/2014/05/ibope-confirmapmais-uma-vez-lideranca-de-audiencia-da-tv-clube.html>. Acesso em: 05 março 2019.

vocais e de expressão corporal para caracterizar os diferentes tipos de informação e garantir a adequação às necessidades de envolver o público num ritmo cada vez mais acelerado” (MARQUES, 2016, p.107).

A apresentadora ostenta expressão séria, está estrategicamente vestida com sobriedade para transmitir credibilidade. Se apresenta como representante dos interesses do cidadão à medida que noticia e demonstra a preocupação com as demandas sociais. Apesar da aparente postura de neutralidade e objetividade expressa no comportamento, na leitura da escalada⁵, das cabeças⁶ das matérias, e no perfil editorial do telejornal, sugere concordância ou discordância através de expressões faciais e breves comentários. Mesmo assim é praxe nos telejornalísticos da Rede Globo e afiliadas propiciar no final dos programas, momento em que aparecem os créditos dos profissionais envolvidos na produção e construção do telejornal, um momento de maior descontração. Oportunidade em que os apresentadores dialogam entre si e, no caso do Piauí, até com os produtores e câmeras que estão fora do alcance do vídeo. Marques (2016) tratou sobre essa característica:

Na tentativa de dar maior dinamicidade à apresentação e criar um vínculo de proximidade com o telespectador, os âncoras tentam criar diálogos entre eles, fugir do ‘sobe os créditos finais’ que são compostos pela logomarca do programa, as informações da produção, a vinheta “Jornalismo Clube”. (MARQUES, 2016, p.106).

A Rede Globo apresenta o Piauí TV 2 como o preposto da informação atual em todos setores do cotidiano e deixa bem claro no site Negócios Globo: “Tudo o que foi marcante durante o dia e que será destaque no dia seguinte você confere no Piauí TV 2º Edição, de segunda a sábado. Assuntos de polícia, cidadania, consumidor, comunidade, denúncias e economia”⁷. Contudo, essa referência da emissora não é exclusividade do Piauí TV, mas a forma que é apresentado pela rede o programa do horário em todos os estados que repetem a sua programação. Ou seja, uma estratégia de marketing.

⁵ Escalada: São as manchetes do telejornal, sempre no início de cada edição. Serve para atrair a atenção do telespectador no início do jornal e informar quais serão as principais notícias daquela edição.

⁶ Cabeça: texto lido pelo locutor para anunciar uma matéria.

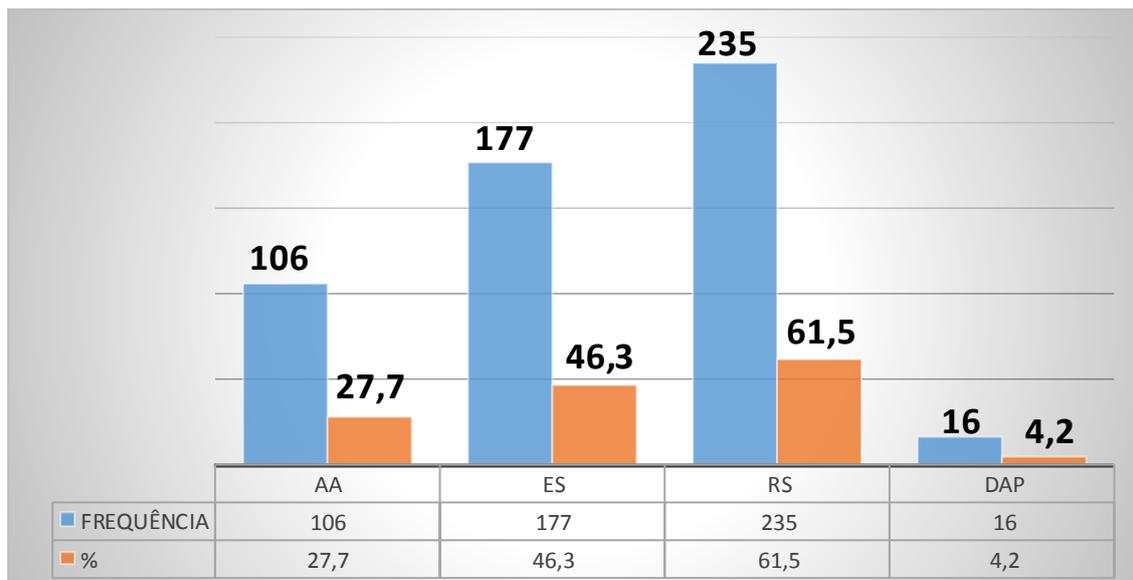
⁷ Disponível em: <http://negocios8.redeglobo.com.br/Programas/Paginas/piauitv2edicao.aspx>. Acesso em: 05 março 2019.

3 SANEAMENTO BÁSICO: SONDAÇÃO DE CAMPO

As questões apresentadas à população estão descritas por blocos. Inicialmente é apresentado o grau de conhecimento que a população acumula sobre os serviços de saneamento básico (Gráfico 1), que é aferido através da pergunta aberta: “Quais são as atividades que você considera como de saneamento básico?”. A essa questão, esperou-se as seguintes respostas: água encanada (AA), esgotamento sanitário (ES), drenagem de águas pluviais (DAP), coleta e tratamento de resíduos sólidos (RS). Os próximos resultados (Gráfico 2) descrevem como a população se sente atingida pelos problemas do setor, ao responder os questionamentos: “Aqui na sua cidade tem coleta de lixo (RS)?; Quando chove, as ruas da cidade alagam (DAP)?; Os moradores daqui tem água encanada (AA)?; As casas da cidade são ligadas a rede esgoto (ES)?”. Os resultados são descritos de duas formas: inicialmente é mostrado o cenário geral referente a todo estado e, em seguida, as respostas às mesmas perguntas são pormenorizadas por cidade investigada.

Após esta fase, a investigação se volta para o Controle Social e observa se a população está informada sobre a participação popular na elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) no município em que vive. Posteriormente, a sondagem se volta para o relacionamento da população com a imprensa. As discussões sobre controle social e imprensa são realizadas em capítulos posteriores e distintos. O Gráfico 1 apresenta o panorama geral da compreensão do público sobre Saneamento Básico.

Gráfico 1: Reconhecimento dos eixos de SB no Piauí – geral (2015)



Fonte: Pesquisa de campo. 2015

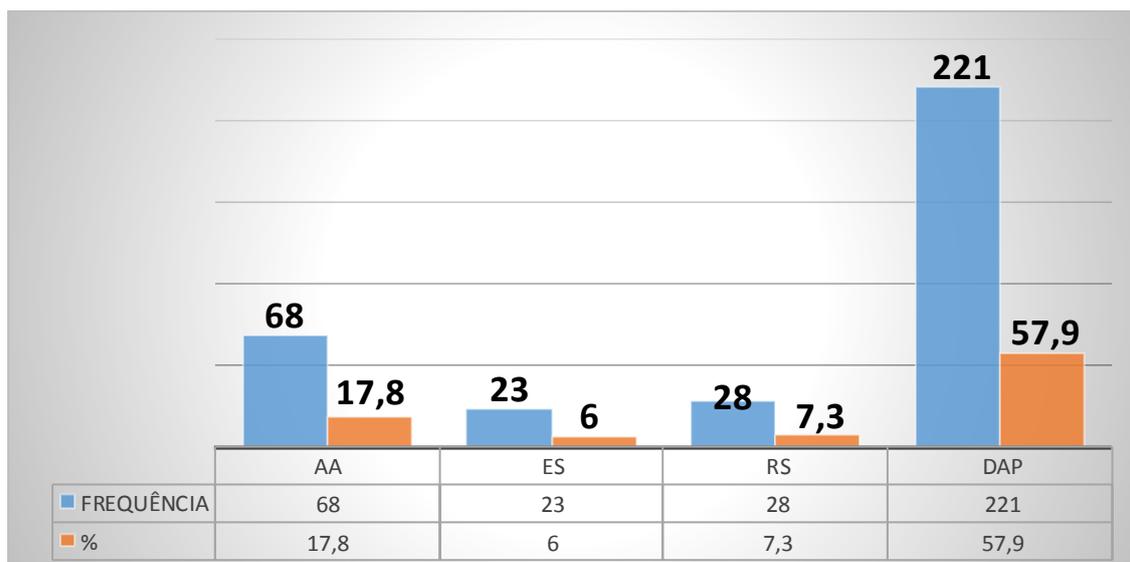
Legenda: AA: abastecimento d’água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Dos problemas mais reconhecidos de forma espontânea pela população como saneamento básico, desponta na liderança a coleta de resíduos sólidos, seguido de esgotamento sanitário, abastecimento de água e, por último, drenagem de águas pluviais. A falta de reconhecimento de DAP como saneamento pode ser um indício de que os entrevistados agregam o conceito de drenagem com o de esgotamento sanitário, o que evidencia a desinformação da população no que diz respeito aos serviços de saneamento básico, e que pode ser atribuída à ausência de previsão de estratégias mais agressivas de divulgação dentro do próprio Plansab.

O manejo de águas pluviais, conforme Brasil (2007) é possibilitado pelo conjunto de atividades, infraestruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas. Já o esgotamento sanitário é constituído “pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente” (BRASIL, 2007).

Em um segundo momento, foi investigado, de forma estimulada, como os entrevistados identificavam os problemas de saneamento básico na sua comunidade. O objetivo era contrapor se o conhecimento que dispõe sobre saneamento é proveniente dos problemas que eles vivem cotidianamente. Os resultados estão no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Identificação de deficiência de SB no Piauí (2015)



Fonte: Pesquisa de campo. 2015

Em uma situação inversa à anterior, desta vez a maioria citou a drenagem urbana, apontando-a, dentro dos 4 eixos, como um dos problemas mais reconhecidos, seguido por abastecimento de água. Coleta de resíduos e esgotamento foram os menos lembrados. Os resultados acenam para uma evidente conclusão: apesar de ter consciência dos problemas que a atinge, a população não consegue vinculá-los ao saneamento básico.

A que atribuir o fato das pessoas não estarem enxergando a própria realidade dentro de um contexto de deficiência de saneamento em que vivem? Por que não veem a conexão entre o problema que vivencia com o saneamento básico? Várias hipóteses podem ser elencadas. A primeira delas seria o fato de a cidade não ter problemas de drenagem (o que não é o caso). O entrevistado pode ter sido influenciado pela sazonalidade. Ou seja, como os questionários foram aplicados em período de seca, os episódios de enchente podem ter caído no esquecimento. A localização dos locais que alagam pode ser distante da residência do entrevistado. Dessa forma, ele não se refere porque não lhe atinge diretamente e, ainda, a falta de matérias evocando o assunto na mídia, por não ser a pauta do momento, pode levar ao esquecimento do tema.

Há outro fator que pode se sobrepôr a todos os mencionados anteriormente. Saneamento básico, enquanto nova categoria que abarca os 4 eixos, é bastante recente, datando da publicação do Plansab A expressão saneamento básico conhecida anteriormente tinha uma vinculação direta com a saúde, não sendo associado explicitamente aos 4 eixos. Antes, a importância do eixo drenagem urbana era minimizada.

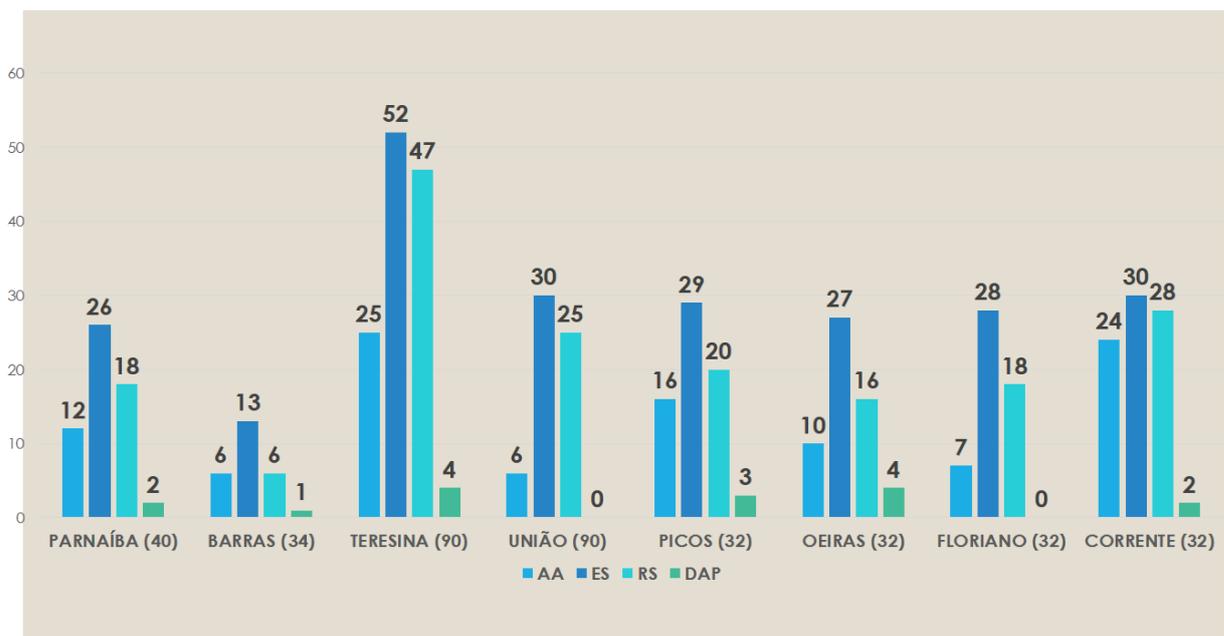
O discrepante contraste entre as respostas da primeira pergunta (quando os entrevistados não reconhecem, por exemplo, a DAP como saneamento básico) com as das últimas (quando DAP surge como a deficiência mais recorrente no entender dos entrevistados) ressalta para a necessidade de uma divulgação mais contumaz sobre saneamento básico. Este desconhecimento sobre o assunto pode incentivar os gestores a preterir investimentos na área justamente pela falta de reivindicação popular. Até porque o problema de drenagem de águas pluviais atinge parte dos municípios entrevistados, a maioria deles situados em áreas ribeirinhas como Parnaíba, Barras, Teresina, União, Floriano, Corrente, onde os problemas de drenagem se mostram mais evidentes.

Mota (2003) elenca as principais alterações provocadas pelo homem no ambiente e que leva a inundações: desmatamento; movimentos de terra; impermeabilização do solo; aterramento de rios, riachos, lagoas, entre outras. Lima Júnior (2015) recorda que estruturas seguras de saneamento são a saída para problemas decorrentes de acúmulo de água nas ruas. “Quando os prejuízos decorrentes das inundações se tornam incômodos, a proposta de solução

para os inconvenientes gerados é baseada em obras de drenagem urbana, como sarjetas, galerias e canais, entre outros, que são de custo elevado” (LIMA JÚNIOR, 2015). O desestímulo a investimentos na área é favorecido, ainda, pelo fato de a população supor que alagamentos provenientes da ineficiência da drenagem urbana são na verdade decorrência natural da chuva. Não consegue interpretar o evento e suas consequências como despreparo das cidades suscitado pela falta de investimento em saneamento.

Os demais números relativos ao abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta de resíduos revelam que a universalização do acesso a serviços de abastecimento nas zonas urbanas dos municípios, direito essencial garantido constitucionalmente no Brasil, ainda não é realidade. E, por acréscimo, apontam a possibilidade de implicações decorrentes da carência desses serviços para a saúde pública e o ambiente à medida que influenciam de forma negativa campos como educação, trabalho, economia, biodiversidade, disponibilidade hídrica e outros. O Gráfico 3 mostra o entendimento da população com relação aos 4 eixos.

Gráfico 3 – Reconhecimento dos eixos de SB por cidade - respostas positivas



Fonte: Pesquisa de campo. 2015

Legenda: AA: abastecimento d’água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

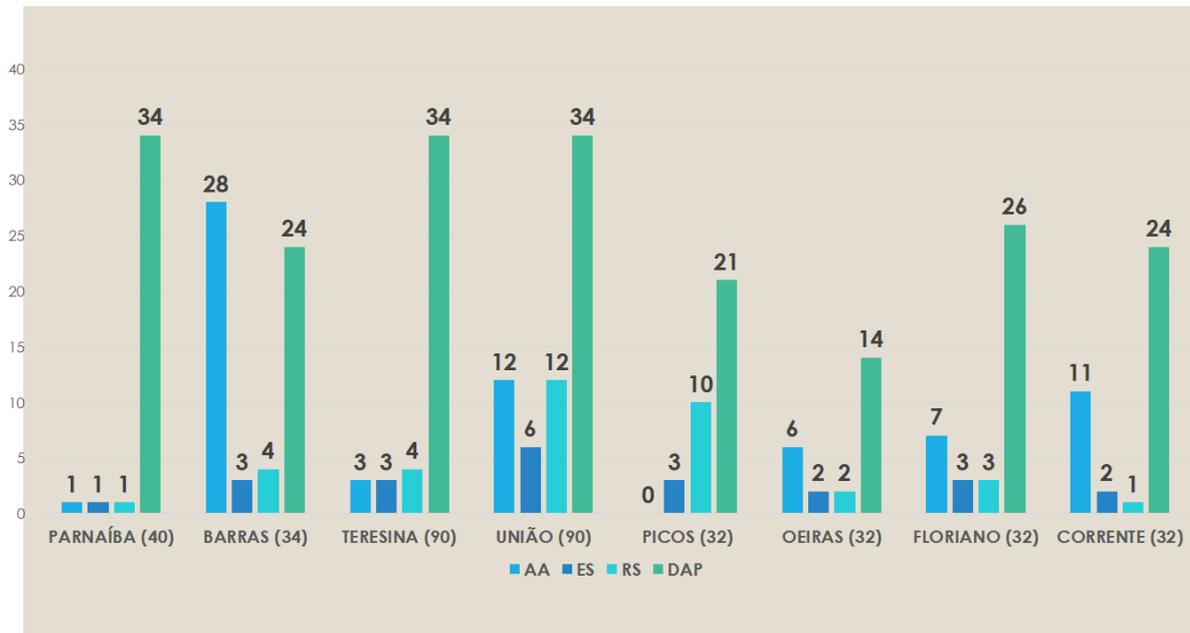
Ao se falar em saneamento básico, admite-se que o acesso a água seja a resposta mais esperada devido à necessidade vital de consumo do produto, que é responsável pela vida no planeta. Contudo, este trabalho constatou que o nível de reconhecimento de abastecimento de água como um serviço de saneamento no Piauí é exíguo. Exceto o município de Corrente, onde 75% dos entrevistados assinalaram abastecimento de água, e Picos 50%, as demais

idades apresentaram respostas inferiores a 30%. Com destaque para União, onde dos 90 entrevistados, apenas 6 lembraram deste serviço.

Quando se parte para esgotamento sanitário, percebe-se que é o conceito mais associado ao saneamento, tendo em vista que foi essa a resposta mais lembrada pela população. Ressalvando Barras e União, cujas respostas são inferiores a 40%, nas demais cidades, mais da metade da população assinalaram esse eixo. Quando se analisa os motivos que levaram a população entrevistada a lembrar mais o esgotamento sanitário e coleta e tratamento de resíduos sólidos como serviços de saneamento, supõe-se que os impactos que a falta desses serviços provoca como doenças, mau cheiro, proliferação de insetos chamam mais atenção. A presença dos resíduos sólidos e líquidos acumulados pelas ruas tem maior repercussão visual e olfativa do que, por exemplo, a intermitência no abastecimento de água, que se apresenta rotineiramente no cotidiano dos moradores do Nordeste.

Os resultados encontrados por este trabalho para Teresina mostram que, apesar de ser a capital do estado, local em que se pressupõe uma população mais informada, os índices de reconhecimento dos problemas de saneamento ficaram abaixo do esperado e inferiores a cidades como Corrente, Oeiras e Picos, localizadas no interior e distantes da capital. Mais da metade dos entrevistados teresinenses não reconhece esgotamento sanitário como saneamento.

A litorânea Parnaíba, segunda maior cidade do Piauí, que por ser turística, pressupõe-se ser alvo de um fluxo de informação superior aos demais municípios, também apresentou baixos índices de reconhecimento de serviços de saneamento básico. O problema reconhecido por mais da metade dos entrevistados foi esgotamento sanitário (65%), seguido de resíduos sólidos, abastecimento de água e, por último, drenagem, essa com apenas 5% de reconhecimento. Dos municípios entrevistados, Corrente é a mais distante da capital. Sua população, estimada pelo IBGE em 2010, era de 25.407 habitantes com 60% em área urbana. Devido à distância da capital, os moradores de Corrente, têm mais contato com a população baiana, mas a cidade é um polo universitário com faculdades particulares, campus da Universidade Estadual do Piauí (UESPI) e do Instituto Federal de Educação do Piauí (IFPI). É para Corrente que se dirigem grande número de estudantes das regiões vizinhas, o que pode justificar o fato desta cidade ter apresentado, em todos os quesitos, os índices mais altos de reconhecimento de serviços em saneamento, acrescido a isso, o fato dos questionários terem sido respondido por estudantes pode ter influenciado o resultado mostrado no Gráfico 4.

Gráfico 4: Identificação de deficiência de SB por cidade - respostas positivas

Fonte: Pesquisa de campo. 2015

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Observa-se pelos resultados apresentados que, ao ser questionada se se sentia atingida pelos problemas de saneamento básico, a população respondeu positivamente, mesmo não reconhecendo alguns serviços como parte do elenco de saneamento ambiental. O realce foi novamente para a drenagem urbana que lidera entre os problemas identificados.

A Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades divulga anualmente o Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos, com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS. A vigésima segunda edição do Diagnóstico, com dados referentes ao ano de 2016, mostra que mais de 90% do Piauí é atendido pela rede de abastecimento de água, portanto o serviço é apresentado como universalizado.

Todavia, os dados revelados nas tabelas demonstram que, apesar de possuir sistema de abastecimento de água, os municípios não estão satisfeitos com o serviço, principalmente a cidade de Barras, quando 82,4% dos entrevistados ressaltaram a deficiência no setor. Esta conclusão se justifica pela recorrente suspensão da oferta do serviço que estava acontecendo no período e que foi realizada por alguns entrevistados, o que deixa a população descontente por comprometer atividades elementares da rotina das famílias.

Em Barras a população rural do município - que não possui sistema de abastecimento convencional - é maior que a urbana. São 22.724 pessoas morando na zona rural e 22.126 da urbana. Além disso, os frequentes cortes de abastecimento na zona urbana relatados pelos entrevistados mostram que o acesso universal à água ainda requer muito investimento.

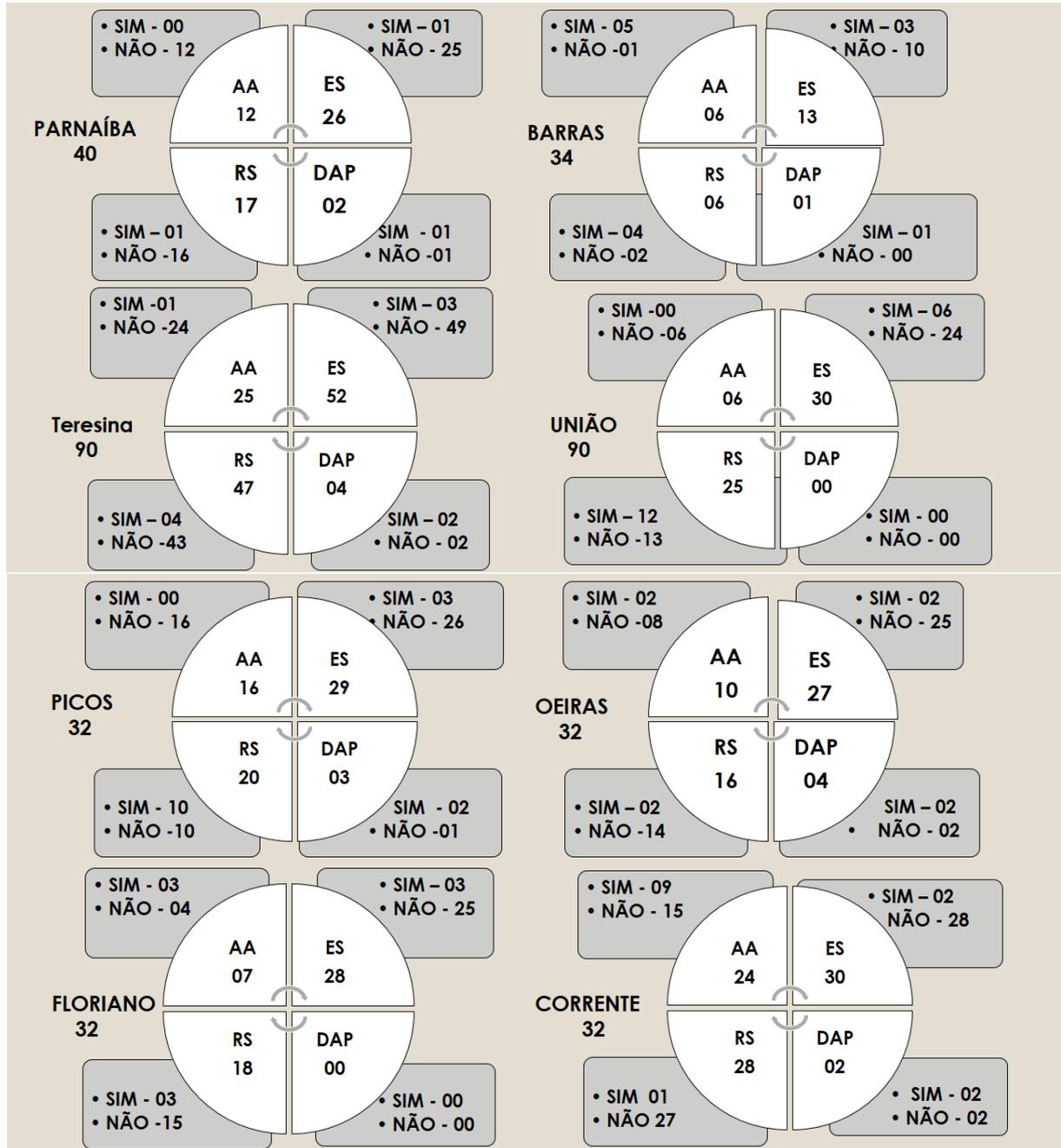
O SNIS (2016) traz também o índice de atendimento urbano por rede coletora de esgotos por todo país. Neste, apesar de ter subido de faixa com relação a 2013, o Piauí ainda aparece juntamente com Maranhão, Acre e Pará na penúltima faixa, que representa somente 10% a 20% de atendimento urbano de esgotamento sanitário.

Sobre esgotamento sanitário, o baixo investimento em redes coletoras não refletiu nas respostas a esta pesquisa. A pesquisa revela que a deficiência no esgotamento apontado pelo SNIS não é observada pelos entrevistados, apesar de ter sido o mais associado a saneamento básico, somente 6% se sentem atingidos por problemas decorrentes de esgotamento. Tanto os números da identificação de esgotamento sanitário quanto o da coleta seletiva como deficiência de saneamento básico merece uma investigação à parte.

No que diz respeito aos Resíduos Sólidos Urbanos (RSUs), parece não ter atingido os entrevistados o debate sobre os impactos destes para a saúde da população, bem como os visíveis problemas ambientais, que fomentaram uma discussão aprofundada sobre o tema, resultando na formulação da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010). Além disso, há o agravante da inexistência de aterros sanitários nos municípios entrevistados. Nenhum desses fatores influenciaram nas respostas dos questionários aplicados por esta pesquisa. A cidade com maior número de pessoas que consideraram problemática a coleta e tratamento de RSU foi a cidade de União, com 13,3 das respostas.

A Figura 2 foi elaborada com o objetivo de resumir e facilitar o confronto entre as respostas sobre: 1. a identificação dos eixos do saneamento básico e 2. o reconhecimento das deficiências no setor. As células do círculo branco assinalam a frequência da identificação do problema. Os retângulos externos em cada quadrante contêm o número dos entrevistados que identificam e não identificam a deficiência no seu município.

Figura 2: Representação gráfica do confronto de respostas - Identificação de Eixo/Reconhecimento de Deficiência



Fonte: Pesquisa de campo. 2015

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Para melhor entendimento, a leitura da cidade de Parnaíba é feita dessa forma: das 12 pessoas que reconhecem abastecimento d'água como eixo de saneamento, nenhuma delas acredita que o eixo é um problema da cidade e 12 consideram que sim. Sobre o município de Barras, 13 pessoas apontaram esgotamento sanitário como eixo do saneamento. Destas, 3 observam a deficiência do serviço e 10 acreditam que estão contemplados, pois não há

problema de esgotamento na cidade. Um olhar mais minucioso para os números de ES nos municípios mostra um certo grau de satisfação com os serviços deste eixo, o que deve propiciar um maior debate sobre o tema, tendo em vista que as cidades estão longe de oferecer uma rede de esgoto que atenda às necessidades da maioria da população.

O que se observa de forma geral é que, apesar de um pequeno número de indivíduos consideram que sua cidade possui problema de abastecimento de água, um grande número não associa o problema ao saneamento básico, com destaque para União, Parnaíba e Picos, que apresentaram zero em reconhecimento do problema. O caso específico de Oeiras chama atenção pelo fato de já estar concluindo o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB). Segundo o site oficial da prefeitura, o PMSB seria concluído em fevereiro de 2015, portanto antes da aplicação dos questionários desta pesquisa, realizada em setembro.

A Prefeitura de Oeiras está realizando a partir da manhã desta quarta-feira (25) a etapa final do Plano Municipal de Saneamento Básico. O plano vem sendo desenvolvido no município desde 2013 e ao longo deste tempo já foram realizadas 48 reuniões no intuito de escutar a população (...) No município de Oeiras fazem parte do grupo gestor 18 representantes, sendo eles do poder executivo, legislativo, prestadores de serviço, membros da sociedade civil e do comitê executivo, todos imbuídos em cumprir a meta de universalização do acesso ao saneamento básico com quantidade, igualdade, continuidade e controle social (PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS, 2015).

O excerto leva a pressupor que, se a etapa controle social foi efetivada como determina a lei, a população deveria deter um maior acervo de informações sobre o tema, o que não foi detectado por esta pesquisa. A etapa Mobilização Social prevê que a sociedade seja comunicada e esclarecida sobre saneamento básico. Desta forma estaria credenciada à soberania para decisões e atitudes cidadãs. Sobre isso, Chauí (2017) reitera que os sujeitos políticos participam da vida social em proporção ao volume e qualidade das informações que possuem, em especial, a partir das suas possibilidades de acesso às fontes de informação e de condições favoráveis de aproveitamento delas, de forma a poderem intervir como produtores do saber. No caso de Oeiras a prefeitura afirma já ter feito 48 reuniões, o que supõe uma população bem informada.

Sobre Resíduos Sólidos, verificou-se um grau de satisfação nos serviços quando se observa pelo confronto da Figura 2. Parnaíba, Oeiras, Corrente, Floriano e Teresina são exemplo de cidades que ilustram essa observação. A maioria dos que identificaram RS como saneamento não interpretam a coleta e tratamento de resíduos como problemático. A cidade de Picos e União são as que mais se queixam do serviço.

Novamente destoa dos demais eixos, os resultados de Drenagem de Águas Pluviais. Partindo da premissa de que todas as cidades da amostra são atingidas por enchentes, pode-se

justificar o grande número de respostas à pergunta “Quando chove, as ruas da cidade alagam”. Dos 382 questionários aplicados, 221 reconheceram o problema no local onde vivem, mas apenas 16 compreenderam que DAP integra o conjunto de ações de saneamento básico. Para completar, desses 16 entrevistados, apenas 10 associam ao conceito a deficiência do setor. Restando assim 6 que, apesar de saber que DAP é saneamento e de vivenciar o problema, afirma que em sua cidade não há problema de drenagem. Observando por município (Figura 2), todos os que reconheceram ser DAP saneamento, afirmam ser atingido pelo problema.

No Quadro 3, notícias divulgadas em sites locais confirmam a presença de problemas de drenagem nos municípios de abrangência desta pesquisa, o que não favoreceu o seu entendimento como eixo do saneamento.

Quadro 3: Notícias sobre deficiência de drenagem urbana nas cidades pesquisadas

Corrente 28.01.17	Chuva forte alaga o centro de Corrente http://portalcorrente.com.br/noticia/4766/chuva-forte-alaga-o-centro-de-corrente
Barras 06.03.17	Forte chuva provoca alagamentos em ruas e avenidas de Barras https://piauidepontaaponta.blogspot.com.br/2017/03/forte-chuva-provoca-alagamentos-em-ruas.html
União 04.05.09	União: Rio Parnaíba deixa bairro da cidade debaixo d’água https://cidadeverde.com/noticias/37088/uniao-rio-parnaiba-deixa-bairro-da-cidade-debaixo-dagua
Teresina 12.01.18	Forte chuva invade casas e deixa principais avenidas alagadas em Teresina https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/forte-chuva-invade-casas-e-deixa-principais-avenidas-alagadas-em-teresina.ghtml
Floriano 31.10.2.17	Chuva intensa deixa casas e lojas alagadas na cidade de Floriano - https://www.45graus.com.br/geral/chuva-intensa-alaga-casas-e-lojas-na-cidade-de-floriano
Parnaíba 18.03.17	Parnaíba Chuva causa alagamento e rua vira ‘piscinão’ no Piauí https://www.cidadesemfoco.com/chuva-causa-alagamento-e-rua-vira-piscinao-no-piaui/#ixzz57m1tkz8y
Oeiras 13.04.17	Oeiras registra a 3ª maior chuva do país; temporal inunda ruas e casas https://cidadeverde.com/oeiras/83634/oeiras-registra-a-3-maior-chuva-do-pais-temporal-inunda-ruas-e-casas
Picos 05.01.18	Após 5 horas de chuva, ruas e várias casas ficam alagadas em Picos https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/apos-5-horas-de-chuva-ruas-e-varias-casas-ficam-alagadas-em-picos.ghtml

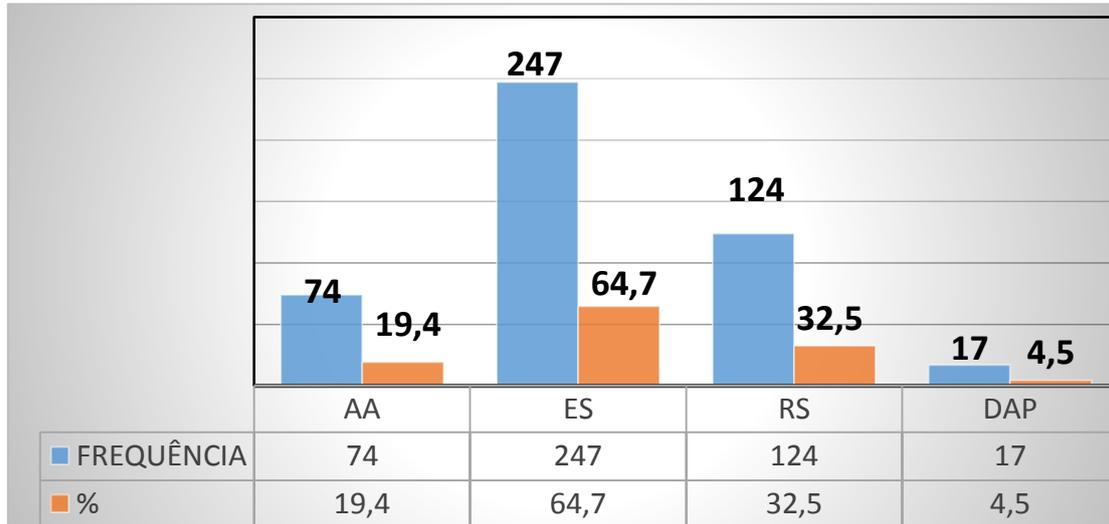
Fonte: autora (2018)

3.1 Sondagem de campo: retorno 2017

No ano de 2017, a aplicação do questionário foi repetida nas mesmas cidades. O intuito foi o acompanhamento da mudança de cenário em dois anos, na pressuposição da ampliação do do debate social sobre saneamento, a preocupação do governo diante de

cobranças de instituições da sociedade civil, a destinação de recursos extras para auxiliar na elaboração do PMSB e a expectativa de que a mídia tivesse dado mais ênfase ao tema. Os números dos gráficos 5 e 6 expõem as respostas durante este retorno.

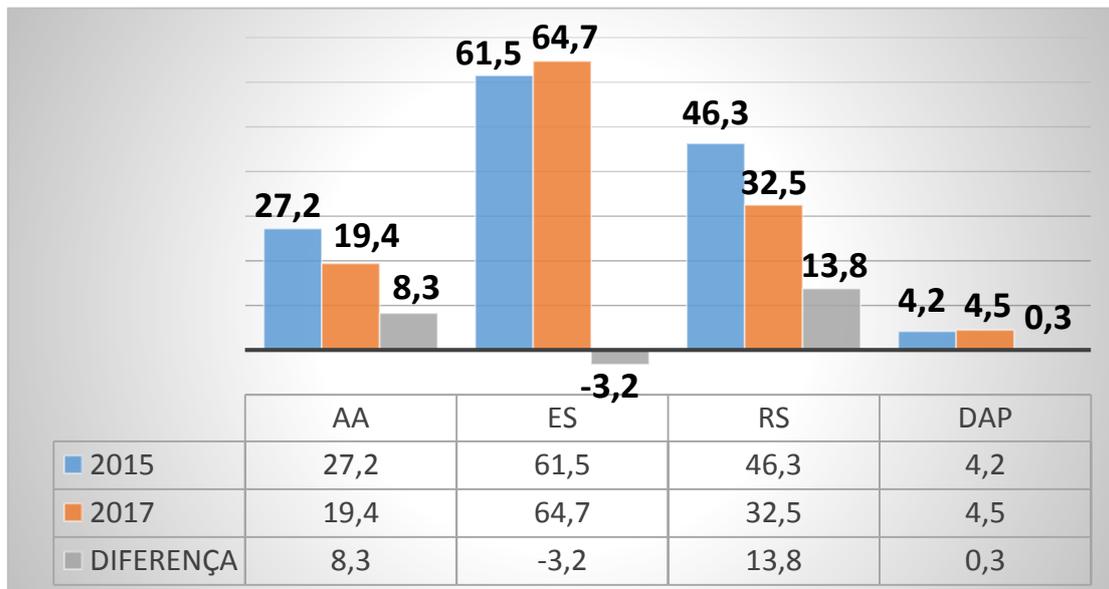
Gráfico 5: Reconhecimento dos eixos do SB no Piauí (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo. 2017

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Gráfico 6: Atividades reconhecidas como SB: diferença entre dois anos



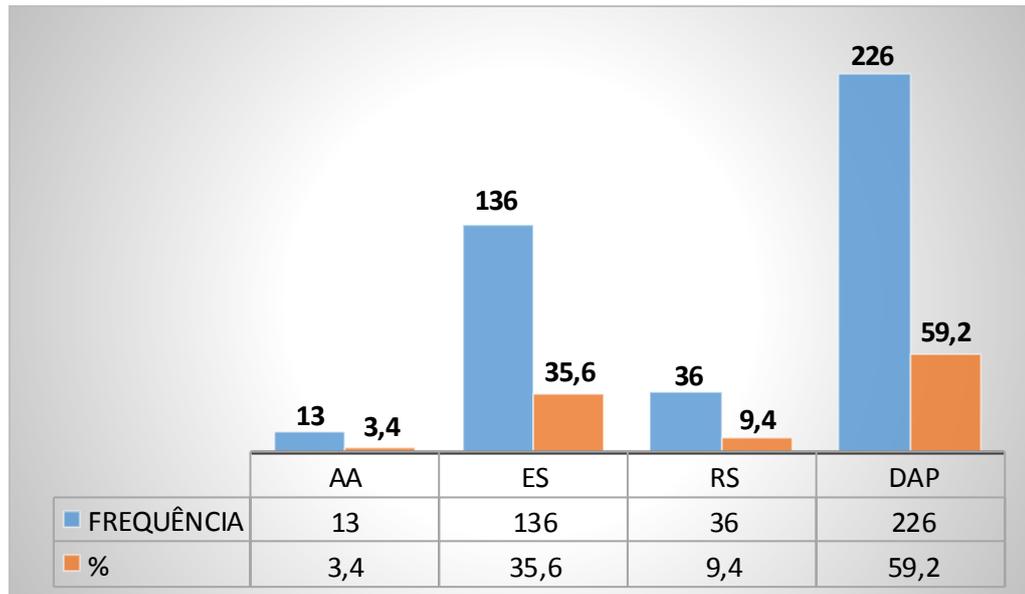
Fonte: Pesquisa de campo. 2017.

Neste resultado ES e DAP continuam posicionados dentro da margem de erro quando se compara os números de 2015 e 2017, levando ao entendimento de que continua o contexto anterior. Isto é, a dedução de que o entrevistado compreende que esgotamento sanitário é primordialmente saneamento básico e que não consegue se apropriar da concepção de drenagem, sendo grande a possibilidade de estar agregando os dois conceitos. Ou seja, as características semelhantes de estruturas de engenharia nos dois eixos conduzem a uma junção destes.

A continuidade no quadro do entendimento dos munícipes sobre saneamento básico evoca a necessidade de se implementar políticas de esclarecimento da população. Nem o maior acesso à internet, que ampliou a utilização de aplicativos e redes sociais, veículos de transmissão de informações de utilidade pública, suscitou a expansão do conhecimento sobre os eixos pesquisados. Era esperado que a popularização dos smartphones facilitasse o alcance a notícias. A própria imprensa intensificou as publicações durante o período motivado por epidemias de enfermidades transmitidas pelo mosquito *aedes aegypti* e a explosão de microcefalia no país. Efeito colateral do zika vírus, a proliferação do vetor está intimamente ligada a deficiências no saneamento básico. Neste período, o governo federal até investiu mais em publicidade. Mas esta não contribuiu para que a população fizesse o encadeamento através da relação causa e consequência entre falta de saneamento/ zika. Conforme constataram Moita e Carcará (2016), a maioria das matérias tratavam sobre o perigo da água parada, sobre como dispor corretamente os resíduos sólidos, como armazenar água, etc.

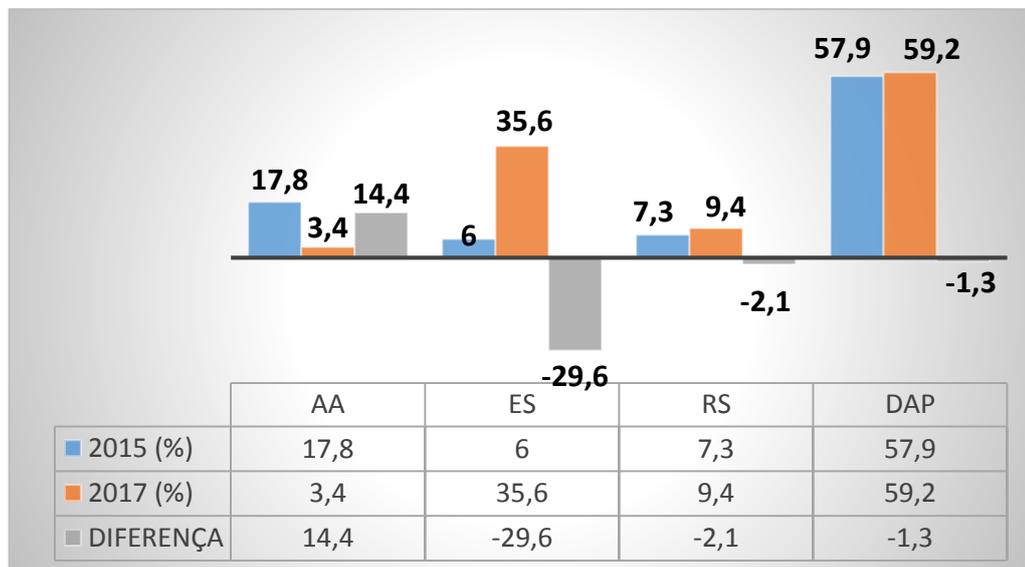
No que se refere à publicidade, David (2015), observou que o governo federal transferiu à sociedade a responsabilização pelos cuidados com a prevenção do mosquito, além de atribuir ao *aedes aegypti* a imagem de vilão. Nessa tônica, a publicidade também continha um caráter pedagógico conduzindo o público a assimilar estratégias de se proteger do mosquito, estratégias essas que atravessam diretamente o tema saneamento básico, entretanto não influenciaram no resultado desta pesquisa.

Quando se partiu para o reconhecimento dos problemas em saneamento em 2017, a diferença nos resultados apontou para continuidade do quadro de 2015 em 2 eixos, mas mudanças significativas também foram detectadas, como mostram os gráficos 7 e 8.

Gráfico 7: Identificação de deficiência nos serviços de SB (2017)

Fonte: Pesquisa de Campo. 2017

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Gráfico 8 – Identificação de deficiência nos serviços de SB – diferença

Fonte: Pesquisa de Campo. 2017

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

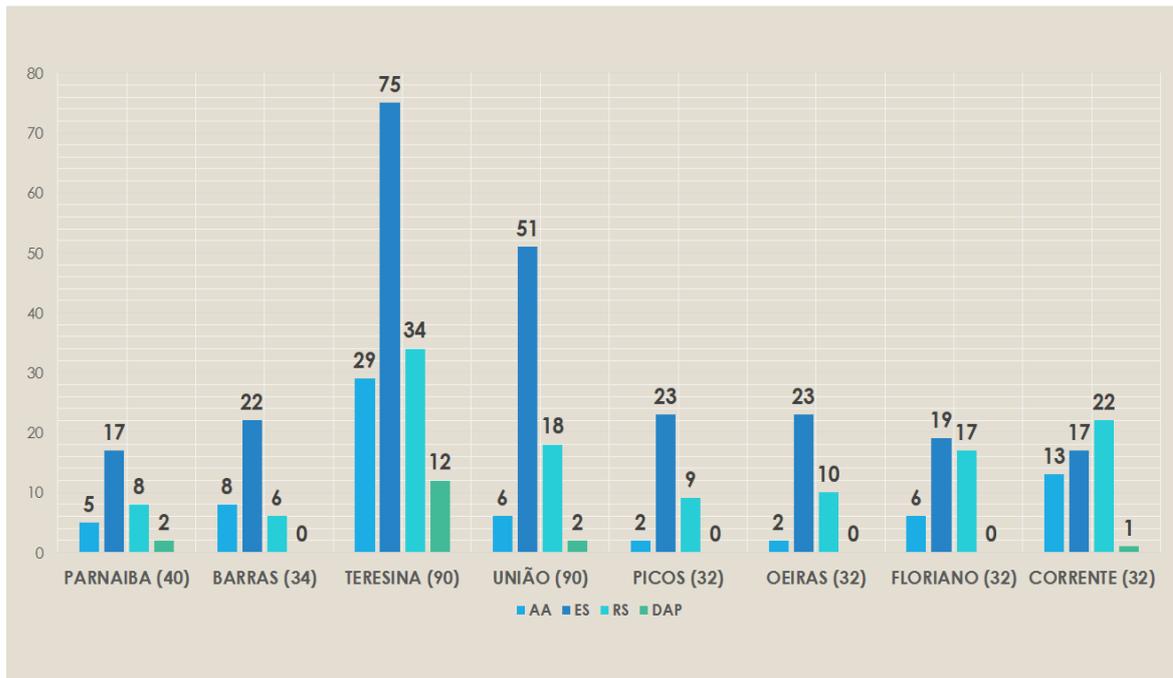
Na comparação dos dois anos mostra que DAP e RS estão dentro da margem de erro e representa a estabilidade da situação encontrada em 2015. Quanto aos resíduos sólidos, por exemplo, pode-se inferir que as respostas correspondem a um grau de satisfação com o serviço de coleta, apesar de ser nítido o descumprimento que a Lei 12.305/2010 que

normatiza o serviço. O que se pode deduzir é que o fato de ter um serviço que permite que as famílias se livrem do incômodo do que é encarado como lixo dá uma sensação de tranquilidade, mesmo que o serviço não seja adequado. Até porque o atraso da coleta não traz tanto inconveniente como, por exemplo, a falta de água que obriga os moradores a ter um trabalho de armazenar água, de ver suas atividades corriqueiras comprometidas. Principalmente nas cidades do interior, as famílias buscam alternativas de se livrar dos resíduos sólidos. Já o caso de DAP, a continuidade do quadro era esperada, pois as cidades continuam sem qualquer plano de drenagem urbana.

Sobre abastecimento d'água houve uma redução de identificação do problema, demonstrando que investimentos podem ter sido realizados ou que a população esteja mais satisfeita com os serviços oferecidos, entretanto o que chama mais atenção são as respostas do eixo ES. O motivo do destaque é porque, em 2015, apenas 6% dos entrevistados reconheceram a ausência do esgotamento em sua cidade. Já em 2017, o número subiu para 35,6%.

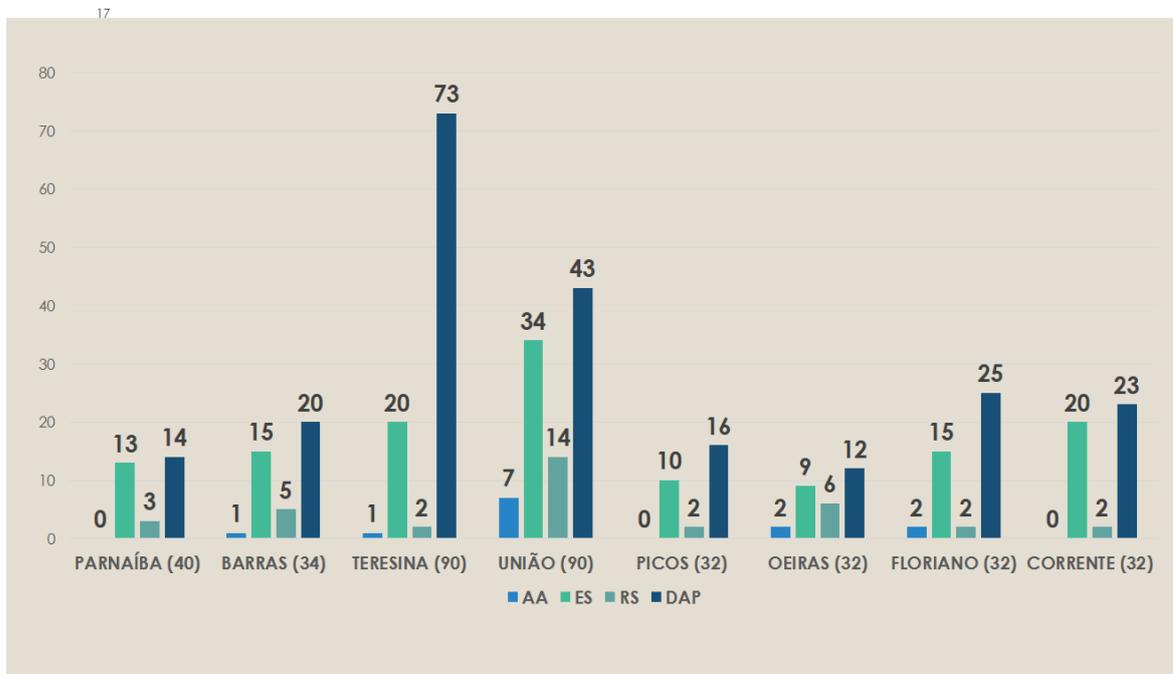
A alteração nas respostas do eixo ES deve ser interpretada de forma positiva. Sinaliza que a população está mais consciente da aceção de esgotamento sanitário e isso pode ser atribuído a uma divulgação maior sobre os problemas que envolvem esse eixo. Obras de ES estavam sendo realizadas no período da coleta e interditavam as ruas em União, Barras, Florianópolis. Em Oeiras as obras já haviam sido concluídas. Esse investimento do governo federal pode ter servido de incentivo à produção de pautas na imprensa local. Obras de esgotamento sanitário são muito chamativas e incomodam a população por afetar diretamente o trânsito, a rotina das pessoas e, conseqüentemente, podem ter afetado o entendimento dos entrevistados.

As respostas sobre reconhecimento das deficiências de saneamento nos municípios estão apresentadas nos Gráficos 9 e 10 e Tabelas 2 e 3.

Gráfico 9: Reconhecimento dos eixos de SB por cidade (2017) – respostas positivas

Fonte: Pesquisa de Campo. 2017.

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Gráfico10 – Identificação deficiência de SB por cidade (2017) – respostas positivas

Fonte: Pesquisa de Campo. 2017

Tabela 2: Confronto de respostas: reconhecimento dos eixos do saneamento nos dois anos

CIDADE	% AA			% RS			% ES			% DAP		
	2015	2017	DIFE R.	2015	2017	DIFER.	2015	2017	DIFER.	2015	2017	DIFER.
CORRENT	75,0	40,6	34,4	87,7	68,8	18,9	93,1	53,1	40	6,2	3,1	3,1
BARRAS	17,6	23,5	-5,9	17,6	17,6	0,0	38,2	64,7	-26,5	2,9	0,0	2,9
UNIÃO	6,7	6,7	0,0	27,8	20,0	7,8	33,3	56,7	-23,4	0,0	2,2	-2,2
TERESIN	27,8	32,2	-4,4	52,2	37,8	14,4	57,8	83,3	-25,5	4,4	13,3	-8,9
FLORIAN	21,9	18,8	3,1	56,2	53,1	3,1	87,5	59,4	28,1	0,0	0,0	0,0
PARNAIB	30,0	12,5	17,5	47,5	20,0	27,3	65,0	42,5	22,5	5,0	5,0	0,0
OEIRAS	31,2	6,2	2,5	50,0	31,2	18,8	84,4	71,9	12,5	12,6	0,0	-12,6
PICOS	50,0	6,2	43,8	62,5	28,1	34,4	90,6	71,9	18,7	9,4	0,0	9,4

Fonte: Pesquisa de Campo. 2017.

Tabela 3: Confronto de respostas: identificação de deficiências em saneamento nos dois anos

CIDADE	% AA			% RS			% ES			% DAP		
	2015	2017	DIFER.	2015	2017	DIFER.	2015	2017	DIFER.	2015	2017	DIFER.
CORRENT	34,4	0,0	34,4	3,1	6,2	-3,1	6,2	62,5	-56,3	75,0	71,9	3,1
BARRAS	82,4	2,9	79,5	11,8	14,7	-2,9	8,8	44,1	-35,3	70,6	58,8	11,8
UNIÃO	13,3	7,8	5,5	13,3	15,6	-2,3	6,7	37,8	-31,1	37,8	47,8	10,0
TERESIN	3,3	1,1	2,2	4,4	2,2	2,2	3,3	22,2	-18,9	48,9	81,1	32,2
FLORIAN	21,9	6,2	15,7	9,4	6,2	3,2	9,4	46,9	-37,5	81,2	78,1	3,1
PARNAÍB	2,5	0,0	2,5	2,5	7,5	-5,0	2,5	32,5	-30,0	85,0	35,0	5,0
OEIRAS	18,8	6,2	12,6	6,2	18,8	-12,6	6,2	28,1	-21,9	43,8	37,5	6,3
PICOS	0,0	0,0	0,0	3,1	6,2	-3,1	9,4	31,2	-21,8	65,6	50,0	15,6

Fonte: Pesquisa de Campo. 2017

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Ao se comparar os resultados do questionário aplicado em anos diferentes, é nítida uma mudança de cenário no reconhecimento das deficiências de saneamento nas cidades. Exceto RS que, salvo Oeiras, se manteve dentro da margem de erro de 5%, os demais eixos apresentaram distinções. Já no que diz respeito ao reconhecimento de RS como saneamento o eixo continuou em segundo lugar em respostas. O primeiro continuou sendo ES. Em AA, por exemplo, os números mostram uma redução de reconhecimento de deficiência em todos os municípios, chegando a zerar em Oeiras no intervalo de dois anos. Em Barras, a redução foi quase de 80%. Floriano e Oeiras também apresentaram números bem próximos à margem de erro.

Pode-se concluir a partir destes dados que a população está mais satisfeita com o serviço, já que em 2015 a resposta à pergunta “Os moradores daqui possuem água encanada?”, soou mais como uma manifestação de revolta contra o serviço, quando se considera que todos os municípios da amostra têm sistema de abastecimento d’água na zona urbana. Apesar de não se ter atingido a universalização, era esperado que a resposta a esta pergunta fosse SIM, tendo em vista que os questionários foram aplicados na zona urbana. O índice de reconhecimento também sofreu pouca alteração, com exceção de Oeiras e Picos que apresentou grande alteração. Em Picos 50% na primeira coleta reconheceram AA. Em Oeiras, 31,2%. Na segunda coleta os dois municípios empataram com 6,2%.

O índice de reconhecimento de DAP continuou alto, mas sofreu redução em 6 municípios e aumento apenas em Teresina (32,2%) e União (16%), ambas banhadas pelo Rio Parnaíba e que apresentam registros de alagamentos durante o período chuvoso. Em contrapartida, o contraste entre reconhecer o problema e entender que ele faz parte dos serviços de saneamento básico teve pouca variação de um ano para o outro, ficando dentro da margem de erro em 5 cidades. Em 2017, nenhum dos entrevistados de quatro cidades enquadraram DAP dentro dos eixos previstos na Lei 11.445/2007.

O fenômeno de maior relevo foi o aumento do índice de reconhecimento de ES como deficiência de saneamento básico. Todos os municípios registraram uma ampla diferença entre os dois anos, cujos prováveis fatores motivadores já foram discutidos anteriormente. Em Corrente, mais da metade dos entrevistados confirmaram em 2017 que o município registra problema no setor, quando em 2015 só 6,2% fizeram essa identificação. Parnaíba Oeiras, União e Teresina seguiram a tendência com índices na casa dos 30%.

A exemplo de 2017, em 2015, o índice de reconhecimento deste eixo como saneamento era o mais diagnosticado, com a diferença que, naquele ano, os entrevistados não diagnosticavam o problema no município. À guisa de exemplo, em 2015, o município de

Florianópolis apresentou 87,5% de reconhecimento de ES como saneamento e apenas 9,4% assinalaram a existência de déficit na realidade da sua cidade. Em 2017, os números sofreram variação. Dos 59,4% que reconheceram ES como saneamento, 46,9% afirmam que Florianópolis é deficiente no setor, um aumento considerável na percepção dos problemas envolvendo esgotamento sanitário.

4 CONTROLE SOCIAL EM SANEAMENTO NO PIAUÍ

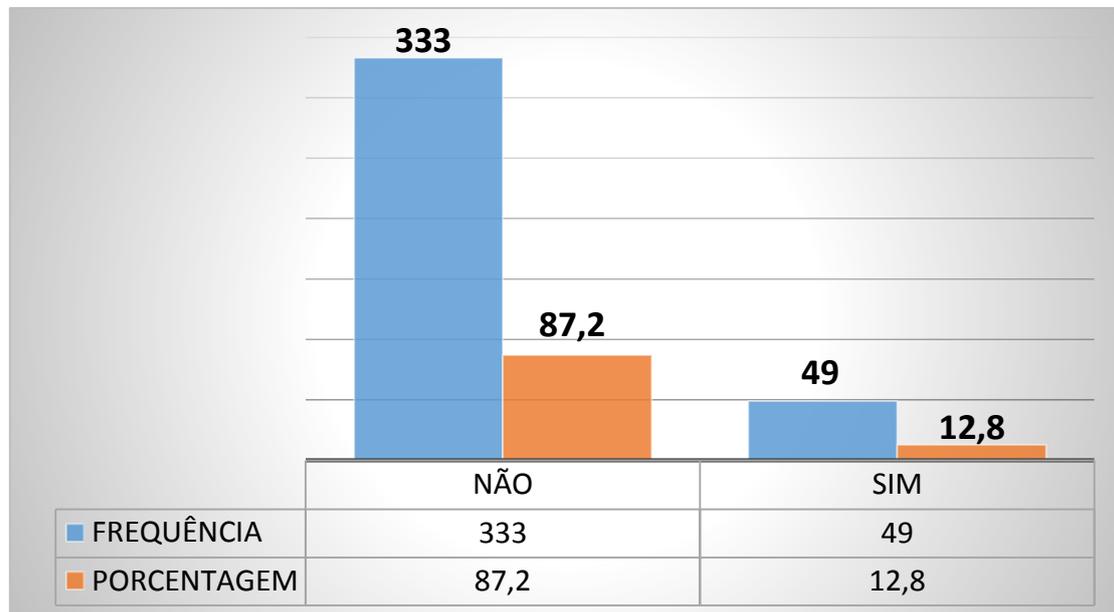
O controle social das políticas públicas está previsto na Constituição Federal de 1988. Possibilita aos segmentos organizados da sociedade civil a participação na formulação, implementação e avaliação das políticas públicas. Por ser exigência da lei 11.445/2007, é imperativo, nesta pesquisa, que se estenda o debate sobre a efetividade da concretização da etapa Controle Social na implantação do PMSB em municípios piauienses. Além da discussão sobre o Piauí, optou-se por pormenorizar os dados de um município específico. Teresina, por ser a capital e maior cidade do Estado, teve também seus dados analisados neste capítulo. Os pressupostos a seguir norteiam os dados levantados durante pesquisa de campo.

1. Desconhecimento da população sobre controle social;
2. Controle social como mero cumprimento de formalidade;
3. Prevalência do discurso técnico científico em detrimento do popular nas reuniões;
4. Negação das subjetividades do conhecimento do usuário;
5. Legitimação das decisões tomadas nos gabinetes;
6. Ocorrência da pseudoparticipação.

Para examinar o entendimento dos entrevistados sobre o controle social, foi perguntado: “Você tem conhecimento se a prefeitura já realizou reuniões para tratar sobre saneamento básico?”. Esta pergunta sonda se o entrevistado foi informado da ocorrência da realização das reuniões, independente de ele ter ou não participado.

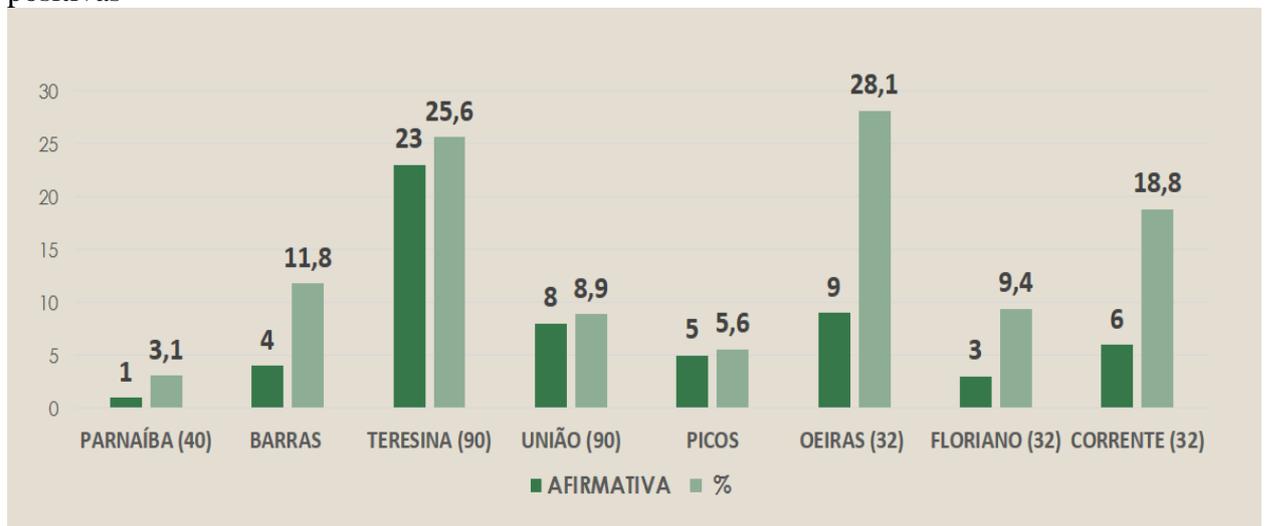
A partir deste questionamento, pode-se examinar se o Plano de Mobilização Social (PMS) voltado para estimular a participação e formar atores sociais, também requisito da Lei 11.445/2007 através do Plansab, foi efetivo nos municípios pesquisados.

OS Gráficos 11 e 12 apresentam os resultados. No Gráfico 11, é especificado o percentual sobre o conhecimento das reuniões exigidas pela lei 11.445/2007 de maneira geral. O Gráfico 12 mostra os resultados por cidade.

Gráfico 11: Controle social: conhecimento sobre reuniões (2015)

Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Gráfico 12 – Controle social: conhecimento sobre reuniões - cidades (2015). Respostas positivas

Fonte: Pesquisa de Campo, 2015

Partindo-se da premissa que nas políticas públicas em saneamento básico, assim como em outras políticas, a etapa controle social é efetivada quando a voz da comunidade alcança lugar de destaque em decisões antes destinadas somente a agentes governamentais, o que se

pode deprender de acordo com a tabela 16, é que é grande o universo de entrevistados (87,2%) que não tem conhecimento da autonomia destinada a ela por lei: o da participação.

Como em diferentes pesquisas brasileiras que versam sobre controle social (Piterman, Heler, Rezende (2013); Assis (2003); Da Silva (2016)) é potencial o risco de estas reuniões serem engendradas no sentido de legitimar decisões verticais, ou seja as de interesse da classe dominante. Isto pode acontecer de diversas formas: com a omissão da necessidade da participação popular em todas as fases do processo; pela maneira como as informações são dispostas, de forma a encaminhar para a legitimação dos interesses diferentes do que a comunidade carece; através da omissão de cenários; do levantamento ou descarte de hipóteses que corroborem com os interesses dos grupos dominantes, entre outras.

Corroborando com os números desta pesquisa, artigo publicado por Silva (2007) concluiu que a população brasileira desconhece o significado do controle social. Mas a realidade deveria ser diferente quando se leva em conta a exigência, constante no Plansab, da realização de quatro eventos para debater o saneamento básico - três reuniões e uma audiência pública – que requerem ampla publicidade.

Como evidencia a tabela 17, em todos os municípios pesquisados, os números chamam atenção por denunciarem um alto grau de desconhecimento do público sobre o assunto, evidenciando que o Plano de Mobilização Social (PMS) para a elaboração do PMSB não foi eficiente, mesmo com a recomendação legal de insistente divulgação das reuniões no intuito de despertar o interesse da comunidade para os projetos e as melhorias decorrentes destes. A mobilização social, que deve ser executada na fase preliminar ao PMSB, propicia a sociedade a conhecer a realidade do saneamento, de debater problemas e soluções.

O PMS é uma ferramenta de planejamento das ações de fomento à participação popular e deve ser formado de técnicas interativas diversas que se complementam. Estas permitem à comunidade se manter informada, tirar dúvidas, dar sua participação, contribuindo dessa maneira na elaboração do PMSB de seu município. Levando em conta as características locais, definem-se os meios e instrumentos de comunicação e estratégias que mobilize a comunidade de forma mais eficaz.

Isso posto, embora não participasse das reuniões, é esperado que a população tenha conhecimento da sua realização nos municípios em que o PMSB foi pelo menos iniciado. O Quadro 4 mostra que, até dezembro de 2018, apenas dois municípios pesquisados não iniciaram o Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme pode ser verificado:

Quadro 4: Cidades, população e situação do PMSB

CIDADE	POPULAÇÃO ⁸	SITUAÇÃO	FONTE
Teresina	850.198	Concluído	Site oficial
Parnaíba	150.547	Concluído	Site oficial
Picos	73.414	Não iniciado	Secretária municipal
Floriano	58.969	Sem informação	Prefeito e secretária
Barras	46.291	Concluído	Site oficial
União	43.761	Concluído	Ex-prefeito
Oeiras	36.432	Concluído	Secretário e Funasa
Corrente	26.205	Iniciado	Diário oficial

Fonte: autora (2019)

É tarefa árdua obter informações sobre a existência de PMSBs nos municípios. A esse respeito, o Panorama dos Planos Municipais de Saneamento Básico no Brasil (Brasil, 2017) não obteve êxito em conhecer a situação de Parnaíba, Picos, Floriano, União e Oeiras. A publicação enumera as dificuldades, os tipos de inconsistência identificados e os tipos de conflitos durante a fase da coleta de informações. “Por exemplo, em uma fonte de data anterior declarou que possuía o Plano e em outra fonte, mais recente, declarou que não possuía o Plano, ou ainda, que estava elaborando o Plano” (BRASIL, 2017, P.11).

O Quadro 4 mostra que esta tese avançou um pouco mais que Brasil (2017), apesar de constatar a dificuldade de acesso a dados. Das cidades apresentadas, apenas em Floriano, não foi possível confirmar a existência ou não do PMSB. O prefeito e o secretário consultados declararam não ter essa informação. O próprio Conselho Municipal de Meio Ambiente não soube dar a informação. Já o ex-prefeito de União mostrou segurança ao informar a situação da cidade em relação ao PMSB. Quanto aos municípios de Corrente e Parnaíba, a licitação para a contratação da empresa responsável pela elaboração foi divulgada no Diário Oficial dos Municípios.

Parnaíba, Picos e Floriano têm em comum o fato de estarem entre as cinco maiores cidades do Piauí em população (IBGE, 2010) e figurarem no elenco dos municípios piauienses que estão atrasados no processo de elaboração do PMSB. Picos

⁸ Estimativas de população para 1º de julho de 2016. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2016/estimativa_tcu.shtm. Acesso em 05.03.2019.

com o agravante de nem ter iniciado. Florianópolis, ao que tudo indica, também não deu início. Diversas investidas foram realizadas para a obtenção dessa informação, mas as autoridades municipais desconversam ao serem questionadas sobre o tema.

O Quadro 4 demonstra que o tamanho da população não foi fator que colocasse os maiores municípios na linha de frente dos que consumaram o PMSB. A dificuldade financeira das cidades para a elaboração do plano é argumento recorrente utilizado pelas prefeituras para justificar o atraso e adiarem o prazo de entrega⁹. Este argumento é aceitável quando é proveniente de municípios menores, tendo em vista que os mais populosos auferem volume maior de recursos. Sem Plano de Saneamento, o gasto público termina sendo irresponsável, sem planejamento e eleitoreiro.

Quando se atribui os baixos números de conhecimento sobre as reuniões de controle social destacados nesta pesquisa a uma acanhada mobilização social, os resultados denotam que o PMS foi ineficaz principalmente nas maiores cidades: Teresina (capital) e Parnaíba (segunda maior cidade do estado), onde os números de 2015 se revelaram os mais baixos (6,7 e 7,5% respectivamente) com o complicador de Parnaíba já ter iniciado o processo e Teresina ter concluído.

O fechamento de todas as etapas de elaboração do plano pressupõe uma divulgação mais obstinada do controle social, contudo a maioria dos municípios apresentou um índice alto de desconhecimento, a exemplo de Oeiras e União (Gráfico 12). Na primeira, chegou a 75% e, na segunda 87,8% o número de entrevistados que não tinham conhecimento das reuniões sobre saneamento básico. Em Barras, apenas 3 das 32 pessoas entrevistadas afirmaram ter ouvido falar das reuniões. Nesse município, o PMSB já está disponível para consulta no site oficial da prefeitura.

4.1 Entraves para a participação social

Batista e Melo (2011) endossam a hipótese de neutralização do debate político dentro dos conselhos como a imprecisão no cumprimento do controle social. De acordo com as autoras, a legitimidade da argumentação técnico-científica tende a impor o silêncio às experiências populares e a desautorizar o posicionamento dos representantes de comunidades.

Os dados de conhecimento sobre serviços de saneamento apresentados nos Gráficos 1 e 5 (capítulo 1) onde a maioria dos entrevistados não consegue identificar abastecimento de

⁹ O primeiro prazo estipulado pelo governo federal para conclusão do PMSB pelos municípios foi 2013. Foi adiado para 2015 e novamente postergado para 31 de dezembro de 2017. Em 2018, as cidades que não tiverem o plano finalizado deixariam de receber recursos federais destinados para o setor de saneamento, se o prazo não tivesse novamente sido readequado, agora para dezembro de 2019.

água e drenagem urbana como saneamento básico e quase a metade desconhece os demais serviços dão a pista de que a hipótese de neutralização do saber popular em favor do discurso técnico é perfeitamente aceitável no Piauí. Os números revelam que, em 2015, os problemas menos reconhecidos de forma espontânea pela população como saneamento básico, desponta na liderança a drenagem urbana (apenas 4,2% citaram), seguida do abastecimento de água (27,7%), coleta e tratamento de resíduos sólidos (46,3%) e por último, esgotamento sanitário (61,5%). Ignorar conceitos elementares sobre o tema fragiliza a participação popular para o debate. Soratto, Witt e Faria (2010), em estudo de caso sobre a participação social, constataram nas reuniões que acompanharam a preponderância deste saber técnico-científico que nega o popular e as subjetividades. Conforme os autores, toda e qualquer forma de conhecimento dos sujeitos usuários é menosprezada, em proveito da técnica, do científico.

Trazendo para o contexto desta pesquisa, os baixos números referentes ao grau de conhecimento sobre os quatro eixos do saneamento, podem ter sido oportunos para que se repetisse no Piauí a situação identificada por Soratto, Witt e Faria (2010). Além disso, é possível que a negação das subjetividades, o sentimento de inferioridade perante os membros especialistas suscitado pela carência de informações técnicas podem se configurar como fator de desmotivação dos usuários e da comunidade piauiense para a participação.

Os números sugerem, ainda que se repetem no Piauí conflitos relatados em estudos de caso descrito por Dagnino (2002) sobre a natureza da participação da sociedade civil. Ela menciona que o poder deliberativo dos conselhos gestores, com frequência, se transforma na prática em uma função consultiva ou até mesmo meramente legitimadora das decisões tomadas nos gabinetes, mostrando que a partilha do poder tem um caráter limitado e restrito.

Quando o questionário mostra que 87,2% (Gráfico 11) desconhecem a existência de reuniões sobre saneamento, deduz-se que é possível estas terem sido engendradas tão somente para a validação das deliberações já acordadas em gabinete. Para a administração municipal, é fácil restringir a participação popular em saneamento básico, basta que prescindam da etapa mobilização social. Assim sendo, é possível escolher os participantes que atendam as conveniências dos propósitos oficiais.

Pesquisadores como Wendhausen e Cardoso, (2007); Guizardi e Pinheiro (2006) acrescentam que a dificuldade de acesso às informações, e até a prática de cooptação de lideranças em troca de favores é realidade em municípios brasileiros. Estes elementos comprometem a representatividade e a legitimidade dos representantes e do próprio colegiado. Os autores também se referiram à linguagem técnica, que é utilizada como

instrumento de poder e que pode ser reforçada com o objetivo de inibir usuários ou representantes da sociedade civil.

Severo e Da Ros (2012) asseveram que a prática de cooptação é motivo preocupante e de importantes debates internos, pois reforça a descrença nas deliberações e no próprio conselho. A convocação de lideranças comunitárias “parceiras do prefeito” ou o assédio àquelas que não são assim “tão parceiras” no sentido de cumprir a etapa controle social é admissível no Piauí, contudo a metodologia aplicada aqui não permite que se assegure a existência da prática desse tipo de cooptação.

A literatura científica ressalta que a deficiência dos representantes da sociedade civil pode não só ser utilizada em sua desqualificação política como até cultivada de forma a propiciar o controle sobre as decisões, o que possibilita a recorrência de manipulação dentro das reuniões de participação popular.

Arnstein (1969) desenvolveu um modelo citado em diversos trabalhos nacionais e internacionais, que distribui em níveis, que vão do 1 ao 8, os graus de participação da sociedade nas decisões governamentais. Os degraus partem da manipulação até o controle cidadão, conforme explicitado no Quadro 5:

Quadro 5- Oito degraus da escada da participação-cidadã

Degrau	Característica	Nível
8	Controle Cidadão	Poder cidadão
7	Delegação de Poder	Poder cidadão
6	Parceria	Poder cidadão
5	Pacificação	Concessão mínima de poder
4	Consulta	Concessão mínima de poder
3	Informação	Concessão mínima de poder
2	Terapia	Não-participação
1	Manipulação	Não-participação

Fonte: Arnstein (1969)

Ao se levar em consideração o grau de desconhecimento sobre as reuniões de controle social em saneamento, os números revelados nesta investigação podem enquadrar os municípios elencados nos mais baixos níveis do quadro, o 1 ou 2, quando a participação ainda não é efetiva. Esses dois degraus descrevem níveis de "não-participação", ou pseudoparticipação (PATEMAN, 1970), cujas reuniões são planejadas de forma que aparentem ter havido uma genuína participação.

Arnstein defende que, nos dois primeiros degraus, o objetivo real não é impedir a população de participar nos processos de planejamento ou conduzir programas, mas permitir que os tomadores de decisão possam "educar" os participantes. Ou seja, em nome da

participação cidadã, no nível 1, pessoas são convidadas a participar de comitês ou conselhos consultivos sem real poder de decisão com o propósito explícito de "educá-las" ou obter o seu apoio. Ao invés da genuína participação, de acordo com Arnstein este primeiro degrau da escada representa a distorção da participação, um instrumento de relações públicas dos grupos com poder de decisão.

À guisa de ilustração, como exemplo prático de pseudoparticipação, segue transcrição de exemplo utilizado por Arnstein¹⁰:

Ninguém percebe que o empreiteiro da obra é o cunhado do prefeito, ou que o novo diretor do centro será o mesmo técnico especialista em organização comunitária de sempre, que já trabalhava nos escritórios da prefeitura. Após assinarem seus nomes, as lideranças comunitárias orgulhosas de si mesmas penhoradamente divulgarão a boa nova de que eles "participaram" do processo de trazer um novo e maravilhoso centro comunitário para o bairro, que irá oferecer serviços de saúde, de assistência social e emprego tão desesperadamente necessários na comunidade (ARNSTEIN, 2002, p.5)

O exemplo revela uma participação preconcebida para contemplar as duas partes: a do ente governamental, por ter alcançado o propósito de salvaguardar os interesses de quem representa, e a do ente comunitário, que acredita ter tido papel significativo nas decisões, quando de fato foi manipulado.

A autora considera que, no nível 2, sob o manto ilusório de envolver os cidadãos no planejamento, os especialistas, na verdade, submetem-nos a uma espécie de terapia grupal. Arnstein cita exemplos de Terapia disfarçada de participação cidadã estudados por ela em conjuntos de habitação popular, nos quais grupos de moradores são instrumentalizados para a realização de campanhas de controle da violência ou de limpeza do bairro para ajudá-los a ajustar seus valores e atitudes aos da sociedade. A assembleia acaba não se ocupando de tema principal que motivou a reunião.

Reiterando, o estágio Terapia é marcado pela sutil alteração de pauta durante as reuniões, nas quais são infundidos temas corriqueiros de forma intencional, mas que despertam o interesse da comunidade e desviam do objetivo principal.

A conjuntura denotada nesta pesquisa indica ser arriscado circunscrever o Piauí em nível mais elevado, como o nível 3 da escada de Arnstein (Informação). Segundo a autora, informar cidadãos de seus direitos e responsabilidades pode ser o primeiro passo rumo à legítima participação do cidadão, mas enfatiza a incidência na mão única da informação – dos

¹⁰ Reimpresso em 2002 sob permissão do Journal of the American Planning Association, no qual foi publicado originalmente sob o título "A ladder of citizen participation" Vol. 35, Nº 4, p. 216- 224, Julho de 1969. Traduzido por Markus Brose. Por exigência dos editores do "Journal", a tradução procura se manter o mais fiel possível aos termos utilizados no original; assim, p.ex., citizen control foi traduzido por controle cidadão, e não por autogestão, termo empregado na linguagem coloquial atualmente, e assim por diante.

técnicos para o cidadão - sem que haja um canal de comunicação que permita o retorno ou que haja poder de negociação – que compromete a concretização da conscientização.

Críticos como Heller e Rezende (2007) realçam que até as ferramentas mais utilizadas no processo de Informação como panfletos, pôsteres, cartilhas e respostas a questões levantadas pelos cidadãos podem ser empregadas como veículos para a comunicação unidirecional, fornecendo, no entanto, informações superficiais e desencorajando possíveis reflexões.

Blondiaux e Sintomer (2002) reportam à necessidade de substanciar processos políticos no Brasil que contemplem oportunidades de desenvolvimento das capacidades argumentativas dos cidadãos na defesa da vontade coletiva e na elaboração institucional de espaços abertos à participação. No Piauí, a participação social efetiva ainda é utópica, o que suscita uma investigação que verifique em que medida os atores sociais estão preparados para representar a sua comunidade nas reuniões de controle social, de influenciar efetivamente no sentido de melhorar o contexto em que vivem, ou até que ponto se deixam influenciar com os argumentos dos representantes das organizações governamentais durante estes encontros.

Além dos conhecimentos técnicos, estes são mais propensos a possuírem habilidades de oratória e persuasão e se municiam de informações, dados, gráficos, argumentos, enfim, do necessário para incrementar a sua imagem de representantes da verdade. Os portadores do saber técnico terminam por inibir e/ou persuadir os representantes das comunidades a aderir aos seus propósitos pelo vocabulário que usam, pelos títulos que ostentam ou, até mesmo, pela forma como se vestem. A instância popular parece ignorar sua superioridade em um dos pontos mais relevantes do processo: o conhecimento da realidade local, da cultura e das necessidades individuais das famílias que compõem aquela coletividade. Fator este que a posiciona como protagonista para o sucesso da concretização de políticas públicas, neste caso, a de saneamento.

4.2 Controle social: retorno em 2017

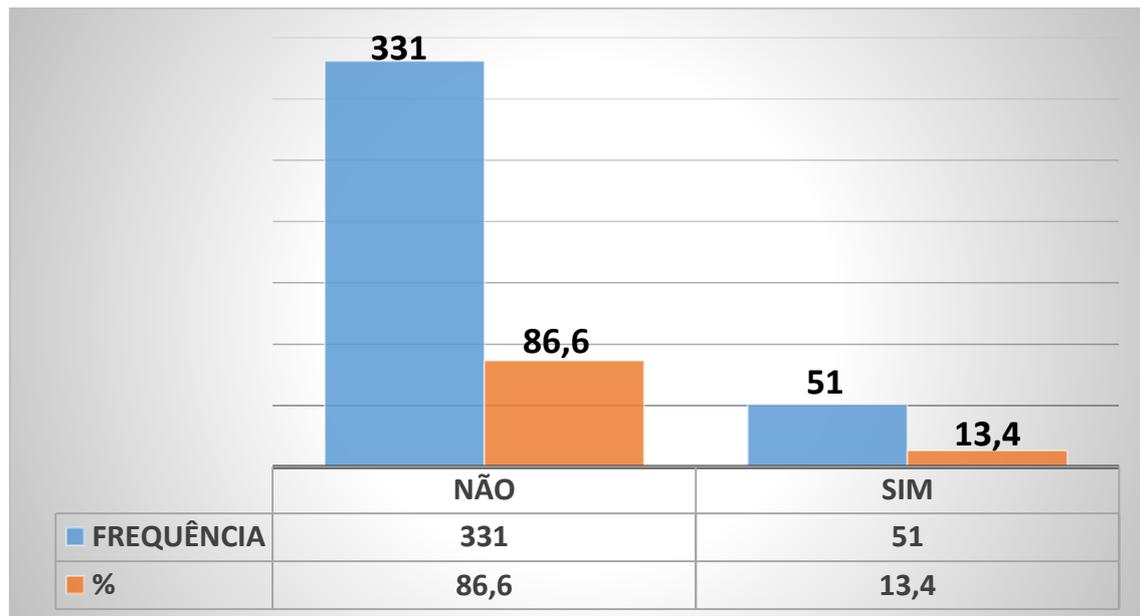
À guisa de lembrança, é válido o registro de que os dados revelados sobre controle social a partir deste ponto se referem ao resultado dos questionários aplicados nos oito municípios das quatro mesorregiões piauienses no ano de 2017 (ver metodologia). Além de apresentar as informações, a partir deste momento, compara-se os dois contextos encontrados.

Nos anos subseqüentes à coleta de 2015, o governo federal investiu em publicidade e em recursos destinados a municípios menores no propósito de incentivar a conclusão dos PMSBs. As ações foram bem divulgadas na imprensa. Dentre os critérios para a seleção das cidades que seriam contempladas com recursos da Funasa para saneamento, foram priorizados

os de população total de até 50.000 habitantes (Censo/2010); os de menores Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), cujos dados constassem no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) de 2010; os que apresentavam maiores percentuais em extrema pobreza; os em situação de risco de desastres naturais como seca; os que possuísem menores índices de cobertura de abastecimento de água; com maior porcentagem de população urbana; e aqueles com comunidades rurais, assentamentos, quilombos, comunidades ribeirinhas, extrativistas, entre outras. Do Piauí 100 cidades foram contempladas. Das envolvidas nesta pesquisa, Corrente consta entre as contempladas.

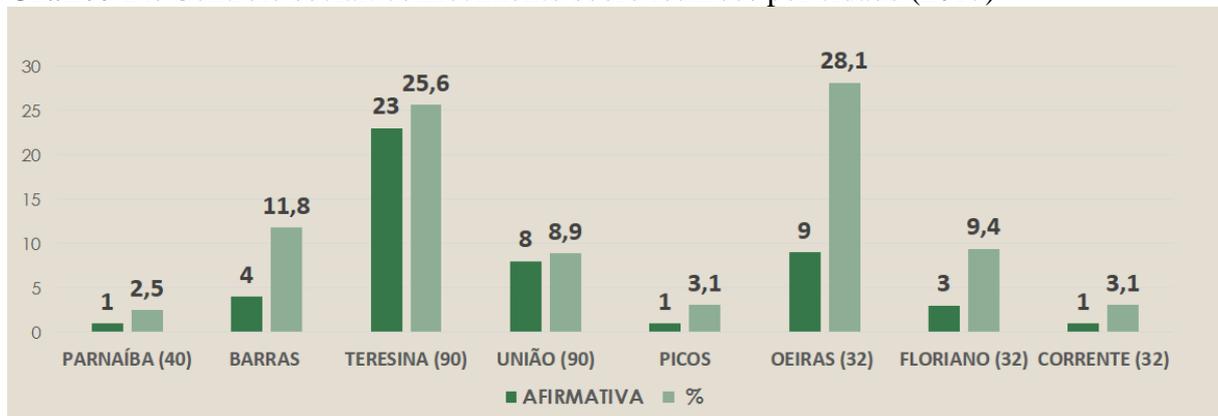
Isto posto, os números resultantes das respostas à pergunta “Você tem conhecimento se a prefeitura já realizou reunião para falar sobre saneamento?” de forma geral e por cidade estão expostos nos Gráficos 13 e 14. Já o Gráfico 15 refere-se à comparação dos dois anos.

Gráfico 13: Conhecimento sobre reuniões no Piauí (2017)

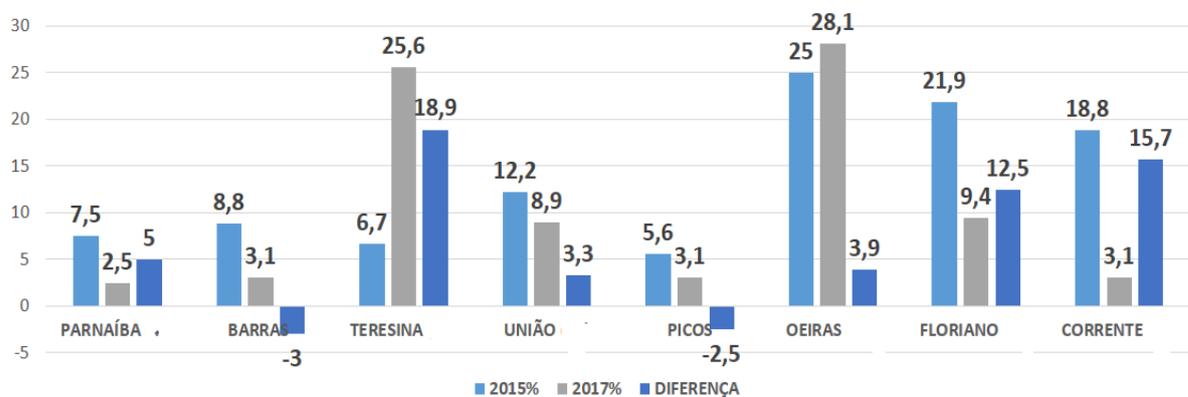


Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Gráfico 14: Controle social: conhecimento sobre reuniões por cidade (2017)



Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Gráfico 15 – Controle social: diferença de respostas afirmativas

Fonte: Pesquisa de campo, 2017.

Ao se comparar os números gerais nos dois anos, percebe-se que não houve mudança significativa nos resultados. Em 2015, 333 entrevistados (87,2%) não tomaram conhecimento sobre reuniões da etapa Controle Social. Apenas 49 (12,8%), disseram que sim. Em 2017, o número caiu para 331 (86,6%), uma diferença de 0,6%, percentual esse bem distante do número máximo que poderia alcançar, 5,0 %, que é a margem de erro desta pesquisa.

Quando se observa por cidade, alguns pontos merecem destaque. Cinco municípios se encaixaram dentro da margem de erro: Barras, União, Parnaíba, Oeiras e Picos. Em Corrente, houve queda de 15,7%. Ou seja, aumentou a quantidade do que não sabiam responder sobre a existência de reuniões. Se este percentual tivesse aumentado, poderia ser atribuído ao recebimento de recursos para a elaboração do PMSB, mas o fenômeno foi inverso.

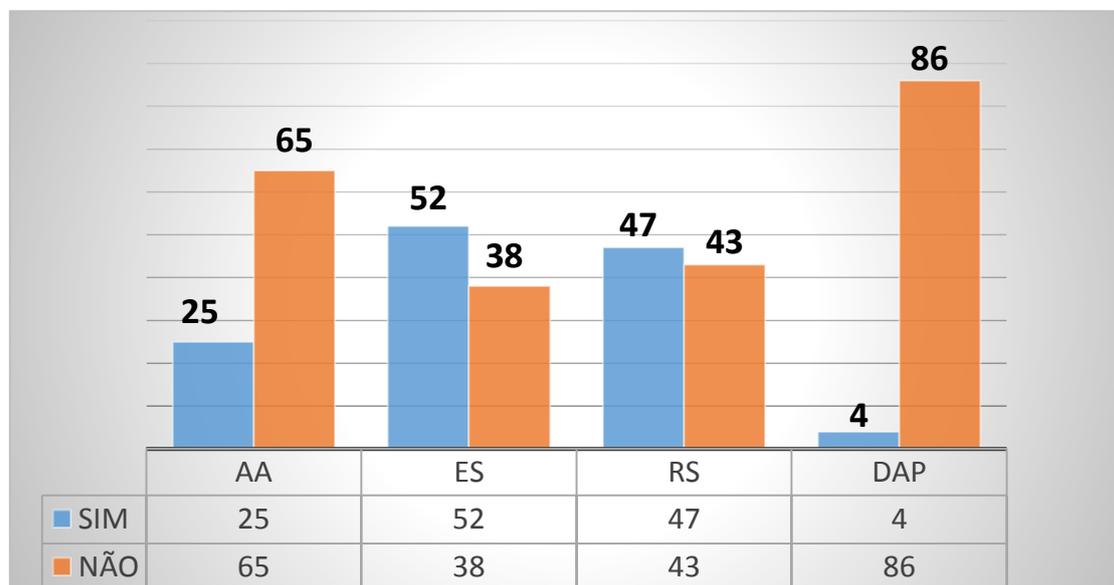
Uma tendência observada durante a aplicação de questionários, é que o interesse político partidário influencia as respostas. Se o entrevistado é beneficiado de alguma forma com a administração, é grande a possibilidade de confirmação sobre a realização de reuniões. Por mais que se esclareça o objetivo da pesquisa, há sempre quem interprete que tem a finalidade de avaliar a gestão municipal. Baseado nesta observação, infere-se que se essa tendência não existisse, a pesquisa encontraria ainda maior número de respostas negativas ao questionamento sobre controle social. Exceto Teresina e Picos que tiveram prefeitos reeleitos, as demais cidades tinham gestores diferentes nos dois momentos da coleta de dados.

Na capital, em 2017, outro fator influenciou a diferença: alguns entrevistados mencionaram as reuniões de orçamento popular – que tinham acontecido próximo à aplicação de questionários - e se referiam a elas quando questionados se participaram destes encontros promovidos pela prefeitura. Como nestas reuniões também se trata sobre saneamento básico, as respostas foram consideradas.

5 CONTROLE SOCIAL EM SANEAMENTO: TERESINA-PI

Para a análise dos dados de Teresina, além do resultado das entrevistas aplicadas, foram utilizados dados documentais das fontes como o Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), Plano Municipal do Saneamento Básico de Teresina (PMSB), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e Agenda 2030 de Teresina. O Gráfico 16 resume as 90 respostas à pergunta feita aos teresinenses: “Que atividades você considera como saneamento básico?”.

Gráfico 16: Atividades reconhecidas pelo teresinense como saneamento



Fonte: Pesquisa e campo, 2015.

Legenda: AA: Abastecimento d’água/ ES; Esgotamento sanitário; RS: Coleta e destinação de resíduos sólidos; DAP: Drenagem de águas pluviais

O maior número de resposta para esgotamento sanitário é justificado. Em Teresina, o atendimento total de esgoto só chega a 19% juntando a zona urbana e rural, conforme os dados do SNIS (2015), com o agravante da capital possuir apenas três estações de tratamento de esgoto, que não conseguem evitar que as águas residuais sejam jogadas nos corpos hídricos sem tratamento. O número de ETEs por si só não indica muita coisa. O indicativo importante é a malha de cobertura da rede de esgoto. Também é importante que a ETE esteja operando regularmente e que seu efluente tenha condição de retornar ao corpo d’água. A Lei 11.445/2007 outorga o protagonismo da população no processo que vai, desde o planejamento até a regulação, contando que a sua participação levará a efetivação da universalização e a equidade. No entanto,

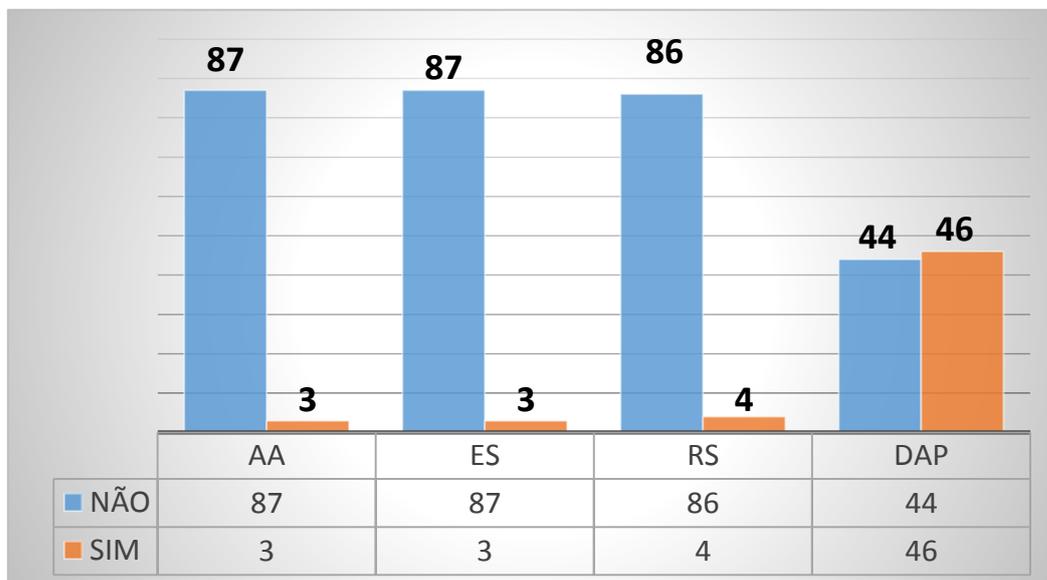
é fundamental o conhecimento dos munícipes sobre o básico, que é o reconhecimento dos 4 eixos de saneamento.

A drenagem pluvial deveria ter sido evocada por mais entrevistados, tendo em vista que a falta de escoamento é um problema evidente durante o período chuvoso - que geralmente vai de dezembro a abril - e que é responsável por situações de vulnerabilidade ambiental decorrente da ocupação das chamadas áreas de riscos, conforme assinalam Chaves e Lopes (2011). São essas ocupações de áreas de risco “que acabam por gerar os grandes problemas ambientais no meio urbano que afetam a cada ano mais e mais cidadãos: as enchentes, os deslizamentos, os desmoronamentos de terras, dentre outros” (CHAVES e LOPES, 2011. p.7).

Apesar de mais da metade dos entrevistados terem identificado coleta de lixo e esgotamento sanitário, os números evidenciam reduzida informação sobre quais serviços compõem o saneamento básico e que pode ser atribuída à ausência de previsão de estratégias mais agressivas de divulgação dentro do plano de mobilização social do município.

O Gráfico 17 revela que tipo de problema na área de saneamento básico a população entrevistada se sente mais atingida. Desta vez, as perguntas foram fechadas com os problemas sendo identificados. Neste grupo de perguntas, os 90 entrevistados só precisariam responder SIM ou NÃO. A maioria deles (46), que corresponde a 51,1%, citou a drenagem de águas pluviais, elegendo-a, assim, como um dos principais problemas, seguido por coleta e tratamento de resíduos sólidos (4,4%). Abastecimento de água e esgotamento sanitário ficaram empatados com 3,3%.

Gráfico 17: Identificação de deficiência de serviços de saneamento básico



Fonte: Pesquisa de campo, 2015.

O resultado da comparação dos Gráficos 16 e 17 aponta que a drenagem urbana, menos reconhecida pela população como serviço de saneamento tem grande percentual de identificação como problema da cidade. Pode-se depreender destes dados que o discrepante contraste entre os números da primeira pergunta (quando os entrevistados não reconhecem drenagem de águas pluviais como saneamento básico) com as respostas das últimas (que apontam a falta de drenagem como principal problema).

Essas respostas conduzem à conclusão de que a ineficiência da drenagem urbana, que leva a alagamentos no período chuvoso, pode ser entendida pela população como decorrência ‘natural’ da chuva, quando deveria ser atribuída à falta de estruturas de drenagem pluvial. Significa, ainda, que o conhecimento sobre saneamento básico ainda é pouco difundido e que pode levar os gestores a preterir investimentos na área justamente pela falta de reivindicação popular. Chaves e Lopes (2011) reiteram que as áreas vulneráveis à inundação em Teresina, via de regra, são aquelas compostas, em sua maioria, por pessoas com baixos índices de renda, escolaridade e baixa cobertura de esgoto.

Esta parcela da população não associa que as condições de falta de investimento em saneamento a que está exposta são responsáveis por doenças temidas como a dengue a chikungunha e a zika. Ao ser obrigada a reservar água devido a intermitência de abastecimento, a população pode estar contribuindo de forma involuntária para a proliferação de criadouros. Da mesma forma, quando, por falta de um sistema eficiente de coleta de resíduos, a destinação incorreta de materiais recicláveis ou outros utensílios pode permitir o acúmulo de água, facilitando a multiplicação de vetores.

Desta forma, a desinformação fragiliza a capacidade de reivindicação do público, que é o mais recorrentemente acometido por verminoses, diarréias, disenterias, elefantíase, esquistossomose, febre amarela, febre tifóide, hepatite, infecções na pele e nos olhos, leptospirose, malária, poliomielite e muitas outras conhecidas doenças elencadas por Teixeira et al (2014) que poderiam ser evitadas se não houvesse a ingestão de água contaminada, o contato da pele com o solo e lixo infectados, esgoto, água parada, resíduos sólidos, rios poluídos e outras situações que contribuem para o aparecimento de insetos e parasitas.

Apesar do Plano Nacional de Saneamento Básico destacar ser indispensável a urgência da efetivação da integralidade, universalidade e controle social, na prática, essa não é uma realidade em Teresina. A noção de universalidade, conforme Plansab (2013), remete à possibilidade de todos os brasileiros poderem alcançar uma ação ou serviço de que necessite, sem qualquer barreira de acessibilidade, seja legal, econômica, física ou cultural. A integralidade, no caso do saneamento básico, é estabelecida pelo Plansab (2013) como o

conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico, propiciando à população o acesso na conformidade de suas necessidades e maximizando a eficácia das ações e resultados. Destarte, números do Ministério das Cidades, através do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), divulgado em janeiro de 2017, apontam que somente em 2015 a coleta de esgoto chegou a mais da metade da população, 50,3%, e apenas 42,6% dos esgotos gerados no país são tratados. Estes dados revelam que a universalidade ainda não se efetivou no município de Teresina. A integralidade ainda é mais remota, sendo a zona rural a região menos contemplada, onde apenas 8,3% das residências enquadram-se na forma considerada adequada pelo IBGE. Para que se cobre a efetivação destes quesitos, a população precisa ter acesso a essas informações, o que os resultados desta pesquisa demonstram não ter.

Sobre saneamento, a pesquisas nos domicílios piauienses realizada por Censo (2010) atribui a denominação **adequada** aos domicílios que possuem uma infraestrutura básica de saneamento como coleta de lixo, abastecimento de água e esgotamento sanitário ou fossa séptica. **Semi-adequada** se refere aos domicílios que têm acesso a, pelo menos, uma forma de saneamento considerada adequada. Quando a residência não dispõe de acesso a qualquer forma de saneamento, considera-se **inadequada**.

As Tabelas 4 e 5 revelam os números da situação de saneamento em Teresina para zona urbana e rural conforme o Censo 2010:

Tabela 4: Situação de saneamento Teresina, zona urbana

Total de domicílios	210.093
Saneamento adequado	69,20%
Saneamento semi-adequado	39,30%
Saneamento inadequado	0,6%

Fonte: IBGE (2010)

Tabela 5: Situação de saneamento Teresina, zona rural

Total de domicílios	12.061
Saneamento adequado	8,3%
Saneamento semiadequado	64,1%
Saneamento inadequado	27,7%

Fonte: IBGE (2010)

Os números de saneamento básico de Teresina revelados por IBGE (2010) remetem ao entendimento de que a população da capital piauiense está distante de condições dignas de vida e que somente 69% da população urbana dispõe de um mínimo existencial – preconizado pela doutrina constitucional como o mínimo de qualidade vida, que lhe permita viver com dignidade, tendo a oportunidade de exercer a sua liberdade no plano individual e social. Na

zona rural, se destaca o fato de que somente 8,3% das moradias, de um universo de 12.061, detêm condições do que é considerado básico pelo Plansab. No mesmo percurso, sobressaem-se os números de 0,6% da população da zona urbana e 27,7% na zona rural desprovida de qualquer forma de saneamento.

A Agenda 2030, da Prefeitura Municipal de Teresina, sugere que o aumento vertiginoso da população comprometeu o investimento em serviços de saneamento básico, na medida em que estes não conseguiram acompanhar a velocidade do incremento habitacional:

Em 1980 a população total era de 377.774 habitantes, em 2014 foi estimada em 840.600 habitantes, apontando um crescimento absoluto de 462.826 habitantes, correspondente ao aumento de mais de 100% em três décadas. Esse processo de crescimento e concentração da população requer do setor público investimentos pesados em serviços urbanos, entre eles o saneamento, que não evoluiu na mesma velocidade do crescimento populacional. Mantida a atual tendência de crescimento, estima-se que em 2030 a população de Teresina alcance 1.122.796 habitantes, com densidade média de 806.606 habitantes/km². Este cenário implica no aumento da geração de efluentes e de resíduos oriundos dessa população, conseqüentemente requer dos gestores públicos ações socioambientais compatíveis e investimentos em infraestrutura para atender essas demandas. (TERESINA, 2015, p. 31)

O argumento de Agenda 2030 sobre o aumento da população é falacioso pois não justifica a falta de investimentos que levou aos números encontrados nas tabelas 20 e 21. Não foi o aumento da população, foi a falta de planejamento, direcionamento inadequados de gastos e má gestão pública. Os dados revelam que o saneamento vem sendo preterido na capital Teresina. E essa constatação ganha mais força quando se compara Teresina, que é uma capital e que recebe mais recursos, com municípios como Taubaté (SP), Campina Grande (PB), Vitória da Conquista (BA), Niterói (RJ). Esses atingiram a universalização em água e se aproximam desta meta em esgoto, de acordo com SNIS (2017).

É recorrente por parte de administradores vincularem o descumprimento dos investimentos em obras e serviços públicos à carência de recursos financeiros, subordinando a limitação da efetivação dos direitos fundamentais prestacionais à escassez de recursos, isto é, ao princípio da Reserva do Possível. Levando em conta as obrigações inerentes ao administrador e, na falta de fundos para colocar em prática todos os encargos, cabe a ele fazer escolhas no sentido de adequar o orçamento às demandas da população, obrigando-o a “tornar o consumo do patrimônio público compatível com uma política que disponha do erário de modo razoável” (LEAL E ALVES, 2016, p.591). Sendo assim investimentos mais efetivos em saneamento, principalmente na zona rural vem sendo preteridos *ad infinitum*.

A discrepância no tratamento entre as zonas rurais e urbanas é histórica e parcialmente responsável pelo êxodo rural. Além disso, no caso do saneamento, os moradores da zona

urbana podem ter sido priorizados por deterem um nível de escolaridade mais elevado, um acesso facilitado ao conhecimento, à informação, aos meios de comunicação, fatores que lhe permitem uma percepção crítica mais ampliada e maior poder de cobrança quando se compara com os da zona rural. A população urbana é mais visível, também, por compor um maior número e, por conseguinte, representar um eleitorado maior.

Por outro lado, a dificuldade de investimentos em obras de saneamento na zona rural pode ser justificada pela localização espacial das habitações, haja vista que a distância exige uma forma de intervenção física mais individualizada, soluções mais particularizadas, o que difere da zona urbana onde uma rede de abastecimento possibilita ligações de água e esgoto em série. Todavia deve se considerar que a equidade, prevista no Plansab, requer que prevaleça o senso de justiça, imparcialidade, respeito à igualdade de direitos em saneamento básico. Também é notória a falha na Integralidade, ao se levar em conta que 41,3% da população urbana e 91,8% da rural não têm acesso a todos ou mesmo a nenhuma forma de saneamento. A integralidade não cumprida arrasta consigo para as estatísticas negativas eixos como a universalidade, a intersetorialidade, que se mostram como alvos de distante alcance.

Esse diagnóstico reflete a inviabilidade do cumprimento das metas da Agenda 2030 para universalização do saneamento básico previstas na capital do Piauí. Conforme a Teresina (2015), pretende-se: 1. Ampliar o sistema de esgotamento sanitário visando atender 100% da população, priorizando o sistema de rede de esgotamento; 2. Atender 100% da população com água potável; 3. Implantar sistema de coleta seletiva, de forma gradual, sendo 50% a curto prazo, 30% a médio prazo e 20% a longo prazo, totalizando 100% do serviço.

Apenas no quesito drenagem, a meta é mais comedida, pois prevê, até 2030, um crescimento da área coberta por galerias pluviais em mais 50% em relação à existente. A Agenda 2030 adverte que Teresina apresenta um sistema de drenagem deficiente, onde a água pluvial é escoada, em grande parte, pela rede de esgotamento sanitário doméstico através de ligações domiciliares e comerciais irregulares. Segundo a publicação, situação é agravada pela destinação inadequada de resíduos sólidos pela população, impactando nas galerias e causando obstruções. A extensão da rede do sistema de drenagem é de 46,32 km distribuída em 2.599,97 quilômetros de ruas e avenidas, o que dificulta a consecução das metas.

O serviço de coleta, transporte e destino final dos resíduos é atividade terceirizada pela Prefeitura. Realiza-se pelo sistema convencional, com coleta sem separação dos resíduos, transporte feito em caminhões compactadores, atendendo às recomendações legais. Contudo, na zona rural, que abrange uma grande área território, a coleta inexistente. De acordo com Teresina (2015), os resíduos são depositados em um aterro controlado, sem tratamento, mas a

construção de um aterro sanitário está em andamento. Não existe coleta seletiva efetiva, pois as ações acontecem de forma tímida e pontual. Há 13 pontos distribuídos em toda a cidade, sendo 3 da iniciativa privada e 10 gerenciados pela Prefeitura. A coleta seletiva, na sua maioria, é feita por catadores autônomos, fornecedores de empresas ou depósitos particulares. Sem coleta seletiva e sem aterro sanitário, atingir a universalização em 15 anos é utopia.

Nas Tabelas 6 e 7, constam informações baseadas no SNIS - Ministério das Cidades. O primeiro mostra dados relativos ao ano de 2010. O segundo é referente a 2015. Retratam os indicadores de água, esgotos, investimentos e perdas de água em Teresina no conjunto das 100 maiores cidades brasileiras:

TABELA 6: Diagnóstico de Teresina com relação à água e esgoto - Ano 2010

Posição no ranking de 100 cidades	86
População total / IBGE	814.230
Atendimento total de água (%)	92,36
Atendimento total de esgoto (%)	15,21%
Investimento (milhões R\$/ano)	146,14
Receita (milhões R\$/ano)	110,90
Novas ligações de água	5.986
Ligações faltantes para a universalização da água	25.314
Novas ligações de esgoto	2.642
Ligações faltantes para a universalização	167.288

Fonte: SNIS/ Ministério da Cidade (2012)

TABELA 7: Diagnóstico de Teresina com relação à água e esgoto - Ano 2015

Posição no ranking de 100 cidades	88
População total / IBGE	844.245
Indicador de atendimento total de água (%)	97,72
Indicador de atendimento urbano de água (%)	97,50
Indicador de atendimento total de esgoto (%)	19,96
Indicador de atendimento urbano de esgoto (%)	21,17
Investimento em 5 anos (milhões R\$)	76,66
Arrecadação em 5 anos (milhões R\$)	912,55
Novas ligações de água	8.579
Ligações faltantes para a universalização da água	15.158
Novas ligações de esgoto	1.006
Ligações faltantes para a universalização	146.793

Fonte: SNIS/ Ministério da Cidade (2017)

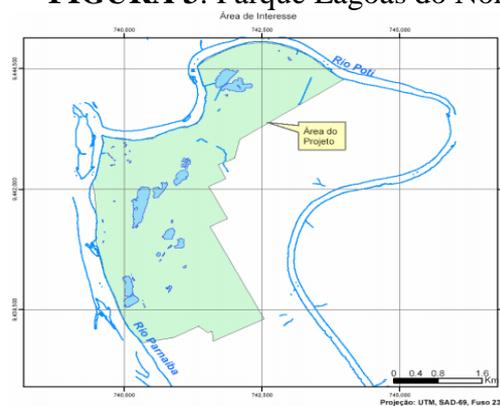
O ranking revela que Teresina não acompanhou o ritmo das 100 melhores cidades do Brasil no que se refere a investimentos na área de saneamento. Em 2015, encontrava-se na posição 88^a, mas já havia ocupado posições mais cômodas. Em 2003, segundo SNIS (2005) ocupava a posição 37^a e foi alterando de posição ano após ano em uma reta constante e descendente, evidenciando uma redução de investimentos, mas que Teresina (2015) atribui ao crescimento populacional.

Com relação abastecimento de água constata-se uma evolução tímida de 5,14% em 5 anos (de 2010 a 2015), com aumento de 2.593 novas ligações de água e uma redução de cerca 10.156 ligações para a universalização do atendimento de água, deixando ainda 15.158 famílias numa posição indigna. Ou seja, excluídas do direito legal à água tratada de qualidade.

Quando o investimento é em esgotamento sanitário os dados revelam declínio. O ano de 2010 apresentou um número maior de novas ligações do que 2015, apesar do natural aumento populacional. De 2.642 caiu para 1.006, em 2015, evidenciando uma redução de 1.636 ligações, suprimindo 146.793 habitações, número necessário de ligações para a universalização. Depreende-se que se o número de novas ligações de 2015 se repete nos anos subsequentes até 2030, Teresina não chegará à universalização prevista em sua agenda de metas. Apresentará apenas 15.090 novas ligações quando necessita de 146.793. Ao se considerar que saneamento básico é *condicio sine qua non* para a Dignidade Humana, corrobora-se com a necessidade de ampliação de investimentos pelos gestores de recursos públicos com a finalidade da universalização do acesso.

Nos dados SNIS (2010), a arrecadação e a receita foram expressas por ano. Já no referente a 2015, passou a ser por quinquênio. Em Teresina, se investiu em 2010 mais do que se arrecadou. Não é propósito desta pesquisa investigar o que provocou esse fato, mas é válido destacar que um empréstimo de R\$ 51 milhões solicitado pela Prefeitura da cidade junto ao Banco Mundial para a construção do Parque Lagoas do Norte¹¹ pode ter motivado os investimentos de 2010. O empréstimo foi sendo liberado de acordo com a concretização das fases do projeto, que teve início em 2003 e ainda não foi concluído.

FIGURA 3: Parque Lagoas do Norte



Fonte: Semplan (200?)

¹¹ Parque localiza-se numa área de terraços fluviais pontilhada por grandes lagoas naturais e artificiais que, desde longa data, correspondiam ao destino do lixo e dos esgotos domésticos das populações de seu entorno (SANTOS e LIMA, 2015). A implantação do Projeto Lagoas do Norte já demandou uma década e ainda não foi concluído. Propõe a redução de problemas socioambientais e a revitalização de bairros do entorno, através de ações de saneamento, reestruturação de vias públicas e instalação de equipamentos de lazer.

Com relação a 2015, chama atenção a arrecadação de R\$ 912,55 milhões em 5 anos, exatamente R\$ 182,51 milhões/ano, contrastando com o investimento feito durante o quinquênio, que foi de R\$ 76,66 milhões, ou 15,332 milhões. Sobre o Lagoas do Norte, a concepção do projeto não resolve a situação de saneamento da cidade na medida que atende apenas uma região, comprometendo financeiramente investimento nas demais zonas da cidade.

Ao se calcular a diferença entre receita e despesa anual com relação a saneamento em Teresina surge de resto o montante de R\$ 105,85 milhões arrecadados por ano e não investidos no setor em 2015. Mesmo com essa receita, o valor entendido pelos administradores como ideal para investimento anual em saneamento em Teresina foi de somente R\$ 15,332 milhões.

O Plano Municipal de Saneamento Básico de Teresina (PMSB) ressalta que as informações devem chegar às comunidades, como é previsto na Lei 11.445/2007, pois é o local previsto para que isto aconteça. Em seu conteúdo, consta que a equipe encarregada de elaborar o plano realizou reuniões, seminários, fóruns regionais e municipais, audiência pública e conferência, conforme mostra o Quadro 6.

Quadro 6 - Agenda geral das atividades do PMSB de Teresina.

ETAPAS	ATIVIDADES
1	Reunião com Comitê de Coordenação e equipe municipal
2	Seminário Municipal de Sensibilização sobre o PMSB
	Fóruns regionais
	Fóruns municipais
3	Consulta Pública
4	Fóruns regionais
	Fóruns municipais
5	Consulta Pública através de página na internet
6	Conferência Municipal de Saneamento Básico de Teresina
	Audiência Pública

Fonte: PMSB (2013)

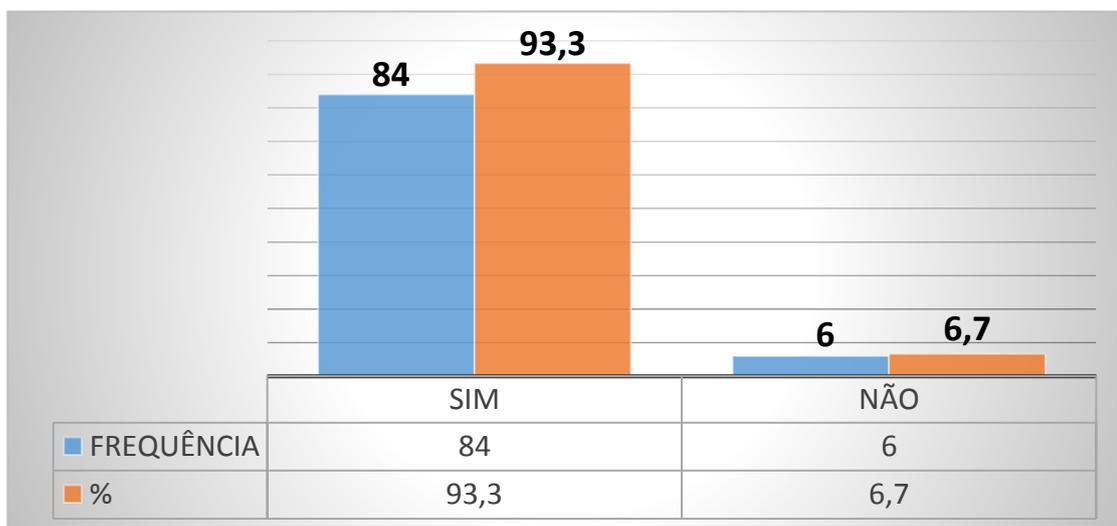
O PMSB (2013) enumera os meios de comunicação utilizados para divulgação: cartazes, telefonia móvel, site “Pensar mais Teresina”, rádios, avisos em escolas, postos de saúde e secretárias de atendimento público. “Considerando o alto índice de participação popular visto nas reuniões já realizadas, verifica-se que os meios de comunicação até o momento utilizados foram suficientes para divulgação dos fóruns municipais e das demais reuniões abertas à população (PMSB, 2013, p.137).

Contudo, as informações contidas no plano quando confrontadas com os números desta pesquisa apresentam disparidades. Sobre controle social, 93,3% das pessoas entrevistadas disseram não ter conhecimento se o poder público municipal realizou reuniões

(ver tabela 24). Ao responderem negativamente à pergunta “O (a) senhor (a) sabe se a Prefeitura de Teresina já convidou alguém da sua comunidade para reunião sobre saneamento básico?”, os entrevistados demonstram que não têm conhecimento se houve este convite, o que pressupõe que os mesmos não participaram e nem conhecem pessoas que participaram.

Quando, no universo de pesquisados, apenas 6,7% das pessoas respondem afirmativamente, depreende-se que as estratégias do Plano de Mobilização Social (PMS) não obtiveram êxito e que os mecanismos de envolvimento da população e de conscientização do seu protagonismo na implantação desta política pública precisam ser repensados.

Gráfico 18: Conhecimento sobre realização de reuniões em Teresina



Fonte: Pesquisa de campo. 2015

O desconhecimento dos entrevistados e a ausência destes nas reuniões realizadas em Teresina conduzem à conclusão de que participação não foi estimulada e nem executada de forma satisfatória e que o poder público precisa reelaborar estratégias que visem incentivar o processo de deliberação democrática local. Todavia, a metodologia utilizada neste trabalho não permite identificar se a falha na mobilização popular é inconsciente, se é fruto de inabilidade da equipe responsável por fomentá-la, ou mesmo manipulada.

6 PÚBLICO, TELEVISÃO E SANEAMENTO

Pretende-se mostrar neste capítulo uma análise dos efeitos das matérias na formação sobre saneamento básico baseada em pesquisa quantitativa, um modelo que se afasta, ou mesmo se opõe, ao paradigma tradicional do instrumental teórico-metodológico denominado *cultural studies*, arcabouço essencialmente qualitativo, que por muito tempo marcou a *communication research* e ainda é base de pesquisas na atualidade.

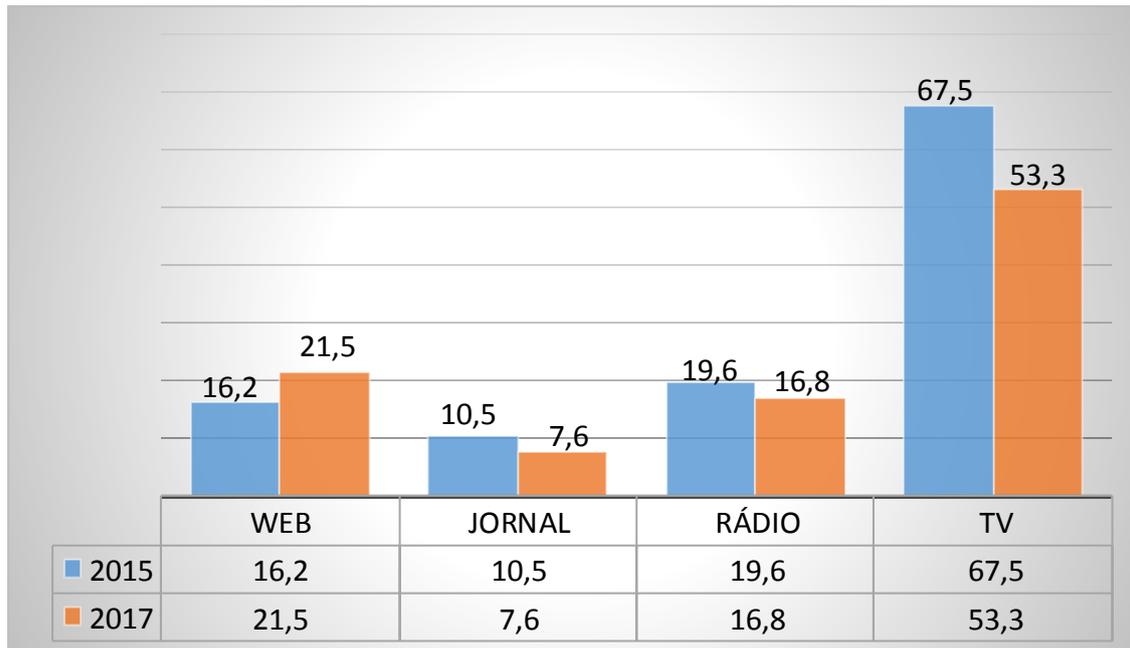
Outras linhas de investigação como “Usos sociais”, “Consumo cultural”, “Mediação múltipla”, “Etnografia”, além das que têm como objeto as contemporâneas narrativas transmidiáticas¹², que também estuda o comportamento da recepção, se afastam do propósito definido aqui. Concomitante, ou cada um a seu tempo, esses estudos nortearam e, porque não dizer, escanearam a relação receptor/suporte midiático.

Distantes destes modelos, o caminho proposto por este ensaio é discorrer sobre o grau de influência da televisão na compreensão dos receptores sobre conceitos básicos de saneamento. É fundamental reforçar que o presente capítulo é parte basilar do contexto de abrangência desta pesquisa e foi concebido para sustentar as argumentações dos capítulos seguintes, bem como as conclusões do objetivo proposto nesta tese, que é verificar se as notícias veiculadas na televisão são eficazes na divulgação sobre saneamento básico.

O conteúdo deste capítulo se refere às respostas dadas a questionamentos sobre mídia e saneamento em entrevistas aplicadas em oito municípios do Piauí nos anos 2015 e 2017. A discussão empreendida aqui é fundamentada nas interpretações da pesquisa de campo.

O Gráfico 19, apresenta as respostas dos entrevistados à pergunta: “Qual meio de comunicação (jornal, rádio, televisão, internet) na sua opinião mais divulga informações sobre saneamento básico?”

¹² Narrativas transmidiáticas são construídas em face da congregação de diferentes mídias: TV, computador, celular, livro, e-book, etc. “A criação de narrativas cede lugar à criação de “ambientes atraentes que não podem ser completamente explorados ou esgotados em uma única obra, ou mesmo em uma única mídia” (JENKINS, 2008, p. 161).

Gráfico 19- Meios que mais divulgam saneamento na opinião dos entrevistados

Fonte: Pesquisa de campo. 2015

As respostas dos entrevistados colocam a televisão na liderança nos dois anos da pesquisa. O que mudou nos dois cenários foi o fato de, em 2017, a internet ter superado o rádio na segunda posição. Mesmo com a popularização de utilização da internet, a televisão se manteve como preferida. Reis (2011) trata sobre a situação de vantagem que sobrepõe favoravelmente o rádio quando comparado aos outros meios após o advento e popularização da internet. Todavia, apesar deste suporte ter se adequado com perfeição ao ambiente virtual, não foi suficiente para a amostra desta pesquisa preterir a novidade do ciberespaço em nome do tradicionalismo do rádio, mesmo travestido com a roupagem das novas tecnologias. A comparação dos quatro meios foi esboçada por Reis (2011, p.16):

Na web a instantaneidade e a imediatez foram as duas grandes novidades e as mais-valias jornalísticas sobretudo para os jornais. Na Internet, o jornal pode avançar com a notícia que só sai impressa no dia seguinte e a televisão pode mostrar de imediato aquilo que só iria emitir nos telejornais com hora marcada. Para a rádio nada disto é novo porque é, por natureza, um meio imediato e instantâneo.

Apesar de possuir características similares à internet, o rádio apresentou uma queda como o meio que mais divulga informações sobre saneamento básico no Piauí, enquanto que a internet subiu 5,3 pontos de 2015 para 2017 e manteve uma diferença de 4,7% de vantagem no último ano pesquisado. Os entrevistados comprovaram também a queda da popularidade do jornal que o máximo que conseguiu alcançar foi 10,5% em 2015. Muito se foi pesquisado

sobre o destino do jornal após o advento da notícia *on line*. Caldas (2002), Wegner e Sehnem (2013) Burke e Briggs (2016), Tuzzo (2016) foram só alguns desses autores. Contudo Meyer (2004) e Boczkowski (2004) defendem que essa queda de consumo não deve ser atribuída apenas ao advento da internet. Os autores argumentam que esse fenômeno é propulsionado pela redução de circulação, de número de leitores, e de participação dos jornais no total do montante publicitário em meios de comunicação. De uma forma ou de outra, os resultados ora apresentados confirmam a decadência da preferência pelo jornalismo impresso no Piauí.

Quanto à televisão, o que se pode deduzir é que, se um entrevistado menciona esse meio como o maior propagador de saneamento básico, é porque ele alimenta o hábito de assisti-lo. Essa é uma conclusão inquestionável facultada pelos dados desta pesquisa, uma vez que só quem tem a prática de assistir televisão pode afirmar que ela é o meio que mais divulga saneamento. A metodologia utilizada não permite a identificação da regularidade e nem do tempo que o entrevistado destina para acompanhar o noticiário, mas é apta para concluir e posicionar a televisão com um suporte consolidado no Piauí e capaz de sobreviver aos atrativos da internet e à concorrência com os demais meios.

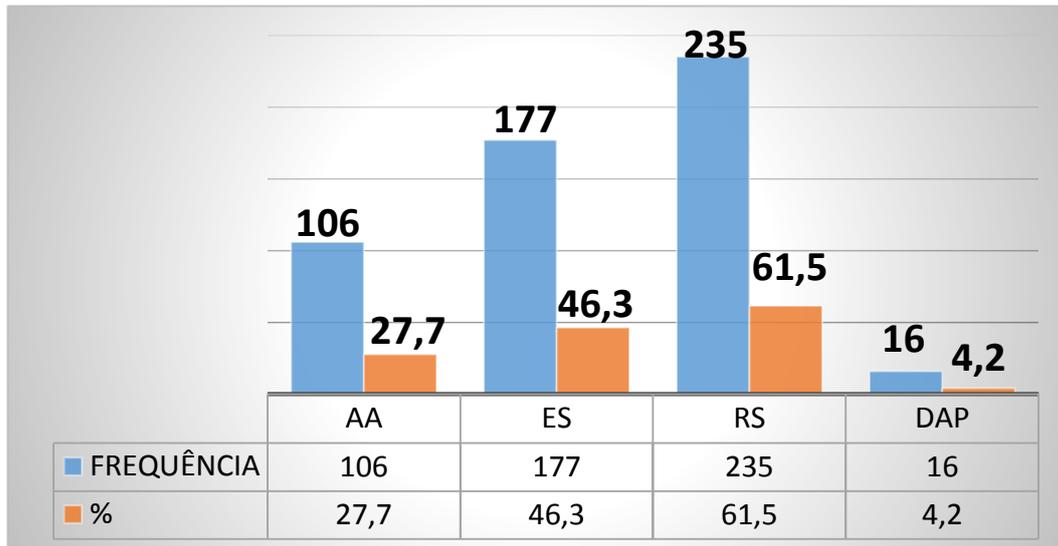
Os resultados da pesquisa de campo também vão ao encontro dos identificados pela Pesquisa Brasileira de Mídia 2016, apresentados na introdução deste trabalho, que evidenciam a televisão como o suporte mais utilizado pela população quando busca notícia. É considerável frisar que, nos limites desta pesquisa, a informação jornalística buscada é sobre saneamento básico.

Ekstron (2002), Coutinho (2009), Vizeu e Correia (2008) defendem uma reflexão aprofundada da epistemologia do telejornalismo brasileiro para seguir pistas de como a televisão oferece ao público uma visão peculiar de estrutura e organização da realidade. Não se pode descartar a possibilidade de que esta receita pronta de mostrar o mundo oferecida pelo suporte televisivo seja o que atrai o público e também o que elege este meio de comunicação como preferido para os receptores de notícia. Talvez porque muitos ainda, como na metáfora da janela, supõem que o telejornalismo é uma lacuna que mostra o mundo. Através dos seus enquadramentos apresentam recortes que aproximam o telespectador da realidade. Quando, pelo contrário, conforme assinala Coutinho (2009), a janela não permite a visualização do mundo, mas constrói “por meio de textos, imagens e sons, o mundo por meio de sua janela particular que envolve desde as características intrínsecas ao meio até as diretrizes relativas à política editorial (p. 107).

Constatou-se, nos dois anos de aplicação dos questionários, que a televisão não teve influência sobre a identificação dos quatro eixos do saneamento básico. Ao se confrontar o

resultado do Gráfico 19 com os Gráfico 1 e 5 que expõem os resultados, nos anos 2015 e 2017, observou-se que não houve diferença significativa. Os Gráficos 1 e 5, representados a seguir, revelam que serviços o entrevistado considera como saneamento básico.

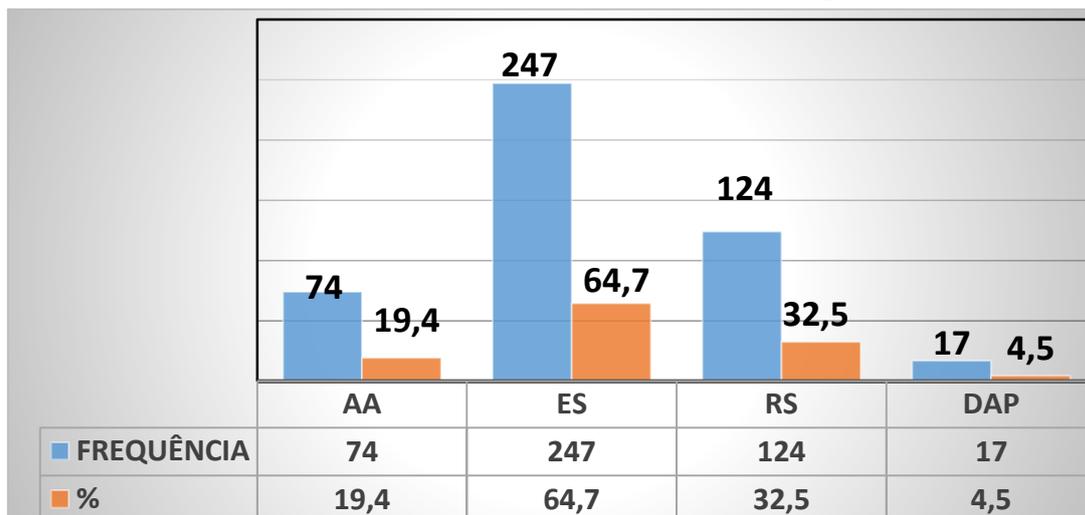
Gráfico 1: Reconhecimento dos eixos do saneamento básico no Piauí - geral (2015)



Fonte: Pesquisa de campo. 2015

Legenda: AA: abastecimento d'água. ES: esgotamento sanitário. RS: coleta de resíduos sólidos. DAP: drenagem de águas pluviais

Gráfico 5 - Reconhecimento dos eixos do saneamento básico – geral (2017)



Fonte: Pesquisa de Campo. 2017.

O fato de apontar a televisão como meio que mais divulga saneamento, não é condição preponderante para que os mesmos entrevistados reconheçam saneamento como abastecimento d'água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólido e drenagem de águas

pluviais. Ou seja, a influência da TV não é decisiva para formar as pessoas sobre saneamento básico e nem tampouco discernir os quatro eixos que o compõem.

Ao responder televisão, o entrevistado pode fundamentar suas repostas em generalizações: se este meio é o mais adequado para se buscar informações sobre qualquer tema, o é também para saneamento básico. Fazendo o contraponto, ele pode acreditar que as matérias que assistiu sobre falta de água ou de coleta de lixo, por exemplo, foram suficientes para a compreensão do conteúdo saneamento. Se pelo contrário, o público não conseguir compreender o saneamento através da televisão, a responsabilidade pela carência de informações da população recai sobre os noticiários televisivos. Ou eles não estão sendo eficazes na divulgação do tema ou não pautaram matérias em número suficiente que permitissem a formação do público.

O fato é que a pesquisa mostra que os entrevistados que não reconhecem televisão como maior divulgador de saneamento têm o mesmo nível de conhecimento sobre o tema que as pessoas que reconheceram. O que reitera a conclusão de que este meio não é a principal fonte de informação do público sobre o assunto ou, no caso de terem assistido matérias sobre o tema, não compreenderam ou não valorizaram. Sabem que a matéria foi exibida, mas não a selecionaram mentalmente como um assunto que exigisse sua atenção e lhe induzisse a um entendimento.

No processo de recepção, a passividade não é uma característica preponderante do público. Consoante Orozco Gomez (2005), o momento da recepção implica diversos graus de envolvimento e processamento do conteúdo televisivo:

Os telespectadores frente à televisão se veem partícipes de uma sequência interativa que implica diversos graus de envolvimento e processamento do conteúdo televisivo. Essa sequência começa com a atenção, passa pela compreensão, seleção, valoração do que foi percebido, seu armazenamento e integração com informações anteriores, e finalmente se realiza uma apropriação e produção de sentido (GÓMEZ, 2005, p. 31).

Essa dinamicidade no ato da recepção permite que o telespectador prescindia de um sem-número de informações que ele opta por não se apropriar, incluindo-os na seara do não armazenável ou desinteressante, e não lhe destina atenção. Essa hipótese deve ser a primeira a ser considerada quando um pesquisador vai ponderar sobre as razões que levam um telespectador a optar por assistir uma matéria em vez de outra. Ou para quem investiga as razões de um público não ter conhecimento a respeito de um tema, mesmo quando este é exposto rotineiramente pela televisão.

Gómez (2005) acrescenta que as interpretações das informações televisivas variam não apenas em relação a certos códigos de compreensão que estão disponíveis para a audiência; mas com as possíveis aplicações da notícia no contexto imediato de uso e no contexto social e político mais amplo.

As observações de Gómez (2005) reiteram e complementam que, além de compreendidas, o telespectador necessita enquadrar a informação em um contexto prático de aplicação. Desta forma, a hipótese de que o saneamento básico é uma pauta preterida da atenção da audiência é válida, já que esta pesquisa indicou que nem mesmo os assuntos corriqueiros que envolvem o dia-a-dia do telespectador e atinge diretamente a comunidade, como os problemas comunitários sazonais, permitiram que os telespectadores pudessem conectá-los a saneamento básico.

As pautas sazonais têm o objetivo de divulgar um evento que costuma ocorrer sempre num momento temporal específico. São priorizadas em qualquer noticiário e contemplam o período das enchentes, da seca, o desabastecimento de água, as enfermidades decorrentes de vetores, e outros fatos que envolvem esgotamento sanitário, abastecimento de água, drenagem de águas pluviais, manejo de resíduos sólidos. Desta forma, mesmo não sendo uma audiência assídua, o telespectador em um momento ou outro será exposto a uma matéria de saneamento devido a recorrência delas.

Á guisa de exemplificação, pode-se citar a Campanha da Fraternidade de 2016, que abordou o tema “Casa comum, nossa responsabilidade”, destacando o saneamento básico. As campanhas da fraternidade são alvo da imprensa e geram pauta sobre o tema escolhido. Não obstante, nem as pautas sazonais, tampouco a campanha da fraternidade foi suficiente para que os entrevistados que assistem televisão detivessem mais informações e se iguallassem com as pessoas que não indicaram a televisão como principal meio de divulgação do tema. O tema de 2019 é sobre políticas públicas, nova oportunidade para se colocar o saneamento em pauta.

Por outro lado, é válido considerar que, em 2016, eventos como as olimpíadas realizadas no Rio de Janeiro, o impeachment do presidente Dilma Rousseff, eleições municipais, ganharam bastante o tempo de televisão o que pode ter contribuído para ofuscar pautas de saneamento básico.

Enfim, a produção de sentido que o telespectador realiza ao ser exposto a notícias sobre saneamento merece uma investigação mais criteriosa

6.1 Reconhecimento dos públicos do Bom Dia Brasil/ Piauí TV

Após constatação de que a televisão é considerada como o meio que mais divulga saneamento básico, mas que isso não é condição para que o público identifique os quatro eixos que o compõem, avança-se agora para identificar se, de forma isolada, se os programas Bom Dia Brasil e PI TV são mais exitosos em proporcionar essa identificação.

Inicialmente, verificou-se junto aos entrevistados de forma direta se costumavam assistir os jornalísticos. Os resultados estão na Tabela 8:

Tabela 8: Público piauiense dos programas Piauí TV e do Bom Dia Brasil

	% 2015			% 2017		
	Sim	Não	Às vezes	Sim	Não	Às vezes
BB	38,7	43,2	18,1	44,8	42,9	12,3
PI TV	35,3	53,4	11,3	50,5	40,1	9,4

Fonte: autora (2018)

A tabela apresenta uma evolução na audiência dos jornalísticos de 2015 para 2017. Neste último ano, mais da metade dos entrevistados disseram assistir Piauí TV e o número cresceu para 59,9%, quando se acrescentou os telespectadores ocasionais (na tabela representada por 'às vezes'). O crescimento se repetiu com o Bom Dia Brasil.

Da lista dos que não assistem, podem ser incluídos os que não gostam de televisão aberta e os que possuem antena parabólica, que não reproduz a programação local. O Piauí TV é produzido tanto pela TV Clube quanto pela TV Alvorada Sul, com sede em Floriano, e é assistida pelos municípios da região. Cada uma divulga programação própria e local, além de transmitir a programação nacional.

Para identificar se o alicerce teórico do público sobre saneamento é influenciado pelas notícias transmitidas pelos dois jornalísticos, confrontou-se os resultados da tabela 8 e gráfico 1 e 5 (página 87), que verificam o entendimento da população sobre os eixos do saneamento básico em 2015 e 2017, respectivamente. Com relação a 2015, os números indicaram que não houve influência para a formação do público do Piauí TV em nenhum dos eixos. Mas observou-se que esse evento ocorreu no eixo Drenagem de Águas Pluviais no Programa Bom Dia Brasil.

Naquele ano, 56,2% afirmaram assistir Bom Dia Brasil e reconheceram Drenagem de Águas Pluviais. Outros 37,5% também reconheceram, mas estes só assistem ocasionalmente. A tabela 9 traz os números:

Tabela 9: Confronto de respostas dos que assistem BB com os que reconhecem DAP como saneamento – 2015

		DAP	
		NÃO	SIM
BB	NÃO	44,8%	6,2%
	SIM	38,0%	56,2%
	ÀS VEZES	17,2%	37,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Legenda: DAP: Drenagem de água pluvial

Quando se volta ao gráfico 1, percebe-se que existe por parte do piauiense uma dificuldade em reconhecer Drenagem de Águas Pluviais como saneamento básico, e esse foi um dos pontos de relevo do capítulo 1. A partir da tabela 9, é possível caracterizar esse público, formado por 93,7% dos entrevistados quando se soma o ‘sim’ e o ‘às vezes’, como um grupo de pessoas que assiste o Bom Dia Brasil e compreende DAP como um dos eixos de saneamento básico.

A dificuldade em reconhecer DAP como saneamento pode ser proveniente do próprio arcabouço histórico legal brasileiro. Desde o Código das Águas, em 1934, passando pelo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), durante o regime Militar, até o Planasa, o saneamento básico é entendido apenas como abastecimento de água e esgotamento sanitário. Segundo IBGE (2018), a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB/2000 - foi mais abrangente com a incorporação de novas variáveis e um novo tema, Drenagem Urbana, aos temas já pesquisados em 1989. Em 2008, o IBGE, em convênio com o Ministério das Cidades, novamente realizou uma nova edição da PNSB, utilizando outra terminologia para os questionários, que passaram a ser denominados Manejo de Resíduos Sólidos e Manejo de Águas Pluviais, respectivamente¹³. A partir da Lei 11.445/ 2007, as terminologias se consubstancializam como parte integrante do saneamento básico.

Esse contexto histórico pode tentar justificar a ignorância sobre este eixo, mas é um argumento de fácil desqualificação quando se pondera sobre a obrigatoriedade da existência dos Planos Municipais de Saneamento Básico em todos os municípios, como já foi discutido anteriormente, que imputa ao poder público a obrigatoriedade de envolver a comunidade no

¹³ Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/home-ces.html?catid=0&id=1149>. Acesso em 05 de março de 2019.

debate e produção do PMSB. A mobilização social, se efetiva, implica em uma população mais informada.

Todavia, no retorno da pesquisa em 2017, a situação não se repetiu, o confronto entre os eixos BB/DAP não apresentou significância, apesar de mais da metade dos entrevistados se apresentarem como público cativo ou eventual do Programa Bom Dia Brasil. Naquele ano, não conseguiram fazer o link entre drenagem e saneamento básico. A análise das matérias divulgadas no período, que será apresentada no próximo capítulo, vai poder dar uma pista do que levou a esse fenômeno. A hipótese é de que essas não estão abordando de forma técnica o problema de drenagem, fragmentam o conteúdo e impossibilitam o espectador de entender as causas, já que os efeitos dos problemas são mais espetaculares e, por isso, dão mais audiência.

Em 2017, houve uma evolução na compreensão do eixo Abastecimento de Água no programa Piauí TV, conforme mostrado na Tabela 10.

Tabela 10: Confronto de respostas dos que assistem PI TV com os que reconhecem AA como saneamento – 2017

		AA	
		NÃO	SIM
PI TV	NÃO	40,3%	38,4%
	SIM	52,9%	41,1%
	ÀS VEZES	6,8%	20,5%

Fonte: Pesquisa de campo, 2015

Legenda: AA: Abastecimento d'água

O que chama atenção nos dados, é que a audiência ocasional (20,5%) influenciou para que se pudesse confirmar a influência do Piauí TV na formação do público sobre o eixo abastecimento d'água, o que pode ser considerado um progresso, já que essa afirmação não podia ser feita em 2015. Naquele ano, esses espectadores eventuais também foram decisivos para a conclusão de que o público do Bom Dia Brasil associa DAP a saneamento.

A leitura da tabela 10 é feita dessa forma: 41,1% das pessoas que afirmaram assistir PI TV também reconheceram abastecimento d'água como saneamento. Ou ainda: 20,5% dos entrevistados que afirmaram que abastecimento d'água é saneamento assistem o Piauí TV eventualmente.

Neste período, as pautas do Piauí TV versavam sobre a crise na empresa estatal de abastecimento de água que atende o estado, o constante desabastecimento de água em bairros da capital e também no interior, a subconcessão do serviço de abastecimento d'água de Teresina a uma empresa privada, entre outros. Mesmo com esse conteúdo exibido, 52,9% dos

entrevistados, público do jornalístico, não conseguiram identificar que abastecimento de água é um dos eixos do saneamento.

Requer destaque o público que assiste eventualmente o PI TV, a quem pode ser atribuído a evolução da percepção do tema e por associar abastecimento/saneamento a partir das matérias que assistiram. A audiência ocasional, representada por quase 30% dos entrevistados, dá pista de que detém mais conhecimento sobre o assunto, têm maior poder de discernimento entre os que assistem sempre ou não assistem, têm um olhar mais crítico e gera mais conexão entre o que vê na televisão e a realidade que o cerca. Esse corolário é também confirmado pelo pequeno número de pessoas (6,8%) que assiste casualmente e que não associa os dois conceitos.

O perfil do público ocasional foi pouco estudado pelos pesquisadores de comunicação, mas o resultado revela que assistir de forma eventual um programa pode sinalizar que esse telespectador tenha uma motivação específica. Uma delas, a mais comum, é a conveniência de horário dos que não têm acesso a uma televisão no momento do telejornal. Mas há os que não gostam de assistir telejornal: ou por não gostar, especificamente, daquele jornal; ou por não acreditar nas notícias de um modo geral. O telespectador ocasional não costuma assistir e, quando assiste, pode também ser motivado pela busca de algo específico, pode estar interessado em confirmar algum fato. Pode ter sido movido por algum interesse particular. Ou para confirmar se um fato que presenciou ou que soube por terceiros será divulgado. Pode, ainda, buscar informações que presume que serão exibidas por conta da própria sazonalidade ou para ver a repercussão de uma notícia já divulgada em sites, ou nas redes sociais ou, ainda, uma suíte de outra pauta.

A audiência ocasional aumentou com o uso do controle remoto, com o agravante do próprio formato dos telejornais favorecer a mudança de canal a qualquer momento. Emerin (2014) evidencia o tema ao defender que a fragmentação da programação televisiva em programas, em blocos, alternados por intervalos comerciais, fizeram com que a composição do texto televisivo fosse diferente estruturalmente de outros textos. E, que esse processo, inerente ao fazer televisivo, pode transformar telespectador em produtor do conteúdo que ele quer assistir. “Com o controle remoto, os chamados usuários comuns puderam passar a ter o controle sobre a televisão aberta na forma de escolha da programação e passaram a ser (...) um “consumidor produtor”” (EMERIN, 2014, p.16)

Ora, o poder de construir sua própria programação estimulado pelo controle remoto permite que esse telespectador, ao trocar canais e observar uma matéria sobre um tema que

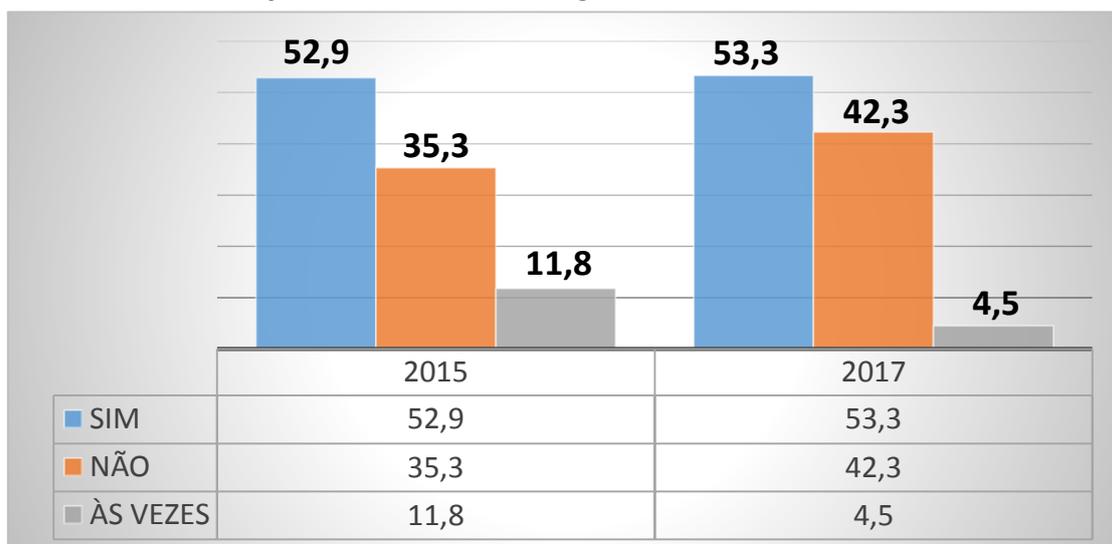
tenha certo conhecimento e interesse, decida assistir. Isso pode ter influenciado o resultado desta pesquisa e o aumento da audiência ocasional.

Apesar da convergência midiática não ser objeto desta tese, é importante fazer referência ao tema, até por exigência do contexto contemporâneo exige, à medida que a emergência das narrativas transmidiáticas suscitou um novo perfil de audiência. O telespectador nos tempos atuais divide sua atenção entre a tela da televisão e o aparelho móvel que mantém nas mãos o conectando ao mundo das informações a todo momento, sendo esse outro fator que produz telespectadores eventuais. “Frente a esta conectividade e intermediação descentralizada, os telespectadores têm se mostrado, cada dia, mais voláteis, sem estabelecer relações de fidelidade a um canal, produto ou programa” (EMERIN, 2014, p,17).

6.2 Confiança no poder de penetração da TV

O Gráfico 20 traz o percentual das respostas à pergunta: “Você acredita que a televisão é eficiente ao divulgar problemas da comunidade?”. Neste momento é mensurado o grau de confiança no poder de denúncia da televisão sob a perspectiva do telespectador. Esta pergunta indica a relação de proximidade que o telespectador acredita que estabelece com o suporte midiático, no sentido de entender que ele mesmo, ou qualquer cidadão próximo a ele, pode recorrer à reportagem da televisão para fazer queixas, denunciar problemas e obter soluções mais céleres.

Gráfico 20: Confiança na televisão em divulgar/denunciar demandas da comunidade



Fonte: Pesquisa de campo 2015, 2017

A televisão ainda tem o seu papel de representante das causas comunitárias mantido por mais da metade das opiniões. As notícias da televisão representam instrumento útil para

denunciar os problemas, segundo o imaginário dos pesquisados. Um ponto positivo, principalmente quando se considera que a soma das respostas dos que disseram ‘não’ e ‘talvez’ não se igualou aos que disseram ‘sim’. Em nenhum dos anos.

Esse resultado pode representar uma resposta positiva às diferentes estratégias (publicitárias, comerciais, de aproximação e cumplicidade com o público, etc) de atrair o público e manter a sua audiência.

À guisa de exemplificação, Coutinho (2014) cita como uma dessas estratégias a inserção nas narrativas jornalísticas de personagens populares com dimensão individual valorizada por participações integradas. Matérias que mostram o indivíduo como parte de um grupo, de um segmento ou de uma coletividade. Becker (2012) amplia ao dizer que os telejornais buscariam a cumplicidade do público, em narrativas nas quais assumiriam a sua defesa para isso lançando mão de uma quantidade excessiva de sonoras.¹⁴

Coutinho (2014) defende que a legitimidade e importância dada ao telejornalismo na sociedade brasileira foi e é cotidianamente atribuídas aos telespectadores. Por conta disso, a orientação do suporte televisivo que norteia todo o processo de produção da notícia é para contemplar o público e diversas estratégias o incorporam à própria narrativa jornalística para suscitar essa perspectiva de pertencimento, de fazer parte. A autora faz uma definição de público a partir do que ela compreende ser o anseio da audiência ao acessar um jornalístico.

Esses cidadãos que buscam por meio dos noticiários da televisão celebrar seus encontros com a cidade, país e o mundo, produzindo sentido e sensações de pertença e (auto) reconhecimento a partir das narrativas audiovisuais nos jornais e programas informativos constitui o que preliminarmente chamamos de público. (COUTINHO, 2014, p.176)

Já se identificou neste trabalho o percentual de pessoas entrevistadas que se pode considerar irrevogavelmente como público de televisão. São os que a reconheceram como meio que mais divulga saneamento. Contudo, dentre os entrevistados, o público televisivo é bem maior quando se considera os telespectadores que não responderam ser a televisão o meio que mais divulga saneamento, mas que mesmo assim a assistem.

Fez-se o confronto das pessoas que responderam que a televisão é o suporte que mais difunde saneamento, com as respostas dos que acreditam na capacidade desta em divulgar e denunciar os problemas mais particulares das comunidades. O objetivo era compreender se as pessoas confiavam na capacidade das notícias em denunciar problemas de saneamento. Ora, se esse público entende que a televisão é o meio que mais divulga saneamento e se confia na

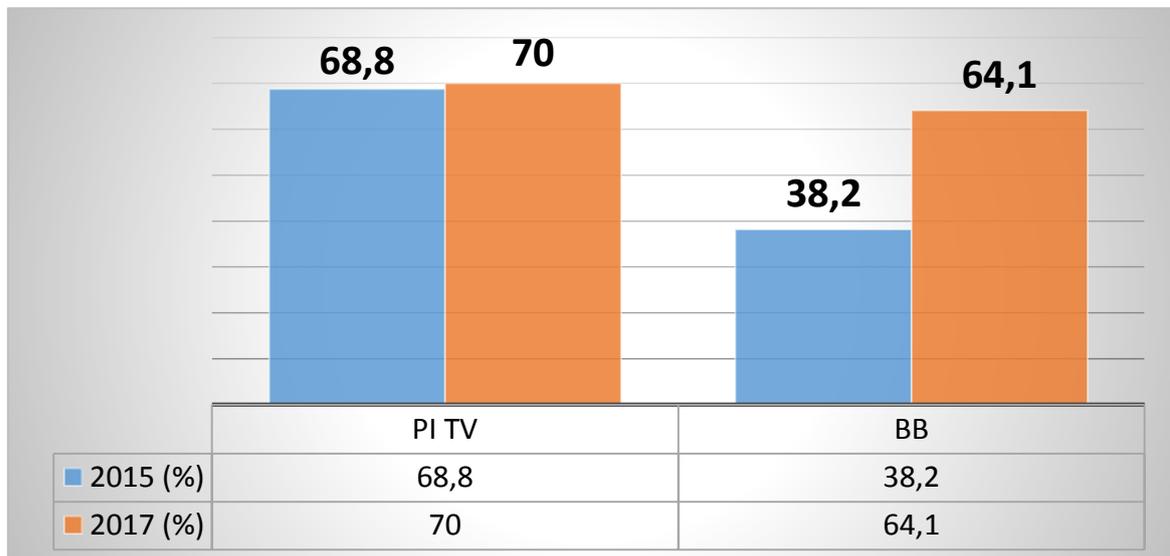
¹⁴ Sonora: Termo utilizado em jornalismo para gravação de entrevistas rápidas que serão utilizadas em matérias. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario?search_letter=s

capacidade da televisão em denunciar os problemas comunitários, é presumível que englobe também os problemas de saneamento nesse grau de confiança.

Entretanto, de uma maneira geral, o confronto não apresentou resultado significativo, ou seja, não permitiu afirmar que os que acreditam ser a televisão o maior publicizador de saneamento básico, tem confiança no poder da televisão em denunciar problemas da comunidade.

Contudo o resultado não seguiu a mesma lógica quando se confrontou individualmente o grau de confiança na televisão com os dois programas que são objeto, desta pesquisa. Os resultados estão no Gráfico 21.

Gráfico 21: Confiança dos telespectadores nos jornalísticos em dois anos.



Fonte: Pesquisa de campo 2015, 2017

Os dados revelaram, em 2015, um grau de confiança no programa Bom Dia Brasil. Somente os que assistiam PI TV afirmaram acreditar no potencial das notícias. Contudo, o cenário em 2017 favoreceu também o Bom Dia Brasil e, naquele ano, tanto o público do BB quanto o do PITV, disseram acreditar no grau de penetração dos jornalísticos nas comunidades e no potencial para denunciar as queixas da população.

Essa confiança foi resultado do investimento da emissora em fazer valer o seu próprio *ethos* - o que as empresas dizem ou deixam subentendido sobre elas mesmas: o que elas dizem considerar como sua missão e seus valores, o “caráter” empresarial que manifesta de forma a persuadir o público a crer. O *ethos* se constitui a partir de um conjunto de atributos ou valores e, em jornalismo, pressupõe a credibilidade. Conforme Hernandes (2005), a busca em obter um público fiel, que garanta a audiência e que, por sua vez, se reverta em sustentação financeira das empresas é importante na construção positiva de uma identidade ou marca de

um produto jornalístico. Ele reforça que o *ethos* da competência é o mais alimentado. Ou seja, a empresa transmite a imagem do saber fazer e do poder fazer. “E que competência é essa - que justifica a existência de sua relação com o público? É justamente a de noticiar, apresentar e discutir as novidades do mundo.” (HERNANDEZ, 2005, p.783).

A TV Clube se apresenta como líder de audiência baseado em um jornalismo sério e tradicional. Marques (2016) ressalta que é a emissora reivindica uma posição de autoridade, se colocando no papel de canalizadora das demandas da população por meio da fiscalização das ações do poder público e crítica às políticas públicas. A forma como faz isso, segundo o autor, é apresentando matérias retratando os problemas da sociedade, ouvindo fontes autoridades, cobrando solução, em nome da população. A emissora mantém um quadro chamado Calendário, no programa PIV 1, que tem a proposta de jornalismo comunitário incentivada pela Rede Globo e é apresentada pela emissora como uma obrigação de responsabilidade social do grupo. É grande a possibilidade de esse quadro, especificamente, por ser bastante popular, ter motivado os números positivos no Gráfico 21.

Quanto ao Bom Dia Brasil, é necessária uma apuração mais criteriosa para desvendar o que motivou a acentuada evolução no nível de confiança nos dois anos. O noticiário matinal herdou o *ethos* comum a todo o jornalismo da rede iniciado com o Jornal Nacional, que inaugurou o novo padrão Globo de Notícias. De acordo com os "Princípios editoriais do Grupo Globo"¹⁵, o jornalismo proposto pela emissora é baseado em atributos como isenção, correção e agilidade. A publicação dos princípios editoriais não trata sobre jornalismo comunitário, mas a imagem de mediador dos problemas sociais faz parte do *ethos* alimentado pela Rede Globo, de acordo com Figueiredo (2015), que prefere chamar de Jornalismo Prestador de Serviços, visto que, segundo ele, o que é mostrado se afasta dos propósitos do Jornalismo Comunitário.

Conforme Figueiredo (2015), a aproximação com as causas da comunidade surgiu como forma da emissora de se desprender do tom oficialista alimentado durante toda a ditadura militar. Ele acrescenta que o jornalismo de prestação de serviço conseguiu adesão de um novo contingente que adentra o mercado de consumo. “Também é uma resposta da Rede Globo de Televisão a novos tempos políticos pós-democratização, a um cansaço do público em relação ao viés oficialista da emissora fortemente atrelada ao *status quo*” (FIGUEIREDO, 2015, p.5).

¹⁵ Disponível em: <http://g1.globo.com/principios-editoriais-do-grupo-globo.html#principios-editoriais>. Acesso em: 05 mar 2019.

As afiliadas por estarem mais próximas de seu público e terem mais facilidade de retratar o local são mais exitosas ao fazer o jornalismo de serviço mais voltado para as comunidades, ouvindo fontes testemunhais e de autoridades diretamente envolvidas. Essa proximidade maior com o público permite uma inversão com a rede nacional. Se as afiliadas assimilam, incorporam e se beneficiam do *ethos* nutrido pela Rede Globo, no caso das notícias locais, com relação às querelas comunitárias, é a rede que se beneficia do jornalismo regional e local desenvolvido pelas afiliadas.

Figueiredo (2015) itera o controle que a Globo procura exercer sobre o conteúdo de suas afiliadas, submetendo-as a seguir o mesmo padrão da cabeça de rede enquanto produção de uma nova imagem diante de audiências e acúmulo de poder simbólico. Em busca dessa nova imagem, a Globo foi colocando-se “ao lado das demandas fundamentais não supridas pelos poderes públicos e que afetam diretamente a população carente como saneamento, educação, transporte público asfaltamento entre outros temas” (FIGUEIREDO, 2015, p.6).

Aproveitando-se do déficit de cidadania e da deficiência dos canais de comunicação entre cidadão e poder público, o telejornalismo, para suas demandas, descobriu como atuar através do assistencialismo clientelista ou do ‘jogo político’. Em ambos os enfoques, o denunciamento traz credibilidade à TV e à fidelidade do anunciante.

No assistencialismo clientelista, o tema apresentado é pontual, de fácil resolução pelo poder público que a reportagem magnifica para conseguir por meio de pressão midiática ou por prévio acordo a solução da demanda. Opostamente, no jogo político, o interesse da empresa jornalística é bem mais amplo e não visa a solução do tema tratado porque reconhece que é problema de difícil solução (grandes temas como Educação, Saúde, Segurança, etc). O objetivo é ter o arrefecimento do denunciamento em troca de favores políticos ou vantagens financeiras. Numa estratégia ou na outra, a mídia consegue transmitir a ideia de legitimidade sendo a porta-voz dos que não têm voz. É o próprio *soft power*¹⁶ em ação.

Independente da estratégia de atuação, com relação ao ato de assistir, Fechine (2014) menciona duas categorias de regimes de visão: uma delas é a ‘olhadela’ e a outra é o ‘contemplar’. No regime da olhadela, o espectador apenas “acompanha” a televisão, muitas vezes enquanto realiza outras atividades, dedicando-lhe uma atenção intermitente ou esporádica. Não é sua atividade principal, mas secundária. No regime do contemplar o espectador é absorvido pelo que vê na TV, e dispõe de uma atenção total àquilo que está sendo transmitido. “Assistir à TV é uma atividade primária, que nos permite, a partir de uma

¹⁶ O Soft Power é uma articulação sedutora de poder, ele coopta as pessoas a quererem ser iguais ao invés de obrigá-las a tal. Para Nye (2002), é fonte de poder sedutor ideológico-social-cultural

pressuposta relação do espectador com programas específicos, analisar os efeitos de sentido por estes produzidos” (FECHINE, 2014, p. 4).

Trazendo para este contexto, não se poderia atribuir o regime de visão da olhadela aos telespectadores que acreditam que a TV é o meio que mais divulga saneamento, mas que não confiam em sua potencialidade para denunciar as mazelas locais. Ora, se o telespectador acredita no potencial do Bom Dia Brasil e PI TV na divulgação do tema e não aprova o tratamento dado às matérias pautadas na comunidade, pode-se depreender que ele dispõe de um olhar mais atento a esses programas. Ele chega a essa conclusão porque assiste com atenção, destina aos jornalísticos uma atenção primária: o contemplar de Fechine. Contudo, isso não significa que o telespectador contemplativo seja mais astuto ou esteja necessariamente interessado em estar informado. O contemplar pode ser resultado da força do hábito que ele conserva de sentar na poltrona naquele horário com certa frequência.

Fechine (2014) recorre à noção de hábito, que alimenta um sentido emanado da programação repetidamente assistida de um telespectador. Este pode estar buscando uma informação ou simplesmente estar ali pela praxe de se expor à programação rotineira, ou como forma de fuga (“para esvaziar a cabeça”, para “não pensar em nada”) ou, ainda, em busca de companhia”. Segundo a autora,

se um sujeito (S) frui a presença de um determinado objeto (O) e o sentido que se produz nessa relação é o próprio “gosto da fruição” ou do convívio com o outro, estamos aqui diante de uma experiência que se produz justamente a partir da própria reiteração, e não mais de uma irrupção qualquer no cotidiano (...) A repetição, que particulariza esse tipo de fruição definidora do hábito, é o que leva alguns analistas a associá-la tão somente à inevitável dessemantização das práticas cotidianas. (FECHINE, 2014, pp. 5 e 6).

A repetição, o hábito converge para a cumplicidade do telespectador, por reconhecer, por se sentir familiar ao que está sendo exibido, tendo em vista que aquela experiência já faz parte do repertório de classificações que ele tem de mundo. Na mesma linha, Bourdieu (1994) assinala que o *habitus* representa um instrumento que fortalece o esquema classificatório unificado de modos de pensar que visa a coesão social. Este esquema, segundo o autor, pode se desenrolar em subconjuntos que seguem a estruturação e o modelo geral e deve se afastar da contradição porque todos os esquemas classificatórios são governados pela mesma lógica. Em outras palavras, na televisão, o *habitus* é o elemento estruturante entre o mundo real e o mundo do pensamento orientado pela produção cultural e pelo consumo. É favorecido nos programas de grandes audiências pela capacidade de reunir espectadores mais frequentes e menos frequentes. Bourdieu entende que enquanto produto da história, o *habitus* produz

práticas, individuais e coletivas. Produz história auxiliado por esquemas engendrados pela própria história, pelas estruturas das experiências passadas depositadas no público sob a forma de esquemas de percepção, de pensamento e de ação. Esses esquemas “tendem, de forma mais segura que todas as regras formais e que todas as normas explícitas, a garantir a conformidade das práticas e sua constância ao longo do tempo. (Bourdieu [1980] 2009, p.90).

Mesmo que a audiência não seja homogênea e possua modos de apropriação distintos, os esquemas classificatórios unificadores de coesão social - que se apresentam como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações consubstanciadas no *habitus* - têm capacidade de engendrar práticas de modo latente e imperceptível que favorecem à fidelização do público.

Essas práticas afluem, dessa forma, para o estabelecimento do contrato de comunicação patenteado por Chauradeau (2006), ao defender a existência de um circuito externo, onde interage um Eu comunicante (Eu c.), caracterizado por uma identidade psicossocial específica e por um projeto de fala definido que visa influenciar o interlocutor. Além deste, há também um Tu interpretante (Tu i.) com identidade psicossocial definida e parcialmente desconhecida, mas presumida pelo (Eu c.). A interação entre ambos é orientada pelo conhecimento das características de um contrato de comunicação encenado e pelas circunstâncias materiais envolvidas (tempo, espaço, tipo de canal de comunicação, etc).

Na televisão, o *habitus* facilita a pressuposição, por parte do Eu e. das expectativas que o Tu d. alimenta da narrativa jornalística. O ato de linguagem é impulsionado no momento em que o Eu c., motivado por seu projeto de fala e servindo-se da sua experiência de produção de discurso e das expectativas que ele tem sobre a identidade e intencionalidade do Tu i., elege e põe em prática suas estratégias de fala. O Eu. c., sujeito empírico, neste momento se transforma em Eu enunciador (Eu e.), ser da fala, e concebe o Tu destinatário (Tu d.), ser existente, apenas, no discurso do Eu e. Sendo assim, mediado pela palavra, o contrato de comunicação iniciado por Eu c. deve ser acolhido por Tu i. Ou seja, o Eu c. realiza seu projeto de persuasão quando, convertido em Eu e. (Eu enunciador, sujeito da fala) institui o Tu destinatário (Tu d.) - ser existente, apenas, no discurso do Eu e. – e se faz reconhecer no seu saber, no seu poder e no seu saber-fazer. É o êxito do contrato.

Isso posto, essa relação habitual, cotidiana, íntima, bem próxima da cumplicidade, justifica os números desta pesquisa que favorecem os programas pesquisados em detrimento da televisão com um todo no que diz respeito à confiança em denunciar as demandas comunitárias.

7 JORNALISMO AMBIENTAL: SANEAMENTO EM ANÁLISE

Para a construção de um modelo que visa verificar a eficiência das matérias de telejornais ao divulgar o saneamento básico e suas inter-relações, foram destacados aspectos que atendessem aos preceitos do jornalismo ambiental. O primeiro aspecto observado foi a utilização do vocábulo saneamento básico nas pautas que tratam sobre o tema. Isso porque a simples menção da palavra permite que o telespectador vincule o assunto divulgado, geralmente problemas do dia-a-dia, com o saneamento básico.

As interfaces do conteúdo saneamento básico que por sua complexidade o emoldura como temática de cobertura do jornalismo ambiental também foi ponto de observação na análise realizada nesta pesquisa. Isso porque o jornalismo desempenha um papel crucial para a transmissão de informações que visam informar e formar sobre saneamento básico. Por compor uma pauta ambiental, reivindica do profissional um olhar sistêmico no momento da composição da matéria. Uma visão fragmentada encaminha a uma produção limitada dos conteúdos veiculados. A exigência de uma abordagem mais abrangente se justifica pela própria concepção de meio ambiente. Na compreensão de Moita Neto (2019), discutir meio ambiente é repassar, de modo crítico e cientificamente consistente, todo modo de vida atual, avaliando o seu impacto para gerações atuais e futuras. Para ele,

a concepção de meio ambiente é mais ampla e complexa que a encontrada na ecologia. Ela se estende e abarca todas as condições de vida do homem de hoje e a perenidade da espécie humana no planeta Terra. Isto abrange desde seu condicionamento aos limites dos sistemas Químicos, Físicos, e Biológicos da espécie Humana e das demais formas de vida que a sustentam direta ou indiretamente até os sistemas políticos, econômicos, sociais e culturais em que cada homem se insere. (MOITA NETO, 2019, Twitter)

Essa visão abrangente de meio ambiente deve ser incorporada pelo jornalismo ambiental. Bueno (2007) acrescenta que a visão inter e multidisciplinar deve extrapolar os limites dos cadernos e editorias, tendo em vista que a fragmentação imposta pelo sistema de produção jornalística debilita a cobertura. Para o autor, no telejornalismo, a divisão em blocos entremeada por comerciais favorece a fragmentação do conteúdo.

Quando comparado aos outros meios de comunicação, o telejornal possui um número de notícias relativamente menor. O fato de ter um tempo determinado de duração faz da agilidade a sua característica primordial e que termina por refletir na interpretação dos fatos. Desta forma, Soares e Oliveira (2007) argumentam: “Os noticiários televisivos propiciam uma visão monolítica dos acontecimentos, ou seja, apresentam uma versão que impede a

análise através de pontos de vista diferentes ao receptor, o que está sendo dito parece ser a verdade absoluta” (SOARES e OLIVEIRA, 2007, pag. 2).

A instantaneidade do rádio e da televisão condicionam o modo de transmissão da notícia. Em princípio, cada meio deve utilizar os recursos tecnológicos disponíveis para tornar efetivo a transmissão ou mensagem. O texto impresso pode construir uma argumentação racional que demanda tempo de reflexão e absorção da mensagem para o leitor. Pela exiguidade do tempo, a adesão à determinada mensagem através da reflexão crítica é dificultada ao telespectador, já que exige conexões que ele precisa fazer para absorver e interpretar os conteúdos a que está exposto. Deste modo, a TV termina por criar conexões genéricas através da imagem e fornecer uma simulação da reflexão crítica pela voz dos especialistas. Completa a efetividade na transmissão da mensagem pelo apelo emocional do tema ou de imagens que evocam experiências pessoais que o telespectador virtualmente experimenta.

Para Traquina (2000), ao contrário da notícia de jornal, que não é concebida para ser lida na sua totalidade, embora adquirindo inteligibilidade, a notícia de televisão é concebida para ser completamente inteligível quando visionada. Ainda pela natureza ágil da transmissão jornalística televisiva, durante o processo de construção da matéria é grande a possibilidade do conteúdo se delimitar por um enquadramento, ou *frame*.

Mouillaud (2002) alinhava que as notícias “enquadram” um real possível e o apresentam como dotado de uma profundidade, pois encerram em seu interior um referente e um relevo. Nesse processo, aliás, a opacidade é o elemento fundamental – ao mesmo tempo que as notícias recortam da cena dos acontecimentos, elas ocultam aquilo que seu enquadrar não alcança. Com isso, o Jornalismo determina o que pode ser mostrado e o que deve ser visto, pois no mesmo movimento em que promove uma imagem do acontecimento, oculta sob esta todas as demais faces possíveis. Dessa forma, segundo o autor, qualquer dispositivo de visibilidade é também de invisibilidade.

Uma reduzida contextualização sobre um tema, neste caso o saneamento básico, associada às limitações do suporte televisivo, contribui para o enquadramento e para que as informações disponíveis não propiciem uma formação mais ampla o que acarreta, a médio e longo prazo, uma deficiência informativa e uma dependência mais proeminente dos media na formação da opinião.

Esse corolário mostrou a importância de se adicionar ao paradigma de análise aqui apresentado tópicos sobre abordagem que beneficia as relações de causa e efeito dos eventos noticiados. A contextualização permite uma maior compreensão das interfaces que permeiam

o tema. A relação do tema saneamento básico com o meio ambiente e com a saúde também foi observada de forma mais específica.

Em um diagnóstico inicial das matérias, observou-se a preferência por tratar a temática a partir dos flagelos humanos dos eventos. Esta opção foi observada em todos os eixos, principalmente nos conteúdos sobre drenagem urbana.

Sobre a cobertura de catástrofes, Amaral (2013) chama a atenção para a importância das fontes testemunhais na divulgação do fato porque estas relatam o ocorrido e ilustram as matérias com suas histórias de vida. Descrevem os fatos e trazem a marca do sensível, da experiência, do vivido. As fontes especialistas, completa Amaral (2013) buscam tornar o acontecimento inteligível, transcendendo a experiência traumática e propondo explicações para ela. Às autoridades, os jornalistas e especialistas atribuem a ‘culpa’ pelas catástrofes, completa a autora, que ao mesmo tempo dá destaque para a despersonalização na apuração das responsabilidades pelas tragédias.

As fontes das informações foram quesito analisado neste trabalho para observar, entre outros pontos, a quem as notícias atribuem a responsabilidade por ações de saneamento e se deram destaque às políticas públicas relacionadas ao tema. Esta informação confere ao telespectador o entendimento sobre quem procurar e a quem cobrar em caso de necessidade e o que vem sendo realizado de ações por parte do poder público. Quando uma notícia consegue contemplar esse quesito está colocando em prática a função política do jornalismo ambiental

Sobre as funções, Bueno (2007) evidencia a multiplicidade delas, mas ressalta que o Jornalismo Ambiental enfatiza as mais habituais nas produções: 1) a função informativa; 2) a função pedagógica e 3) a função política.

A análise da função informativa compõe o *corpus* em todos os quesitos desta investigação, contudo a função pedagógica foi objeto de um tópico específico, quando se observou a abordagem dos aspectos didáticos no material analisado.

Gomes (2007), ao tratar sobre as fontes e a necessidade do jornalismo de afiançar o discurso e acentuar a imagem de imparcialidade, relaciona três tipos elementares de fontes nos programas jornalísticos: a autoridade; o especialista e o cidadão comum. Ela ressalta que na maioria dos jornalísticos brasileiros, a fonte oficial é tratada de modo a transferir sua credibilidade para o programa, através do recurso à voz autorizada. Os especialistas detêm o saber e oferecem credibilidade à informação. No programa, cabe a eles apresentarem soluções para problemas que afetam os brasileiros (a audiência).

A respeito dos testemunhos, Charaudeau (2006) afirma que os critérios de escolha dos atores sociais que terão visibilidade na matéria jornalística servem ora a objetivos de

credibilidade e ora a objetivos de captação, podendo obedecer a lógicas de notoriedade, representatividade, polêmica ou expressão.

A análise de reportagens através da utilização de fontes é bastante recorrente, na medida que fornece pistas das estratégias preferenciais de cobertura. No modelo ora apresentado, as fontes contam entre os quesitos de exame.

Sobre o papel das fontes na veiculação de catástrofes midiáticas, Amaral (2013) salienta que o relato pormenorizado das vítimas é sempre valorizado. O importante é o show e a emoção que suscita. “Não basta que o fato seja emocionante em si, é preciso carregar nas tintas de descrições individuais, de relatos parciais e envolventes [...] Quando o testemunho fala de dores, cheiros e sentimentos como medo e angústia, dá o tom da veracidade” (AMARAL, 2013, p.76).

A autora enumera trechos que são privilegiados na edição da matéria jornalística: verbos como sentir, desistir, sumir, chorar ou sobreviver. Expressões como “aos prantos”, “em desespero” ou “triste”. Representam a sensação bruta, o concreto, o imediato, o instrumental, não conseguem operar com a explicação e o distanciamento dos fatos.

As expressões que favorecem o drama, o espetáculo, a patemia, bem como as imagens que o oportunizam e contribuem para as veiculações orientadas pelo sensacionalismo tiveram lugar no contorno do paradigma de análise desta tese.

Charaudeau (2007) apresenta a emoção como um efeito visado (e não produzido) pelo sujeito enunciador, isto é, como um efeito que este pretende ver atingido por meio de sua encenação discursiva. Efeitos esses que ele prefere denominar como patêmicos. O autor enfatiza que, em uma abordagem dramatizada de um fato, a notícia utiliza efeitos de real e de ficção. Constrói uma visão objetiva do mundo, que deve fazer parte de um consenso social. O efeito de realidade referencia a parte tangível do universo, produzindo uma percepção do mundo através dos sentidos, que pode ser caracterizada como a ilusão do real, referenciada pela imagem.

Huberty e Amaral (2013) reforçam que o jornalismo organiza discursivamente o acontecimento catastrófico com seus enquadramentos presididos pela tendência ao sensacionalismo, catastrofismo, preponderância de imagens e apelo às fontes, principalmente testemunhais, que acabam por reconstituir o fato e sua dimensão. Apela para o uso de efeitos emocionais e de uma matriz dramática que envolve recursos narrativos que dão efeito do “aqui e agora”, além da identificação pela experiência do outro. “A estética do melodrama apresenta o mundo como se ele fosse governado por valores e forças morais, pessoais e emocionais” (HUBERTY E AMARAL, 2013, p. 6).

Na televisão, os efeitos dos testemunhos são realçados pelas imagens. Santaella e Nöth (2012) esclarecem que a relação entre imagem e o seu contexto verbal é íntima e variada. A imagem pode ilustrar o texto verbal ou texto pode esclarecer a imagem na forma de um comentário. Em ambos os casos, a imagem parece não ser suficiente sem o texto, fato que levou alguns semiotistas a questionarem autonomia semiótica da imagem. A abertura interpretativa da imagem é modificada especificada, mas também generalizada pela mensagem do contexto imagético. O contexto mais importante da imagem é a linguagem verbal. (SANTAELLA E NÖTH, 2012, p. 55).

Ao questionamento de Barthes, se é a imagem simplesmente uma duplicata de certas informações que um texto contém, e, portanto, um fenômeno de redundância, ou se o texto acrescenta novas informações à imagem, Santaella e Nöth (2012) esclarecem que as formas de relação imagem/texto caracterizam os dois polos extremos de um *continuum* que vai dar redundância à informatividade. Quanto à importância, a autora classifica a imagem de três formas:

1. Imagem como inferior ao texto. Ela simplesmente o complementa, sendo, portanto, redundante. As ilustrações em livros são exemplo.

2. Imagem como superior ao texto, portanto dominando a cena, só que ela é mais informativa do que ele.

3. Imagem e texto têm a mesma importância. A imagem é, nesse caso, integrada ao texto. A relação texto-imagem se encontra, nesse caso, entre redundância e informatividade e pode ser descrita como complementaridade.

Para além dessa relação, deve-se considerar ainda as ideologias inseridas nas imagens no momento da produção. O olhar do profissional já impõe toda a sua leitura de mundo a partir do recorte da cena e da prioridade de determinados elementos, em detrimento de outros. Assim sendo, o receptor capta, por mecanismos inconscientes ou não, os sentidos dominados pela ideologia dos discursos que defendem a imagem como reflexo do real.

É imperativo que as imagens tenham papel de destaque em qualquer estudo em que a televisão seja objeto, já que as notícias são fruto da interatividade entre sons e imagens, que possibilita uma visibilidade captada pelos sentidos de forma mais rápida. Os receptores das mensagens televisivas adotam um comportamento ativo ao se depararem com os audiovisuais, que facilitam a interpretação dos significados transmitidos.

Em sua relação com o off¹⁷, as imagens assumem diversas funções em uma reportagem de televisão. De acordo com a pauta, ela pode manifestar uma função de coadjuvante, simplesmente ancorando o texto, ou de protagonista, quando é descrita, interpretada, analisada pelo repórter. Sobre o papel da autonomia semiótica da imagem, alguns pesquisadores defendem o texto como fundamental para limitar a amplitude de significados que uma imagem pode ofertar tendo em vista que sua abertura interpretativa é passível de modificação pela linguagem verbal ou, ainda, generalizada pela mensagem do contexto. Isto é, a abertura interpretativa peculiar da imagem exige um limite que só o texto pode dar.

Essas considerações fundamentaram o modelo resumido a seguir que norteou o trabalho de desvendar significados aparentes ou implícitos presentes nas narrativas jornalísticas. Os programas Bom Dia, Brasil e Piauí TV exibidos pela Rede Globo em nível nacional e local foram a fonte do *corpus* utilizado. Inicialmente, dividiu-se os conteúdos em quatro categorias temáticas, composta de matérias relacionadas ao saneamento básico: 1. Drenagem urbana 2. Esgotamento sanitário 3. Abastecimento de água 4. Coleta e tratamento de resíduos sólidos. Após a divisão dos eixos, aferiu-se a frequência de características ancoradas em variáveis através de um modelo que verificasse a eficiência das matérias ao divulgar o saneamento básico e suas inter-relações, que atendesse aos preceitos do jornalismo ambiental.

Esse procedimento objetivou verificar se o repórter promove a relação dos conceitos de saneamento saúde e meio ambiente; se aborda a relação de causa e efeito dos problemas abordados; se dá destaque às políticas públicas suscitadas pelas leis que envolvem o saneamento básico. A abordagem sobre as relações de causa e efeito também foram observadas por serem fundamentais para que eventos sejam retratados de forma sistêmica, como orienta o jornalismo ambiental. A recorrência dos aspectos pedagógicos também foi analisada. As fontes mapeadas e analisadas de acordo com a sua função dentro do texto. As variáveis foram assim resumidas:

1.MENÇÃO AO VOCÁBULO

Saneamento (SAN)

Saúde (SAU)

Meio ambiente (MAM)

¹⁷ Deriva do termo inglês *off the record* e designa a parte da reportagem, gravada na voz do repórter, do editor ou do locutor, onde a informação está sendo contada. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario?search_letter=o

2. ALUSÃO À

Relação de causa e efeito dos fenômenos (RCE)

Políticas públicas saneamento (PPS)

Responsabilidade de ações de saneamento (RAS)

3. ABORDAGEM POR ASPECTOS DIDÁTICOS (ADD)

4. EXPRESSÕES DE EUFORIA/DISFORIA (EED)

5. UTILIZAÇÃO DE IMAGENS

Que provocam reações emocionais (Patemia) (IRE)

Redundância (IRD)

Informatividade (IIF)

Contradição (ICT)

Complementaridade (ICP)

6. FONTES

Especialistas (FEP)

Autoridades (FAU)

Testemunhais (FES)

Ao todo, 49 matérias passaram por análise: 34 do Bom Dia Brasil divididas por eixos do saneamento, e 15 do Piauí TV 2 reunidas em um único bloco. 09 das matérias deste programa se referiam a abastecimento d'água, 02 a coleta de resíduos sólidos, 02 de drenagem e 02 de esgotamento sanitário.

O tempo total foi de 125' 35" de reportagens exibidas. Foram 35'78" no Piauí TV 2 e 89'57" no Bom Dia Brasil. O eixo abastecimento d'água teve maior tempo na cobertura durante o período da amostra: 60':08", seguido por drenagem urbana, 25,50%. Esgotamento sanitário obteve o terceiro maior tempo, 20'72" e, por último, coleta de resíduos sólidos com 19'05" da soma total de matérias exibidas nos dois programas.

7.1 Bom Dia Brasil

As matérias do Bom Dia Brasil foram divididas por eixo, nos Quadros 7, 8, 9 e 10 contendo a respectiva data de divulgação, tempo de exibição e link de acesso. As informações das matérias do PI TV, por serem em menor número, constam reunidas em um bloco apenas no Quadro 11. Para facilitar a interpretação dos dados, uma tabela agrupando os critérios de análise foi produzida e atribuído o número 0 para a ausência da característica e 1 para a

presença. Terminada esta fase reuniu-se as variáveis por similaridade e dissimilaridade através de dendrogramas (Dendrogramas 1, 2, 3, 4, 5). Esse instrumento auxiliou a análise das unidades noticiosas.

O Quadro 7 resume os dados sobre as matérias que se referem à drenagem de águas pluviais. A Tabela 11 registra o mapeamento dos critérios analisados por matéria e o Dendrograma 1 os reúne por semelhança.

Quadro 7 - Matérias sobre drenagem urbana veiculadas no Bom Dia Brasil

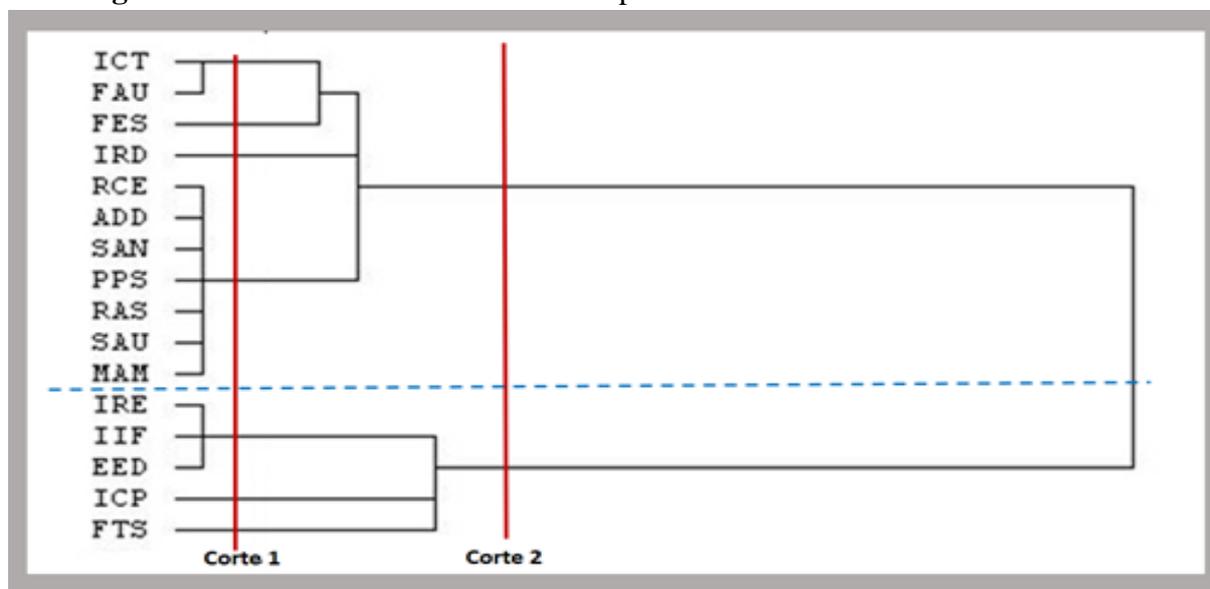
Nº	Matéria e link	Data	Tempo
1	Chuva provoca estragos em quatro estados nordestinos http://g1.globo.com/al/alagoas/videos/t/todos-os-videos/v/chuva-provoca-estragos-em-quatro-estados-nordestinos/4301008/	06.07.15	2:17
2	Temporais provocam destruição e arrasam cidades no Sul do país http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/15.html	15.07.15	3:50
3	Quase 140 cidades do Sul do país ainda sofrem com a chuva http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/16.html	16.07.15	4:46
4	Sobe para 50 o número de cidades em emergência no Sul https://globoplay.globo.com/v/4327783/programa/	17.07.15	2:51
5	Chuva preocupa população do Rio Grande do Sul https://globoplay.globo.com/v/4333082/programa/	20.07.15	3:33
6	Sobe para 26 o número de cidades em emergência no Rio Grande do Sul https://globoplay.globo.com/v/4335706/programa/	21.07.15	3:15
7	Temporal castiga o interior de São Paulo https://globoplay.globo.com/v/4506936/programa/	01.10.15	0:37
8	Temporal alaga ruas e causa transtornos em Bauru, interior de São Paulo https://globoplay.globo.com/v/4629753/programa/	24.11.15	1:00
9	Água começa a baixar em Maricá após temporal de quarta-feira (2) https://globoplay.globo.com/v/4855929/programa/	03.03.16 -	2:00

Fonte: autora (2018)

Tabela 11: DAP: ocorrência das categorias de análise nas matérias no BB

CRITÉRIO	MATÉRIAS DAP								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
SAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SAU	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAM	0	0	0	0	0	0	0	0	0
PPS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0
RCE	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ADD	0	0	0	0	0	0	0	0	0
EED	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IRE	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IIF	1	1	1	1	1	1	1	1	1
ICT	1	0	0	0	0	0	0	0	0
ICP	1	1	1	1	1	1	0	0	1
IRD	1	0	0	0	0	0	0	0	1
FES	1	0	0	0	0	1	0	0	0
FAU	1	0	0	0	0	0	0	0	0
FTS	1	1	1	1	0	1	0	1	1

Fonte: autora (2019). **Legenda:** 0: não / 1: sim

Dendrograma 1: Critérios de análise reunidos por similaridade de DAP

Legenda: Menção à Saneamento (SAN), Saúde (SAU) Meio ambiente (MAM). Relação de causa e efeito dos fenômenos (RCE). Políticas públicas saneamento (PPS). Responsabilidade de ações de saneamento (RAS). Abordagem por aspectos didáticos (ADD). Expressões de euforia/disforia (EED). Imagens que provocam reações emocionais (Patemia) (IRE), Redundância (IRD), Informatividade (IIF), Contradição (ICT), Complementaridade (ICP). Fontes Especialistas (FEP), autoridades (FAU), testemunhais (FTS), especialistas (FES).

Ao se efetuar dois cortes verticais no dendrograma 1, foi possível fazer a leitura da ordenação do arranjo das variáveis e observar a definição do agrupamento dos critérios de análise por similaridade. O cluster formado por MAM, SAU, RAS, PPS, SAN, ADD e RCE, bem como as demais variáveis que estão acima da linha pontilhada foram reunidas por ausência de frequência nas matérias analisadas. Já as que estão abaixo estão agrupadas por apresentarem grande recorrência. Desta forma, constata-se, por exemplo, que IRE, IIF, EED foram reunidas no mesmo cluster por apresentarem um alto grau de semelhança. Quando se verifica a Tabela 11, confirma-se que essas variáveis estão presentes em todas as matérias analisadas. A tabela 11 mostra também que MAM, SAU, RAS, PPS, SAN, ADD e RCE não são utilizadas em nenhuma das unidades noticiosas.

No corte 2, as variáveis ICP e FTS se reúnem ao cluster IRE, IIF, EED por apresentarem alto grau de semelhança. ICP e FTS são observadas em sete das nove matérias sobre drenagem de águas pluviais. Já na parte superior, o grupo ICT, FAU e FES se reúnem à MAM, SAU, RAS, PPS, SAN, ADD e RCE por ausência de recorrência. NA tabela 11, observa-se que aqueles 3 critérios estão presentes em no máximo duas matérias.

Os conglomerados de variáveis no dendrograma revelam que a produção das matérias do Bom Dia Brasil referentes a drenagem urbana não conseguiu transmitir ao telespectador que a falta de drenagem é um problema de saneamento básico. Não foi feita nenhuma referência aos problemas de saúde relacionados à água empoçada nas ruas, nem tampouco aos problemas ambientais decorrentes da falta de drenagem. As políticas públicas de saneamento na área também não foram citadas. Nenhuma das matérias indicou os responsáveis pelas ações, nem tampouco relacionou as causas e efeitos dos eventos. Os problemas de drenagem de águas pluviais se tornam mais evidentes durante o período chuvoso e, para evitar que se naturalize o problema, é conveniente que se aborde o tema de forma mais didática e técnica, o que não aconteceu em nenhuma das unidades noticiosas apresentadas.

A estratégia repetida em todas as exibições foram cenas que despertam emoções advindas de um “estado qualitativo” eufóricos/disfóricos. O propósito é comover também com frases ou palavras que despertam esses estados sejam proferidas pelos apresentadores, repórteres ou fontes.

As imagens sempre dominantes, com alta carga de emoção, mostrando a tragédia e o drama das famílias atingidas. Em algumas matérias surgem como complementares e apenas uma com imagens redundantes.

Figura 4: Consequência da falta de drenagem de águas pluviais I



Fonte: Bom Dia Brasil, Rede Globo (2015)

Nas informações divulgadas foram enxertados elementos que hipnotizam e satisfazem um público que se compraz com excessos folhetinescos melodramáticos, elementos que sustentam a expectativa do público e patrocinam a mercantilização da informação. Para a televisão, audiência é sinônimo de lucro. “É o capital da informação” Ianni (2003). Para o autor, a instância midiática pressupõe instâncias-alvo, constrói a audiência e realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania. Considera as “principais implicações da indústria cultural, combinando a produção e a reprodução cultural com produção e reprodução do capital; e operando decisivamente na formação de “mentes” e “corações” em escala global” (Ianni, 2003, p. 152).

Além das imagens, do conteúdo do off, a edição das falas corrobora para sensacionalizar a narrativa, conforme mostram os excertos reproduzidos de algumas falas: “Agora vou perder tudo. Não tenho como recuperar. Com 76 anos como tenho que recuperar alguma coisa, minha filha?” (Matéria 6); “A gente só conseguiu salvar documento e a roupa que estava vestida. O resto foi tudo (matéria 2)”; “Já abracei minha filha porque vi muitos pais que não sabiam onde os seus filhos estavam!” (matéria 2); “Só escutava gritos de pessoas pedindo socorro” (matéria 2). “Ruas se transformam em rios” (matéria 8).

Figura 5: Consequência da falta de drenagem de águas pluviais II



Fonte: Bom Dia Brasil, Rede Globo (2015).

Devido à natureza factual de exposição de dramas decorrentes do acúmulo de água das chuvas, as fontes são testemunhais. A reduzida utilização de fontes especialistas confirma que, para a Rede Globo, apenas mostrar os dramas humano é suficiente para contemplar o desejo do público. A falta de fontes autoridades demonstra que as matérias são mostradas como efeito de causas naturais, pois não há entrevistas com representantes de organizações a quem se possa responsabilizar pelo problema.

As fontes ouvidas podem ser divididas em três grupos, a maioria fontes testemunhais: pessoas comuns, moradores atingidos pela enchente. As fontes oficiais e especialistas foram preteridas da cobertura. Em todas as reportagens, a participação do personagem é meramente reiterativa visando reforçar o objetivo da mensagem. Funcionam como álibi para a produção, na medida que representam aquilo que viu ou ouviu, como partícipe ou observador. Os personagens institucionais, que apareceram em apenas duas matérias – corpo de bombeiros e defesa civil - são fontes especializadas, que têm a capacidade de analisar as possíveis consequências de determinadas ações ou acontecimentos. Estes personagens atribuem ao jornalista a imagem de simples narrador. O repórter não analisa os fatos, mas recorre a quem sabe para estabelecer conexões e opinar sobre a complexidade do tema noticiado. Por se apresentar como fonte neutra com relação ao fato narrado e por ser vinculada a uma instituição de credibilidade, essas fontes representam a fidedignidade, afiançam o discurso jornalístico. Esperava-se que elas emitam o parecer técnico sobre os eventos retratados, contudo não favoreceram o entendimento do público sobre drenagem urbana, tampouco sobre saneamento básico já que a expressão não foi citada nas matérias analisadas.

De maneira geral, as personagens ilustram e humanizam o relato. São as sonoras, sobre as quais Leal (2008) considera que, no jogo narrativo das reportagens, representam

uma estratégia frequente. O espectador que sempre assiste ao telejornal, principalmente o da Rede Globo, já espera que a história de um indivíduo vivenciando na ação narrada seja introduzida. As categorias das fontes mais utilizadas pela emissora são: vítimas das tragédias humanas; as que simplesmente ilustram e humanizam o relato.

Nas matérias analisadas, as personagens escolhidas foram: a idosa desesperançada, o aniversariante que escapou da morte, a grávida que precisa fugir da invasão da água ou pessoas comuns que não se rendem ao drama ao se recusarem a abandonar o lar invadido pela chuva, o rapaz que foi levado pela enxurrada no meio da avenida. Tudo isso confirma a assertiva de Piccinin (2006. p.4): “A informação vale mais pelo espetáculo que pode proporcionar”.

As matérias são similares, apresentam as mesmas estratégias, conduzem a uma via preferencial de leitura, mostram o caminho que deve ser trilhado: imagens fortes de situações dramáticas no início (carros empilhados, casas com água até o teto, pessoas em cima de árvores esperando socorro, animais tentado se salvar, em vez de carros nas ruas, barcos). O propósito é valorizar o elemento dramático desde o início da matéria como forma de prender a atenção do telespectador. Com tom de voz dramático, o off do repórter vai descrevendo a situação. As imagens trazem mais drama e as situações vão se repetindo em cada matéria - encostas prestes a cair, casas e ruas submersas, pessoas aflitas – e alcançam êxito na função de validar a descrição do repórter no off.

A estratégia de exposição de tragédias, por ser aparentemente exitosa, é repetitiva. Todas as matérias recorrem aos números (de cidades alagadas, de pessoas desabrigadas, de perdas financeiras, de casa destruídas) como forma de valorizar a narrativa. O autor reconhece que esta maneira tradicional de exibição contempla o modo de ler preferencial do telespectador. É clássico no que se refere às técnicas de divulgar desastres e tragédias. Ao se assistir uma matéria de tragédia nas edições iniciais do Jornal Nacional, verificar-se-á o mesmo método de produção da reportagem, como pode ser observado na cobertura do “Incêndio da Grande Avenida”¹⁸

A narrativa transmite uma sensação de impotência para o telespectador que assiste a tudo de forma passiva, já que não se sente estimulado a buscar maneiras de interceder na situação. “A forma como os telejornais organizam as coisas do mundo, procurando dar uma ordem ao caos circundante, tornaria o mundo um lugar de segurança ontológica para as pessoas (Vizeu, 2006). Não há motivação para pensar e agir, o conteúdo só suscita o desejo de

¹⁸ Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/programas/jornalismo/telejornais/jornal-nacional/rebeliao-de-jacarei-e-incendio-do-grande-avenida.htm>

lamentar, inabilitando o público a criar um juízo de valor sobre o assunto e limitando o senso crítico. Em outras palavras, o conteúdo mostrado nas reportagens sobre enchentes não contribui para o enriquecimento do acervo de conhecimento do público sobre possíveis soluções, causas e consequências. É como se o drama da população atingida fosse efeito de causas naturais, as chuvas, um contexto irrevogável.

O resumo do dito e não dito pode ser recuperado pelo enquadramento do problema da drenagem urbana como ocorrência natural decorrente de eventos climáticos. As chuvas são fenômenos naturais que não acarretam alagamento. Este é decorrente da falta de drenagem urbana. A impressão de que os fenômenos e os dramas humanos são fatalidade; a necessidade difusa de se fazer algo são sensações desencadeadas pelas notícias.

As consequências dos eventos foram mostradas, mas de forma parcial. São diversos os impactos causados por alagamentos: prejuízos de perdas materiais e humanas, interrupção de atividades econômicas, contaminação por doenças de veiculação hídrica e das águas pela inundação de depósitos de lixo e estações de tratamento.

Apesar das pautas alcançarem grande parte das consequências das enchentes, os enquadramentos não foram bem-sucedidos ao abordarem as causas. Ao contrário, conduziram o telespectador a acreditar que toda a problemática apresentada é corolário do período chuvoso. O grave problema de drenagem de águas pluviais não coube no recorte do fato apresentado pela reportagem. A falta de preparação das cidades brasileiras devido a inexistência de estruturas de saneamento básico não foi emoldurada da cena dos acontecimentos, ou seja, uma superfície ocultada que o enquadrar noticioso não alcançou. Os acontecimentos foram transformados, como diria Mouillaud, “a sombra projetada de um conceito produzido pelo sistema de informação” (2002, p.51).

O fenômeno de supressão de causa mediata e valorização da causa imediata ocorreu em todas as matérias apresentadas. Ao telespectador foi omitido que as enchentes apresentadas são decorrentes do excesso de escoamento superficial ou redução da capacidade de infiltração e de retenção da água, fenômeno provocado pelos altos níveis de impermeabilização do solo. Houve também omissão da necessidade de soluções técnicas adequadas, como a rede de micro e macrodrenagem, e manutenção das soluções preexistentes como limpeza de bueiros.

Com efeito, as inundações deveriam ser vistas como decorrência positiva das chuvas tendo em vista que água favorece a fertilização da terra para o plantio. É de forma positiva que a história mostra as enchentes das áreas ribeirinhas, como a do Nilo, Tigre e Eufrates, por exemplo. Todavia a ação do homem modificou o curso natural do fenômeno. Se a vegetação

ciliar que auxilia a infiltração fosse preservada, o volume da água que voltaria para o leito dos rios seria alto. Nas zonas urbanas, a impermeabilização compromete a infiltração. Resíduos sólidos descartados de forma aleatória contribuem para os alagamentos, na medida em que entopem bueiros e estimulam o transbordamento dos córregos. Obstáculos construídos artificialmente como calçadas, ruas mal niveladas, prédios entre outros dificultam o escoamento natural da água pluvial. Leitos secundários como as lagoas que deveriam captar a água são aterradas para a construção civil. Enfim, as cidades cresceram prédios, casas e asfalto que recobrem as vias e impermeabilizam o solo também são fatores de sem planejamento, com plano diretor de baixa efetividade, sem saneamento básico universal. E essas nuances não foram evocadas nas exposições.

Os sistemas de drenagem urbana têm a finalidade de prevenir inundações ou atenuar seus efeitos, que no período das chuvas se concentram nas áreas mais baixas da cidade. Diversas pesquisas mostram o impacto das alterações climáticas na urbanização promovendo uma interface com os problemas de drenagem urbana (Semadeni-Davies et al. 2008; Ashley et al 2005; Arnbjerg-Nielsen & Fleischer 2009), contudo Kleidorfer et al (2016) apresentam proposta que combina desenvolvimento urbano, projeções de mudanças climáticas regionais e de precipitação a um modelo hidrodinâmico de um sistema de esgoto combinado. A pesquisa mostra que a tecnologia e o investimento em saneamento básico podem modificar os cenários de inundações sazonais. Os resultados corroboram com esta análise ao revelar quão equivocada é a abordagem noticiosa que atribui a recorrência de inundações somente à pluviometria, preterindo a premência da execução de um plano diretor de drenagem urbana pelas cidades acentuado pelo crescimento desordenado do espaço urbano. O agravamento da situação ao longo do tempo em uma das cidades noticiadas é revelado na fala de um personagem da matéria 3: “Moro no bairro há 41 anos e é a primeira vez que eu vejo uma catástrofe nestas dimensões. No ano passado houve enchente, mas não como essas”.

Das matérias apresentadas, observou-se que apenas a matéria 1 registra situação do Nordeste do Brasil. A partir da matéria 2, são apresentadas as enchentes no Sul do país, cujos efeitos foram acentuados pela passagem de um tornado. As demais matérias e ‘ao vivos’ do local todas são suíte¹⁹ da situação do Sul do país. Sobre suíteização e folhetinização do conteúdo jornalístico, Lopes (2004), considera:

¹⁹ Suíte: continuidade de uma reportagem com seus desdobramentos no tempo. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario?search_letter=s

A tendência às suítes de acontecimentos com aspectos polêmicos e forte apelo emocional é, portanto, bastante antiga na televisão brasileira e não cabe estudá-la como fenômeno recente. Mas válido seria, então, buscar perceber as nuances de uma relação que ocorre no contexto particular brasileiro, ambiente no qual a telenovela se desenvolveu concomitantemente ao processo de modernização, sendo fruto das características do povo, ao mesmo tempo em que influencia suas formas culturais, sociais e cognitivas. (LOPES, 2004. p.5).

Ao concordar com Lopes sobre a relação da estratégia de publicização de fatos com a produção de telenovelas, compreende-se que existe uma preferência da empresa jornalística por notícias ambientadas no sul do país, haja vista que o desencadear dos fatos da matéria 1 “Chuva provoca estragos em quatro estados nordestinos” foi suprimido pelo telejornal. A matéria foi ao ar no dia 6 de julho e, até o final do período amostral, os desdobramentos não foram mostrados. Depreende-se, desta forma, que segundo os critérios de noticiabilidade priorizados pela linha editorial do Bom Dia Brasil, as enchentes no Sul do país têm mais apelo jornalístico que as da região Nordeste. O forte vínculo da imagem do Nordeste com a seca criado pela própria emissora pode ter influenciado as exibições. Historicamente a região é divulgada sob o ponto de vista da estiagem e a situação de enchente foge a esta regra. Além disso, a influência do mercado consumidor, que é maior nos grandes centros do Sul e Sudeste, terminam por ditar a cobertura pela proximidade de interesses. Sobre as áreas de responsabilidade territorial delimitadas pelo jornalismo, Ota (2006) comentou:

No Brasil, por exemplo, é inegável a existência de grandes lacunas na divulgação de acontecimentos que fujam ao eixo dos grandes centros urbanos. Uma das razões disso é que a concentração dos recursos das empresas jornalísticas também está firmada, em termos de territorialidade geográfica, em centros urbanos no Sudeste do país. (OTA, 2006, p. 130).

Neste bloco, observou-se que a cobertura de enchentes teve caráter mais sensacionalista do que reflexivo. O tom dado às formações discursivas dos núcleos se referem a desastre, com enfoque nos prejuízos. As imagens de alto impacto visual em todas as matérias apontam para a preferência do Bom Dia Brasil em pautar assuntos de meio ambiente através de catástrofes ambientais.

No quadro 8 constam as informações sobre as matérias de abastecimento d’água e a tabela 12 mostra a incidência dos critérios avaliados por matéria do eixo, que foram agrupados no Dedrograma 2.

Quadro 8: Matérias sobre abastecimento d'água veiculada no Bom Dia Brasil

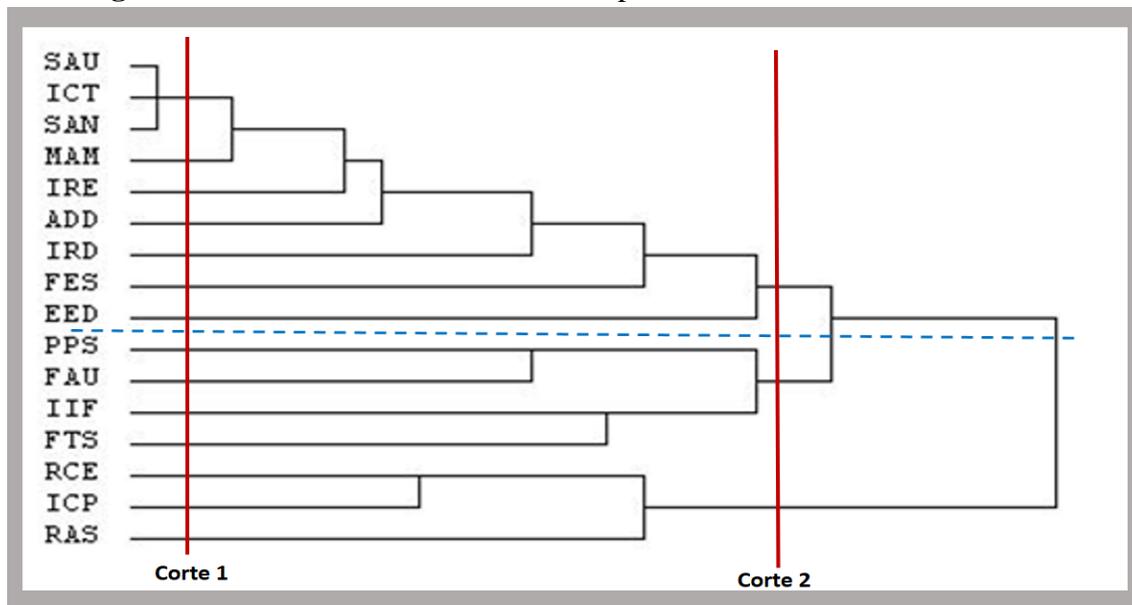
Nº	Matéria e link	Data	Tempo
01	Ameaça de racionamento de água São Paulo http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/21.html	21.07.15	4:02
02	Conta de água aumenta mesmo após economia dos moradores em Campinas http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/21.html	21.07.15	3:00
03	Moradores de quatro cidades gaúchas enfrentam falta d'água no meio da inundação http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/24.html	24.07.15	1:55
04	Sistema Cantareira vai socorrer reservatório do Alto Tietê em São Paulo http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/30.html	30.07.15	3:16
05	Reservatórios de água no Nordeste preocupam e têm 21% da capacidade http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/08/13.html	13.08	2:25
06	Moradores de Cuiabá vão ficar cinco dias sem água no auge da seca https://globoplay.globo.com/v/4389613/	13.08	2:01
07	Seca obriga 13 cidades a entrar em racionamento de água http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/08/14.html	14.08	2:16
08	MP encontra problemas em obras para evitar racionamento de água em SP https://globoplay.globo.com/v/4392562/	14.08	3:00
09	Dez cidades do interior terão que reduzir retirada de água do Rio Camanducaia https://globoplay.globo.com/v/4401320/programa/	18.08	1:00
10	Governo de São Paulo reconhece situação crítica no reservatório do Alto Tietê https://globoplay.globo.com/v/4407014/	20.08	4:00
1	Moradores de Teresina sofrem com a falta de água https://globoplay.globo.com/v/4415298/programa/	24.08.15	2:00
12	Dezessete cidades do interior de São Paulo vão retirar menos água dos rios https://globoplay.globo.com/v/4417990/programa/	25.08.15	1:00
13	Falta de chuva retoma preocupação com nível de represas http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/08/28.html	28.08.15	1:53
14	Sistema Cantareira está prestes a sair do volume morto https://globoplay.globo.com/v/4704416/programa/	29.12.15	5:00
15	Mesmo com a chuva, moradores de SP ainda sofrem com falta d'água https://globoplay.globo.com/v/5081436/programa/	09.06.16	4:00

Fonte: autora (2019)

Tabela 12: AA: ocorrência das categorias de análise nas matérias

CRITÉRIO	Matéria														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
SAN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SAL	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
MAM	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
PPS	1	1	0	1	0	0	0	1	0	1	1	0	1	1	0
RAS	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1	1	1	0	1	1
RCE	1	1	1	1	0	1	1	0	1	1	1	0	1	1	1
ADD	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0
EED	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	1	0	1	0
IRE	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0
IIF	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0
ICT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICP	1	1	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1
IRD	0	0	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	1	0	0
FES	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0
FAU	1	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0	0	0
FTS	1	1	1	1	1	1	1	0	0	1	1	0	0	0	1

Fonte: autora (2019) **Legenda:** 0: não / 1: sim

Dendrograma 2: Critérios de análise reunidos por similaridade de AA

Legenda: Menção à Saneamento (SAN), Saúde (SAU) Meio ambiente (MAM). Relação de causa e efeito dos fenômenos (RCE). Políticas públicas saneamento (PPS). Responsabilidade de ações de saneamento (RAS). Abordagem por aspectos didáticos (ADD). Expressões de euforia/disforia (EED). Imagens que provocam reações emocionais (Patemia) (IRE), Redundância (IRD), Informatividade (IIF), Contradição (ICT), Complementaridade (ICP). Fontes Especialistas (FEP), autoridades (FAU), testemunhais (FTS), especialistas (FES)

Neste dendrograma, novamente a linha pontilhada azul divide as variáveis por maior similaridade. Na parte superior, estão os critérios por menor recorrência nas matérias analisadas e, na parte inferior, as de maior frequência. No corte 1, o destaque vai para o cluster SAU, ICT e SAN, por estarem ausentes nas reportagens. No corte 2, RCE, ICP e RAS apresentam similaridade por disporem de 8 ou 9 critérios repetidos nas 15 matérias.

O conjunto de agrupamentos revela que, apesar de abastecimento d'água teve um espaço generoso na cobertura do Bom Dia Brasil no período estudado por esta pesquisa, as exposições não foram exitosas ao relacionar o assunto com o saneamento básico (SAN), a saúde (SAU) e o meio ambiente (MAM). É verdade que fontes autoridades e especialistas poderiam ter feito este vínculo, entretanto menos da metade das exposições recorreram a estas fontes. As testemunhas, que estiveram presentes em 10 matérias, os apresentadores e repórteres também não o fizeram. Políticas públicas foram citadas, bem como relações de causa e efeito, todavia não foram suficientes para permitir uma interface com os conceitos de saneamento, saúde e meio ambiente. Faltaram aspectos didáticos que conduzissem a uma maior compreensão do telespectador.

Neste eixo, a dramaticidade mostrada através de matéria e expressões patêmicas não foram regra. O número das que utilizaram este expediente não tiveram destaque. Mesmo com uma situação de crise de abastecimento ambientada na região sudeste, o próprio tema não oportuniza que imagens com cunho mais dramáticos sejam mostradas. A maioria das matérias fala de desabastecimento e as imagens mais recorrentes foram de torneiras vazias, louças acumuladas e baldes cheios de água reservada. As imagens foram mais complementares e redundantes, haja vista que o peso da informação se sobrepõe.

Figura 6: Situação de crise por falta de abastecimento d'água



Fonte: Bom Dia Brasil, Rede Globo (2015)

As matérias trazem em sua totalidade um conceito de crise instalada e sem previsão de soluções. Das 15 matérias, apenas 2 não citam a redução do volume de água nos sistemas de abastecimento, o que incentiva o temor ao racionamento, entre o público que utiliza a água desses reservatórios: a matéria 2 e a 11 e têm com cenário o estado de São Paulo. Apenas três conteúdos ambientavam o problema em outras unidades da federação.

A palavra racionamento foi bastante utilizada neste bloco de notícias, a maioria das vezes em tom ameaçador, conforme este excerto da matéria 09, transcrito à guisa de exemplificação: “O Ministério Público encontrou problemas na obra de emergência que é a promessa para evitar o pior: o racionamento”. A grande mídia usa a crise para, segundo Moraes (2009), ao mesmo tempo, atemorizar e apassivar a população. A crise assusta a população convertendo-se em tema para peritos, uma crise da qual pouco se entende, apresentada na maioria das vezes de forma descontextualizada. O estabelecimento da situação de crise enunciada pelo Bom Dia Brasil é facilmente visualizado pelo nível dos rios, pelas comparações deste com o ano anterior, pelas imagens de terra seca no Nordeste, pela infinidade de vasilhames vazios, roupas sujas e louças por lavar nas pias dos brasileiros na maioria das matérias. Pelas filas em frente ao carro-pipa em zona urbana. Nesse sentido, o discurso apela para as imagens no sentido de reconstituir cenas da vida cotidiana ou social. Recorrendo a uma estratégia de envolvimento utilizada de forma recorrente por considerá-la exitosa ao mostrar a parte interessada, o público, como protagonista das representações.

Nos temas como enchente, é possível as TVs mostrarem de modo caricatural que a ‘desgraça’ atinge ‘pobres’ e ‘ricos’. A imagem padrão é o uso de algum pequeno comerciante para destacar as perdas do ‘empresário’ que acentua a imagem do fenômeno natural. A falta de drenagem atinge a todos que precisam se deslocar em ruas alagadas. O desabastecimento de água permite isso apenas indiretamente. Ocorrem principalmente nas franjas periféricas das cidades. Não atinge a elite, poupada nas decisões administrativas com a conivência ou omissão (proposital ou não) das empresas jornalísticas. A imagem que passa ao telespectador é que todos estão passando pela mesma cota de sacrifício no racionamento.

Wunenburger (2005) questiona o efeito das imagens televisivas ao afirmar que a estas desempenham o ofício de testemunha de um fato único, mas age como um simulacro análogo que pode conduzir uma indiferença do público devido à repetitividade. “Não é de admirar, assim que essa frequência cotidiana de imagens, com muita frequência desencarnadas, privadas de identidade, induza no espectador uma preguiça, uma indiferença diante do que lhe é mostrado” (WUNENBURGER, 2005, p. 41).

Todavia, mesmo que olhe com desinteresse a insistência das imagens associado ao

enquadramento dado à pauta, a audiência termina por ser encaminhada a um juízo de valor. Por exemplo, a má gestão de água produzida (perdas de abastecimento) representa um dos maiores problemas enfrentados pelas concessionárias e não teve espaço nas matérias sobre desabastecimento. Novamente a impressão que passa ao telespectador é que fatores climáticos são responsáveis pela crise hídrica.

Os personagens, protagonistas do roteiro, surgem como sendo vítimas da interrupção de uma rotina feliz. São mães com bebê pequeno, idosa de 90 anos que nunca viveu uma situação parecida, pequenos comerciantes que ameaçam fechar as portas, produtores rurais que abandonaram a produção. Pescadores que não encontram peixes, etc. A aparição deles é determinada pela leitura do mundo que a notícia visa apresentar, pela verossimilhança, que aproxima o espectador dos apresentadores, repórteres, personagens, comentaristas que, nesse caso, são vítimas do mesmo drama. A imagem predominante em todas as matérias são rios secos e assoreados. O discurso ressignifica o rio. Antes fonte de poesia, de lazer, de subsistência, de pujança; hoje sinônimo de escassez, espaço fornecedor de energia elétrica que descaracteriza os usos tradicionais antes praticados.

A repetição de pautas e de métodos de exibição foi uma característica bastante marcante nas matérias que compõem o *corpus*. A estratégia consiste em iniciar realçando uma situação cotidiana negativa, que é consequência do problema apresentado, utilizando o depoimento dos personagens-arquétipos comuns nas reportagens da Rede Globo para reforçar o conceito de crise. Depois são apresentadas as imagens dos sistemas de abastecimentos secos. Uma cartela expõe números de vazão, de comparação com anos anteriores, às vezes uma fonte oficial é introduzida e a reportagem é concluída, conduzindo o receptor a acreditar que as condições climáticas são a única responsável pela adversidade.

Pautas como o reuso de água, a dessalinização, a utilização exagerada nas indústrias e agricultura, pesquisas realizadas para reduzir a dependência dos recursos hídricos, medidas ao longo prazo que visam prevenir o desabastecimento são omitidas. Novamente se repete o fenômeno das matérias sobre drenagem urbana: o problema é colocado como consequência natural dos eventos climáticos. Neste bloco de matérias foi a falta de chuvas. No bloco de drenagem de águas pluviais foi o excesso.

Outro ponto omitido pelas reportagens se refere à distribuição equitativa da água nas regiões de São Paulo durante o período crítico. Estudo realizado por Dias (2016), a partir do levantamento cronológico dos fatos noticiados e publicados nos principais veículos, também por meio dos inquéritos civis e das investigações do Ministério Público, identificou que existem ações denominadas de “redução de pressão” praticadas pela Sabesp que afetam de

forma diferente as populações das regiões da Região Metropolitana de São Paulo e da capital durante a distribuição de água. Regiões que concentram as populações mais vulneráveis apresentavam relatos de maior período de desabastecimento de água. Dias (2016) concluiu que o prolongado e duro período de estiagem em São Paulo em 2015 não tinha como única causa da falta de água. O principal causador da crise era o modelo de gestão dos recursos hídricos responsável pelo abastecimento daquela área.

Em pesquisa sobre a crise hídrica de São Paulo, Martirani e Peres (2016) consideraram reduzida a abordagem sobre as causas estruturais, sobre a formulação, integração e execução de políticas públicas, sobre os conflitos socioambientais envolvendo interesses privados e bens difusos com benefícios coletivos. “O processo de comunicação engendrado pelos grandes veículos compreendeu um enquadramento de tipo noticioso para progressivamente desenvolver abordagens de caráter mais interpretativas, com a participação de diversos atores sociais (MARTIRANI, PERES, 2016). Mostrar as informações de saneamento através das dimensões política, econômica, ambiental, cultural, social e de promoção à saúde pública sob a premissa do desenvolvimento sustentável deveria ser a regra. Para interpretar todos estes fios com uma abordagem transversal que vai além da busca das causas, consequências, soluções e de uma diversidade de fontes, é fundamental e significa comprometimento ético com a profissão.

Onze dos quinze minutos destinados à abordagem de resíduos sólidos foram veiculados em 2015. As informações estão contidas no Quadro 9. Em seguida, a Tabela 13 traz o detalhamento dos critérios de análises das reportagens elencadas e o apoio do Dendrograma 3.

Quadro 9: matérias sobre resíduos sólidos veiculadas no Bom Dia Brasil

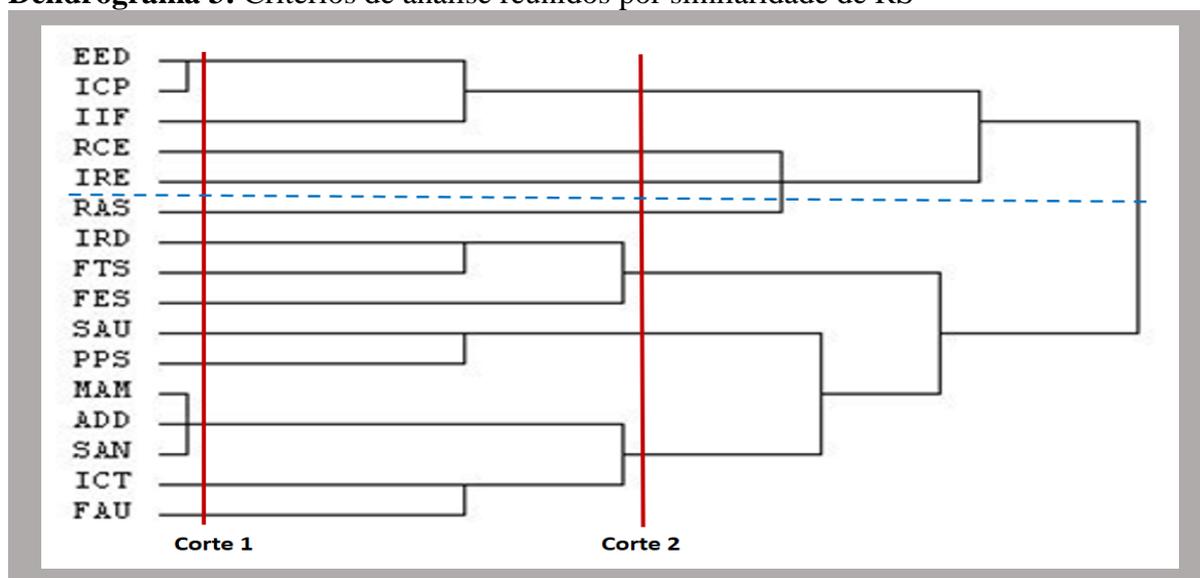
Nº	Matéria e link	Data	Tempo
01	Cidades não cumprem prazo para acabar com lixões a céu aberto https://globoplay.globo.com/v/4343654/programa/	24.07.15	3:00
02	Fogo em lixão deixa cidade coberta de fumaça https://globoplay.globo.com/v/4367983/programa/	04.08.15	2:00
03	Voo sobre o Rio Tietê mostra o tamanho da poluição https://globoplay.globo.com/v/4381348/programa/	10.08.15	3:00
04	Brasil consegue reduzir desigualdade entre regiões metropolitanas https://globoplay.globo.com/v/4504186/programa/	30.09.15	3:00
05	Casos suspeitos de microcefalia relacionados à zika já são 3.178 em 20 estados e no DF https://globoplay.globo.com/v/4719571/	06.01.16	4:00

Fonte: autora (2019)

Tabela 13: RS: ocorrência das categorias de análise nas matérias

CRITÉRIO	Matéria				
	1	2	3	4	5
SAN	0	0	0	1	0
SAL	0	0	0	1	1
MAM	0	0	0	1	0
PPS	1	0	0	1	1
RAS	1	0	1	0	0
RCE	0	0	1	0	1
ADD	0	0	0	1	0
EED	1	1	1	1	1
IRE	0	1	1	0	0
IIF	1	1	1	0	1
ICT	0	0	0	0	0
ICP	1	1	1	1	1
IRD	1	1	0	1	0
FES	1	1	0	0	0
FAU	0	0	1	0	0
FTS	0	1	0	1	0

Fonte: autora (2019). **Legenda:** 0: não / 1: sim

Dendrograma 3: Critérios de análise reunidos por similaridade de RS

Legenda: Menção à Saneamento (SAN), Saúde (SAU) Meio ambiente (MAM). Relação de causa e efeito dos fenômenos (RCE). Políticas públicas saneamento (PPS). Responsabilidade de ações de saneamento (RAS). Abordagem por aspectos didáticos (ADD). Expressões de euforia/disforia (EED). Imagens que provocam reações emocionais (Patemia) (IRE), Redundância (IRD), Informatividade (IIF), Contradição (ICT), Complementaridade (ICP). Fontes Especialistas (FEP), autoridades (FAU), testemunhais (FTS), especialistas (FES).

Diferentes dos anteriores, no dendrograma de resíduos sólidos, as variáveis de maior frequência se reuniram na parte superior da linha pontilhada. No corte 1, EED e ICP foram agrupados por estarem presentes em todas as matérias. Da parte inferior, MAM, ADD e SAN

só aparecem em 1 das 5 notícias. No corte 2, IIF se agrupa ao cluster formado por EED e ICP por ter se manifestado em quase 100% das unidades analisadas. Só se ausentou em uma delas. Da mesma forma, ICT se agrupa a MAM, ADD e SAN pela ausência em todas os conteúdos.

Apenas uma matéria, fez relação do tema resíduos sólidos com meio ambiente (MAM) e saneamento básico (SAN) e das cinco veiculadas no período da amostra. A expectativa é que a categoria saúde (SAU) fosse mais atrelada à pauta, mas a relação só foi abordada em 40% das veiculações, que correspondem a duas matérias. A mesma quantidade apontou relações de causa e efeito (RCE) nos conteúdos veiculados, apesar de prescindirem de métodos mais didáticos (ADD), apenas 1 delas utilizou o didatismo em sua produção. O positivo deste eixo é que 60% dos conteúdos trataram sobre políticas públicas de saneamento. Na verdade, a multiplicidade de fontes não foi regra neste eixo. Em 80% das matérias só uma fonte foi empregada. Menos da metade utilizaram fontes testemunhais, apesar da importância da função das personagens em uma notícia. Elas servem à necessidade da narrativa, contribuem para confirmar o que o telejornal afirma sobre o mundo. “A complexidade e a singularidade dos indivíduos são, então, apagadas pelo lugar ou papel social que passam a representar na narrativa” (Leal, 2008, p.06).

O uso de fontes aproxima o público do conteúdo tratado porque as pessoas conseguem se identificar e se reconhecer com o que está sendo veiculado. É como se a história fosse trazida para a comunidade. Ganhasse vida. A Dona Regina, da matéria 2, é uma dessas personagens, a única identificada pelo nome. Os demais personagens tiveram tratamento de *vox populi*²⁰. Foi assim com a catadora desempregada da matéria 4. O cidadão comum aparece de 3 modos nos programas jornalísticos: “quando ele é afetado pelas notícias; quando ele próprio se transforma em notícia, seja nos *fait divers*²¹, seja nas humanizações do relato; quando ele autentica a cobertura noticiosa e é tratado como *vox populi*” (GOMES, 2007, p.27).

Na verdade, estes personagens representam tipos: a dona de casa incomodada que usava máscaras, o bombeiro preocupado porque o fogo era de difícil apagar e o agricultor indignado porque a fumaça estava impedindo de cuidar do gado para se proteger da fumaça, o

²⁰*Vox populi* se refere a pessoas anônimas entrevistadas ao acaso sobre algum tema para uma matéria. Geralmente com perguntas que exigem respostas rápidas, com a intenção de mostrar opiniões diversas em um curto espaço de tempo.

²¹ *Fait divers* é uma expressão de jargão jornalístico e um conceito de teoria do jornalismo que designa os assuntos não categorizáveis nas editoriais tradicionais dos veículos. Tais excertos tornam-se noticiosos por apresentarem casos inexplicáveis e excepcionais. Barthes (1964) entrega: “É uma classificação do inclassificável, seria o refugio desorganizado das notícias informes; sua essência seria privativa, só começaria a existir onde o mundo deixa de ser nomeado, submetido a um catálogo conhecido”.

vendedor da farmácia impotente porque não tinha mais máscaras para vender. A catadora injustiçada pelo problema social.

Nas exposições deste eixo, imagens tiveram menor incidência na estratégia de despertar emoções advindas de euforia. O mesmo não aconteceu com o texto, já que em todas as veiculações apresentaram expressões que denotam este objetivo. Com relações às imagens, todos os conteúdos mostraram imagens complementares, cujo grau de importância da relação imagem/texto é equilibrado. A maioria (80%) fez uso de imagens informativas e, somente 60% delas recorreram às redundantes. Não houve imagens contraditórias.

Mesmo sem ter sido planejado, as matérias apresentadas sobre coleta e destinação de resíduos sólidos apresentam uma complementaridade. A segunda e a terceira dão continuidade ao conteúdo da primeira. A matéria 1 fala da extinção do prazo para substituição de lixões determinado pela Lei 12.305/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), e utilizou imagens do “Lixão da Estrutural”, em Brasília, a cidade onde as leis são elaboradas, como símbolo do não cumprimento delas. A matéria é de 2015, mas o governo distrital inaugurou no início de 2017 o aterro sanitário de Brasília para onde os resíduos sólidos passaram a ser destinados.

A matéria 2 mostra a fumaça que toma conta de uma cidade turística em Minas Gerais. As imagens revelam uma situação de calamidade. A cidade coberta de fumaça. A situação é recorrente no município, segundo o depoimento de um personagem. Personagens usando máscaras. Escolas paradas porque os alunos foram dispensados e a falta de máscara no comércio denunciam a gravidade da situação e representam os pequenos municípios brasileiros que não conseguiram dar início à aplicação da Política nacional dos Resíduos Sólidos que prevê a extinção de lixões.

Figura 7: Fumaça de queima de resíduos sólidos revela gravidade do problema



Fonte: Bom Dia Brasil, Globo (2015)

A terceira reportagem denuncia uma situação grave no Estado de São Paulo. A extensão dos níveis de poluição no Rio Tietê e a infinidade de resíduos que foram depositados. As imagens valorizam a notícia. Água poluída, espuma tomando conta do rio, muito lixo jogado no leito e uma infinidade de peixes mortos. O propósito desta matéria ficou comprometido pela incompletude, já que os o problema ambiental foi alarmado, registraram o problema político no depoimento do prefeito: “o governo precisa me ajudar a retirar o lixo, já que ele vem da capital e de cidades vizinhas”, apontaram os culpados, contudo omitiram os motivos do acidente.

A quarta exibição não tematizava diretamente o problema da má destinação dos resíduos sólidos, o assunto foi abordado de forma ilustrativa. O conteúdo tratava sobre a redução de desigualdades no Brasil, contudo, ao focar o desemprego, utilizou uma ex-catadora de lixo para humanizar a matéria. Ela denunciou em sua fala os problemas sociais e de saúde das pessoas que desenvolvem essa atividade.

A coleta e destinação de resíduos sólidos não é um tema habitual dentro da linha editorial do Bom Dia Brasil. E chega a ser menos que esgotamento sanitário porque das cinco matérias apresentadas apenas duas falam diretamente do problema, as demais incluem o assunto dentro de outra pauta. A quinta matéria, por exemplo, trata sobre o aumento da incidência de casos de doenças relacionadas ao mosquito *aedes aegypti*, mas as imagens mostram o problema dos resíduos mal destinados nas cidades. A exibição mostra o problema em três estados diferente e, apesar das imagens utilizadas, nenhuma das repórteres conseguiram explicar de maneira mais didática a relação entre a causa e a consequência.

O primeiro conteúdo busca contemplar a abordagem da agenda política, cuja cobertura está inclusa entre um dos valores-notícias que o jornalismo alimenta. Todavia, não obteve êxito no enfoque ambiental que a matéria exigia. Um olhar desatento poderia considerá-la completa no que diz respeito ao conteúdo. Mas é a encenação noticiosa que dá esta falsa impressão ao telespectador. A reportagem segue o seguinte roteiro: apresentadora anuncia o problema, que é reforçado com as primeiras imagens de um lixão a céu aberto com um número muito grande de urubus, caminhões despejando resíduos e pessoas catando lixo.

O elemento humano presente no local, a insalubridade representada pelas aves e os veículos despejando lixo de forma irregular denunciam, ainda, o problema social e de saúde pública contextualizado ali “no maior vazadouro da América Latina”, conforme valoriza o off. A miséria, a pobreza, a insalubridade, o descaso com o social, a urgência de se cumprir a lei é o objetivo da matéria, reforçando a incompetência da administração do país em resolver

o problema.

Marcondes Filho (2000) pactua das ideias que o uso das imagens na televisão deve causar curiosidade e atração, que elas devem segurar o telespectador pela dor, pelo entusiasmo, pela esperança ou preocupação que provocam.

O autor defende que o telejornal precisa provocar emoções no intuito de sensibilizar os telespectadores. Para ele, as cenas filmadas precisam “transmitir a dor, a desolação, a tristeza; mas também imagens de trabalho, solidariedade, luta, nada é proibido. Quer dizer, proibidas são as imagens monótonas, ‘sem vida’, paradas” (MARCONDES FILHO, 2000, pp. 84 e 85).

Figura 8: Lixão da Estrutural representa drama de saúde, social e ambiental



Fonte: Bom Dia, Brasil (2015)

Já Wunenburger (2005) apresenta uma visão menos otimista sobre a função da imagem no telejornalismo, a qual caracteriza como composta por uma

indiferenciação informativa, que reina nas imagens de arquivo ou na proximidade entre imagens retiradas do real e imagens simuladas, desenvolve assim no telespectador um olhar medúscico, ignaro, situado nos antípodas do olhar que se presume capaz de ter acesso ao presente do mundo e da história. (Wunenburger, 2005, p.42).

Apesar da importância exercida pela imagem, a função informativa e pedagógica não deve ser preterida. Ao telespectador ficou a expectativa, na matéria 1, de que no decorrer da exibição do conteúdo fosse esclarecido sobre o que é a PNRS e, diante das críticas da má destinação de resíduos sólidos, a correta destinação deveria pelo menos ser aventada. Porém essa informação passou despercebida até para a única fonte entrevistada, um representante

da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe). Restringiu-se a abordar o assunto pelo ponto de vista político. O máximo que se ampliou o tema foi com a caracterização da lei como rigorosa e complexa. Bueno (2017) atribui essas falhas na cobertura à falta, no Brasil, de profissionais capacitados para desenvolver pauta de meio ambiente, além disso, “o lobby poderoso desencadeado por interesses empresariais que impactam o meio ambiente (...) têm contribuído para uma cobertura fragmentada, descontextualizada e imprecisa da problemática ambiental”. (BUENO, 2017, p. 26)

A PNRS veio introduzir no país uma nova ideia para o manejo de resíduos sólidos. A Lei 12.305/10 trouxe uma série de alterações, como a determinação de que todas as administradoras públicas municipais, independentemente de seu porte e localização, construíssem aterros sanitários e concluíssem as atividades dos lixões e aterros controlados, no prazo de 4 anos fazendo a substituição por aterros sanitários ou industriais, onde se pode depositar os resíduos sem qualquer possibilidade de reciclagem e reaproveitamento e que obriga a compostagem de resíduos orgânicos. Porém tramita no congresso nacional proposta do Senado (PL 2289/15) que altera a Lei de Resíduos Sólidos no sentido de prorrogar o prazo para que estados e municípios acabem com lixões.

A segunda matéria possui elementos de suporte suficientes para atravessar a fronteira do fato, abordando os problemas ambientais decorrentes da permanência de um vazadouro nas proximidades da cidade, alertando sobre as consequências dos recorrentes incêndios para a saúde da população a longo prazo em decorrência dos elementos químicos nocivos presentes na fumaça. Poderia também ter sido mote para discorrer sobre as consequências da não implantação da PNRS no país. O prefeito da cidade, em nota, chegou a citar a criação de um consórcio com cidades vizinhas para resolver o problema, mas nem esta situação motivou o jornalista a focar a PNRS, que dá tratamento diferenciado a municípios de pequeno porte, abaixo de 20 mil habitantes

A ditadura do tempo dentro das redações jornalísticas impõe aos fatos uma divulgação limitada, cerceada por uma visão reducionista dos temas tratados. Em relação aos assuntos ambientais não é diferente. Kuscinsky (2002) atribui essa característica ao caráter comercial da notícia. Segundo o autor, o processo social de produção da matéria jornalística passa necessariamente por fenômenos de espetacularização, simplificação, reducionismo, estereotipia, elitismo temático e instrumentalização ideológica, entre outros. É rotina se assistir pela televisão matérias que merecem maior aprofundamento serem tratadas de forma elementar. É compreensível que a linguagem objetiva e simples seja uma das características que devem ser cultivadas no jornalismo com vistas a envolver o maior

número de pessoas, mas a objetividade almejada implica em capacidade competente de síntese. Ou seja, o buscar dentro da complexidade de um tema, o que ele apresenta de mais relevante. A influência das ideias pré-concebidas de quem constrói a pauta, do repórter que apura a matéria, do editor que alinhava o texto e imagem termina por dar um acabamento reducionista para a reportagem.

Segundo Tuchman (1999), a objetividade pode ser vista como um ritual estratégico que protege os jornalistas dos riscos da profissão, uma forma de se autodefender das críticas e possíveis suspeições, de agilizar o trabalho cotidiano e de cumprir os prazos de entrega do material. Ademais, é válido frisar, que a falta de tempo para a abordagem não deve ser argumento contrário à divulgação adequada, já que as técnicas de produção de reportagem dão opções de se ampliar as informações sem necessidade de dilatar o tempo. Elementos gráficos como cartelas e gráficos são uma alternativa que não exigem muito tempo para exposição, além de tornar o conteúdo mais dinâmico e atrativo.

Além disso, excluir do enquadramento os prejuízos sociais e ambientais, além das consequências que a falta de um aterro sanitário acarreta para a comunidade demonstra falta de conhecimento sobre métodos de abordagens do jornalismo ambiental, que por ser uma área que requer uma abordagem sistêmica, merece um planejamento mais criterioso.

A matéria três, que mostrou a consequência drástica da má destinação dos resíduos sólidos através de um desastre ambiental no Rio Tietê, apresentou através de imagens cenas graves que poderiam servir de alerta: quarenta toneladas de peixes mortos, rios escuros pela poluição e muita espuma branca. O conteúdo revela a realidade de uma cidade do estado de São Paulo, Larvas, que recebe todo o lixo dos municípios à montante, dando sinal da globalidade dos problemas ambientais.

Figura 9: Mortandade de peixe revela poluição do Rio Tietê



Fonte: Bom Dia Brasil, Globo (2015)

As imagens mostram a desordem ecológica do planeta e podem expressar não só o problema que está sendo mostrado e a forma como a sociedade pode ser atingida, mas os riscos de uma catástrofe ecológica global que ameaça a sobrevivência da humanidade e da biosfera. Aguiar (2007) reforça essa ideia ao afirmar que o processo de globalização produziu um discurso jornalístico marcado pela ideia de que os riscos ecológicos se tornaram globais e essa enunciação acaba sendo reforçada pelo contexto social, pois o público-receptor encontra-se imerso em um modelo de sociedade marcada pelos riscos globais, onde o capitalismo surge como principal motivador destas situações.

“A água ficou escura de poluição, 40 mil toneladas de peixe morreram”, narra o repórter, “o cheiro é insuportável”. Estes enunciados dão ao contexto uma característica catastrófica, que remetem ao próprio discurso bíblico do apocalipse, num autêntico estilo “fim dos tempos”. A observação do interdiscurso nos permite “remeter o que foi dito a toda uma filiação de dizeres, a uma memória, e a identificá-lo em sua historicidade, em sua significância, mostrando seus compromissos políticos e ideológicos”. (Orlandi, 2005, p.32). O texto do repórter complementados pelas imagens de destruição reforça uma ordem discursiva sobre os problemas ambientais comum no século XXI, que vincula essa temática ao princípio da responsabilidade, no qual a ação da sociedade acaba sendo impulsionada por um sentimento do medo coletivo.

O enquadramento do tema, a ausência de informações importantes para a compreensão do telespectador a respeito das mudanças que o país quer implantar na área de saneamento básico, nesse caso específico, a gestão dos resíduos sólidos, comprometeu a contextualização do assunto. Carcará e Moita (2016) em trabalho de análise de matérias sobre saneamento básico observou que a abordagem limitada dos conteúdos não é proposital, fruto de uma prescrição editorial, mas de uma imperícia ou inadvertência dos profissionais, na falta de pesquisa, de uma análise de prioridades das informações que irão ser exibidas e, reforçam, mais uma vez, a existência do reducionismo, que recorre à legitimação como detentora do saber, quando escolhas editoriais potencializam alguns sentidos em detrimento de outros. O reducionismo foi reconhecido nas matérias. Não houve planejamento para uma abordagem mais integral, apontando para a supressão de particularidades indispensáveis para uma compreensão proveitosa sobre a PNRS e todo o contexto que a envolve e a faz tão urgente.

As matérias sobre esgotamento sanitário receberam o mesmo espaço que as de resíduos sólidos como mostra o Quadro 10 e apresentaram características similares, conforme detalhado na Tabela 14 e Dendrograma 4.

Quadro 10: Matérias sobre esgotamento sanitário veiculadas no Bom Dia Brasil

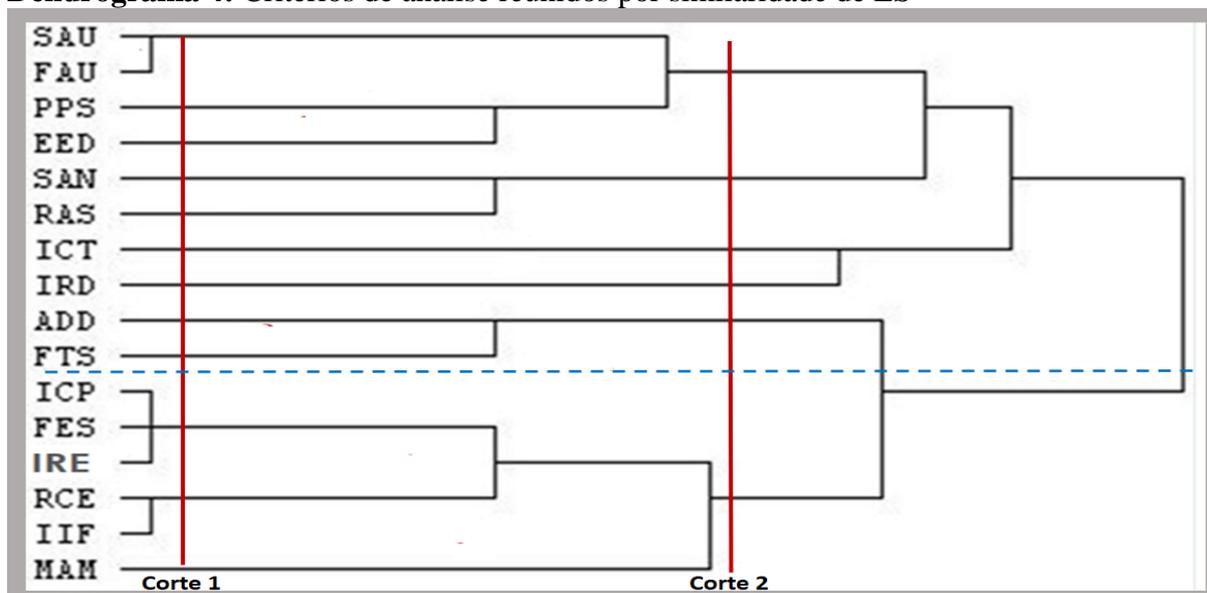
Nº	Matéria e link	Data	Tempo
01	Estudo avalia qualidade da água nos locais de competição das Olimpíadas do Rio https://globoplay.globo.com/v/4357272/programa/	30.07.15	03:15
02	Plantas aquáticas se reproduzem e formam tapete verde em São Paulo http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/08/plantas-aquaticas-se-reproduzem-e-formam-tapete-verde-no-rio-tiete-sp.html	11.08.15	2:00
03	Plantas aquáticas ficam retidas em comporta de hidrelétrica de SP https://globoplay.globo.com/v/4389774/programa/	13.08.15	1:51
04	Brasil tem quase metade da população sem acesso a saneamento básico https://globoplay.globo.com/v/4818824/	17.02.16	4:00
05	Lagoas da Zona Oeste do Rio sofrem com lançamento de esgoto e lixo https://globoplay.globo.com/v/5002740/programa/	05.04.16	4:00

Fonte: autora (2019)

Tabela 14: ES: ocorrência das categorias de análises nas matérias

Categoria	Matéria				
	1	2	3	4	5
SAN	0	1	0	1	1
SAU	1	0	0	1	0
MAM	1	1	0	0	1
PPS	1	0	0	1	1
RAS	0	0	0	1	1
RCE	1	1	1	0	1
ADD	0	1	1	0	1
EED	1	0	1	1	1
IRE	1	1	1	1	1
IIF	1	1	1	0	1
ICT	0	0	0	0	0
ICP	1	1	1	1	1
IRD	0	0	1	1	0
FES	1	1	1	1	1
FAU	1	0	0	1	0
FTS	0	0	1	0	1

Fonte: autora (2018). **Legenda:** 0: não / 1: sim.

Dendrograma 4: Critérios de análise reunidos por similaridade de ES

Legenda: Menção à Saneamento (SAN), Saúde (SAU) Meio ambiente (MAM). Relação de causa e efeito dos fenômenos (RCE). Políticas públicas saneamento (PPS). Responsabilidade de ações de saneamento (RAS). Abordagem por aspectos didáticos (ADD). Expressões de euforia/disforia (EED). Imagens que provocam reações emocionais (Patemia) (IRE), Redundância (IRD), Informatividade (IIF), Contradição (ICT), Complementaridade (ICP). Fontes Especialistas (FEP), autoridades (FAU), testemunhais (FTS), especialistas (FES).

No eixo esgotamento sanitário, o corte 1 reuniu no cluster ICP, FES e IRE os critérios que pontuaram em todas as matérias. Na parte superior o primeiro grupo - SAU e FAU - estão juntos por se apresentarem presentes e ausentes nas mesmas matérias. No corte 2, PPS se reúne a eles por compartilhar as mesmas matérias com o acréscimo de uma. Ainda no corte 2, o critério RCE, excetuando a matéria 4, é utilizado em todas as unidades analisadas, interligando-se, dessa forma, a ICP, FES e IRE devido à similaridade por presença.

Dos conteúdos exibidos, 60% fez a relação de ES com o saneamento básico e com meio ambiente, tratando sobre políticas públicas no setor. Apenas 2 relacionou à saúde como a matéria 1, que tratava sobre a contaminação da água em locais onde seriam desenvolvidos esportes olímpicos aquáticos. Pesquisa mostrada pelo jornalístico mostrou números preocupantes e consequências catastróficas para os competidores.

Apesar da destinação incorreta de águas residuais domésticas representar um problema social, ambiental e de saúde pública com graves consequências, a pauta foi preterida da cobertura jornalística do Bom Dia Brasil no período em questão. Resumindo-se a apenas cinco matérias que indiretamente falam no tema, e a terceira ainda é continuação da segunda.

Todas as matérias são factuais e apresentam um denunciamento dirigido, que é tendência no jornalismo brasileiro contemporâneo. Apenas 40% delas citaram os responsáveis pelas

ações. Remetem sempre e de forma bastante clara a culpa dos problemas ao governo ou à prefeitura nas matérias enfocadas no Rio de Janeiro. As matérias de São Paulo não apresentaram culpados. Em conteúdo que trata sobre metas não cumpridas de saneamento básico no país (matéria 4), a expressão “o governo” foi citada cinco vezes de forma negativa definindo bem o sujeito das ações. “O governo parece que entregou os pontos”; “é o que o governo mais tem falado”; “o governo admitiu que fracassou e não vai cumprir a meta”; “o governo concorda e, pior, admitiu”; “o governo tem algumas justificativas”. A Rede Globo, no período fazia oposição clara e direta ao governo Dilma Roussef, o que ficou claro.

Apesar de 80% dos conteúdos terem feito uma relação de causa e consequência, a abordagem foi elementar e não permitiu que o telespectador tivesse uma visão mais abrangente do tema, com o agravante de mais da metade delas terem apresentado aspectos didáticos na abordagem.

A tendência já observada em destacar os efeitos de euforia teve continuidade nas abordagens deste eixo. Todas mostraram cenas com forte carga de espetacularização e, em 80% delas, expressões da linguagem verbal seguiram a mesma linha do espetáculo. A cobertura foi demarcada pela tendência ao catastrofismo, ao sensacionalismo e pela hegemonia da imagem sobre a análise. O cuidado em evitar imagens que discordassem do texto foi exitoso. Excetuando um conteúdo que abordava números gerais de saneamento e que requereu imagens acessórias ou redundantes que serviam apenas de reforço e ilustração das informações, as demais matérias deste eixo utilizaram imagens informativas ou complementares, que reforçaram os efeitos pretendidos, configurando o que alguns pesquisadores tratam como racionalidade eletrônica.

Figueiredo e Goldschmidt (2015), por exemplo, elucidam o conceito de racionalidade eletrônica composto por associações audiovisuais que não obedecem a uma lógica tradicional de narração oral ou escrita e que oportunizam uma certa apelação emotiva, recurso televisivo resultante da combinação de suas possibilidades técnicas de imediatismo, de provisão de imagens e de ênfase discursiva.

Todas as unidades noticiosas utilizaram fontes especialistas e apenas 40% se preocuparam em crescer com a voz da autoridade do assunto ou humanizar o relato com as fontes testemunhais. Observou-se que existe uma tendência nas matérias analisadas de tratar o esgotamento sanitário como saneamento básico. No momento em que nos demais eixos a expressão saneamento não foi citada (apenas 1 vez em resíduos sólidos), subentende-se que o telespectador é conduzido a entender que saneamento básico é sinônimo de, e apenas, esgotamento sanitário. Isso é possível observar com clareza na matéria “Brasil tem quase

metade da população sem acesso a saneamento básico”, todos os exemplos foram dados mostrando problemas de esgoto, imagens de esgoto a céu aberto. Uma infografia dinâmica mostrava o número de investimento em esgotamento sanitário nas cinco regiões do país. Somente no final, já no estúdio, a apresentadora retificou o equívoco da delimitação do conceito a apenas 1 eixo.

A matéria 2 mostra um tapete verde de aguapés cobrindo grande parte do Rio Tietê, em Barra Bonita-SP. Apresenta o contraste do belo com o perigoso. As imagens falam por si, são autônomas. Uma garça caminha sobre o tapete verde de algas, resultado da eutrofização da água decorrente do recebimento acelerado de nutrientes químicos, principalmente nitrogênio e fósforo e fertilizantes, responsáveis pelo fenômeno. Esses nutrientes chegam ao rio principalmente pelo despejo de esgotos no leito do rio. A fonte especializada ouvida na matéria explica o fenômeno, mas omite a causa principal da eutrofização: esgotos são despejados no rio em quantidade que ultrapassam o seu nível de resiliência. A reportagem não mostra a causa da situação.

Figura 10: Algas, no Rio Tietê, mostram o nível de eutrofização



Fonte: Bom Dia Brasil, Globo (2015)

A segunda reportagem mostra que as comportas da hidrelétrica de Barra Bonita foram abertas no intuito de remover os aguapés que se aglomeraram no trecho do Rio Tietê que corta a cidade. A medida é mostrada como paliativa, já que não é suficiente para resolver o problema, levando em conta que os aguapés estão presentes em outras cidades à jusante do rio. Desta vez, aponta os esgotos com fertilizantes como causa do cenário e ensaia uma abordagem mais global do tema. “Até desaguar no Rio Paraná, na divisa de São Paulo com

Mato Grosso do Sul, o Tietê ainda atravessa várias barragens das hidrelétricas. Por isso, a cena registrada em Barra Bonita, deve se repetir em outros municípios do interior paulista”, relata o off. Desta vez, a reportagem ouviu mais fontes. Além de um especialista que foi também ouvido na matéria anterior, um turista e um pescador, estes últimos evidenciaram que atividades econômicas estão sendo comprometidas pelo problema ambiental.

Os conteúdos transferem para o telespectador uma sensação de impotência diante do relato: um cenário catastrófico evidenciado pelas imagens e pela fala: "Quando eu descii aqui que eu avistei o rio, eu assustei com a quantidade de aguapé que tem, achei estranho, assustador. Nunca vi algo assim, parecido com isso" (Matéria 2), não são mostradas a causa e consequências locais que envolvem a poluição dos recursos hídricos. As consequências globais não foram citadas.

Para Ascêncio (2005), o mais importante numa catástrofe não é o que existe ou se sucede, mas o que transtorna e como os transtornos são percebidos, valorados e relatados publicamente. As causas das catástrofes são determinadas por suas consequências. O valor é dado pelo que é destruído e não pelo o que origina a destruição. O valor é dado pelo que é destruído e não pelo o que origina a destruição. Mede-se a catástrofe pela capacidade de alteração do entorno cotidiano

Por não divisar possíveis soluções para o problema, o receptor passa por um processo de impotência diante dos fatos. As imagens das reportagens retroalimentam o repertório da enciclopédia de informações que adquiriu durante a sua vida e, influenciado pela cobertura jornalística, acreditando estarem se efetivando agora as consequências profetizadas nas décadas anteriores quando teve início a cobertura da pauta ambiental. Termina por sustentar uma visão pessimista de que a solução dos problemas ambientais, complexos e sistêmicos, não compete a ele.

Resumindo, uma abordagem limitada influencia esse contexto de impotência no que se refere aos problemas ambientais. As reportagens analisadas solicitam uma contextualização socioambiental mais ampla, mostrando a relação risco/limite, mas também as causas/consequências/possíveis soluções. Nestas matérias, como nas outras do corpus desta pesquisa, a cobertura de meio ambiente marcada por acontecimentos factuais foi recorrente. Diferentes pesquisas apontam para o factual como elemento motivador de produção de pautas no setor. A pesquisa de Luckmann (2006) foi uma das que chegou a essa conclusão ao analisar os três principais jornais de grande circulação do país e verificar que as matérias se restringem ao aspecto factual e negativo dos assuntos noticiados. Luckmann (2006) dá destaque, ainda, a ênfase no espetáculo como característica da pauta ambiental no Brasil.

O conjunto de teses de “A Sociedade do Espetáculo”, do teórico de Frankfurt Guy Debord que segue a linha marxista, está inserido nas abordagens menos inocentes sobre mídia e fundamenta o debate contemporâneo sobre a utilização de estratégias narrativas ficcionais pelo telejornalismo, as que aproximam a estrutura das reportagens ao próprio roteiro das telenovelas. Entendendo o espetáculo no contexto do modo de produção capitalista como complemento da alienação do trabalhador, Debord assim o define na quarta tese: “o espetáculo não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediada por imagens.” (DEBORD, 1997, p.14).

A espetacularização, na concepção de Debord (1997), é artifício para transformá-la em mercadoria, é uma das formas de atrair a atenção do telespectador, à medida que atua na produção de sentidos. Diante das imagens que proporcionam o espetáculo, na compreensão do autor, o público pode se tornar alienado e passivo, a ele só resta consumir as imagens como uma mercadoria na prateleira.

É fato que as informações de saneamento básico podem ser mostradas através das dimensões política, econômica, ambiental, cultural, social e de promoção à saúde pública sob a premissa do desenvolvimento sustentável, contudo o apelo para as imagens foram regra nas reportagens analisadas em detrimento dos demais aspectos. Nenhuma delas leva o telespectador a entender que drenagem de águas pluviais, esgotamento sanitário, manejo e destinação de resíduos sólidos e abastecimento de água compõem a gama de serviços do setor de saneamento básico. Atualmente a sociedade não compreende em sua complexidade o significado de saneamento básico, conforme foi verificado na pesquisa de campo e a televisão não está conseguindo atualizar este conceito.

Concluída a análise das notícias divulgadas em nível nacional pelo Bom Dia Brasil, procede-se, a seguir, as interpretações das informações sobre saneamento básico divulgadas em nível local, no jornalístico Bom Dia Piauí 2. O modelo baseado nos critérios de jornalismo ambiental exposto no início deste capítulo foi novamente utilizado.

7.2 Piauí TV 2

O Quadro 11, Tabela 15 e Dendrograma 5 se referem às notícias veiculadas no programa Piauí TV 2. O mesmo procedimento utilizado para a análise do Bom Dia Brasil foi realizado. A diferença é que, em nível local, as matérias não estão divididas por eixo do SB, mas reunidas em um só bloco, que se justifica pelo número reduzido de exibições.

Quadro 11: Matérias sobre saneamento básico divulgadas no Piauí TV 2 (continua)

Nº	Matéria e Link	Data	Tempo
01	Nova estação de tratamento está quase pronta, mas não tem energia suficiente na região http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/nova-estacao-de-tratamento-esta-quase-pronta-mas-nao-tem-energia-suficiente-na-regiao/4294823/	02.07.15	02:44
02	Obra para reparo de vazamento no centro causa transtornos no trânsito http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/obra-para-reparo-de-vazamento-no-centro-causa-transtornos-no-transito/4319213/	13.07.15	01:28
03	Obras da Agespisa causam transtornos e acidentes por falta de sinalização http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/obras-da-agespisa-causam-transtornos-e-acidentes-por-falta-de-sinalizacao/4327021/	16.07.15	01:49
04	Moradores de um bairro do município de Água Branca sofrem com a falta de água http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/moradores-de-um-bairro-do-municipio-de-agua-branca-sofrem-com-a-falta-de-agua/4345486/	24.07.15	03:31
05	Agespisa será substituído pelo Instituto de Águas e Esgotos do Piauí http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/agespisa-sera-substituido-pelo-instituto-de-aguas-e-esgotos-do-piaui/4376181/	05.08.15	02:49
06	Consumidores tem oportunidade de parcelar dívidas antigas da Agespisa http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/consumidores-tem-oportunidade-de-parcelar-dividas-antigas-da-agespisa/4428293/	28.08.15	02:52
07	Empresas de Teresina não cumprem política nacional de resíduos sólidos http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/empresas-de-teresina-nao-cumprem-politica-nacional-de-residuos-solidos/4497173/	26.09.15	02:53

Quadro 11: Matérias sobre saneamento básico divulgadas no Piauí TV 2 (continuação)

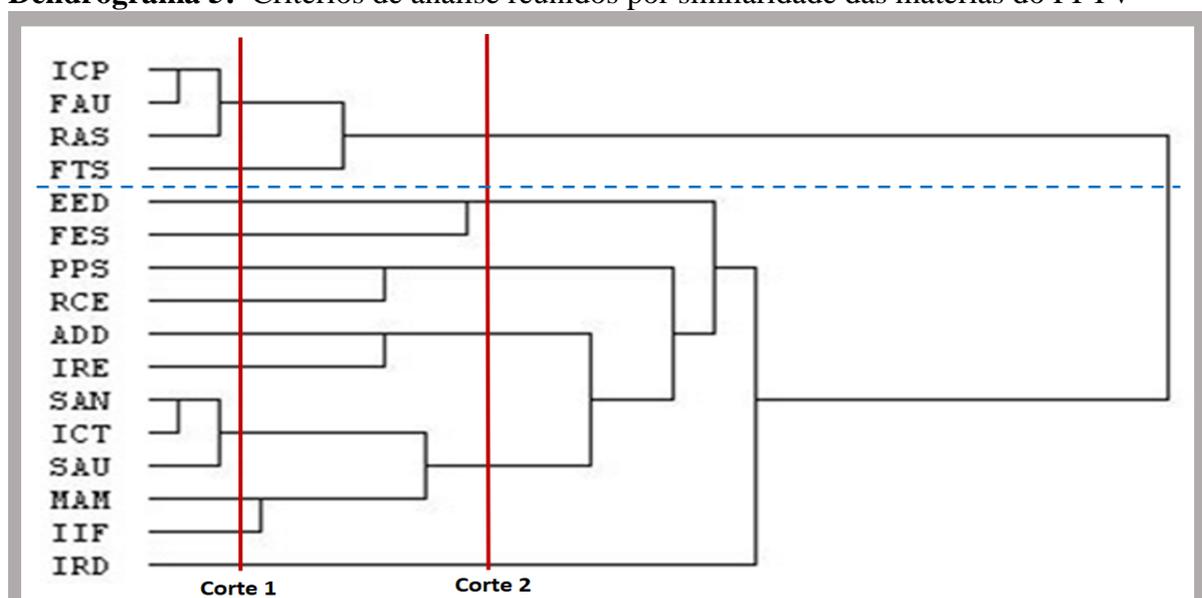
Nº	Matéria e Link	Data	Tempo
08	Aguapés tomam Rio Poti e poluição vinda dos esgotos não tem tratamento http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/aguapes-tomam-rio-poti-e-poluicao-vinda-dos-esgotos-nao-tem-a-tratamento/4535564/	13.10.15	03:06
09	Obras de galeria pluvial na Zona Leste estão paradas há dois meses http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/obras-de-galeria-pluvial-na-zona-leste-estao-paradas-ha-dois-meses/4625821/	21.11.15	03:17
10	Moradores reclamam da falta de água em vários bairros das zonas Leste e Sul http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/moradores-reclamam-da-falta-de-agua-em-varios-bairros-das-zonas-leste-e-sul/4695799/	23.12.15	02:56
11	Primeiras chuvas em janeiro no Sul do Piauí já ultrapassaram dezembro inteiro http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/primeiras-chuvas-em-janeiro-no-sul-do-piaui-ja-ultrapassaram-dezembro-inteiro/4726875/	02.01.16	02:10
12	Tema da Campanha da Fraternidade aborda falta de saneamento http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/tema-da-campanha-da-fraternidade-aborda-falta-de-saneamento/4805848/	11.02.16	03:00
13	9 bairros da Zona Leste estão há mais de 48 horas sem água e população se revolta http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/v/9-bairros-da-zona-leste-estao-ha-mais-de-48-horas-sem-agua-e-populacao-se-revolta/4919469/	08.03.16	02:04
14	Moradores da Zona Sul convivem com problemas no abastecimento de água há 15 anos http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/moradores-da-zona-sul-convivem-com-problemas-no-abastecimento-de-agua-ha-15-anos/4980938/	25.04.16	02:27
15	População relaxa no combate ao mosquito da dengue que transmite mais de 23 doenças http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/populacao-relaxa-no-combate-ao-mosquito-da-dengue-que-transmite-mais-de-23-doencas/5088264/	11.06.16	01:52

Fonte: autora (2019)

Tabela 15: PI TV: ocorrência das categorias de análise nas matérias

CRITÉRIO	MATÉRIA														
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
SAN	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SAL	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
MAM	0	0	0	0	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
PPS	1	0	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0	0
RAS	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0
RCE	1	0	0	0	1	1	0	1	0	1	0	0	0	0	1
ADD	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0	1	0	0	0	0
EED	1	0	0	1	1	0	0	1	0	0	1	1	1	0	0
IRE	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	0	0	0
IIF	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0
ICT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
ICP	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
IRD	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	1	0	0	1	0
FES	1	0	0	0	1	0	0	1	1	0	1	0	0	0	1
FAU	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	0	1	1	1	1
FTS	1	1	0	1	1	1	1	0	1	1	1	1	1	1	1

Fonte: autora (2019). **Legenda:** 0: não / 1: sim.

Dendrograma 5: Critérios de análise reunidos por similaridade das matérias do PI TV

Legenda: Menção à Saneamento (SAN), Saúde (SAU) Meio ambiente (MAM). Relação de causa e efeito dos fenômenos (RCE). Políticas públicas saneamento (PPS). Responsabilidade de ações de saneamento (RAS). Abordagem por aspectos didáticos (ADD). Expressões de euforia/disforia (EED). Imagens que provocam reações emocionais (Patemia) (IRE), Redundância (IRD), Informatividade (IIF), Contradição (ICT), Complementaridade (ICP). Fontes Especialistas (FEP), autoridades (FAU), testemunhais (FTS), especialistas (FES).

No programa PI TV 2, os critérios que se aglomeraram por maior assiduidade nas matérias foram ICP e RAS situados antes do corte 1. FTS reuniu-se a estes somente no corte

2 por não ter sido lembrado em apenas uma das 15 matérias analisadas. Ainda no corte 1 se destacam ICT, SAN e SAU com nenhum, um e dois aparecimentos nas matérias analisadas respectivamente. MAM se reúne a eles em outra ramificação no corte 2 por estar presente em 3 das 15 matérias analisadas. Isso significa que acima da linha pontilhada estão os agregados por maior presença e na parte inferior por maior ausência.

Das quinze unidades veiculadas no período da amostra no Piauí TV 2, nove tratam sobre abastecimento d'água. São pautas pontuais de problemas cotidianos como suspensão de abastecimento, obras em encanamentos, parcelamento de dívidas, situações rotineiras que poderiam servir de mote para se ampliar as discussões sobre o tema, mas que tiveram tratamento apenas factual. Os demais eixos foram contemplados com duas exibições cada. Sobre Resíduos Sólidos, a primeira matéria abordou a responsabilidade das empresas em dar destinação correta aos resíduos que produzem. Na segunda, o tema é tratado indiretamente, já que a pauta se ocupa do combate à dengue, mas evoca a necessidade de se dar destinação correta aos resíduos domésticos.

Figura 11: Repórter faz passagem em frente a um esgoto à céu aberto



Fonte: Piauí TV: Globo (2016)

Os conteúdos 8 e 12 tratam sobre esgoto. A matéria 12 “Tema da Campanha da Fraternidade aborda falta de saneamento” é de temática nacional produzida através de abordagem local. Esperou-se, nessa matéria, uma cobertura integral dos quatro eixos, partindo das dificuldades que as famílias do Piauí enfrentam no setor. Contudo o tratamento terminou reforçando o vínculo que a população faz dos conceitos saneamento e esgotamento sanitário. Durante toda a reportagem, as imagens mostram apenas esgotos de bairros, em detrimento da

ilustração dos demais eixos. O repórter entrevista famílias atingidas por problemas de esgotamento sanitário. O próprio profissional não conseguiu desagregar os dois conceitos e isso ficou nítido no texto de uma de suas passagens²²: “O governo do estado tem a meta de universalizar o saneamento básico e o abastecimento de água até 2033...”. Uma fonte oficial do governo foi ouvida e esta também limitou sua fala ao eixo esgotamento sanitário.

Figura 12: Efluente doméstico escorre pela sarjeta na Periferia de Teresina



Fonte: Piauí TV: Globo (2016)

O despreparo dos jornalistas para cumprir as pautas de meio ambiente já foi lembrado nesta pesquisa por Bueno (2017), mas a que atribuir a negligência do pauteiro em pesquisar o tema antes de construir o roteiro de produção da matéria? Como colocar em prática a missão de formar renunciando a uma auto formação *a priori*? Com justificar a displicência do próprio repórter em desconsiderar a pesquisa que o auxiliará na elaboração de um produto que levará o a sua assinatura? Traquina (2018) reflete sobre as rotinas da produção de notícia que são de forma habitual utilizada como justificativa da má apuração. Ele assevera que a pressa não pode ser utilizada como desculpa, já que o levantamento e o rigor da checagem são critérios para uma informação de qualidade.

Dornelles (2008) prescreve a receita para a eficiência na informação em meio ambiente. Para ela, a pauta ambiental precisa “desempenhar uma função pedagógica, sistematizando conceitos, disseminando informações, conhecimentos e vivências” (Dornelles, 2008, p.122). A regra não foi aplicada nas duas matérias que abordam a drenagem urbana. A

²² Passagem: É o recurso usado pelo repórter quando não existem imagens para corroborar o que está sendo noticiado ou para marcar o local onde a notícia foi gerada. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/glossario?search_letter=p

primeira bem específica trata sobre obras de galeria e a segunda, mais abrangente, trata de alagamentos provenientes de chuva, sem fazer referência direta ao conceito drenagem de águas pluviais. Ambas não remetem o tema à saúde, ao meio ambiente, ao saneamento, às políticas públicas. A partir do título “Primeiras chuvas em janeiro no Sul do Piauí já ultrapassaram dezembro inteiro” reiteram que os problemas de drenagem são atribuídos às condições climáticas, mais especificamente, à incidência de chuva e as consequências destas nas vias urbanas.

A insistência de se outorgar as causas dos problemas de saneamento às intempéries climáticas pode suscitar que este enquadramento repetitivo esteja propelindo para fora da moldura do fato algum interesse financeiro. Desde o início da história do jornalismo, pesquisadores se empenham em estudar o encadeamento entre a produção de notícias e as práticas capitalistas. Bueno, 2007, é um dos que defendem esta linha de pesquisa voltada para o jornalismo ambiental ao dizer:

Quase sempre estas matérias estão respaldadas no chamado saber técnico e têm como principal objetivo difundir os argumentos da lógica capitalista que busca relacionar aumento de lucros e produtividade com desenvolvimento. Subliminarmente, promove a apologia da padronização, da homogeneização, tentando a todo custo convencer-nos das desvantagens da diversidade, da ineficácia das soluções locais, do atraso dos conhecimentos das comunidades tradicionais, ao mesmo tempo em que deles se cercam e os patenteiam. (BUENO, 2007, p. 18)

No modelo proposto para a análise de notícias aqui apresentado não foi colocado critério que permitisse comprovar essa interferência na cobertura de saneamento básico. Mas ao se considerar que as empresas jornalísticas, assim como qualquer outra tem o fator econômico como o principal delineador da linha editorial, a hipótese da influência do capital na produção da notícia não deve ser descartada.

Ao se analisar a Tabela 15 e o Dendrograma 5, verifica-se que nenhuma matéria é relacionada ao conceito de saneamento básico, embora trate sobre o tema. Somente duas delas fazem referência à saúde. Na primeira a consequência da falta de sistema de esgotamento é citada por uma personagem. A segunda – “População relaxa no combate ao mosquito da dengue que transmite mais de 23 doenças” - fala especificamente de saúde, mas o saneamento básico foi suscitado de forma acanhada quando agentes de endemias fiscalizam casa para prevenir a proliferação de vetores.

A persistência de se relegar para o nível do subentendido a evocação ao saneamento básico na cobertura é percebida quando o repórter faz uma passagem ao lado de uma galeria a céu aberto (matéria 15). Nesse momento, o telespectador tem uma pista que pode haver uma

relação entre o assunto de saúde e saneamento, embora a expressão não tenha sido pronunciada por nenhum dos agentes envolvidos no processo noticioso.

No enunciado “população relaxa no combate ao mosquito da dengue”, percebe-se que resiste a tendência da mídia de atribuir à população a responsabilidade pela proliferação de doenças relacionadas ao saneamento básico. Carcará e Moita (2016) já haviam alertado para essa propensão quando analisaram notícias sobre a relação entre os vetores e a deficiência nos sistemas de saneamento:

As matérias atribuem à sociedade a responsabilidade de evitar a proliferação do *Aedes aegypti*. Se, por um lado, isso é positivo porque o cidadão se sente protagonista das ações, por outro ele não é alertado para o direito de possuir estruturas de saneamento que o proteja dessas epidemias (CARCARÁ e MOITA, 2016, p. 43).

Esta investigação encontrou outras matérias que tratavam sobre microcefalia – pauta que teve seu auge neste período devido à grande incidência de casos e à ignorância das autoridades de saúde sobre as suas causas - contudo, nenhuma delas fez referência direta e nem indireta ao saneamento.

Figura 13: Eutrofização no Rio Poti em Teresina



Fonte: Piauí TV: Globo (2015)

A relação com o meio ambiente só foi detectada em três matérias. Na 5, um especialista explicou a relação entre meio ambiente, saneamento e saúde. A 8 trata especificamente de um problema ambiental, a proliferação das algas no Rio Poti causada pelos esgotos; e na 12 a relação com o meio ambiente é somente citada. Um terço delas tratou sobre os problemas abordados e as políticas públicas, o que pode ser visto como positivo, embora não tenha sido especificado a importância das políticas de saneamento para a promoção da saúde e da qualidade de vida nas comunidades. O saneamento básico promove

um ambiente livre dos vetores que propagam parasitas, bactérias ou agentes patogênicos, o que contribui para a redução e o controle de doenças.

Devido a importância da pauta, a imprensa deveria ser forte aliado na divulgação de temas relacionados a essas enfermidades, tendo em vista que, segundo Boisson et al (2015), a água, saneamento e higiene são essenciais na prevenção e tratamento de doenças tropicais negligenciadas (NTDs). A provisão de água potável, saneamento e higiene são três das cinco principais intervenções dentro do roteiro global de NTDs, cujas metas globais para controle ou eliminação vão até 2020.

Um ponto positivo foi a atribuição dos responsáveis pelas ações de saneamento que identificados em 14 das quinze unidades noticiosas. Por outro lado, a relação de causa e efeito e os aspectos didáticos não apresentaram uma recorrência que permitisse ao telespectador a apropriação dos temas que envolvem o saneamento básico, nem tampouco propiciou uma conexão do tema com os problemas mostrados e reconhecidos por serem rotina no cotidiano das famílias piauienses. Apenas um terço das matérias abordou os aspectos didáticos e 6 das 15 ensaiaram uma relação de causa e efeito.

O apelo emocional foi mais recorrente nas matérias nacionais reproduzidas no período. Apenas a metade das transmissões locais utilizaram esta estratégia. Nestas, a produção priorizou a estratégia da aproximação com o telespectador através da exibição de situações corriqueiras como a suspensão de fornecimento de água, ou alagamentos por exemplo.

Os efeitos patêmicos no que se refere ao uso das imagens foram menos incisivos na produção das notícias do PI TV que no Bom Dia Brasil. As expressões faladas que apelam para o lado emocional foram mais empregadas. Estavam presentes em quase metade das matérias. Eles têm um efeito negativo porque auxiliam na manipulação das mensagens. Isso porque ao ser submetido aos efeitos patêmicos, o telespectador é solicitado “muito mais a crer (ou seja, a se pronunciar apenas sobre o verdadeiro/falso) e a sentir (ou seja, reagir em função do sentimento do bem/mal) do que a compreender! (CHARAUDEAU, 2007).

Nenhuma imagem contraditória nas 15 exibições revela compromisso com a edição. Todavia, as imagens complementares, presentes em todas as matérias, bem como as redundantes se sobressaíram às imagens informativas. O uso de um maior número de imagem de apoio ou mesmo de arquivo na cobertura de determinado tema pode transmitir uma sensação de desvalorização do assunto.

O equilíbrio entre fontes testemunhais, autoridades e especialistas é orientação da linha editorial da TV Clube e, nas matérias analisadas, se fez notado. Apesar dos especialistas

terem tido menos espaço, estiveram em apenas seis matérias, o equilíbrio não foi quebrado já que esta fonte foi acessada em matérias que requeriam um olhar mais especializado.

Figura 14: Obra de saneamento causa impacto visual no centro de Teresina-Pi



Fonte: Piauí TV: Globo (2015)

A pauta ambiental, segundo Dornelles (2008) deve facultar o cidadão comum ao debate. No bloco de notícias da TV Clube, apenas duas matérias não solicitaram a participação de agentes da comunidade, mas estes poderiam ter exercido um papel mais político e menos reiterativo, cuja presença é apresentada especificamente para cumprir os objetivos da produção.

Figura 15: Moradora com casa alagada ilustra matéria sobre falta de drenagem



Fonte: Piauí TV: Globo (2015)

A necessidade urgente de aumento da qualidade de vida dos cidadãos deve nortear o planejamento e execução das pautas sobre saneamento básico. Como parte da rubrica de meio ambiente, precisa ter um caráter revolucionário, comprometido com a mudança de paradigmas, conforme assinala Bueno (2007). Deve enxergar além das aparências e “suspeitar sempre do discurso pretensamente preservacionista de governos e organizações, buscando contemplar, além de ações isoladas, quase sempre utilizadas como recursos mercadológicos ou propagandísticos” (BUENO, 2007, p. 17).

Divulgar saneamento básico é bastante simples quando na apuração não se desconsidere cuidados básicos. Primeiro deve-se refletir sobre todas as implicações, nuances e inter-relações que envolvem a pauta. Deve-se abordar o tema a partir do ponto de interesse da comunidade, ouvindo as pessoas como cidadãos, agentes políticos, não como mera fonte testemunhal. Mudar o foco da pauta, se preciso, a partir do depoimento desses agentes. Buscar as fontes especialistas já com as queixas, opiniões, dúvidas ou sugestões da comunidade. Investigar a causa técnica do evento noticiado, elencar efeitos, pensar em como o material apurado poderá ser aproveitado e facilitado em cartelas ou infográficos. Há possibilidade de novos enfoques para desdobramento da pauta através de suítes? Por último, entrevistar a fonte autoridade e confrontar a apuração das entrevistas anteriores. Ao redigir o off e escolher as imagens, é imprescindível que o interesse do cidadão seja colocado em primeiro plano, que ele compreenda o contexto envolvido no tema. É fundamental também que se aprecie as funções informativas, pedagógicas e políticas. Se a matéria contemplar todas elas, é grande a possibilidade da produção ser eficaz na divulgação de saneamento básico.

8 PESQUISA DE CAMPO *VERSUS* ANÁLISE DAS NOTÍCIAS

A televisão é o meio que mais divulga saneamento. É o que declara o piauiense ao ser questionado sobre o tema em dois anos diferentes. Simultaneamente, a grande maioria dos entrevistados limita a abrangência de saneamento básico ao esgotamento sanitário. Os que se referem aos demais eixos não chegam a 50%. Apesar disso, a drenagem urbana é apontada pelo público amostral como um problema que mais o atinge.

Dessa forma, se assiste televisão (porque afirma que é o meio que mais divulga saneamento), se sente na pele os problemas da falta de saneamento (mais da metade reclamam da drenagem da água pluvial) deveria ser inequívoco que o público encontrasse nas notícias as justificativas que lhe levassem à compreensão de que, além de esgotamento sanitário e resíduos sólidos, a drenagem da água das chuvas se inclui na categoria do saneamento básico. Sobretudo quando se leva em conta que o telejornalismo é uma atividade “de mediação vinculada a uma organização que se dedica basicamente a interpretar a realidade social e mediar os que fazem parte do “espetáculo mundano” e o público” (VIZEU, 2009, p 77).

Por conseguinte, ao se confrontar a pesquisa quantitativa com a análise de notícias, demonstrou-se que a televisão não teve influência sobre a identificação dos quatro eixos do saneamento básico em seu conjunto. Mais ainda, reconhecê-la como suporte de divulgação do tema não é condição preponderante para que os mesmos entrevistados apontem saneamento como abastecimento d’água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. Além de não ter influência decisiva para formar as pessoas sobre saneamento básico, não facilita o discernimento dos quatro eixos que o compõem. O que não aconteceria se os profissionais levassem em conta as prescrições inerentes à profissão e à práxis do jornalismo, segundo as quais e consoante Vizeu (2009):

as informações essenciais não podem ser suprimidas. As notícias devem trazer detalhes básicos para que possam ser compreendidas. As várias faces de um acontecimento devem ser apresentadas. Na construção da notícia é preciso estar sempre atento para que aspectos da realidade não sejam ocultados nem silenciados (VIZEU, 2009, p.79)

A falta de informações mais precisas sobre saneamento por parte do público pode ser justificada pelas estratégias de divulgação nos jornalísticos analisados. As exibições foram marcadas pela espetacularização, por cenas que despertam emoções advindas de estados de entusiasmo, de frenesi em sua maioria relacionadas a tragédias e dramas de famílias. As unidades noticiosas não despertam o interesse do telespectador em entender as causas, formas

de prevenção, responsabilidades, relação com outras áreas, mas isso não significa que o público não se sente atraído por esta receita pronta de conhecer o mundo oferecida pelo suporte televisivo e que o motive a eleger este meio de comunicação como preferido. Para os emissores das matérias analisadas, os dramas humanos são suficientes como informação, incapacitando o público a criar um juízo de valor e limitar o seu senso crítico.

As imagens sempre dominantes, com alta carga de informação e elementos dramáticos encantam e conduzem o público ao desejo crescente de consumir o espetacular. É uma estratégia que consegue fascinar, atrair a audiência, mas não é exitosa na formação do público. Frazão (2007) atribui essa preferência à programação das emissoras que buscam incentivar o sensacionalismo, o fora do comum em detrimento de pautas educativas. Para a autora, a “conversão” da realidade em espetáculo acontece de forma constante e indireta, comprometendo o senso crítico do telespectador, pois já recebe uma opinião pré-formatada. “Contribui para contaminar a criticidade do público, impedindo que o telespectador consuma a notícia composta de realidade, para a partir de então fazer suas críticas ou ter uma opinião própria a respeito (FRAZÃO, 2007, p.5).

No contexto desta pesquisa, a falta de elementos didáticos nas reportagens apresentadas impossibilita o telespectador a associar o acúmulo de água na rua em que mora à falta de saneamento básico, já que essa relação não foi apresentada. A expressão drenagem sequer foi usada.

No Bom Dia Brasil, a reduzida utilização de fontes especialistas, que podem descrever os eventos, dificulta ou mesmo impossibilita uma compreensão mais ampla. A falta de fontes autoridades insinua que as matérias são efeito de causas naturais.

Pozobon e Miranda (2012) refletem que a escolha das fontes tem relação direta com o enquadramento pretendido para a reportagem. Elas sublinham que as reportagens que dizem respeito a desastres ambientais e tragédias humanas optam pelas fontes testemunhais. Quando a matéria se refere “a problema relacionado à preservação do meio ambiente, mas que não está relacionado a um desastre ambiental como fato provocador da pauta, vemos um apelo maior às fontes especializadas ou às fontes oficiais” (Pozonom, Miranda, 2012, p. 26).

O Piauí TV primou por ouvir as três fontes (especialistas, autoridades e testemunhais) na maioria das matérias, todavia a pauta saneamento básico foi pouco trabalhada. Apenas 16 matérias tratavam sobre o tema e nenhuma delas fez menção ao termo saneamento básico.

Apesar de utilizar bastante fontes autoridades, a estratégia de utilização de fontes testemunhais foi bastante utilizada pela TV Clube, contudo, elas não auxiliaram de forma

efetiva no entendimento sobre saneamento básico dos entrevistados piauienses. Nas matérias analisadas, as testemunhas desempenharam o papel de aproximação com o público e foram utilizadas no material analisado, formado por *hard news*²³, de forma assídua. As *hard news* passam para o público a impressão de estar informado sobre todos os últimos acontecimentos ao seu redor. O acréscimo de fontes testemunhais auxilia na validação desta estratégia. Elas compõem tipos comum no dia-a-dia, o que propicia a identificação da população. São vítimas das tragédias das enchentes, moradores atingidos por falta de água, comerciantes que perdem clientes devido a destinação incorreta de esgotos, famílias que moram próximo ou sobrevivem de lixões. Coutinho (2014) analisa a estratégia narrativa que alia telejornalismo e público através da inserção dos relatos das testemunhas na teledramaturgia do jornalismo. Conforme a autora, os relatos das testemunhas são marcados por saturação emocional, mas por baixo potencial informativo, pois a elas é reservado papel periférico, coadjuvante, enquanto que as fontes autoridades e especialistas permanecem ocupando os lugares de protagonismo nos telejornais.

No que se refere à relação entre a escolha das fontes e o enquadramento, Pozobon e Miranda (2012) reiteram que informações que os repórteres detêm anteriores à apuração, provavelmente de fonte secundária, lhe permitem construir toda a lógica argumentativa do texto. Ou seja, as fontes são entrevistadas com o intuito de confirmar a tese defendida, os eixos argumentativos e de enquadramento construídos pela instância produtora.

As chuvas foram apontadas como o motivador dos fatos noticiados na maioria das matérias dos eixos drenagem urbana e abastecimento de água. No primeiro, a persistência delas. No segundo, a ausência. De forma geral, as matérias não se aproximaram da cobertura sistêmica e próxima à realidade do leitor - recomendada por Loose e Girardi (2018). Segundo as autoras, este tipo de cobertura permite às pessoas se sentirem pertencentes ao problema a fim de tomar atitudes que modifiquem o contexto. As pautas tratavam, no Piauí TV, sobre a crise na empresa estatal de abastecimento que atende o estado, o constante desabastecimento de água na capital e no interior, a subconcessão do serviço de abastecimento d'água de Teresina a uma empresa privada, entre outros. No Bom Dia Brasil, o desabastecimento de São Paulo causado pelo que denominaram de 'crise hídrica' foi a pauta mais recorrente.

Na veiculação sobre esgotamento sanitário, a maioria sobre a eutrofização dos recursos hídricos, foi mostrado de forma indireta que a culpa é do serviço público de saneamento que permite o despejo de efluentes sem tratamento nos leitos dos rios. Nestas

²³Jornalismo factual, diário, aquele que é voltado a cobrir os acontecimentos do dia, fatos "quentes".

reportagens, fontes especialistas mostram as causas e consequências dos eventos, o que pode justificar porque este eixo seja o mais reconhecido como saneamento básico. Além disso, mais da metade das matérias veiculadas fizeram a conexão entre esgotamento e saneamento básico, além de utilizarem aspectos didáticos. Isso pode justificar a associação esgotamento/saneamento feita pela população em maior número.

As notícias sobre o eixo resíduos sólidos mostraram que a implantação de políticas públicas é importante para que se resolva os problemas relacionados à coleta e correta destinação. Este eixo teve o índice maior de reconhecimento como saneamento básico pela população em 2015 e o segundo em 2017. Entretanto, as matérias exibidas foram pouco fundamentadas através das fontes autoridades. Mesmo com o serviço de coleta distante do que prevê a PNRS e sem aterro sanitário (no Piauí, nenhum município possui esse equipamento de destinação final conforme recomenda a política nacional), os entrevistados se mostraram satisfeitos com o serviço, pois não identificaram coleta de resíduos sólidos como um serviço deficiente no município. Ao se confrontar os dados com a análise de reportagens, é possível chegar à conclusão de que as informações que garantem a associação de resíduos sólidos com saneamento não foram adquiridas pelos programas analisados, pois apenas uma matéria fez menção ao termo saneamento.

Ao contrário do que preceitua o jornalismo ambiental, o discurso sobre saneamento básico na televisão é acanhado, fracionado, infundado, e dificulta a resolução dos problemas à medida que compromete a cobrança pela aplicação da Lei 11.445/2007. Esse discurso justifica o porquê de os entrevistados que não reconhecem televisão como maior divulgador de saneamento deterem o mesmo nível de conhecimento sobre o tema que as pessoas que reconheceram, conforme identificado por esta pesquisa. Martirani e Peres (2016), ao analisar a cobertura da crise hídrica em São Paulo, concluíram que foi insuficiente a abordagem sobre as causas estruturais, formulação, integração e execução de políticas públicas, bem como sobre os conflitos socioambientais envolvendo interesses privados e bens difusos com benefícios coletivos nas matérias analisadas. Da mesma forma, esse resultado foi percebido nesta pesquisa.

A soma das pessoas que apostam no rádio, web e jornal é inferior aos que dizem assistir televisão, todavia, tanto as que acreditam ser a TV o maior divulgador de saneamento como as que apostam que outros meios exercem essa função de forma mais eficiente dispõem do mesmo nível de conhecimento sobre saneamento básico. A limitação na abordagem dos conteúdos pode justificar esse resultado.

É sabido que no ato da recepção o telespectador opte por não se apropriar de algumas informações por não lhe chamarem atenção. Esse fator influencia na criação de telespectadores ocasionais, aqueles que responderam ‘às vezes’ ao serem interrogados se assistiam Bom Dia Brasil ou PI TV.

Chauradeau (2007) elucida que o polo instância de recepção (enquanto alvo) é posto em posição de ter a “crer” (a realidade do acontecimento), a “compreender” (seu surgimento e sua causalidade) e a “ressentir” (o desafio intelectual e emocional que o tornará fiel). De certa forma, podemos dizer que essa instância de recepção é ao mesmo tempo um “público ideal”, já que a instância midiática deve levantar a hipótese de modos de raciocínio necessários e objetivos que são válidos para todos, um público universal susceptível de deixar-se tocar pelos efeitos visados pelo processo de produção o acontecimento. Acontece que o efeito pretendido pela instância da produção não atinge de forma unânime todos os telespectadores, que por um motivo ou outro não se encaixam nos critérios da audiência idealizada, o que pode conduzir à composição de um público esporádico que, presumindo as técnicas do contrato, renuncie a sua condição de “parceiro fiel” da relação instância midiática/instância receptora. Esse telespectador não declina da exposição ao noticiário, mas assiste circunstancialmente com motivações específicas ou, ainda, pode simplesmente estar ‘passeando’ pelos canais com o controle remoto e se detém em uma ou outra notícia que lhe chame a atenção.

Em 2015, os espectadores eventuais foram decisivos para que o público do Bom Dia Brasil associasse DAP a saneamento, embora tenha sido pequena a parcela dos telespectadores que fizeram essa associação. Em 2017, o evento se repetiu, desta vez com relação ao Piauí TV e ao eixo abastecimento d’água. Entretanto não pode deixar de ser considerada a hipótese de que essa audiência já detenha essas informações adquiridas anteriormente, até mesmo proveniente de outras fontes.

Quando se confronta os resultados, percebe-se que não houve evolução na maneira de produzir as informações veiculadas. A audiência dos dois programas aumentou de 2015 para 2017, mas o entendimento sobre os eixos de SB não acompanhou a evolução. E uma das probabilidades de motivação é a falta de planejamento das matérias tendo a formação do telespectador como foco. Das 45 unidades noticiosas analisadas, 11 optaram por uma abordagem mais didática, característica que permite uma maior compreensão dos conteúdos por parte do público. “Os traços didáticos estão presentes na atividade ainda que muitos neguem. Devido aos públicos heterogêneos eles são imprescindíveis para que até os fatos complexos, mas muitas vezes corriqueiros, possam ser entendidos por uma grande parcela de pessoas, com variados repertórios culturais” (LOOSE, GIRARDI, 2009, p. 2).

Faltou uma abordagem mais técnica, um conteúdo menos superficial que possibilitasse ao espectador de entender as causas, as imagens com os efeitos dos problemas que garantem o ‘espetáculo’, embora seja um expediente repetitivo, suprem anseios e fortalecem o contrato de leitura. Charaudeau (2007) sustenta que frequentemente, as mídias falham na escalada da encenação do sofrimento, quando utiliza imagens em plano aberto, repetitivas, música dramática, gritos das vítimas ou pelo emprego exagerado de termos pertencentes ao campo semântico da emoção como “lágrimas”, “prantos”, “coração”, entre outros.

Uma cobertura mais eficiente exige que a produção transcenda a espetacularização. Quando se observa especificamente o caso da drenagem urbana, constata-se que não foram produzidas pautas que tratassem sobre a falta de preparação das cidades brasileiras para o período chuvoso, não trataram da inexistência de estruturas de saneamento básico ou de proposta que combinasse desenvolvimento urbano, projeções de mudanças climáticas regionais e de precipitação a modelos de estrutura de macro e micro drenagem em nenhum dos programas analisados.

O tempo da televisão é restrito e há quem defenda que reportagens mais aprofundadas exijam um tempo maior, contudo a capacidade competente de síntese e a utilização de infográficos e cartelas auxiliam no detalhamento de dados e dão dinamicidade ao conteúdo.

As matérias divulgadas são de natureza factual e geralmente em forma de suíte. Os entrevistados reconheceram a televisão exercendo um papel de representante das causas comunitárias por se apresentar como instrumento útil para denunciar os contratemplos e demandas rotineiros das comunidades. A soma das respostas dos que disseram ‘não’ e ‘talvez’ não se igualou aos que disseram ‘sim’. Em nenhum dos anos. Isso significa que a utilização das fontes testemunhais foi vitoriosa. O telespectador se identifica como personagem do fato apresentado. A produção, durante a produção da pauta, já presume que, por exemplo, em matérias sobre bairros alagados pela chuva é natural que as sonoras precisem mostrar como ocorreu a invasão da casa dos moradores, que atividade a pessoa desenvolvia no momento da ocorrência, se foi surpreendida pela água, se havia crianças, a reação dos animais, quais as emoções no momento, para onde as famílias atingidas foram levadas, quais as principais dificuldades que encontrarão nesse novo local... todo esse contexto coberto por imagens dramáticas. Às fontes testemunhais cabe o papel fundamental de comunicar a experiência de ter visto ou vivido uma situação extrema. Elas descrevem o fato, de acordo com Amaral (2015): “Dificilmente uma matéria vai dar a palavra para que uma fonte testemunhal mostre uma opinião contundente e crítica sobre o fato ou poder de decisão sobre o acontecido. [...] é a fala do urgente, do pungente, do desespero, do sofrimento e da busca de solução individual”

(p. 50). Mesmos com esse papel bem definido, o telespectador se sente representado por entender que vive ou pode viver a mesma situação que aquele personagem.

Houve uma evolução na quantidade de pessoas que afirmaram assistir os dois jornalísticos. Em 2015, diferente do Piauí TV, os que assistiam Bom Dia Brasil duvidavam da sua capacidade de denunciar problemas comunitários. As pessoas que assistiam Piauí TV indicaram um grau de confiança na capacidade de denunciar as mazelas locais. Essa situação pode ser justificada pelo fato deste programa desenvolver pautas locais. As matérias analisadas do Bom Dia Brasil não colocaram o Piauí na pauta, exceto por uma matéria que tratou sobre o desabastecimento em Teresina. Outra ambientada no Nordeste abordou os problemas provenientes de chuvas em 4 estados, mas não incluiu o Piauí. Essas duas unidades noticiosas foram a que mais se aproximaram dos entrevistados piauienses.

Já o Piauí TV, a identificação com as pautas foi maior pela relação de proximidade com os temas abordados, a exemplo de: “Aguapés tomam Rio Poti e poluição vinda de esgotos não tem tratamento”; Obra da galeria pluvial está parada há dois meses, moradores reclamam de falta de água em vários bairros da zona Sul”, entre outras. Enquadrar a informação em um contexto prático de aplicação e na proximidade com o telespectador é uma receita básica do jornalismo. Somente os códigos de compreensão disponíveis são insuficientes. A notícia precisa ser enquadrada pelo telespectador contexto social e político, bem como no contexto imediato de uso.

De maneira geral, quando o assunto é saneamento básico, o que se observa é que a televisão, apesar de mediadora dos problemas sociais, não consegue relacionar os problemas que os moradores do Piauí identificam na prática com os conceitos legitimados pela Lei 11.445/2007. A função educativa é preterida. As reportagens requerem não só o esclarecimento sobre os conceitos dos quatro eixos, mas sobre o direito que a população brasileira dispõe de acesso a esses serviços tendo em vista que esse conhecimento lhe habilita para a cobrança. As matérias requerem, ainda, uma contextualização socioambiental mais ampla, mostrando a relação risco/limite, causas/consequências/possíveis soluções tanto local como global. Dornelles (2008) alertou que o jornalismo ambiental deve substituir a natureza fragmentária das práticas tradicionais da profissão por uma nova atitude baseada numa maior atenção concedida a cada tema, suscitando o debate e incentivando uma opinião crítica.

Uma reportagem representa um compromisso exercido a partir de uma visão particular do mundo e deve ser planejada e executada em função disso. Se a pauta, as fontes, o foco da entrevista **não** estiverem respaldados em um olhar multi e interdisciplinar, politicamente engajado, planetariamente comprometido, teremos uma reportagem que falseia os interesses da maioria, despossuída de poderes políticos e econômicos. (DORNELLES, 2008, p.129).

Ao se observar o resultado da análise das reportagens, compreende-se que a população não consegue observar o saneamento de forma sistêmica porque os profissionais envolvidos na produção de matérias da televisão também não conseguem relacionar o saneamento como essencial para a sustentabilidade ambiental. A relação do tema com saúde, meio ambiente, políticas públicas, indicando de quem é a responsabilidade pelas ações foi bastante acanhada. Dos quatro eixos, o esgotamento sanitário foi o que mais se aproximou ao modelo proposto, seguido dos resíduos sólidos. Quando se considera o abastecimento de água e drenagem urbana, verifica-se que há muito que se aprimorar para se aproximar de um produto que consiga informar e formar cidadãos.

De forma resumida e reiterativa, observa-se que a cobertura exigia notícias com abordagem mais abrangente, que valorizassem o compromisso social, a formação de opinião pública crítica e as interfaces com diferentes áreas que se vinculam ao tema. Contudo, o que prevaleceu foi a espetacularização, o número reduzido de pautas, a ausência de aspectos didáticos, a falta de aprofundamento do conteúdo que não dialogou com temas essenciais, comprometendo a relação causa e efeito. Por fim, são estes pontos podem ter comprometido a compreensão do público sobre saneamento básico.

CONCLUSÃO

A evidência mais significativa observada nos resultados da pesquisa quantitativa é a desinformação do público piauiense sobre os quatro eixos do saneamento básico. As gestões municipais, os representantes da sociedade civil e, principalmente a imprensa, não estão sendo exitosos no que se refere ao esclarecimento sobre este campo que detém serviços imprescindíveis à comunidade, tendo em vista que envolve benefícios como bem-estar ambiental, saúde, economia, cidadania, entre outros.

Todas as cidades entrevistadas apresentam problemas de drenagem, ressaltando a necessidade de se destinar uma atenção especial a este eixo, que tem sido negligenciado ao longo da história pelo poder público. O despreparo para o escoamento das águas pluviais é nítido nas cidades piauienses. A crença de que o problema está relacionado a situações climáticas, como a incidência de chuvas, silencia a população por cobranças de soluções. Fenômeno similar acontece com o desabastecimento de água. A estiagem, de forma equivocada, justifica o problema, que é de gestão. Os conteúdos jornalísticos analisados reiteram essas convicções.

A participação não está sendo estimulada e nem executada de forma adequada nos municípios piauienses. O desconhecimento sobre controle social encontrado em todas as mesorregiões, leva à constatação de que a pseudoparticipação é fato. Ou seja, é potencial o risco das reuniões para elaboração do PMSB estarem realmente sendo urdidadas para o mero cumprimento da formalidade legal.

A pesquisa revelou que o poder público se mostra inapto para mobilizar a sociedade e incentivar o processo de deliberação democrática local. Todavia, é necessário um estudo mais aprofundado que permita confirmar se a ineficiência é proposital, no intuito de evitar o empoderamento da comunidade ou é fruto de inabilidade dos agentes responsáveis por fomentar a participação popular nas reuniões, assembleias ou audiências públicas.

Uma observação mais particular sobre controle social realizada na capital do Piauí, Teresina, revelou que as discussões apresentaram discrepâncias na comparação entre o resultado da pesquisa quantitativa e o PMSB. A etapa controle social é mostrada como concluída com êxito, apesar do desconhecimento da população sobre reuniões para tratar de saneamento básico.

A desinformação contribui para que as políticas não se efetivem no Piauí, tendo em vista que o baixo nível de conhecimento da população sobre esgotamento sanitário, drenagem urbana, abastecimento de água e coleta e disposição de resíduos sólidos. Se os agentes sociais

não têm uma definição exata sobre os eixos do saneamento básico, ignoram informações mais específicas como as que lhe concedem autoridade de influência nas decisões. Afinal, a lei 11.445/2007 atribui à população o papel de protagonista do processo de saneamento, desde o planejamento até a regulação. Sua participação cidadã é fundamental para que a universalização e a equidade se tornem efetivas.

A cidadania exige sujeitos mais informados e críticos, preparados, aptos a participar com mais segurança nos processos de decisões governamentais. Todavia, na falha da mobilização social em saneamento, resta à população buscar meios alternativos para adquirir informações. A imprensa é uma delas.

Esta investigação demonstrou que, apesar do alcance social dos serviços de saneamento básico, o tema não possui grande espaço nos jornalísticos televisivos diários. As pautas abordadas com mais frequência acompanham eventos sazonais. Os dois programas (nacional e local) se dedicam mais à cobertura de problemas do contexto urbano. A prioridade pelos enfoques alarmantes e alarmistas foi a tônica das reportagens, embora o Piauí TV 2 tenha sido mais comedido no uso deste expediente. A estratégia repetida na maioria das exposições foram cenas que apelam para o espetacular e para o fascinante. O propósito é comover também com frases ou palavras que despertam esses estados, sejam essas proferidas por apresentadores, repórteres ou pelas fontes, omitindo aspectos que permitam a formação dos telespectadores ou informações mais contextualizada que levem a uma visão ampliada sobre o tema.

O Piauí TV demonstrou uma preocupação maior em sustentar a imagem de objetividade e imparcialidade ao utilizar fontes variadas. Contudo, no tratamento das informações, a utilização de imagens redundantes e complementares em detrimento das informativas reprimiu a importância e o impacto que a abordagem sobre saneamento básico exige. Observa-se também a prevalência de personagens-arquétipos, escolhidas com o propósito de reiteração de objetivos elaborados na produção da pauta. A ideia da reportagem já sai construída da redação da emissora. No campo, apenas se busca elementos para ratificá-la. As fontes autoridades e especialistas foram pouco utilizadas, principalmente no Bom Dia Brasil. Elas são fundamentais para uma abordagem mais fundamentada.

Faltou às reportagens uma contextualização socioambiental mais ampla, que delimitasse bem a relação risco/limite /consequências/possíveis soluções, exigência do jornalismo ambiental. Inicialmente poder-se-ia atribuir à ditadura do tempo que compromete uma divulgação mais aprofundada, entretanto um exame mais detalhado aponta para a existência de uma imperícia ou inadvertência dos profissionais, fruto de falta de pesquisa.

Pode-se ainda atribuir a uma prescrição editorial. São evidentes, ainda, nas unidades noticiosas analisadas características como reducionismo, ausência de didatismo, de relações de causa e efeito que compromete a formação de telespectadores e o inabilita para uma análise mais sistêmica dos temas relacionados ao saneamento básico.

O modelo utilizado na análise das notícias, cujos critérios são baseados no jornalismo ambiental, é eficiente na divulgação de saneamento básico. Obtém-se um resultado exitoso na produção de uma matéria jornalística quando se faz referência ao vocábulo saneamento básico; quando se relaciona o tema à saúde, meio ambiente e políticas públicas; ao se evidenciar de quem são as responsabilidades de saneamento, ao se utilizar fontes autoridades, especialistas e testemunhais, também imagens complementares e informativas; ao se evitar a patemia, o apelo ao sensacionalismo, que ofusca aspectos mais importantes; ao se utilizar aspectos didáticos e as relações de causa e efeito.

Uma abordagem eficiente é pautada na defesa da cidadania. E a prestação dos serviços de saneamento básico - mínimo existencial que deve ser incorporado na reserva orçamentária do Estado - requer fiscalização e cobrança da população. Requer sujeitos informados. Quando não se assegura o direito ao saneamento, viola-se o princípio da Dignidade da Pessoa Humana, atributo inerente e singular de cada indivíduo previsto na constituição federal. É inadiável que a imprensa, como defensora do interesse público, ajuste a exibição de conteúdos a um modelo que perpasse a mera divulgação de fatos e dê relevo à formação de sujeitos conscientes dos seus deveres e reivindicadores dos seus direitos.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. A. *O discurso sobre meio ambiente na mídia alternativa: uma análise da revista Ecologia e Desenvolvimento*, 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/6o-encontro-2008-1/O%20discurso%20sobre%20meio%20ambiente%20na%20midia%20alternativa.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- ALSINA, M. R. *A construção da notícia*. Trad. Jacob A. Pierce. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009 (Clássicos da Comunicação).
- AMARAL, M. F. Fontes testemunhais, autorizadas e experts na construção jornalística das catástrofes. *Líbero – São Paulo – v. 18, n. 36, p. 43-54, jul./dez. de 2015*. Disponível em: <http://seer.casperlibero.edu.br/index.php/libero/article/view/19/9>. . Acesso em: 24 jan. 2019.
- AMARAL, M. F. Os testemunhos de catástrofes nas revistas brasileiras: do medo individual à patemização midiática. In *Revista Contracampo*, v. 26, n. 1, ed. abril. Niterói: Contracampo, 2013. 71-86. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/326427134_Amaral_M_F_2013_Os_testemunhos_d_e_catastrofes_nas_revistas_brasileiras_do_medo_individual_a_patemizacao_midiatica_Contracampo_26. Acesso em: 24 jan. 2019.
- ARNBJERG-NIELSEN K.; FLEISCHER H. S. Feasible adaptation strategies for increased risk of flooding in cities due to climate change. *Water Science and Technology*, 2009. 273-81. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/19633368>. Acesso em: 24 jan. 2019.
- ARNSTEIN, S. R. A ladder of citizen participation. *JAIP*. v.35, n.4, 1969. p.216-224. Disponível em: <https://lithgow-schmidt.dk/sherry-arnstein/ladder-of-citizen-participation.html>. Acesso em 24 jan. 2019.
- ARNSTEIN, S. R. Uma escada da participação cidadã. *Revista da Associação Brasileira para o Fortalecimento da Participação – Participe*, Porto Alegre/Santa Cruz do Sul, v. 2, n. 2, p. 4-13, jan. 2002. Disponível em < <http://aeessp.org.br/escada.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2019.
- ASCÊNCIO L. C. Aportaciones para una historia del acontecer catastrófico. Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico – Volume III. 2005. Covilhã. *Anais [...]*. Disponível em: , <http://www.bocc.ubi.pt/pag/ascencio-carlos-lozano-aportaciones-para-una-historia-del-acontecer-catastrofico.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2019.
- ASHLEY R. M et al. Flooding in the future: predicting climate change, risks and responses in urban areas. *Water Science and Technology*, 2005. 265-73. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/16248204>. Acesso em 24 jan. 2019.
- ASSIS, F. O jornalismo além do lead: rotinas produtivas, anuências e condições para uma prática diferenciada. *Revista Comunicação Midiática*. ISSN: 2236-8000 v. 12, n. 3, p. 40-54, set./dez. 2017. disponível em <http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/article/viewFile/815/430>. Acesso em 24 jan. 2019.

ASSIS, M.M.A. O processo de construção do controle social no Sistema Único de Saúde e a gestão nos espaços institucionais. *Saúde em Debate*. 2003. v. 27, n. 65: 324-335. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=394034&indexSearch=ID>. Acesso em 24 jan. 2019.

BARBERO, J. M. *Os Exercícios do Ver*, São Paulo, Senac, 2001.

BARROS A. T. Os temas ambientais no enquadramento televisivo: teledramaturgia vs. Telejornalismo. *Rev. Estud. Comun.*, Curitiba, v. 14, n. 34, p. 263-289 maio/ago. 2013. Disponível em < <https://periodicos.pucpr.br/index.php/estudosdecomunicacao/article/view/22435/21526>. Acesso em 24 jan. 2019.

BARTHES, R., A estrutura dos fait divers - íntegra. *Essais critiques*. Paris: Seuil, 1966. Disponível em: disponível <http://www.eca.usp.br/jorlingrad/estrutura%20barthes.doc>. Acesso em 24 jan. 2019.

BATISTA, E. C.; MELO, E. M. A participação popular em Ipatinga (MG, Brasil): conquistas e desafios do setor de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1413-81232011000100036&tlng=pt. Acesso em 24 jan. 2019.

BEAUCHEMIN M, et al. *La salud de las comunidades: perspectivas para la contribución de la salud pública al desarrollo social y de las comunidades*. 2003. Disponível em: http://www.inspq.qc.ca/pdf/publications/176_SaludDeLasComunidades.pdf. Acesso em 24 jan. 2019.

BECKER, B. A linguagem do Telejornal: um Estudo da Cobertura dos 500 Anos do Descobrimento do Brasil. Rio de Janeiro: *E-papers*, 2005.

BENETTI, M.; GADRET D. L. O ethos do repórter de TV da Rede Globo. *Intexto*, Porto Alegre, UFRGS, n. 39, p. 60-79, maio/ago. 2017. Disponível em < <file:///C:/Users/Carcar%C3%A1/Downloads/65749-298198-4-PB.pdf>. Acesso em 24 jan. 2019.

BLONDIAUX, L.; SINTOMER, Y.. L'impératif délibératif. *Politix*, v. 15, n. 57, p. 17-35. 2002.

BOCKOWSKI, P. J. Digitalizing the news. Innovation in online news papers, Cambridge: *The MIT Press*, 2004.

BOISSON, S. et al. Water, sanitation and hygiene for accelerating and sustaining progress on neglected tropical diseases: a new Global Strategy 2015–20. *International Health*, Volume 8, 1 March 2016, p 19–21. Disponível em: <https://doi.org/10.1093/inthealth/ihv073>. Acesso em 24 jan. 2019.

BOURDIEU, P. *Senso Prático*. Petrópolis: Vozes [1980]. 2009.

BRASIL. Decreto Nº 9.254, de 29 de dezembro de 2017. Altera o Decreto nº 7.217, de 21 de junho de 2010, que *regulamenta a Lei nº 11.445*, de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico. Brasília, DF, dez 2017. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9254-29-dezembro-2017-786043-publicacaooriginal-154676-pe.html>. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. *Panorama dos planos municipais de saneamento básico no Brasil*. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. disponível em: https://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/panorama_planos_municipais_de_saneamento_basico.pdf. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Plano Nacional de Saneamento Básico (PLANSAB)*. Brasília, dez. 2013. Disponível em: http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/plansab_06-12-2013.pdf> Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental – SNSA. Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: *Diagnóstico dos Serviços de Água e Esgotos – 2014*. Brasília: SNSA/MCIDADES, 2016. p 212. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/Diagnostico_AE2014.pdf. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. *Lei Nº 12.305 de 02 de agosto de 2010*. Política Nacional de Resíduo Sólidos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2 de agosto de 2010. Disponível em , http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2016*. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2017. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/hugoguedes/files/2013/10/Diagnostico_AE2015.pdf. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2003*. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2005. Disponível em: <http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos/diagnostico-ae-2003>. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2010*. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2012. Disponível em: https://midia.atp.usp.br/plc/plc0502/impressos/plc0502_extra_MinCidades_DiagnosticoSaneamento_AE2010.pdf. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2016*. Brasília, DF: Ministério das Cidades, 2017. Disponível em: http://wp.ufpel.edu.br/hugoguedes/files/2013/10/Diagnostico_AE2015.pdf. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. *Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007*. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. *Pesquisa Brasileira de Mídia 2016: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira*. – Brasília :Secom, 2015. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>. Acesso em 24 jan. 2019.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Plano Nacional de Saneamento Básico*. Brasília, dez. 2013. Disponível em: < http://www.cidades.gov.br/images/stories/ArquivosSNSA/Arquivos_PDF/plansab_06-12-2013.pdf >. Acesso em 24 jan. 2019.

BUENO, W. C. *Comunicação, jornalismo e meio ambiente: teoria e pesquisa*. São Paulo: Mojoara Editorial, 2007.

BUENO, W. C. A cobertura jornalística de catástrofes ambientais: entre a vigilância e a espetacularização da notícia. *C&S – São Bernardo do Campo*, v. 39, n. 1, p. 21-41, jan./abr. 2017. Disponível: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/6974>. Acesso em 24 jan. 2019.

BUENO, W. C. Jornalismo ambiental: explorando além do conceito. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba/PR, n. 15, p. 33-44, jan/jun 2007. Disponível em:< https://www.researchgate.net/publication/270719582_Jornalismo_Ambiental_explorando_além_do_conceito>. Acesso em 24 jan. 2019.

BUENO, W. C. Jornalismo ambiental: navegando por um conceito e por uma prática. *Portal EcoViagem: Turismo Fácil e Interativo*, 2004 . Disponível em: <http://ecoviagem.uol.com.br/fique-por-dentro/artigos/meio-ambiente/jornalismoambiental-navegando-por-um-conceito-e-por-uma-pratica-1239.asp>. Acesso em: 05.01.2019.

BURKE, P.; BRIGGS, A. *Uma história social da mídia*. 3º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016

CÁCERES-MANRIQUE, F. D. M.; ANGULO-SILVA, M. L.; VESGA-GÓMEZ, C. Efficacy of the social mobilization and the social participation in dengue control measures. *Biomedica: revista del Instituto Nacional de Salud*. 2010; 30(4): 539–550 Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/21713357>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CALDAS, A. *Deu no Jornal: o jornalismo impresso na era Internet*. São Paulo: Loyola, 2002.

CAIRNCROSS, S., VALDMANIS V.; Water Supply, Sanitation, and Hygiene Promotion. In: JAMISON D.T., BREMAN J.G., MEASHAM A.R; *Disease Control Priorities in Developing Countries*. 2nd edition. Washington (DC): The International Bank for Reconstruction and Development / The World Bank; 2006. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK11755/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CAIRUS, HF. Ares, águas e lugares. In: CAIRUS, HF., and RIBEIRO JR., WA. Textos hipocráticos: o doente, o médico e a doença [online]. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005. *História e Saúde* collection, pp. 91-129. ISBN 978-85-7541-375-3. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/9n2wg/pdf/cairus-9788575413753-07.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CARCARÁ, M. S.; MOITA NETO, J. M. Análise da relação de causa e efeito entre saneamento básico e patologia relacionada ao aedes aegypti em matérias jornalísticas In: III Simpósio de Desenvolvimento do Trópico Ecotonal do Nordeste e I Simpósio de Desenvolvimento e Meio Ambiente (Simdema), Teresina. *Anais [...]* Cd ROM. Teresina: UFPI. 2016. ISSN: 1806-1982

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil – o longo caminho*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2008.

CHARAUDEAU, P. A patemização na televisão como estratégia de autenticidade in Mendes E. & Machado I.L. (org.), *As emoções no discurso*, Mercado Letras, Campinas (SP), 2007. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/A-patemizacao-na-televisao-como.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das Mídias*. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ M.S. Comunicação e democracia. Paulus. *Revista de Comunicação da FAPCOM*. 6ª. Volume 1, n. 2, 2017. Disponível em: <https://fapcom.edu.br/revista-paulus/index.php/revista-paulus/article/view/21>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CHAVES, S. V. V.; Lopes, W. G. R. A vulnerabilidade socioambiental em Teresina, Piauí, Brasil. *Revista Geográfica de América Central*. Número Especial EGAL, 2011- Costa Rica II Semestre 2011 pp. 1-17 . Disponível em: <file:///C:/Users/Carcar%C3%A1/Downloads/2519-Texto%20del%20art%C3%ADculo-5740-1-10-20111212.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CAMARGO, M. N.; O conteúdo jurídico da dignidade da pessoa humana. In: CAMARGO, M. N. (Org.) *Leituras complementares de constitucional: direitos fundamentais*. 2. ed. Salvador: JusPodivm, 2007

CANELA JUNIOR, O.; O orçamento e a ‘reserva do possível’: dimensionamento no controle judicial de políticas públicas. In: GRINOVER, A. P.; WATANABE, K. (Coord.). O controle jurisdicional de políticas públicas. Rio de Janeiro: *Forense*, 2011. p. 232-233.

COHRE, WaterAid, SDC and UN-HABITAT.; Sanitation: A human rights imperative. Geneva, 2008. Disponível em: <https://gsdrc.org/document-library/sanitation-a-human-rights-imperative/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. São Paulo, Contexto, 2006. 285 p.

COUTINHO, I. Lógicas de produção do real no telejornal. In: GOMES, Itania Maria Mota (Org.). *Televisão e realidade*. Salvador: EDUFBA, 2009. 298 p.

COUTINHO, I. Telejornalismo e público: sobre a natureza dos serviços e das parcerias. In: VIZEU, Alfredo; MELLO, Edna; PORCELLO, Flávio; COUTINHO, Iluska (org.). *Telejornalismo em questão*. V.3. Florianópolis: Insular. 2014.

CURADO, O. *A notícia na TV – o dia-a-dia de quem faz Telejornalismo*. São Paulo: Alegro, 2002. 194 p.

DA SILVA, J. M. C. *Controle Social das Políticas Públicas no Brasil*. *Revista Controle* (Online), v. 8, n. 1, p. 71-90. (Online), 2016. v. 8, n. 1, p. 71-90. Disponível em: < <http://revistacontrole.ipc.tce.ce.gov.br/index.php/RCDA/article/view/76>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

DAVID, R.S. Análise semiótica: campanha publicitária do ministério da saúde no combate à dengue. *Revista Ininga*. Teresina, PI, v. 2, n. 1, p. 112-125, jan./jun. 2015. 112

DAGNINO, E. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

DAGNINO, E. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?” En Daniel Mato (coord.), *Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: *FACES*, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110. Disponível em: <https://privatizacaodarua.reporterbrasil.org.br/dadosabertos/bibliografia/Sociedade%20Civil%20Participa%C3%A7%C3%A3o%20e%20Cidadania%20-%20Evelina%20Dagnino.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

DEBORD, G. *A Sociedade do Espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto. 1997.

DIAS, N. *O sistema Cantareira e a crise da água em São Paulo* [livro eletrônico]: falta de transparência, um problema que persiste / Natália Dias ; coordenadora Mariana Tamari. São Paulo: *Artigo 19*. Brasil, 2016.

DORNELLES, B. O fim da objetividade e da neutralidade no jornalismo cívico e ambiental. *Brazilian Journalism Research*. v. 4, n. 2, 2008. p. 121-131. Disponível em: <https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/167> . Acesso em: 24 jan. 2019.

DRYZEK, J. *The Politics of the Earth: environmental discourses*. New York: Oxford University Press, 2013.

EKSTRÖM, M. *Epistemologies of TV journalism – A theoretical framework*. London, Thousands Oaks, CA and New Delhi: Sage Publications, 2002.

EMERIM, C. A essência da televisão aberta contemporânea. Porto Alegre. *Sessões do imaginário*. v. 19. n. 31. 2014, pp. 12-19. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/19212/12234>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FECHINE, Y. Elogio à programação: repensando a televisão que não desapareceu. *Anais [...]* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. – Foz do Iguaçu, PR – 2 a 5/9/2014.

FIGUEIREDO, C. Nem comunitário, nem público. O jornalismo de prestação de serviço na Rede Globo. *Anais [...]*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências Da Comunicação. Rio de Janeiro – RJ. 4 a 7/9/2015.

FIGUEIREDO, C; GOLDSCHMIDT, I. Os telejornais do meio-dia no espaço doméstico: as mediações do cotidiano familiar na recepção de telejornais. *Anais [...]* Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul – Joinville - SC – 04 a 06/06/2015.

FONSECA, G. et al. Controle social em saúde: a perspectiva de uma comunidade em torno de um conceito. *Rev Enferm UFPE* on line. Recife-PE, v. 6(7): 1608-14, Jul., 2012.

FRAZÃO, S. M. *O preço do espetáculo: a espetacularização da TV no Brasil*. São Paulo: 2007. Disponível em: <http://www.edoc-search.com/s/467877644b6e4738335778706d7034584a324a5372413d3d.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

FREEMAN, C, et al.; *Integration of Water, Sanitation, and Hygiene for the Prevention and Control of Neglected Tropical Diseases: A Rationale for Inter-Sectoral Collaboration*. Plos Neglected Tropical disease, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1371/journal.pntd.0002439>. Acesso em: 24 jan. 2019.

GALVÃO JÚNIOR A. C. et al. Regulação: procedimentos de fiscalização em sistemas de abastecimento de água. *Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora/ARCE*. 2006. Disponível em: http://www.aesabesp.org.br/arquivos/livro_regprofisc.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

GINÉ GARRIGA, R., JIMÉNEZ, A., PÉREZ FOGUET, A.; Monitoring sanitation and hygiene in the 2030 Agenda for Sustainable Development: *A review through the lens of human rights*. Original Research Article Science of The Total Environment, v.580. 2017, p. 1108-1119. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed/27989472>. Acesso em: 24 jan. 2019.

GIRARDI, I. M. T., et al. O olhar do jornalismo sobre a Economia Verde: estudo a partir da cobertura da Rio+20 pelos portais G1, UOL e Terra. *Líbero (FACASPER)*. 2013, v. 16, p. 71-80. 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/15579454/O_olhar_do_jornalismo_sobre_a_Economia_Verde_estudo_a_partir_da_cobertura_da_Rio_20_pelos_portais_G1_UOL_e_Terra. Acesso em: 24 jan. 2019.

GITLIN, T. *The whole world is watching: mass media and the making and unmaking of the new left*. Berkeley: University of California, 1980.

GOMES, I. M. M. Questões de método na análise do telejornalismo: premissas, conceitos, operadores de análise. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*. Abril de 2007. DOI: <https://doi.org/10.30962/ec.v8i0.126>. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/126>. Acesso em: 24 jan. 2019.

GOMES, I. M. M. O ponto de vista de telespectadores quanto às funções de informação, legitimação e entretenimento do telejornalismo. *Contemporânea*, Vol. 3 • no 2 • p 217 - 249 • Julho/Dezembro 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3458>. Acesso em: 24 jan. 2019.

GÓMEZ, G. O. O telespectador frente à televisão. Uma exploração do processo de recepção televisiva. *Communicare*, São Paulo, v. 1, n. 5, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/238675042_O_telespectador_frente_a_televisao_Uma_exploracao_do_processo_de_recepcao_televisiva1. Acesso em: 24 jan. 2019.

GUIZARDI, F.L. ; PINHEIRO, R. Dilemas culturais, sociais e políticos da participação dos movimentos sociais nos Conselhos de Saúde. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro , v. 11, n. 3, p. 797-805, Sept. 2006 . Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000300027&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em: 24 jan. 2019.

HANNIGAN, J. *Sociologia Ambiental*. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

HELLER, L.; REZENDE, A. L. Participação e controle social em saneamento básico. In: GALVÃO JR.; XIMENES, M. A. F. Regulação: controle social da prestação de serviços de água e esgotos. Fortaleza: *ABAR/Pouchain Ramos*. 2007. 256 p.

HERNANDES, N. J. Jornais e ethos: como a marca vira um “ser” que discursa. *Estudos Linguísticos*, p. 780-785, 2005. Disponível em: <http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2005/4publica-estudos-2005-pdfs/jornais-e-ethos-como-a-marca-1318.pdf?SQMSESSID=a38ffc79c82bcbe561e1c641326fd16c>. Acesso em: 24 jan. 2019.

HERTE, M., A mudança climática no enquadramento discursivo da Revista *Época*. *Desenvolv. Meio Ambiente*, v. 40, p. 37-56, abril 2017. Disponível em <<https://revistas.ufpr.br/made/article/view/49071/32099>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

HEYD H.; NEEF. A. *Public participation in water management in northern Thai Highlands*. *Water Policy*, v.8, n.5, 2006. p.395-413. Disponível em:< <http://wp.iwaponline.com/content/8/5/395>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

HUBERTY, D. S.; AMARAL, M. F. A maior tragédia do Brasil: análise da emoção no discurso jornalístico de catástrofes ambientais. In: V Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação, Santa Maria, Universidade Federal de Santa Maria, 2013. *Anais...* Disponível em: < <http://coral.ufsm.br/sipecom/2013/wp-content/uploads/2013/10/Artigo-28-GT-Jornalismo-Daniela-HUBERTY-Marcia-AMARAL.pdf> > Acesso em: 24 jan. 2019.

IANNI, O. *Enigmas da modernidade-mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. *Pesquisa Nacional de Saneamento Básico*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/defaulttabpdf.shtm> . Acesso em: 24 jan. 2019.

IBGE. *Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo*. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 24 jan. 2019.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2017. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-detalle-de-midia.html?view=mediaibge&catid=2103&id=2342>. Acesso em: 24 jan. 2019.

JACOBI P.R. Gestão democrática participativa no saneamento: conceitos e problematização. In: Brasil. Ministério das Cidades. Lei Nacional de Saneamento Básico: perspectivas para as políticas e gestão dos serviços públicos. *Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico*. v. 1. Brasília: Ministério das Cidades. 2009. p. 103 – 113.

JENKINS, H. *A cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009

JOST, F. *Seis lições sobre televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

KLEBA, M. E.; WENDAUSEN, A. Empoderamento: processo de fortalecimento dos sujeitos nos espaços de participação social e democratização política. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 18, n. 4, p. 733-743, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010412902009000400016&script=sci_abstract&tlng=pt> . Acesso em: 24 jan. 2019.

KLEIDORFER, M. et al. Impact of urban development and climate change on urban drainage systems. *9ª International Conference Novatech*. Lyon, 2016.

KUSCINSKY, B. Jornalismo e saúde na era neoliberal. *Saude soc.*, São Paulo , v. 11, n. 1, p. 95-103, July 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902002000100010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LEAL B. S. Telejornalismo e autenticação do real: estratégias, espaços e acontecimentos. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação | E-compós*, Brasília, v.11, n.2. 2008. Disponível em: <http://www.e-compos.org.br/e-compos/article/view/323>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LEAL, M.C.H. e ALVES, F.R.S.; Razoabilidade e teoria da reserva do possível como fundamentos para o controle jurisdicional de políticas públicas: uma análise a partir da teoria do discurso. *Joaçaba*, v. 17, n. 2, 2016. p. 587-606, maio/ago. Disponível em: <https://editora.unoesc.edu.br/index.php/espacojuridico/article/view/9255>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LEONETI, A. B.. Saneamento básico no Brasil: considerações sobre investimentos e sustentabilidade para o século XXI. *Revista de Administração Pública*, v.45, n.2, p.331-348, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122011000200003&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 24 jan. 2019.

LIMA JÚNIOR, J. M. 1. LOPES, W. G. R. Relação entre aumento de áreas impermeáveis e inundações urbanas: Estudo na cidade de Teresina, Piauí. *Espacios*. Vol. 37 (Nº 08). Año 2015. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n08/16370808.html#uno>. Disponível em: <http://www.revistaespacios.com/a16v37n08/16370808.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LOPES, M. I. V. (org). *Telenovela: internacionalização e interculturalidade*. São Paulo: Loyola, 2004.

LOOSE, E.B.; CAMANA, A. Reflexões sobre o papel do Jornalismo Ambiental diante dos riscos da sociedade contemporânea. *Observatorio (OBS*) Journal*, vol.9 - nº2 (2015), 119-132. Disponível em: <http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/797>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LOOSE, E; B. GIRARDI I. T. O jornalismo ambiental na concepção de quem o faz: estudo com jornalistas da América Latina, Caribe, Portugal, Espanha e países africanos de língua portuguesa. *Aturá Revista Pan-Amazônica de Comunicação*, Palmas, v. 2, n. 2, p. 48-66, Mai-Ago. 2018 <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/182609>. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169150>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LOOSE, E; B. GIRARDI I. T. The Environmental Journalism under the view of climate risks. *Interin*, v. 22, n. 2, jul./dez. 2017. ISSN: 1980-5276. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/169150>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LOOSE, E; B.; GIRARDI, T. O jornalismo ambiental e seu caráter educativo. In: XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Curitiba/PR. 2009. *Anais* [...]. Disponível em: <<http://www.portcom.intercom.org.br/navegacao/Detail.php?option=trabalho&id=36492>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

LUCKMANN, A. P. Jornalismo e mídia-educação no contexto do aquecimento global. In: *Revista Estudos em Jornalismo e Mídia*, vol. 3, n. 2. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2291>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MARCONDES FILHO, C. *A Saga dos cães perdidos*. São Paulo: Hackers Editores, 2000

MARQUES, R. S. *Rede Clube: movimentos estratégicos como processo de regionalização e manutenção de liderança no mercado* 155 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2016.

MARTIRANI, L. A.; PERES, I. K. Crise hídrica em São Paulo: cobertura jornalística, percepção pública e o direito à informação. *Ambiente & Sociedade*. São Paulo v. XIX, n. 1 - mar. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n1/pt_1809-4422-asoc-19-01-00001.pdf. Acesso em: 07.01.2019. Acesso em: 24 jan. 2019.

MAZZARINO, J; FLÔRES, V. C. S. Enquadramentos sociossemióticos em notícias sobre enchentes: a construção de vínculos com o receptor. *Em Questão*, 2012 v. 19, n. 2, 201310.19132/1808-5245192.283-309. Disponível em: <<http://www.brapi.inf.br/v/a/14074>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MAZZARINO, J.. Das matrizes contraditórias do jornalismo ambiental a um novo critério de noticiabilidade, o interesse cidadão-comunitário. *Revista Comunicação Midiática*. América do Norte, 10, fev. 2016. Disponível

em: <http://www2.faac.unesp.br/comunicacaomidiatica/index.php/comunicacaomidiatica/articloe/view/644/318>. Acesso em: 24 jan. 2019.

McCOMBS, M. e SHAW, D. L. *The agenda-setting function of the mass media*. Public Opinion Quarterly, n.o 36. 1972.

MENDONÇA, R.; SIMOES, P. Enquadramento: diferentes operacionalizações analíticas de um conceito. *Rev. Bras.Ci. Soc.* [online]. 2012, vol.27, n.79, pp. 187-201. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v27n79/a12.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MEYER, P. *The vanishing newspaper – saving journalism in the information age*. Missouri: University of Missouri Press, 2004.

MIGUEL, K. Os paradigmas da imprensa na cobertura das políticas ambientais. *Intercom, Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo/SP, v. 35, n. 1, jan/jun 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/interc/v35n1/07.pdf> . Acesso em: 24 jan. 2019.

MILANI, Carlos R. S. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e européias. *Rev. Adm. Pública*. vol.42, n.3. 2008. p. 551-579. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122008000300006>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MOISÉS, M. et al. A política federal de saneamento básico e as iniciativas de participação, mobilização, controle social, educação em saúde e ambiental nos programas governamentais de saneamento. *Ciênc. saúde coletiva* [online]. vol.15, n.5. 2010. p 2581-2591. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000500032> . Acesso em: 24 jan. 2019.

MOITA NETO, J. M. “A concepção de meio ambiente é mais ampla e complexa que a encontrada na ecologia. Ela se estende e abarca todas as condições de vida do homem de hoje [...]. Teresina, 24 jan 2019, 8h. Twitter @Moita Neto, JM. Disponível em: <https://twitter.com/MachadoMoita>. Acesso em 24 jan 2019.

MOITA NETO, J. M. CARCARÁ, M. S. Saneamento básico: desinformação como limitador do controle social em Teresina-PI. *Gaia Scientia*. 2017. Volume 11(2): 71-83. Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/index.php/gaia/article/view/33427>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MOITA NETO J. M e MOITA G. C. Uma introdução à análise exploratória de dados multivariados. *Química Nova*. 21(4) (1998). Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/qn/v21n4/3193.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MORAES, D. A batalha da mídia: governos progressistas e políticas de comunicação na América Latina e outros ensaios. Rio de Janeiro: *Pão e Rosas*, 2009. p. 10-13. p. 10-11.

MORAES, L. R. S. Política e Plano Municipal de Saneamento Básico: Contribuições Conceituais e Metodológicas. *Revista VeraCidade* – Ano V – Nº 6. 2010. Disponível em: <<http://www.maasa.eng.ufba.br/artigos/politica-e-plano-municipal-de-saneamento-basico-contribuicoes-conceituais-e-metodologicas>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

MORIN, E. *Introdução ao pensamento complexo*. 4. Ed. Instituto Piaget,. Lisboa, 2003.

MOTA, S. *Urbanização e meio ambiente*. 3. ed. ABES, Rio de Janeiro, 2003.

MOTTA, L.G. Jogos de Linguagem e Efeitos de Sentido da Comunicação Jornalística. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Florianópolis, v. 1, n. 2, p. 117-134, jan. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/2077>>. Acesso em: 04 mar. 2019.

MOUILLAUD, M. A informação ou parte da sombra. In: PORTO, Sérgio D. (Org.). *O jornal: da forma ao sentido*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002. p. 37-47.

NYE, J. S. *Paradoxo do Poder Americano*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

NOBRE SOUSA, C.M; Participação dos cidadãos na gestão do saneamento básico no Pará. *Novos Cadernos NAEA* • v. 18 n. 2 • p. 261-274 • jun-set. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/1934/2721>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

NOGUEIRA, M. A. *Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática*. São Paulo: Cortez, 2004.

NÚÑEZ, R. Y. C; CUESTA MORENO O.J. Communication and environmental conservation: advances and challenges in Latin America. *Revista Latina de Comunicación Social*. 2016. 71, pp. 015 to 039. 2016. Disponível em: <http://www.revistalatinacs.org/071/paper/1082/02en.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. *UNDP*. 2015. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 24 jan. 2019.

ORLANDI, E. P. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2005.

OTA, D. Produção jornalística na fronteira. *Estudos em Jornalismo e Mídia* Vol. III No 2. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/asoc/v19n1/pt_1809-4422-asoc-19-01-00001.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

PAHL-WOSTL C Towards sustainability in the water sector: the importance of human actors and processes of social learning. *Aquatic Sciences*, 2002 v. 64, p. 394 - 411. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1007/PL00012594> . Acesso em: 24 jan. 2019.

PATEMAN, C. *Participation and democratic theory*. Cambridge University Press, 1970.

PICCININ, F. Acontecimentos na televisão: rituais da pós-modernidade. In: *BOCC*, 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/piccinin-fabiana-acontecimentos-na-televisao.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

PITERMAN, A; HELLER, L; REZENDE, S. C. (A falta de) Controle social das políticas municipais de saneamento: um estudo em quatro municípios de Minas Gerais. *Saúde Soc.*, São Paulo, v. 22, n. 4, p. 1180-1192, 2013. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902013000400019&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2019.

POZOBON, R. O.; MIRANDA, C. M.; Protocolo de análise para classificação das fontes jornalísticas em mídia impressa: uma ferramenta para o estudo do enquadramento. *Alceu*. Vol. 12, n. 24, p. 16-30. 2012. Disponível em: <http://revistaalceu.com.puc-rio.br/media/Artigo%202_24.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE OEIRAS. 2015. *Plano Municipal de Saneamento Básico é discutido em Oeiras*. Disponível em: <<http://oeiras.pi.gov.br/26/02/2015/plano-municipal-de-saneamento-basico-e-discutido-em-oeiras/>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

PRETTY, J. 2006. Participatory learning and action: a trainer's guide. London: *IIED*, 1995. In: HEYD, H.; NEEF, A. *Public participation in water management in northern Thai Highlands*. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/250140537_Public_participation_in_water_management_in_northern_Thai_highlands. Acesso em: 24 jan. 2019.

REIS, D. A.; et al., Estudo Bibliométrico da Produção Científica Nacional e Internacional no Setor de Saneamento/ Production Bibliometric Scientific Study In National And International Sanitation Sector. *Revista Geintec*. Aracaju/SE. Vol.7/n.1, p.3669-3685, 2017. Disponível em: <<http://www.revistageintec.net/portal/index.php/revista/article/view/1077/768>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

REIS, I. A reconfiguração da temporalidade da rádio na era da Internet. *Comunicação e Sociedade*, vol. 20, 2011, pp. 13-28. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/75084/2/76761.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SANTAELLA, L. e NOTH, W. *Imagem: cognição, semiótica*. Mídia. 1ª ed., 6ª reimpressão. São Paulo: Iluminuras, 2012.

SANTIAGO, A. Estratégias discursivas sobre o papel social do jornalismo. In: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. *Anais [...] XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Rio de Janeiro, RJ*. 2015.

SANTOS L. A.; LIMA I.M.M.F.; Parque Ambiental Lagoas do Norte: saneamento e conservação do ambiente entre os bairros matadouro e São Joaquim, Teresina, Piauí, Brasil. *Caminhos de Geografia*. Uberlândia v. 16, n. 54 Jun/2015 pp. 224–238 Página 228. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/caminhosdegeografia/article/view/29066>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SARLET, I. W.; FENSTERSEIFER, T.; Direito à saúde e proteção do ambiente na perspectiva de uma tutela jurídico-constitucional integrada dos direitos fundamentais socioambientais. *BIS, Bol. Inst. Saúde* [online]. 2010, vol.12, n.3, pp. 248-253. Disponível em: <http://www.mpdf.mp.br/saude/images/Meio ambiente/Direito saude protecao ambiente.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SCOTT, R., COTTON, A.P., GOVINDAN, B.; Sanitation and the Poor (Report). WELL Resource Centre (WEDC, LSHTM & IRC), *Loughborough*, London & Delft. 2003.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/profile/Rebecca_Scott12/publication/237710544_Sanitation_and_the_Poor/links/55191a9e0cf2f7d80a3e46df/Sanitation-and-the-Poor.pdf. Acesso em: 24 jan. 2019.

SEMADENI-DAVIES A., et al. The impact of climate change and urbanisation on drainage in Helsingborg, Sweden: Combined sewer system. *Journal of Hydrology*. 2008. 100-13.

Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0022169407002910>.

Acesso em: 24 jan. 2019.

SEVERO, D. O.; DA ROS, M. A.. A Participação no controle social do SUS: concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. *Saude Soc.*, São Paulo, v. 21, supl. 1, p. 177-184, mai. 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902012000500015. Acesso em: 24 jan. 2019.

SILVA, V. Controle social de políticas públicas: uma reflexão sobre os resultados da pesquisa. In: PEDRINI, D.; ADAMS, T.; SILVA, V. (Orgs.). *Controle social de políticas públicas: caminhos, descobertas e desafios*. São Paulo: Paulus, 2007, cap. 7, p. 179.205.

SORATTO, J. WITT, R. R. FARIA, E. M. Participação popular e controle social em saúde: desafios da Estratégia Saúde da Família. *Physis* [online]. vol.20, n.4. 2010. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312010000400009&lng=pt_BR&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOARES, H.; OLIVEIRA, J. A construção da notícia em telejornais: valores atribuídos e newsmaking. *Anais [...]*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. Santos: 2007.

SOUSA, A. C. A.; COSTA, N. R. Política de saneamento básico no Brasil: discussão de uma trajetória. *Hist. cienc. Saúde - Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 615-634. 2016.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702016000300615&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOUSA, J. P. A teoria do agendamento e as responsabilidades do jornalista ambiental: uma perspectiva ibérica. *BOCC. Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação*, Portugal, v. 1, 2008. Disponível em:

<http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-teoria-do-agendamento.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOUZA C., FREITAS C., NOBRE L.; Discursos sobre a relação saneamento-saúde-ambiente na legislação: Uma análise de conceitos e diretrizes. *Eng. sanit. ambient.* Vol.12 - Nº 4 - out/dez 2007, 371-379. Disponível em:

<http://www6.ensp.fiocruz.br/repositorio/sites/default/files/arquivos/Discursos.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2019.

SOUZA, M. H.e e SIRIO V. S. F. A teoria do mínimo existencial: uma aplicação prática ao princípio da dignidade da pessoa humana. *Rev. Fac. Direito São Bernardo do Campo*, S. B.

do Campo, v.22, n.2, jul./dez. 2016. Disponível em:
<https://revistas.direitosbc.br/index.php/fdsbc/article/view/864>. Acesso em: 24 jan. 2019.

TATAGIBA, L. Institucionalização da participação: os conselhos municipais de políticas públicas na cidade de São Paulo. In: AVRITZER, L. (Ed.). *A participação em São Paulo*. São Paulo/SP: UNESP, 2004. p. 470.

TEIXEIRA, J. et al., Estudo do impacto das deficiências de saneamento básico sobre a saúde pública no Brasil no período de 2001 a 2009. *Eng. Sanit. Ambient.[online]*. vol.19, n.1. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/esa/v19n1/1413-4152-esa-19-01-00087.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

TEIXEIRA, T. G. Jornalismo ambiental: o desafio da construção da notícia soft news. *Vozes e Diálogos*, v. 13, n. 02, 2014. Disponível em <<http://siaiap32.univali.br/seer/index.php/vd/article/view/6421>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

TEMER, A. C. R. P. *Para entender as teorias da comunicação*. 2ª ed. Uberlândia: EDUFU, 2009.

TERESINA. Teresina 2030: a cidade desejada. Secretaria Municipal de Planejamento. Prefeitura de Teresina. 2015. *Semplan*. Disponível em: <<http://semplan.teresina.pi.gov.br/wp-content/uploads/2015/10/Teresina-Agenda-2030.pdf>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

TRAQUINA, N. *O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva, 2000. 145 p.

TUCHMANN, G. *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*, in Traquina, Nelson (org.), op. cit., 74-90. 1999.

TUCHMANN, G. *A Making News: a study in the construction of reality*. New York: The Free Press, 1978.

TUZZO, S. A. *Os sentidos do Impresso*. Prefácio de Derrick de Kerckhove. Goiânia. UFG/FIC/2016. 240p.

TUROLLA, F.A. Política de saneamento básico: avanços recentes e opções futuras de políticas públicas. Brasília: Ipea. 2002. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4155> Acesso em: 24 jan. 2019.

VAN STRALEN, C. J. et al. Conselhos de Saúde: efetividade do controle social em municípios de Goiás e Mato Grosso do Sul. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, 2006. v. 11, n. p. 621-632. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232006000300011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

VIZEU, A. O telejornalismo como lugar de referência e a função pedagógica. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 40, dezembro de 2009. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6321>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VIZEU, A. Telejornalismo: cotidiano e lugar de segurança. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, Vol. III No 1 - 1o semestre de 2006. Disponível em:<<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/viewFile/2246/1950>>. Acesso em: 24 jan. 2019.

VIZEU, A. E.; CORREIA, J. C. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo Eurico (org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

WEGNER, D.; SEHNEM, A. Estratégias empresariais para jornais impressos em tempos de Internet: o caso da Folha de Santa Cruz. *Revista Economia & Gestão*, v. 13, n. 33, p. 174-191, 2013. Disponível em:
<http://periodicos.pucminas.br/index.php/economiaegestao/article/view/3435>. Acesso em: 24 jan. 2019.

WENDHAUSEN, A.; CARDOSO, S. M. Processo decisório e Conselhos Gestores de Saúde: aproximações teóricas. *Revista Brasileira de Enfermagem*. Brasília, vol.60, n.5, pp. 579-584, Set/Out 2007. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000500018. Acesso em: 24 jan. 2019.

WUNENBURGER, J. *O homem na era da televisão*. Edições Loyola. São Paulo. Brasil. 2005.

ANEXO

LISTA DE LINKS DE MATÉRIAS CONSTANTES NA TESE.

Chuva forte alaga o centro de Corrente

<http://portalcorrente.com.br/noticia/4766/chuva-forte-alaga-o-centro-de-corrente>

Forte chuva provoca alagamentos em ruas e avenidas de Barras

<https://piauidepontaaponta.blogspot.com.br/2017/03/forte-chuva-provoca-alagamentos-em-ruas.html>

União: Rio Parnaíba deixa bairro da cidade debaixo d'água

<https://cidadeverde.com/noticias/37088/uniao-rio-parnaiba-deixa-bairro-da-cidade-debaixo-dagua>

Forte chuva invade casas e deixa principais avenidas alagadas em Teresina

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/forte-chuva-invade-casas-e-deixa-principais-avenidas-alagadas-em-teresina.ghtml>

Chuva intensa deixa casas e lojas alagadas na cidade de Floriano -

<https://www.45graus.com.br/geral/chuva-intensa-alaga-casas-e-lojas-na-cidade-de-floriano>

Parnaíba Chuva causa alagamento e rua vira 'piscinão' no Piauí

<https://www.cidadesemfoco.com/chuva-causa-alagamento-e-rua-vira-piscinao-no-piaui/#ixzz57m1tkz8y>

Oeiras registra a 3ª maior chuva do país; temporal inunda ruas e casas

<https://cidadeverde.com/oeiras/83634/oeiras-registra-a-3-maior-chuva-do-pais-temporal-inunda-ruas-e-casas>

Após 5 horas de chuva, ruas e várias casas ficam alagadas em Picos

<https://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/apos-5-horas-de-chuva-ruas-e-varias-casas-ficam-alagadas-em-picos.ghtml>

Chuva provoca estragos em quatro estados nordestinos

<http://g1.globo.com/al/alagoas/videos/t/todos-os-videos/v/chuva-provoca-estragos-em-quatro-estados-nordestinos/4301008/>

Temporais provocam destruição e arrasam cidades no Sul do país

Ameaça de racionamento de água São Paulo

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/21.html>

Conta de água aumenta mesmo após economia dos moradores em Campinas

<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/21.html>

Moradores de quatro cidades gaúchas enfrentam falta d'água no meio da inundação
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/24.html>

Sistema Cantareira vai socorrer reservatório do Alto Tietê em São Paulo
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/30.html>

Reservatórios de água no Nordeste preocupam e têm 21% da capacidade
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/08/13.html>

Moradores de Cuiabá vão ficar cinco dias sem água no auge da seca
<https://globoplay.globo.com/v/4389613/>

Seca obriga 13 cidades a entrar em racionamento de água
<https://globoplay.globo.com/v/4392536/>

MP encontra problemas em obras para evitar racionamento de água em SP
<https://globoplay.globo.com/v/4392562/>

Dez cidades do interior terão que reduzir retirada de água do Rio Camanducaia
<https://globoplay.globo.com/v/4401320/programa/>

Governo de São Paulo reconhece situação crítica no reservatório do Alto Tietê
<https://globoplay.globo.com/v/4407014/>

Moradores de Teresina sofrem com a falta de água
<https://globoplay.globo.com/v/4415298/programa/>

Dezessete cidades do interior de São Paulo vão retirar menos água dos rios
<https://globoplay.globo.com/v/4417990/programa/>

Falta de chuva retoma preocupação com nível de represas
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/08/28.html>

Sistema Cantareira está prestes a sair do volume morto
<https://globoplay.globo.com/v/4704416/programa/>

Mesmo com a chuva, moradores de SP ainda sofrem com falta d'água
<https://globoplay.globo.com/v/5081436/programa/>

Cidades não cumprem prazo para acabar com lixões a céu aberto
<https://globoplay.globo.com/v/4343654/programa/>

Fogo em lixão deixa cidade coberta de fumaça
<https://globoplay.globo.com/v/4367983/programa/>

Voo sobre o Rio Tietê mostra o tamanho da poluição
<https://globoplay.globo.com/v/4381348/programa/>

Brasil consegue reduzir desigualdade entre regiões metropolitanas
<https://globoplay.globo.com/v/4504186/programa/>

Casos suspeitos de microcefalia relacionados à zika já são 3.178 em 20 estados e no DF
<https://globoplay.globo.com/v/4719571/>

Estudo avalia qualidade da água nos locais de competição das Olimpíadas do Rio
<https://globoplay.globo.com/v/4357272/programa/>

Plantas aquáticas se reproduzem e formam tapete verde em São Paulo
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2015/08/plantas-aquaticas-se-reproduzem-e-formam-tapete-verde-no-rio-tiete-sp.html>

Plantas aquáticas ficam retidas em comporta de hidrelétrica de SP
<https://globoplay.globo.com/v/4389774/programa/>

Brasil tem quase metade da população sem acesso a saneamento básico
<https://globoplay.globo.com/v/4818824/>

Lagoas da Zona Oeste do Rio sofrem com lançamento de esgoto e lixo
<https://globoplay.globo.com/v/5002740/programa/>

Quase 140 cidades do Sul do país ainda sofrem com a chuva
<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/edicoes/2015/07/16.html>

Sobe para 50 o número de cidades em emergência no Sul
<https://globoplay.globo.com/v/4327783/programa/>

Chuva preocupa população do Rio Grande do Sul
<https://globoplay.globo.com/v/4333082/programa/>

Sobe para 26 o número de cidades em emergência no Rio Grande do Sul
<https://globoplay.globo.com/v/4335706/programa/>

Temporal castiga o interior de São Paulo
<https://globoplay.globo.com/v/4506936/programa/>

Temporal alaga ruas e causa transtornos em Bauru, interior de São Paulo
<https://globoplay.globo.com/v/4629753/programa/>

Água começa a baixar em Maricá após temporal de quarta-feira (2)
<https://globoplay.globo.com/v/4855929/programa/>

Nova estação de tratamento está quase pronta, mas não tem energia suficiente na região
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/nova-estacao-de-tratamento-esta-quase-pronta-mas-nao-tem-energia-suficiente-na-regiao/4294823/>

Obra para reparo de vazamento no centro causa transtornos no trânsito
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/obra-para-reparo-de-vazamento-no-centro-causa-transtornos-no-transito/4319213/>

Obras da Agespisa causam transtornos e acidentes por falta de sinalização

<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/obras-da-agespisa-causam-transtornos-e-acidentes-por-falta-de-sinalizacao/4327021/>

Moradores de um bairro do município de Água Branca sofrem com a falta de água
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/moradores-de-um-bairro-do-municipio-de-agua-branca-sofrem-com-a-falta-de-agua/4345486/>

Agespisa será substituído pelo Instituto de Águas e Esgotos do Piauí
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/agespisa-sera-substituido-pelo-instituto-de-aguas-e-esgotos-do-piaui/4376181/>

Consumidores tem oportunidade de parcelar dívidas antigas da Agespisa
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/consumidores-tem-oportunidade-de-parcelar-dividas-antigas-da-agespisa/4428293/>

Empresas de Teresina não cumprem política nacional de resíduos sólidos
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/empresas-de-teresina-nao-cumprem-politica-nacional-de-residuos-solidos/4497173/>

Aguapés tomam Rio Poti e poluição vinda dos esgotos não tem tratamento
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/aguapes-tomam-rio-poti-e-poluicao-vinda-dos-esgotos-nao-tem-a-tratamento/4535564/>

Obras de galeria pluvial na Zona Leste estão paradas há dois meses
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/obras-de-galeria-pluvial-na-zona-leste-estao-paradas-ha-dois-meses/4625821/>

Moradores reclamam da falta de água em vários bairros das zonas Leste e Sul
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/moradores-reclamam-da-falta-de-agua-em-varios-bairros-das-zonas-leste-e-sul/4695799/>

Primeiras chuvas em janeiro no Sul do Piauí já ultrapassaram dezembro inteiro
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/primeiras-chuvas-em-janeiro-no-sul-do-piaui-ja-ultrapassaram-dezembro-inteiro/4726875/>

Tema da Campanha da Fraternidade aborda falta de saneamento
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/tema-da-campanha-da-fraternidade-aborda-falta-de-saneamento/4805848/>

9 bairros da Zona Leste estão há mais de 48 horas sem água e população se revolta
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/v/9-bairros-da-zona-leste-estao-ha-mais-de-48-horas-sem-agua-e-populacao-se-revolta/4919469/>

Moradores da Zona Sul convivem com problemas no abastecimento de água há 15 anos
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/moradores-da-zona-sul-convivem-com-problemas-no-abastecimento-de-agua-ha-15-anos/4980938/>

População relaxa no combate ao mosquito da dengue que transmite mais de 23 doenças
<http://g1.globo.com/pi/piaui/pitv-2edicao/videos/t/edicoes/v/populacao-relaxa-no-combate-ao-mosquito-da-dengue-que-transmite-mais-de-23-doencas/5088264/>

APÊNDICE

LISTA DE EXPRESSÕES DO JARGÃO JORNALÍSTICO UTILIZADAS NO TEXTO

CABEÇA: texto lido pelo locutor para anunciar uma matéria.

EXTERNA: Local onde o repórter apura a notícia fora da redação.

ESCALADA: São as manchetes do telejornal, sempre no início de cada edição. Serve para prender a atenção do telespectador no início do jornal e informar quais serão as principais notícias daquela edição.

OFF: Deriva do termo inglês *off the record* e designa a parte da reportagem, gravada na voz do repórter, do editor ou do locutor, onde a informação está sendo contada.

FAIT DIVERS: É uma expressão de jargão jornalístico e um conceito de teoria do jornalismo que designa os assuntos não categorizáveis nas editoriais tradicionais dos veículos. Tais excertos tornam-se noticiosos por apresentarem casos inexplicáveis e excepcionais.

HARD NEWS: Jornalismo factual, diário, aquele que é voltado a cobrir os acontecimentos do dia, fatos “quentes”.

PAUTA: É o documento que fornece ao repórter as informações principais de um evento, cobertura ou notícia; dá a orientação de cobertura e detalhes como local, hora e possíveis entrevistados.

PASSAGEM: É o recurso usado pelo repórter quando não existem imagens para corroborar o que está sendo noticiado ou para marcar o local onde a notícia foi gerada

SONORA: É a fala do entrevistado na matéria.

SUITE: continuidade de uma reportagem com seus desdobramentos no tempo.

VOX POPPULI: se refere a pessoas anônimas entrevistadas ao acaso sobre algum tema para uma matéria. Geralmente com perguntas que exigem respostas rápidas, com a intenção de mostrar opiniões diversas em um curto espaço de tempo.

**SOBRE A AUTORA:**

Maria do Socorro Monteiro Carcará é jornalista graduada pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Diplomou-se também como Tecnóloga em Gestão Ambiental. É especialista em Imagem e Publicidade. Fez mestrado e doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela Universidade Federal do Piauí (UFPI/ Rede Prodema) sob a orientação do Professor Dr. José Machado Moita Neto.

Professora, já lecionou nos cursos de comunicação social da Universidade Estadual do Piauí, Universidade Federal do Piauí e continua exercendo a missão do magistério no curso Técnico em Meio Ambiente do Instituto Federal do Piauí (IFPI) – campus Floriano.

É pesquisadora dos temas: jornalismo, televisão, jornalismo ambiental, saneamento básico, controle social, meio ambiente e cidadania. Possui capítulos de livros publicados, artigos qualizados em A e B, além de participação em eventos.

Como jornalista atuou como assessora de imprensa em diferentes órgãos, foi repórter e editora em jornal, rádio e coordenadora de conteúdo da TV Meio Norte. Entusiasta do jornalismo regional, atualmente gerencia um portal de notícias de municípios da região do Baixo Parnaíba Piauiense, o www.longah.com.

No exercício do jornalismo foi agraciada com o Prêmio Cooperativista do Jornalismo Piauiense na categoria Profissional/Subcategoria Internet, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado do Piauí; Com o Diploma do Mérito Jornalístico, ofertado pelo Sindicato dos Jornalistas do Piauí; Com o Prêmio Estadual Mídia Impressa - Concurso de Reportagem Banco do Nordeste; Também com o Prêmio de Reportagem Dom Avelar Brandão Vilela, Arquidiocese de Teresina, e, ainda, com Prêmio XIX Concurso de Reportagem Paulo de Tarso, Prefeitura Municipal de Teresina.

